



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

EDNA MARIA DA SILVA

**PLURIATIVIDADE E RENDA FAMILIAR NA REGIÃO CACAUEIRA: O CASO DO
PASJ, URUÇUCA, BAHIA**

**SALVADOR
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDNA MARIA DA SILVA

**PLURIATIVIDADE E RENDA FAMILIAR NA REGIÃO CACAUEIRA: O CASO DO
PASJ, URUÇUCA, BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

Área de concentração: Economia regional e do meio ambiente
Orientador: Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto

SALVADOR
2008

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Silva, Edna Maria da

S586 Pluriatividade e renda familiar na região cacauceira: o caso do PASJ, Uruçuca, Bahia/ Edna Maria da Silva. ____ Salvador, 2008.

203 f.: il.: graf.; tab.; flux.

Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.

Orientador: Prof^o. Dr. Vitor de Athayde Couto.

1. Renda familiar 2. Agricultura familiar 3. Assentamento – Uruçuca - Bahia 4. Economia agrícola I. Couto, Vitor de Athayde II. Título III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.18142

EDNA MARIA DA SILVA

**PLURIATIVIDADE E RENDA FAMILIAR NA REGIÃO CACAUEIRA: O CASO DO
PASJ, URUÇUCA, BAHIA**

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Economia pela seguinte banca
examinadora.

Orientador: _____
Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto
Faculdade de Ciências Econômicas - UFBA

Prof^ª. Dr^ª. Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA

Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria Macedo de Alencar
Faculdade de Ciências Econômicas - UCSAL

Salvador, 09 de dezembro de 2008.

Aos meus pais, Francisco e Maria, pela minha educação, valores transmitidos e amor infinito; e ao eterno mestre, com carinho, Vitor de Athayde.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo; às famílias que residem no Assentamento São Jorge e São José por terem me recebido, e muito colaborado para a realização deste trabalho;

A Sérgio e Rita, professores da EMARC/Uruçuca, pelo carinho com que me receberam;

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudo, a qual me permitiu dedicação exclusiva para concluir o mestrado;

Agradeço às professoras Cristina e Gilca pela gentileza de ter aceitado participar da minha banca de defesa; ao professor Flávio Sacco dos Anjos pela atenção e colaboração;

A Thiago, Ailane, Clarinha e Poliana pelo carinho e socorro com o texto;

Aos coordenadores do Curso de Mestrado, Balanco e Gilca, pelo apoio e atenção; a todos os meus mestres que contribuíram para a minha formação;

Ao professor Lívio Wanderley, (grande responsável por todas as rugas adquiridas nesse processo) por ter me direcionado para essa “cova dos leões”;

A todos os funcionários da FCE (Valdirene, Marcelo, Edson, Washington, Wanderlei, Joana, Vânia), FCC e terceirizados, pelo carinho; Um agradecimento especial aos funcionários da secretaria do CME/FCE, Sueli, Ruy, Lourdinha (*in memoriam*) pela disponibilidade, atenção, sempre muito carinhosos; a Cristina pela atenção e carinho;

Aos amigos do mestrado, todos os “meus colegas de copo e de cruz” que tornaram essa jornada bastante prazerosa; pelas longas horas de estudos, bate-papo, festas, reuniões nos barzinhos afinal “sem a cachaça ninguém segura esse rojão...”. Especialmente a Ana “florzinha”, Julito, Danielle, Karina, Raul, Ricardo, Clemente, André, sempre presentes;

À Luciana Matos amiga de sempre, pela ajuda em campo. Aos companheiríssimos Alynson e Gustavo, pela contribuição e carinho;

As minhas amigas Leide e Eliana (se bem que a essas eu não deveria agradecer) por me lembrarem sempre “aqui na terra tão jogando futebol, tem muito samba, muito choro e *rock and roll*”; e o cão atenta mas, em contra partida agradeço à Luci, minha querida amiga, que mesmo de longe (Paris, Laos) tentou me lembrar o tempo todo dos prazos do mestrado;

As queridíssimas Isabelle e Meire, meus amores, pelo socorro sempre, pelo empréstimo do computador, da casa. À Ceíça e Lira, *idem*, amigos sempre disponíveis;

A minha querida amiga Ana Pereira pelos maravilhosos almoços, e pelo carinho e apoio sempre; a galera da Residência Universitária (Marseilhe, Aninha, Fafa, Gigi, Elen, Leide, Jeane) “família quarto 5”, por toda a atenção que me dedicaram nas visitas “à casa de mãe”;

Ao meu querido amigo Gileno, meu anjo e meu demônio, felizmente mais anjo que demônio nesses últimos meses; pelo socorro nos cálculos;

A todos que direta ou indiretamente participaram desse processo, aos que conviveram comigo nesse período; aos parceiros de viagens, shows, festas, cinemas... assim consegui manter a sanidade (eu acho!); e para aqueles amigos que moram longe... “Meu caro amigo me perdoe, por favor, se eu não lhe faço uma visita... o que eu quero, é lhe dizer que a coisa aqui tá preta, muita mutreta para levar a situação”;

À minha família (pais, irmãos, irmãs (incluindo as cunhadas), pelo constante e carinhoso apoio que sempre me dispensou durante todo o tempo que o mestrado exigiu ficar distante dela;

Finalmente, quero externar um agradecimento mais do que especial ao meu querido mestre e orientador Vitor de Atahyde, por todo o carinho, paciência, atenção e disponibilidade; sempre presente, não só no período da dissertação, mas em toda a jornada percorrida desde a bolsa PIBIC..., pela oportunidade de participar dos projetos, pelos conhecimentos transmitidos... A essa pessoa o meu muitíssimo obrigada!!!

RESUMO

Neste estudo de caso, realizado no Assentamento São Jorge (PASJ), trata-se da pluriatividade e renda das 37 famílias ali assentadas. Analisam-se patrimônio e renda familiares, comparando-se famílias pluriativas com aquelas que só praticam agricultura. Supõe-se que famílias pluriativas geram maior renda agrícola. A pesquisa de campo apóia-se no método “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários/Atividades”. Leituras de paisagem, entrevistas históricas com informantes-chave e famílias assentadas, apoiaram a construção da tipologia dos Sistemas de Produção (SPi) e dos Produtores (Pi), identificando-se agricultores familiares cujas rendas contêm combinações: renda agrícola, bolsa-família, aposentadoria, diárias e renda da pluriatividade. Identificaram-se cinco tipos de SP e atividades não-agrícolas. Todas as famílias praticam agricultura, sendo quatro (11%) diaristas agrícolas, e cinco (13%) pluriativas. Além da renda agrícola (RA) e não-agrícola (RNA), foram calculados e analisados os seguintes indicadores: tempo de trabalho familiar por atividade, produtividade do trabalho, graus de especialização e de integração dos SP, cultivo, criação e de transformação. Da amostra de nove produtores entrevistados com mais detalhes, três são diversificados, cinco especializados, e apenas um muito especializado. Ao se relacionarem Produto Bruto e diversificação, conclui-se a hipótese de que SP diversificados proporcionam RA mais elevadas. Dentre outros resultados, calculou-se o autoconsumo familiar e os diferentes níveis de eficiência microeconômica dos SP, comparando-se as rendas dos exclusivos agricultores com as das famílias pluriativas. A significativa participação das RNA na renda familiar não assegura o predomínio da pluriatividade no PASJ, gerada, tanto pelas atividades não-agrícolas, quanto pelas políticas públicas – aposentadoria, pensão, bolsa-família e outras transferências governamentais (TG). Estimou-se a RA média em R\$, 5.226,69/ano, ou R\$ 435,56/mês; a RNA alcançou R\$ 3.581,11/ano, ou R\$ 298,43/mês, totalizando uma renda familiar de R\$ 8.807,80/ano e R\$ 733,98/mês. As famílias que não combinam atividades agrícolas com não-agrícolas, e tampouco recebem TG, obtêm renda agrícola de R\$ 3.997,50/ano e de R\$ 333,12/mês. Não raro, as TG também contribuem para assegurar a manutenção e o funcionamento dos SP. A permanência das famílias no PASJ é favorecida pelos baixos custos de produção, pelos rendimentos do cacau, e, em alguns casos, pelas vendas de dias de trabalho. Embora gênero não seja objeto desta pesquisa, elevados valores de unidades de trabalho familiar (UTf) revelam a importância do trabalho feminino, direta ou indiretamente no SP. Espera-se que a identificação de SPi mais ou menos eficientes contribua para a formulação de políticas públicas, particularmente ATER. Da eficiência dos SPi familiares, praticados nas áreas de assentamento, depende o êxito da reforma agrária.

Palavras-chave: Pluriatividade. Bahia. Região Cacaueira. Sistemas de Produção. Renda familiar. Integração. Uruçuca.

RESUME

Cette étude de cas, réalisée chez les familles qui intègrent le Projet de Réforme Agraire São Jorge (PASJ), concerne la pluriactivité et le revenu des 37 familles y installées. On analyse et le patrimoine et le revenu familial, en comparaison les familles pluriactives avec celles que ne pratiquent que l'agriculture. On suppose que les familles pluriactives touchent un revenu agricole plus important que celui des autres familles. La recherche sur le terrain s'appuie sur la méthode "Analyse-Diagnostic de Systèmes Agraires/Activités". Lectures du paysage, interviews historiques auprès des informants-clés et des familles, rendent possible et la construction d'une typologie des Systèmes de Production (SPi) et des Producteurs (Pi) et la définition des agriculteurs familiaux dont le revenu suppose certaines combinaisons telles que: revenu agricole, allocations sociales (bourse-famille), retraites, paiements aux travailleurs journaliers, et ceux qui sont touchés par les membres pluriactifs. On a défini cinq types de SP et d'activités non agricoles. Toutes les 37 familles pratiquent l'agriculture, dont quatre (soit 11%) sont des journaliers agricoles, et cinq (soit 13%) sont pluriactifs. Au-delà des revenus agricole (RA) et non agricole (RNA), on a estimé et analysé les variables: le temps de travail familial (TF) selon chaque activité, la productivité du travail, les degrés de spécialisation des SP, de culture, d'élevage, et ceux de transformation. L'échantillon est constitué par neuf producteurs visités et interviewés, dont trois pratiquent des SP diversifiés, cinq sont spécialisés, et l'un d'entre eux qui est très spécialisé. Le rapport Produit Brut (PB) suppose que les SP diversifiés entraînent un RA plus élevé. Parmi d'autres résultats, on a estimé l'autoconsommation des familles et les différents niveaux de performance microéconomique des SP, en comparant le revenu des agriculteurs exclusives avec celui des familles pluriactives. Une participation plus importante des RNA dans le revenu familial n'assure pas l'hégémonie de la pluriactivité au PASJ, soit le RNA formé par les activités non agricoles, soit par les allocations sociales et subventions ou transferts gouvernementaux (TG). On a estimé le RA moyen autour de R\$ 5.226,69/an, soit R\$ 435,56/mois; le RNA a atteint R\$ 3.581,11/an, soit R\$ 298,43/mois, ce qui totalise un revenu familial de R\$ 8.807,80/an soit R\$ 733,98/mois. Les familles qui ne pratiquent pas une combinaison entre des activités agricoles et celles non agricoles, et ne sont pas bénéficiaires des TG, touchent un RA plus bas, autour de R\$ 3.997,50/an, soit R\$ 333,12/mois. Fréquemment, les TG contribuent aussi pour assurer l'entretien et la mise en pratique des SP. La résistance des familles au PASJ est favorisée par les coûts de production plus bas, par les ventes de cacao, et, dans certains cas, par la vente de la force de travail (journaliers). Tant que le concept de genre ne soit pas objet de cette recherche, des unités de travail familial (UTf) révèlent l'importance du travail féminin, soit directement, soit indirectement lié au SP. On estime que la définition de SPi plus ou moins performants contribuera à la formulation de politiques publiques, particulièrement les services de vulgarisation (technique). La réussite de la réforme agraire dépend de SPi familiaux de plus en plus performants.

Mots-clés: Pluriactivité. Bahia. Région Cacaotière. Systèmes de Production. Revenu familial. Intégration. Uruçuca.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Composição das atividades e da renda familiar	85
Lista de quadros	
Quadro 1 – Características das famílias pluriativas e diaristas agrícolas	82
Quadro 2 – Nomenclatura dos produtores	90
Quadro 3 – Tipologia dos produtores	90
Quadro 4 – Tipologia dos sistemas de produção	91
Quadro 5 – Grau de Especialização do sistema de produção	92
Quadro 6 – Grau de integração ao mercado dos sistemas de produção: oferta de produtos agrícolas	94
Quadro 7 – Grau de integração ao mercado dos sistemas de produção: demanda de fatores de produção	95
Quadro 8 – Resumo da análise dos sistemas de produção quanto ao grau de especialização e integração	96
Lista de gráficos	
Gráfico 1 – Número de pessoas por faixa etária	78
Gráfico 2 – Número de assentados por faixa etária	79
Gráfico 3 – Número de estudantes	79
Gráfico 4 – Escolaridade das famílias	80
Gráfico 5 – Composição da renda familiar no PASJ	86
Gráfico 6 – Percentual das famílias por faixa salarial considerando a RA	88
Gráfico 7 – Ocupação familiar por atividade do P1	98
Gráfico 8 – Percentual da renda familiar do P1	100
Gráfico 9 – Percentual da composição da renda familiar do P1	101
Gráfico 10 – Sistema de produção do produtor P1: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	103
Gráfico 11 – Ocupação familiar por atividade do P2a	104
Gráfico 12 – Percentual da renda familiar do P2a	106
Gráfico 13 – Percentual da composição da renda familiar do P2a	107
Gráfico 14 – Sistema de produção do produtor P2a: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	108
Gráfico 15 – Ocupação familiar por atividade do P2b	109
Gráfico 16 – Percentual da renda familiar do P2b	111
Gráfico 17 – Percentual da composição da renda familiar do P2b	111
Gráfico 18 – Sistema de produção do produtor P2b: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	112
Gráfico 19 – Ocupação familiar por atividade do P3a	114

Gráfico 20 – Percentual da renda familiar do P3a	115
Gráfico 21 – Percentual da composição da renda familiar do P3a	116
Gráfico 22 – Sistema de produção do produtor P3a: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	117
Gráfico 23 – Ocupação familiar por atividade do P3b	118
Gráfico 24 – Percentual da renda familiar do P3b	120
Gráfico 25 – Percentual da composição da renda familiar do P3b	120
Gráfico 26 – Sistema de produção do produtor P3b: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	122
Gráfico 27 – Ocupação familiar por atividade do P4	124
Gráfico 28 – Percentual da renda familiar do P4	126
Gráfico 29 – Percentual da composição da renda familiar do P4	126
Gráfico 30 – Sistema de produção do produtor P4: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	127
Gráfico 31 – Ocupação familiar por atividade do P5a	129
Gráfico 32 – Percentual da renda familiar do P5a	131
Gráfico 33 – Percentual da composição da renda familiar do P5a	131
Gráfico 34 – Sistema de produção do produtor P5a: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	132
Gráfico 35 – Ocupação familiar por atividade do P5b	134
Gráfico 36 – Percentual da renda familiar do P5b	136
Gráfico 37 – Percentual da composição da renda familiar do P5b	136
Gráfico 38 – Sistema de produção do produtor P5b: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	137
Gráfico 39 – Ocupação familiar por atividade do P5c	139
Gráfico 40 – Percentual da renda familiar do P5c	141
Gráfico 41 – Percentual da composição da renda familiar do P5c	142
Gráfico 42 – Sistema de produção do produtor P5c: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada	143
Gráfico 43 – Composição da renda familiar calculada no PASJ	144
Gráfico 44 – Eficiência econômica dos sistemas de produção	147

Lista dos Fluxogramas

Fluxograma 1 – SP1 – Sistema de produção pouco integrado	100
Fluxograma 2 – SP2a – Sistema de produção integrado	106
Fluxograma 3 – SP2b – Sistema de produção pouco integrado	110
Fluxograma 4 – SP3a – Sistema de produção pouco integrado	115
Fluxograma 5 – SP3b – Sistema de produção pouco integrado	119
Fluxograma 6 – SP4 – Sistema de produção pouco integrado	125

Fluxograma 7 – SP5a – Sistema de produção pouco integrado	130
Fluxograma 8 – SP5b – Sistema de produção pouco integrado	135
Fluxograma 9 – SP5c – Sistema de produção pouco integrado	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda familiar média autodeclarada no PASJ	87
Tabela 2 – Número de famílias por faixa salarial considerando a RA	87
Tabela 3 – Número de famílias por faixa salarial considerando a RFT	88
Tabela 4 – Número de famílias por faixa salarial: RA + RNA oriunda das atividades não-agrícolas	89
Tabela 5 – Grau de especialização do sistema de produção	93
Tabela 6 – Grau de integração ao mercado pelo lado da oferta dos produtos agrícolas	94
Tabela 7 – Grau de integração ao mercado pelo lado da demanda dos agricultores por fatores de produção	95
Tabela 8 – Renda agrícola e não-agrícola por produtor	145
Tabela 9 – Renda familiar média calculada no PASJ	145
Tabela 10 – Renda agrícola por área e por UTf	146

LISTA DE ABREVIATURAS

AAPSJ	Associação Agrícola do Projeto São Jorge e São José
AC	Autoconsumo
AP	Aposentadoria
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATNA	Atividades Não-Agrícolas
BF	Bolsa-Família
CAIs	Complexos Agroindustriais
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CI	Consumo Intermediário
CIB	Conservation International do Brasil
D	Depreciação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nation (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)
FRT	Formas de Relações de Trabalho
GE	Grau de Especialização
GIM	Grau de Integração ao Mercado
GPAF	Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESB	Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia
INA-PG	Instituto Nacional Paris-Grignon
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAT	Instituto Paris Agro Tech
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PASJ	Projeto de Assentamento São Jorge e São José
PB	Produto Bruto
PEA	População Econômica Ativa
P	Produtores
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Pluriatividade
PNADs	Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios
PROCACAU	Programa de Expansão da Lavoura Cacaueira
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
RA	Renda Agrícola
RFT	Renda Familiar Total
RM	Renda Monetária
RNA	Renda Não-Agrícola
SA	Sistema de Atividades
SAF	Secretaria da Agricultura familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SP	Sistema de Produção
SRA	Secretaria da Reorganização Agrária
TF	Transferências Familiares
TG	Transferências Governamentais
UE	União Européia
UTF	Unidade de Trabalho familiar
VA	Valor Agregado
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	MODERNIZAÇÃO E PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR	19
2.1	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	19
2.1.2	A modernização agrícola na Bahia: breve revisão	25
2.2	EXPANSÃO DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS: O NOVO MUNDO RURAL	33
2.3	CONCEITO E TRAJETÓRIA DA PLURIATIVIDADE: UM BREVE RESGATE	37
2.3.1	Conceito de pluriatividade	37
2.3.2	A trajetória do conceito	39
2.3.3	A pluriatividade no Brasil	44
3	AGRICULTURA FAMILIAR	49
3.1	O CRÉDITO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	49
3.2	A COMPOSIÇÃO DA RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR	52
4	ESTUDO DE CASO	57
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS/ATIVIDADES	57
4.2	ECOSSISTEMA E SISTEMA AGRÁRIO	65
4.2.2	Caracterização da área	73
4.3	PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JORGE E SÃO JOSÉ (PASJ)	75
4.3.1	Perfil socioeconômico	76
4.3.1.1	Informações gerais	76
4.3.1.2	Composição das atividades e da renda familiar	81
4.3.1.3	Participação da renda não-agrícola na renda familiar	85
4.4	TIPOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	89
4.4.1	Tipologia dos Produtores e dos sistemas de produção/atividades	89
4.4.2	Análise dos principais tipos de produtores, seus respectivos sistemas de produção/atividades: ocupação e renda familiar por atividades	96
4.4.3	Análise comparativa dos resultados econômicos dos sistemas de produção	143
5	CONCLUSÃO	151
	REFERÊNCIAS	159
	APÊNDICES	165
	ANEXOS	204

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo de caso, realizado na Região Cacaueira da Bahia, especificamente no município de Uruçuca, Projeto de Assentamento São Jorge e São José (PASJ), trata-se da pluriatividade, com base no cálculo e estudo da composição das rendas (ou rendimentos) das 37 famílias assentadas¹. O seu objetivo é verificar a participação das rendas agrícola (entende-se como renda agrícola aquela obtida em atividades realizadas no agro, ou seja, lavouras, pecuária, extrativismo, que alguns preferem chamar agropecuária) e não-agrícola, na renda familiar, comparando-se a renda média entre famílias exclusivamente agrícolas e famílias pluriativas. Supõe-se que as famílias pluriativas obtiveram renda agrícola superior à das famílias que só praticam atividades agrícolas. A pesquisa de campo apóia-se no método “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários”, adaptado para sistemas de atividades, como forma de se analisarem também as atividades não-agrícolas que caracterizam a pluriatividade.

O levantamento de dados primários tem como referência temporal o ano-calendário de 2007. Utilizaram-se também dados secundários para caracterização da Região Cacaueira. Em relação à regionalização, partindo do geral para o particular, optou-se, seguindo a classificação do IBGE, por fazer uma breve descrição das principais características da mesorregião Sul Baiano e da microrregião Litoral Sul onde está inserido o município Uruçuca².

Além desta introdução, a dissertação é composta por mais quatro capítulos. Os segundo e terceiro capítulos apóiam-se em revisão de literatura sobre a modernização, pluriatividade, e agricultura familiar.

São os seguintes os critérios estabelecidos com base nas definições encontradas na revisão teórica, visando à caracterização das famílias na pesquisa de campo: a) são consideradas famílias agrícolas quando todos os seus membros exerceram apenas atividades agrícolas, ou seja, praticam sistemas de cultivo, de criação, e de transformação agrícola; b) quando pelo menos um dos seus integrantes exerce alguma ocupação não-agrícola, a família é pluriativa;

¹ Embora a pesquisa de campo tenha sido realizada em 2008, a base de dados para o cálculo da renda refere-se ao ano civil de 2007.

² Existem outras regionalizações, tais como regiões econômicas (15) e territórios de identidade (26), utilizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia/SEI, a partir de 2007. Todavia, já se dispõe de um maior número de pesquisas realizadas na Região Cacaueira, conforme definição do IBGE.

c) são consideradas famílias com diaristas agrícolas quando pelo menos um dos seus membros vende dias de trabalho na própria comunidade ou no seu entorno – desde que em alguma atividade agrícola; d) consideram-se famílias não-agrícolas aquelas em que os seus membros só exercem atividades não-agrícolas, mas isso não foi verificado no PASJ.

Neste estudo considera-se Renda Familiar Total (RFT) a soma da renda agrícola (RA) e das Rendas Não-Agrícolas (RNA), inclusive aquelas provenientes de Transferências Governamentais (TG) e Transferências Familiares (TF). O termo RNA abrange as rendas oriundas das atividades não-agrícolas, ou seja, que não estão vinculadas aos subsistemas lavoura, criatório; como artesanato, comércio, transformação/beneficiamento externos, e serviços; abrange também a prestação de serviços fora da unidade de produção familiar (diaristas agrícolas); as TG, como aposentadoria, pensão, bolsa-família; e as TF.

O meio rural vem passando por profundas transformações sociais nos últimos vinte anos, explicadas em parte, pelo avanço do sistema capitalista frente às atividades agrárias modernizando a agricultura, e propiciando a presença das atividades não-agrícolas no meio rural. Outras explicações estão vinculadas a fatores estruturais, como pauperização do campo, a oscilação dos preços, mesmo em espaços que não passaram pelo processo de modernização.

O setor agrícola sofreu grandes impactos com a implantação da revolução verde, acompanhando o aumento do rendimento físico e da produtividade do trabalho para as grandes propriedades; segue o intenso êxodo rural, desemprego rural, reconcentração de terras e renda, desgastes ambientais e expansão da fronteira agrícola. Essa composição de fatores socioeconômicos criou ou intensificou as condições objetivas para a formação do “novo rural” e/ou para que as famílias buscassem estratégias de sobrevivência visando à complementação da sua renda

Através da revolução verde houve a disseminação de técnicas agrícolas desenvolvidas nos países centrais para os países periféricos. Esse pacote tecnológico, exportado para o Brasil, tinha como objetivo aumentar a produtividade das lavouras destinadas ao mercado externo ou a produção em escala para o mercado interno a fim de abastecer o setor de transformação.

A integração técnico-produtiva da agricultura com a indústria significa a total dominação da indústria, tanto a montante quanto a jusante, sobre a agricultura, isto é, a indústria tanto

estabelece os preços dos insumos, quanto domina na aquisição das matérias-primas devido ao seu poder de compra. Essa dependência é mais prejudicial para os pequenos e médios agricultores, que, sem poder de barganha, são atingidos diretamente no seu núcleo familiar.

Por um lado esse processo de modernização agrícola tem como resultado uma queda na taxa de crescimento dos rendimentos médios dos agricultores, levando-os a buscar rendimentos alternativos. Por outro lado, com o avanço tecnológico e organizacional, ocorrem inovações que poupam trabalho manual e destroem postos de trabalhos, levando à desocupação parcial e total da mão-de-obra na agricultura. Para a Bahia, entende-se que a desocupação da mão-de-obra na agricultura tem maior nitidez e dinamismo nos espaços que têm um maior nível de desenvolvimento das tecnologias agrícolas. Todavia a desocupação da mão-de-obra agrícola, assim como o crescimento das atividades não-agrícolas, não são explicados exclusivamente pela modernização, tampouco a queda na taxa dos rendimentos médios atinge apenas os agricultores que adotaram sistemas de produção modernos.

Couto Filho (2003, p. 17) conclui que, na Bahia, a agropecuária passa concomitantemente pelo processo da crise de produtos e modelos de produção tradicionais e pela implantação tardia do modelo produtivista, implicando significativos impactos econômicos, sociais e ambientais. “Entende-se, então que o campo baiano apresenta uma grande pluralidade regional, com características muito distintas, o que leva à composição, não de um, mas de diversos ‘novos rurais’, cada um com uma dinâmica de ocupação da mão-de-obra no meio rural”. Pode-se dizer que não existe um “novo rural” único, homogêneo, nem mesmo nas microrregiões modernizadas. Os problemas no campo baiano, em sua maioria, ainda são decorrentes de fatores estruturais, que induzem e/ou intensificam o surgimento das atividades não-agrícolas no meio rural.

No quarto e no quinto capítulo encontram-se o estudo de caso e a conclusão, respectivamente. O quarto capítulo baseia-se em dados primários, obtidos diretamente na área objeto do estudo de caso, o PASJ. A base metodológica para coleta, tratamento e análise dos dados primários é a “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários/Atividades”, utilizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pela instituição francesa Instituto Nacional Agrônômico (INA), de Paris-Grignon, atual ParisAgroTech. A partir de entrevistas históricas e percursos sobre o terreno, no assentamento, construiu-se uma tipologia dos Sistemas de Produção (SPi) e dos Produtores (Pi), do que resultou a seguinte classificação:

agricultor familiar tradicional com renda exclusivamente agrícola; agricultor familiar tradicional que recebe TG (bolsa-família); agricultor familiar tradicional que recebe TG (aposentadoria); agricultor familiar tradicional diarista agrícola; agricultor familiar pluriativo.

Os indicadores considerados na análise são: Unidade de Trabalho Familiar (UTf), renda, produtividade do trabalho, diversidade de culturas, e integração entre os subsistemas que compõem os sistemas de produção familiar e deste com os sistemas de transformação, grau de integração ao mercado, grau de especialização. Especificamente, apresentam-se como principais resultados, os cálculos da renda familiar agrícola e não-agrícola, inclusive o autoconsumo, comparando-se os diferentes níveis de eficiência microeconômica dos sistemas de produção praticados pelas famílias do assentamento. Posteriormente, comparam-se as rendas agrícolas das famílias agrícolas com as rendas agrícolas das famílias pluriativas.

Os assentados diversificam a produção para compor a cesta básica, e, por isso, os sistemas de cultivo e de criação estão relacionados aos hábitos alimentares. Apesar da adequação do solo para a lavoura do cacau, esse sistema de cultivo apresenta-se em 2º lugar em termos de eficiência econômica (relacionando-se renda agrícola, área e unidade de trabalho familiar).

Entre os nove produtores, representantes típicos do PASJ, observam-se três diversificados, cinco especializados e apenas um muito especializado. Entre os diversificados, dois integram o grupo das famílias pluriativas, e um integra o grupo das famílias de agricultores tradicionais que recebem RNA proveniente de TG sob a forma de aposentadoria. Ao se relacionarem Produto Bruto (PB) e diversificação, confirma-se a hipótese de que sistemas de produção diversificados implicam maiores rendas agrícolas, pois três produtores classificados como diversificados receberam as rendas mais elevadas.

A integração ao mercado, por meio da venda dos produtos agrícolas, indica: apenas dois tipos foram considerados muito integrados ao mercado, pois apresentaram GIM superior a 90%. Os demais produtores foram classificados como integrados ao mercado.

No PASJ identificaram-se atividades agrícolas e não-agrícolas. Entre as trinta e sete (37) famílias, 28 (ou 76%) praticam atividades exclusivamente agrícolas; quatro (11%), além de praticar agricultura, são diaristas agrícolas; e cinco famílias (13%) são pluriativas. No que se refere à ocorrência das atividades não-agrícolas (que conformam a pluriatividade)

observaram-se as seguintes classificações: diaristas urbanos, comércio, serviços. As famílias assentadas diversificam as fontes de renda para o sustento da família, bem como para o custeio dos Sistemas de Produção/Atividades.

A renda familiar é composta por RA e RNA. Embora 76% das famílias trabalhem exclusivamente na agricultura, apenas 14% auferem renda exclusivamente agrícola, enquanto 86% possuem RA e RNA. Essa elevada participação da RNA, na composição da renda, não garante a predominância da pluriatividade no assentamento, pois a RNA pode ser proveniente tanto das atividades não-agrícolas, quanto das políticas públicas como aposentadoria, pensão, bolsa-família.

Considerando os nove produtores a renda média agrícola familiar é de R\$5.226,69/anual, e R\$435,56/mensal; a renda não-agrícola em termos médio por família é de R\$3.581,11/anual e de R\$397,90/mensal, totalizando uma renda familiar de R\$8.807,80/ano e R\$978,64/mês, em termos médios. As famílias que não combinaram atividades, e que não auferiram rendas governamentais, possuem uma renda agrícola média de R\$3.997,50/anual e de R\$333,12/mensal. As famílias pluriativas possuem uma renda agrícola de R\$6.031,67.

Conclui-se que a permanência das famílias no PASJ é possibilitada pelos baixos custos de produção, e pelos rendimentos financeiros obtidos das lavouras, sobretudo de cacau. As rendas provenientes das transferências governamentais também são relevantes para a manutenção dos sistemas de produção/atividades. Além disso, o fato de se organizarem, de forma a disponibilizar parte de sua mão-de-obra para atividades não-agrícolas e vendas de dias, possibilita às famílias auferirem uma maior renda familiar.

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que, mesmo enfrentando dificuldades na produção agrícola, durante o processo de implantação da reforma agrária, as famílias assentadas auferem uma renda agrícola que lhes possibilita o custeio das despesas familiares e dos sistemas de produção.

2 MODERNIZAÇÃO E PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

O meio rural vem passando por profundas transformações sociais nos últimos 20 anos, explicadas, em parte, pelo avanço do sistema capitalista frente às atividades agrárias modernizando a agricultura, e propiciando a presença das atividades não-agrícolas no meio rural. Uma das explicações para a emergência de atividades não-agrícolas é decorrente da modernização da agricultura. Outras explicações estão vinculadas a fatores estruturais, pauperização do campo, pela oscilação dos preços, mesmo em espaços que não passaram pelo processo de modernização.

Neste capítulo faz-se uma breve revisão da literatura sobre a modernização agrícola e a pluriatividade na agricultura familiar. Uma vez selecionados, os conceitos são definidos e apresentados como suporte às categorias analisadas na pesquisa de campo.

2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Uma das explicações para a emergência de atividades não-agrícolas no meio rural decorre da modernização da agricultura. Mas, conforme aponta Guimarães (1982), a ocorrência de atividades não-agrícolas no meio rural não é um fenômeno novo, a agricultura e a indústria na antiguidade constituíam uma unidade territorial integrada; e com a queda da rentabilidade agrícola a produção artesanal surgia como atividade complementar.

Guimarães (1982), em sua obra “A Crise Agrária”, faz um estudo sistematizado das transformações da agricultura e mostra que com a separação entre a agricultura e a indústria, a agricultura perde a hegemonia política e econômica na sociedade e, posteriormente, quando é necessário integrar-se à indústria, o faz de forma subordinada e dependente, na forma dos Complexos Agroindustriais (CAIs), modificando relações sociais, processos produtivos e sistemas de produção³. O declínio da lucratividade agrícola revela-se pelo alastramento, na maioria dos países desenvolvidos, da agricultura a tempo parcial. A demanda por ocupação fora do estabelecimento agrícola vem da necessidade de se complementar rendas insuficientes, sendo que na maioria dos casos, a renda não-agrícola supera a renda agrícola.

³ De acordo com Guimarães (1982), na década de 1950, o conceito de Complexo Agroindustrial surgiu a partir das teorias formuladas pelo Professor Wassily Leontief a respeito da participação das atividades agrícolas nas relações inter-setoriais.

No ambiente da crise agrária mundial, quanto mais declina o lucro da agricultura (pela queda do preço dos produtos agrícolas; elevação do custo de produção e do preço da terra) tanto mais ela precisa aumentar a sua produtividade. Para que isso seja possível a agricultura torna-se cada vez mais atividade intensiva em capital. A agricultura expandiu-se mundialmente, no período de 1870 a 1970, pelo emprego de métodos e processos extensivos (tradicionais) e intensivos (modernos), embora se reconheça a superioridade destes sobre aqueles, pois são os processos modernos que proporcionaram contribuições mais relevantes do ponto de vista do aumento do rendimento físico por unidade de área ou de produtividade do trabalho. Esse reconhecimento aponta a transformação das forças produtivas como elemento propulsor do progresso da agricultura, no sentido da melhoria de sua produtividade e do aumento de sua produção.

O desenvolvimento industrial impulsionou o desenvolvimento agrícola, mas a agricultura não se desenvolveu de forma homogênea. Assincronicamente, a agricultura é formada por “explorações familiares camponesas” e por “explorações modernas”. Estas fazem uso de novos equipamentos técnicos, conhecimento genético, níveis de racionalidade, estruturando-se enquanto “exploração empresarial”.

Se os métodos tradicionais são encontrados lado a lado dos métodos modernos, isso quer dizer que a agricultura não se desenvolveu uniformemente em toda a parte, que nalgumas regiões a agricultura ainda não se industrializou, que ainda adota estruturas, meios de trabalhos, formas de gestão e níveis tecnológicos correspondentes a modos de produção diversos dos dominantes. (GUIMARÃES, 1982, p. 83).

A agricultura, ao passar por um processo evolutivo (evolução quantitativa) via industrialização, através da união com a indústria vai substituindo as “velhas forças produtivas” pelas “novas forças produtivas” o que implica a transformação “por diferentes meios e processos” das condições internas dos estabelecimentos agrícolas. (GUIMARÃES, 1982, p. 87).

A interligação entre agricultura e indústria estimulou, por um lado, a interiorização da indústria, por outro, a manutenção de vínculos operacionais, econômicos e financeiros, dispensando-se a proximidade física entre indústria e unidades de produção das matérias-primas.

Cada passo à frente nesse processo (...) significa para o homem do campo a eliminação de tarefas penosas e a aproximação de suas aspirações de bem-estar e liberdade. (...) a utilização do motor a explosão, da eletricidade e da cibernética estão abrindo para o homem do campo uma nova etapa de mutações cujo importante significado mal se pode antecipar. O problema fundamental, comum a todas as nações, está em como fazer chegar os benefícios desse processo evolutivo ao maior número possível de pessoas e, de modo especial, à maioria da população produtiva do campo. (GUIMARÃES, 1982, p. 88).

Nos anos 1950, com as mudanças tecnológicas, a agricultura mundial atingiu altos índices de crescimento, tanto na produção quanto na produtividade. Nesse período também ocorreram numerosas inovações tecnológicas, melhorias dos equipamentos voltados à agricultura, técnicas de irrigação, defensivos químicos, variedades de sementes de altos rendimentos e maior resistência às pragas. É nessa época que se inicia a fase da “industrialização dirigida”, na qual a indústria direciona o processo da agricultura, tornando a agricultura cada vez mais integrada e dependente da grande indústria.

A agricultura é atraída à integração não só para assegurar a obtenção de meios de produção mais eficientes, necessários ao incremento de sua produtividade, como também para garantir o escoamento dos seus produtos em um mercado cada vez mais controlado pelas grandes empresas industriais e/ou comerciais. (GUIMARÃES, 1982, p. 93).

No ambiente do pós-guerra, as relações entre os países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos são orientadas por uma nova estratégia conhecida como revolução verde⁴, que tinha como objetivo superar os obstáculos tecnológicos do setor agrícola. Dessa forma, a revolução verde aparece como solução da agricultura, dos problemas rurais; a princípio, tem-se o aumento dos rendimentos físicos e da produtividade agrícola com a introdução das novas variedades⁵.

⁴ De acordo com Guimarães (1982, p. 222), as bases desse conjunto de medidas chamadas revolução verde foram lançadas “com o concurso de instituições norte-americanas tão identificadas com os interesses dos monopólios multinacionais como as Fundações Ford e Rockefeller, o Development Advisory, o Banco Mundial e a USAID”. Países como Brasil, México, Filipinas, Nigéria, Colômbia, Peru, Quênia, Etiópia, e Índia passaram a utilizar sementes modificadas dependentes de insumos industriais. (...) “A revolução verde expressão usada pela primeira vez em 1968 por William S. Gaud, vice-presidente executivo da International Finance Corporation, órgão do Banco Mundial ganhou rapidamente conotações de um mito, apresentando-se como a milagrosa panacéia, mediante a qual os males da miséria rural, causa dos graves conflitos e descontentamentos que dominavam, nos anos de 1960, quase todos os países pobres, iriam ser facilmente extirpados”. Guimarães (1982, p. 225).

⁵ “As primeiras providências para a implementação do programa de estudos das novas variedades de alto rendimento (VAR) datam de 1943, quando os Rockefeller enviaram ao México o patologista J. George Harrar”. Guimarães. (1982, p. 223).

Remover os obstáculos tecnológicos – e só eles – significava adotar um “pacote de insumos” que incluía sementes de variedades melhoradas, de alto rendimento, principalmente de trigo e arroz acompanhadas do uso obrigatório de grande proporção de fertilizantes, de equipamentos mecânicos avançados e de sistemas de irrigação controlada. (GUIMARÃES, 1982, p. 223).

Essas novas variedades, além de alcançarem maior produtividade, ocupam menor espaço. Como são culturas intensivas em capital, exigem terras irrigadas, fertilizantes e pesticidas, ou seja, exigem a imposição dos pacotes tecnológicos aos agricultores.

O segredo das novas variedades está na maneira diferente com que reagem aos fertilizantes. Enquanto as sementes convencionais, se bem fertilizadas, transformam-se, na medida em que a dose de nutrientes que recebem aumenta, em plantas de maiores dimensões e, por isso, requerem espaçamento maior e número menor de plantas por área, as variedades de altos rendimentos, anãs ou semi-anãs, transformam os nutrientes em mais produtos, sem aumentarem sua estrutura. E, ocupando menor espaçamento, rendem mais por área, não só porque a produtividade de cada planta aumenta, como porque o número de unidades semeadas é maior. (GUIMARÃES, 1982, p. 224).

Dessa forma os países mais industrializados – EUA e alguns da Europa – passaram por um rápido desenvolvimento agrícola fundamentado na incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais, com grande apoio do Estado. Os EUA difundiram esse modelo de produção através do Plano Marshall para os países que haviam sido destruídos pela Guerra. Como resultado esses países alcançaram um significativo aumento de oferta de alimentos e matérias-primas, enquanto que internamente as suas demandas tornavam-se crescentemente inelásticas, levando-os a potencializar suas exportações.

Seguindo essa orientação, o setor agrícola no Brasil, a partir de meados do século XX, passa por um processo de modernização ao se integrar à indústria. Dessa integração surgem no país os CAIs com forte interdependência entre a agricultura e a indústria, resultando numa economia com grande emprego de capital e menor dependência da força de trabalho em relação à terra. Conforme Romeiro (1991), a revolução verde, com sua produção especializada, foi difundida pelo modelo euro-americano⁶.

É importante ressaltar que, no cenário nacional dos anos 1950, já existia a agroindústria a jusante responsável pelo processo posterior que se segue à produção agrícola, do tipo:

⁶ “O que chamamos de Modelo Euro-Americano de Modernização Agrícola é o sistema de produção que tornou viável a difusão em larga escala da prática da monocultura”. (ROMEIRO, 1991, p. 175). Esse modelo é também conhecido como modelo produtivista.

transformação, esmagamento, armazenamento, processamento, distribuição e produção de derivados. A agroindústria a montante foi consolidada nos anos 1970, sendo esta responsável pelo processo anterior à produção agrícola, envolvendo a produção de máquinas, equipamentos e insumos, tais como, defensivos químicos, fertilizantes, dentre outros.

Segundo Guimarães (1982), de certa forma há uma redescoberta da agricultura na década de 1970 com a expansão do *agribusiness*, que reforça a concentração da propriedade e renda e contribui para o crescimento do êxodo rural. Pois as políticas estatais foram orientadas no sentido de desenvolver a produtividade da agricultura sem modificar a estrutura fundiária. Conforme Oliveira (2001), a política do Estado, direcionada para o agro, mantém estreita relação com a reprodução do capital em sua globalidade.

A partir dos anos 1970, a agricultura brasileira, impulsionada por políticas estatais sob a influência do modelo euro-americano, tem significativos ganhos de rendimentos físicos e de produtividade do trabalho. Diversos trabalhos mostram que nesse período também houve um crescimento significativo na concentração da posse e propriedade da terra, bem como um agravamento das péssimas condições socioeconômicas nas quais viviam os trabalhadores rurais.

Segundo Espírito Santo (1998, p. 81), no período entre 1969 e 1976, o Estado⁷ promove o desenvolvimento das grandes propriedades e incentiva o aumento da produção que apresentasse potencialidade de industrialização e/ou exportação: “os benefícios do crédito subsidiado, através de taxas de juros reais negativas, foram destinados às propriedades que possivelmente apresentariam mais rápidos aumentos de produção”.

A política pública para o setor agrícola acentuou-se a partir da década de 1970, de forma deliberada e forte a fim de modernizar a agricultura. Além das políticas de créditos, revestiu-se de grande importância a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que passou a desempenhar papel relevante como agente fomentador de políticas tecnológicas direcionadas para a produção agrícola em escala.

⁷ Aqui se trata do período militar, sob a ideologia do Brasil potência mundial emergente, com a necessidade de diversificação da pauta de exportações, tanto na parte agrícola quanto na industrial.

Assim, as decisões relativas à escolha dos modelos produtivos agrícolas são e continuarão a ser fatos de natureza política através dos quais as autoridades exprimem essencialmente os interesses das classes e categorias de que são representantes, considerando-se as relações de forças e contradições sociais em vigor. (COUTO, 1999, p. 67).

De acordo com Guimarães (1982), a modernização conservadora possibilitou o desenvolvimento da agricultura sem modificar a estrutura fundiária concentrada. O crescimento da produtividade aconteceu atrelado à quimificação e à mecanização, tendo em vista o mercado externo e a demanda do setor industrial que moldaram o perfil da agricultura brasileira.

Com a modernização da agricultura, e a conseqüente imposição da padronização, o meio rural passa por um processo de transformação tanto nas formas de produção, quanto nas relações sociais. Segundo Couto e Dufumier (1998), o baixo rendimento agrícola e a liberação da mão-de-obra devido ao avanço da tecnologia são fatores que impulsionam os agricultores a complementarem as suas rendas praticando atividades não-agrícolas.

A imposição do processo de padronização ocorre por vários mecanismos indutores: a) razões técnicas; b) razões econômicas; c) formação do agricultor; d) pela agroindústria processadora; e) por medidas regulamentadoras; f) em razão do desenvolvimento das exportações; g) por razões ideológicas. (COUTO, 1999, p. 35).

Para Couto (1999), os sistemas agrários especializados que se desenvolveram no padrão tecnológico enfrentam uma crise estrutural. Os resultados da aplicação do modelo produtivista podem ser analisados através dos impactos ambientais e socioeconômicos⁸. Os impactos ambientais ocasionam quedas de eficiência técnica, de produtividade do trabalho e de rendas, acompanhada de um crescimento dos excedentes, que levam à adoção de políticas ofensivas de exportação. “Todavia, os efeitos dos impactos ambientais revelam-se ainda mais graves, no longo prazo, porquanto comprometem a própria base produtiva da agricultura”. (COUTO, 1999, p. 91).

Segundo Guimarães (1982), os resultados foram positivos no tocante ao crescimento da produtividade agrícola em regiões e estabelecimentos que já dispunham de rendas elevadas. Dessa forma, intensificou-se a desigualdade em termos de rendas na zona rural, agravando as

⁸ Sobre os impactos causados pelo modelo produtivista, ver Couto (1999). Apesar de existirem controvérsias entre revolução verde e o modelo produtivista, nesta dissertação foram considerados como semelhantes.

contradições da agricultura capitalista. Guimarães (1982, p. 225) aponta como resultado da revolução verde efeitos adversos aos pequenos agricultores: “a rápida e excessiva alta nos preços dos arrendamentos e no valor das terras, a expulsão dos camponeses das terras vizinhas, a concentração das propriedades, os superlucros de poucos e a ruína de muitos”.

Em síntese, o setor agrícola sofreu grandes impactos com a implantação da revolução verde, acompanhando o aumento do rendimento físico e da produtividade do trabalho para as grandes propriedades; segue o intenso êxodo rural, desemprego rural, reconcentração de terras e renda, desgastes ambientais e expansão da fronteira agrícola. Essa composição de fatores socioeconômicos criou ou intensificou as condições objetivas para a formação do “novo rural” e/ou para que as famílias buscassem estratégias de sobrevivência visando à complementação da sua renda.

2.1.2 A modernização agrícola na Bahia: breve revisão

Este item baseia-se em um estudo realizado por Couto Filho (2003)⁹, que fez uma análise regionalizada da década de 1990 sobre a ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia para sete mesorregiões¹⁰, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aborda-se mais especificamente a mesorregião Sul Baiano, por se tratar do espaço no qual está inserido o assentamento estudado na pesquisa de campo.

Através da revolução verde houve a disseminação de técnicas agrícolas desenvolvidas nos países centrais para os países periféricos. Esse pacote tecnológico, exportado para o Brasil, tinha como objetivo aumentar a produtividade das lavouras destinadas ao mercado externo ou a produção em escala para o mercado interno a fim de abastecer o setor de transformação. Como resultado, houve o crescente rendimento físico e da produtividade do trabalho, associado ao aumento do desemprego. Além de causar graves problemas ambientais, houve também um processo de endividamento dos agricultores devido ao alto custo desse pacote tecnológico. (GUIMARÃES, 1982).

⁹ Trabalho realizado no âmbito do Projeto Rurbano, coordenado pelo professor José Graziano da Silva. Sobre o Rurbano consultar o site: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>.

¹⁰ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Essa subdivisão, criada pelo IBGE, é utilizada para fins estatísticos e não constitui uma entidade política ou administrativa.

Por um lado esse processo de modernização agrícola tem como resultado uma queda na taxa de crescimento dos rendimentos médios dos agricultores¹¹, levando-os a buscar rendimentos alternativos. Por outro lado com o avanço tecnológico e organizacional geraram-se inovações que poupam trabalho manual e destroem postos de trabalhos, levando à desocupação parcial e total da mão-de-obra na agricultura. Para a Bahia entende-se que a desocupação da mão-de-obra na agricultura tem maior nitidez e dinamismo nos espaços que têm um maior nível de desenvolvimento das tecnologias agrícolas. Todavia a desocupação da mão-de-obra agrícola, assim como o crescimento das atividades não-agrícolas, não é explicada exclusivamente pela modernização, tampouco a queda na taxa dos rendimentos médios atinge apenas aos agricultores que adotaram sistemas de produção modernos.

Salienta-se que a agricultura no Brasil não se expandiu de uma única forma, ao contrário apresenta diversas formas de desenvolvimento. Tanto se desenvolveu baseada na grande produção quanto na pequena, uma vez que o produtor capitalista rural utiliza-se da prática de assalariamento temporário dos trabalhadores e/ou pequenos produtores (que possuem pequenas unidades produtivas de subsistência), sem estabelecer com eles nenhum vínculo. Além disso, a modernização agrícola não se espalhou homogeneamente por todo o território brasileiro, mantiveram-se assim, em algumas regiões (a exemplo do Nordeste), as mesmas relações de produção, baixos níveis de produtividade, e marginalização dos trabalhadores rurais.

De acordo com Carvalho (1988), devido à modernização da agricultura, na região Nordeste as relações de produção foram pouco modificadas e restritas a alguns espaços – “zona litoral-mata, faixa dos vales úmidos” – denominados “novo nordeste”, mas no geral a expansão agrícola deu-se pelo crescimento da área cultivada. Contrapondo-se a essa visão, Araújo (1995) apresenta mudanças importantes no perfil da produção agropecuária do Nordeste, por exemplo, redução da área com culturas de algodão, mamona, mandioca e sisal e expansão da área com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho.

Na região Nordeste, é importante ressaltar as áreas do cerrado – Oeste e o submédio São Francisco – onde se implantou moderna agricultura de grãos e pólo de fruticultura irrigada com amplo apoio estatal e visando a exportação. De acordo com Couto Filho (2003, p. 11),

¹¹ Ver Guimarães (1982); Silva (1997); Del Grossi (1999).

“nas áreas modernizadas do Nordeste, a exemplo das demais regiões do país, podem-se perceber os já referidos impactos do produtivismo na ocupação da mão-de-obra agrícola”.

Tanto Carvalho (1998) quanto Araújo (1995), afirmam que alguns espaços desenvolvem atividades modernas e outros resistem às mudanças, a exemplo das zonas cacauceiras, canavieiras e o sertão semi-árido. Os referidos autores mostram que apesar do crescimento apontado (embora discordem em relação aos fatores que levaram ao crescimento da agropecuária) permanecem os déficits sociais, sobretudo no meio rural.

Ainda sobre a região Nordeste, pode-se afirmar que a desocupação da mão-de-obra é oriunda tanto da modernização agrícola quanto do atraso econômico. No semi-árido, permanecem os problemas estruturais, relacionados à seca e/ou a queda de preços de alguns produtos no mercado internacional. Os pequenos produtores não conseguem que sua produção gere um excedente que possibilite a acumulação, mesmo em anos de chuva regular. Portanto, ao final de cada ciclo de produção, estão eles sem capital, e sem recursos para suportar um ano de seca, recorrem a outras atividades no local ou via êxodo rural. No período da seca, algumas famílias vendem as suas terras a preços baixos, os latifúndios crescem, contribuindo para a concentração fundiária.

No semi-árido, as principais atividades agropecuárias continuam assentadas no complexo algodão-pecuária-lavouras alimentares – conjunto de atividades exploradas ainda com níveis de produtividade muito baixos – tendo os pequenos proprietários e trabalhadores sem-terra como assalariados temporários ou como meeiros (ou parceiros) dos médios e grandes proprietários. Em razão da presença de atrasadas relações de produção e da ocorrência de processos espaciais de modernização da agropecuária, restringe-se a generalização do assalariamento de forma permanente e a introdução do progresso técnico. Assim, acentua-se o quadro de subutilização da força de trabalho, primeiro no semi-árido e depois nas cidades de todos os portes da região, em decorrência da migração. (COUTO FILHO, 2003, p. 12).

De acordo com Lamarche (1993), Couto e Freitas (1995), no semi-árido, os pequenos agricultores (agricultores familiares) têm como “estratégia de sobrevivência” a oferta de trabalho fora da unidade produtiva. Produzem para o autoconsumo e trabalham geralmente em atividades de baixa qualificação, menos rentáveis, para complementar a renda familiar. Com a ampliação da previdência social, nos anos 1980, que assegura uma renda mínima à família, tem-se gerado um ambiente mais favorável para a reprodução familiar e para a unidade produtiva.

Conforme Couto Filho (2003, p. 35), a reorganização do setor agropecuário baiano se deu tardiamente, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, inserida no modelo produtivista, enquanto outras regiões e Estados passaram pela revolução verde na década de 1960. Apesar das técnicas modernas, dos ganhos de rendimento físico por hectare, aumento da produção, o setor agropecuário não apresentou incremento real na participação do Produto Interno Bruto (PIB) devido “aos baixos preços pagos aos produtores dependentes desse modelo”.

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), houve uma queda significativa na participação do setor agropecuário no PIB baiano, para o período de 1975-2000. A agropecuária, em 1975, que respondia por 30,7% do PIB, passa a responder em 1980 por 20,2%, e em 1990 responde por apenas 10,4%, e mantém esse percentual quase inalterado, chegando em 2000 a 10,8%. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2002).

Para o período de 1975-1990, essas alterações significativas são explicadas pelo surgimento ou crescimento de atividades em outros setores, e pela decadência de alguns produtos da atividade agrícola. As taxas de crescimento dos setores da indústria de transformação e comércio são superiores às taxas de crescimento do setor agropecuário, enquanto esse setor cresceu a taxas de 1,1% no período de 1980 a 1990, a indústria de transformação e o comércio cresceram 3,1%. Para os anos 1990, a estabilidade foi explicada por dois argumentos: 1) taxa de crescimento dos outros setores inferior a da agropecuária, 2) a substituição de produtos decadentes por novas culturas e criações, mais dinâmicas. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2002).

De acordo com Couto Filho (2003), os processos de crise dos produtos e da produção tradicional da agropecuária, e de implantação do produtivismo na Bahia foram identificados para todo o Estado. No entanto, estes processos são mais intensos em algumas mesorregiões do que em outras. Segundo a classificação do IBGE, o Estado da Bahia é composto pelas seguintes mesorregiões: Centro Norte Baiano, Centro Sul Baiano, Extremo Oeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano, Sul Baiano e Vale do São Francisco da Bahia. (Ver mapa Anexo 1).

Os dados para a Bahia mostram que, entre 1985/1996, cresce o número de tratores aproximadamente em 60%, o número de tratores por hectare em 79%, cresce o número de hectares irrigados em 96%, e cai o número de ocupados em 22%, bem como o número de ocupados por hectare, confirmando a entrada do produtivismo no Estado e os impactos da crise da produção tradicional. (COUTO FILHO, 2003).

Analisando-se os dados do comércio exterior para verificar a entrada do produtivismo na Bahia, observou-se no começo dos anos 1990, uma participação expressiva das culturas tradicionais na pauta de exportações. Entre essas, destaca-se o cacau, que em 1990 é responsável por mais da metade do valor da pauta, e no ano 2000 passa a responder por menos de um por cento da exportação. O cacau apresentou queda de 35% ao ano durante a década. Esse declínio acompanha a queda dos preços internacionais, resultado do crescimento da produção dos países asiáticos, da doença conhecida como vassoura-de-bruxa, da baixa produtividade da lavoura, e dos altos custos de produção. Nessa mesma tendência seguiram o fumo e o algodão. (COUTO FILHO, 2003).

Segundo Couto Filho (2003, p. 44), no ano de 1985, o cacau e o feijão formavam 51% do Valor Bruto da Produção (VBP). No ano de 1986, o cacau, feijão, soja, mandioca, café e cana-de-açúcar formavam 55% do VBP. Esse processo de diversificação da produção é resultado da consolidação da crise dos produtos tradicionais e do surgimento da agricultura baseada no modelo produtivista que traz “novas culturas (soja) e transformam outras já existentes”.

No período entre 1990 e 2000, os produtos modernos tiveram uma expressiva participação na pauta de exportação. As frutas irrigadas, nas áreas de cerrado, cresceram 27% ao ano, elevando-se sua participação de aproximadamente 1% para 15%. A soja experimentou aumento de 0,8% para 13% de participação no valor da pauta. Todavia, esse crescimento das culturas tendo como base o modelo produtivista não foi suficiente para compensar as quedas das culturas tradicionais. (COUTO FILHO, 2003).

De uma forma geral, as mesorregiões Sul, Centro Sul, Nordeste, Metropolitana e Centro Norte apresentaram “uma concentração do processo de crise da produção tradicional”, todavia a ocorrência desse processo não significa ausência da implantação do modelo produtivista, “ao contrário, ocorre, inclusive como forma de buscar alternativas econômicas”. Nas

mesorregiões Extremo Oeste e Vale do São Francisco identificou-se uma concentração do processo de implantação do modelo produtivista, que passou a ocupar parte dos espaços ocupados pelos produtos tradicionais. Esses resultados foram verificados ao analisar algumas variáveis, tais como: área irrigada, uso de tratores, ocupação de mão-de-obra. (COUTO FILHO, 2003).

De maneira generalizada, pode-se dizer que algumas culturas tradicionais, historicamente grandes ocupadoras de mão-de-obra, situadas em regiões com maior viés tradicional, como as culturas do cacau e do sisal, e certas culturas “modernas” intensivas em mão-de-obra, produzidas em regiões com maior viés produtivista, como é o caso de algumas frutas de mesa irrigadas, têm garantido grande número de ocupados na agricultura, relativamente a outros Estados. Em contrapartida, outras culturas tradicionais em crise, que vêm sendo abandonadas ou perdendo área plantada muito rapidamente em favor de culturas desempregadoras, e outras “modernas”, com baixa demanda de mão-de-obra por hectare, a exemplo da soja e do milho (em determinadas regiões produtivistas), têm gerado subocupações ou desocupações sistemáticas, anulando a dinâmica empregadora citada anteriormente. (COUTO FILHO, 2003, p. 75/76).

Apesar de na mesorregião Sul Baiano ter sido identificado com maior intensidade o processo de crise da produção tradicional, não se exclui a existência dos outros processos ao se considerar a sua diversidade e complexidade. Essa mesorregião, com uma densa significação histórica e cultural que permeia três grandes ciclos da História do Brasil: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar e, o do cacau, tem uma economia muito diversificada, incluindo a agricultura na produção de cacau, nos polos industriais e no turismo.

A cultura do cacau está bastante comprometida, apresenta preços médios em queda a cada ano, devido ao surgimento de novos países produtores, bem como a utilização de produtos substitutos na fabricação do chocolate, e da vassoura-de-bruxa. Mas, apesar de toda a crise, o cacau mantém-se com a mesma área colhida. “Isso se deve, em grande parte, às ajudas dos governos estadual e federal, tanto financeiras como tecnológicas. Apesar dos avanços tecnológicos, não se pode dizer que a cultura transformou-se (...) Ela ainda permanece sendo cultivada da forma tradicional, mas incorporou novas variedades mais resistentes à vassoura-de-bruxa”. Além disso, como resultado da crise do cacau há um abandono da atividade por parte dos maiores produtores e uma retomada da produção familiar, em grande parte de subsistência. (COUTO FILHO, 2003, p. 53).

No Sul Baiano, se por um lado, as culturas tradicionais como banana, feijão e mandioca perdem área colhida, por outro lado, não se identificou um aumento expressivo da produção

agrícola orientado pelo produtivismo. Segundo Couto Filho (2003, p. 53), esse fato “pode ser explicado pela força política e o atraso tecnológico dos produtores de cacau. Ao que tudo indica, este processo de diversificação e incorporação das técnicas modernas se verifica mais intensamente no final da década de 1990, início dos anos 2000”.

Ao analisar a variável área irrigada em relação à área total constatou-se que houve um aumento significativo nessa variável para todas as mesorregiões, mas foi o Extremo Oeste e o Vale do São Francisco que apresentaram crescimento significativo, em 30% e 27% respectivamente.

A variável número de tratores segue a mesma tendência para as seis mesorregiões, com destaque para o Oeste onde houve um crescimento de 166%. Apenas na mesorregião Sul Baiano houve uma queda de 5% no uso de tratores, pois aqui a implantação do produtivismo não se deu de forma concentrada; embora tenha sido identificada uma intensificação da utilização de tratores por hectare, com crescimento do índice em torno de 13%.

Quanto aos dados de ocupação da mão-de-obra observou-se uma queda generalizada para todas as mesorregiões, segue a mesma tendência o indicador ocupados por hectare. Essa queda foi explicada pela crise da produção tradicional e pelos impactos sociais do produtivismo. Mais uma vez, com destaque para o Extremo Oeste e o Vale do São Francisco que apresentaram queda de 17% e 12% respectivamente.

Para a mesorregião Sul houve uma significativa queda na variável ocupação de mão-de-obra por hectare de 31%, essa queda foi decorrente da crise da produção tradicional e dos impactos sociais do produtivismo. Faz-se necessário lembrar que grande parte da área cultivável foi destinada à produção de eucalipto e pinus que apresenta baixa demanda de mão-de-obra por hectare.

A mesorregião Extremo Oeste apresenta o terceiro VBP do Estado, representa apenas 5% do total de pessoas ocupadas e apresenta concentração da propriedade das terras, “Diminuem, relativamente, o número de estabelecimentos e a área dos pequenos produtores e aumentam os dos grandes, em um típico impacto do produtivismo: os produtores modernos ocupam os espaços da produção familiar ou tradicional local”. (COUTO FILHO, 2003, p. 50).

Assim como no Nordeste, na Bahia e nas suas mesorregiões o processo da modernização agrícola não se deu de forma homogênea, ao contrário, apresenta um desenvolvimento desigual com algumas “ilhas de prosperidade”, atinge poucas microrregiões, confirmando a diversidade socioeconômica do Estado.

Nesse sentido, seguindo a caracterização adotada por Couto Filho (2003), devido à amplitude das mesorregiões apresentam-se alguns dados para as microrregiões. Por exemplo, a mesorregião Sul Baiano é formada por 70 municípios agrupados em três microrregiões¹²: Baixo Sul, Litoral Sul, e Extremo Sul.

Na visão de Couto Filho (2003, p. 14), existe “uma particularidade inerente ao processo de desenvolvimento desigual”, a demanda por atividades não-agrícolas não se dá em função da modernização da agricultura que gera o desemprego decorrente da mecanização, ao contrário é decorrente “do fenômeno histórico do superpovoamento (e a conseqüente pressão sobre os recursos naturais) e da falta de competitividade nas pequenas propriedades, particularmente no semi-árido”.

Para Couto Filho (2007), em muitas microrregiões baianas, não houve uma modernização na agricultura, tampouco se formaram os CAIs¹³, mas o processo de modernização atingiu os agricultores via queda dos preços agrícolas, que os força a buscar outras formas de complementar a renda. Para o referido autor essa transformação conduz à concepção de um “novo rural” peculiar.

Algumas microrregiões baianas passaram pelo processo de modernização, todavia, apresentam dinâmicas distintas. Por exemplo, com o surgimento da nova fronteira agrícola no Oeste, a microrregião de Barreiras, localizada no cerrado, teve o seu desenvolvimento agrícola fundamentado na especialização. No que se refere à ocupação, inicialmente nessa microrregião houve uma atração de mão-de-obra, aumento do emprego rural, mas no final da década de 1990, inicia-se o conhecido processo de desocupação da mão-de-obra na agricultura, e no que se refere ao meio ambiente os impactos são negativos. Esse processo foi

¹² De acordo com a Constituição brasileira de 1988, microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes, tendo como finalidade a integração, organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (BRASIL, 1999). Entretanto poucas microrregiões foram definidas dessa forma, o termo é muito mais conhecido em função de seu uso prático pelo IBGE que, para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais, divide os diversos estados da federação brasileira em microrregiões.

¹³ Uma análise dos pressupostos teóricos conceituais sobre esse tema pode ser encontrada em Silva (1996).

também identificado nas microrregiões Sul, Recôncavo e Litoral Norte nas quais avança a monocultura, sobretudo a do eucalipto, e a agroindústria de celulose.

Na microrregião de Juazeiro houve uma expansão da fruticultura, e conseqüentemente um aumento da ocupação da mão-de-obra, pois essa atividade quanto mais se moderniza mais absorve mão-de-obra. Na microrregião Litoral Sul a cultura do cacau também exige muitos tratos culturais manuais, sobretudo após a disseminação da vassoura-de-bruxa.

Couto Filho (2003, p. 17) conclui que, na Bahia, a agropecuária passa concomitantemente pelo processo da crise de produtos e modelos de produção tradicionais e pela implantação tardia do modelo produtivista, implicando significativos impactos econômicos, sociais e ambientais. “Entende-se, então que o campo baiano apresenta uma grande pluralidade regional, com características muito distintas, o que leva à composição, não de um, mas de diversos “novos rurais”, cada um com uma dinâmica de ocupação da mão-de-obra no meio rural”. Os problemas no campo baiano, em sua maioria, ainda são decorrentes de fatores estruturais, que induzem e/ou intensificam o surgimento das atividades não-agrícolas no meio rural.

No item 2.2 trata-se especificamente do impacto da modernização agrícola sobre a mão-de-obra que tem como conseqüência a expansão das atividades não-agrícolas no meio rural.

2.2 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS: O NOVO MUNDO RURAL

No Brasil, todo esse processo de transformações que compõe o “novo rural” é resultado, principalmente, dos impactos sociais, ambientais, econômicos causados pelo modelo produtivista. Nesse contexto de transformações socioeconômicas, de um lado, diminui o emprego rural agrícola, em decorrência da introdução dos pacotes tecnológicos que alteram a organização do trabalho; por outro lado, aumenta o número de ocupações em atividades não-agrícolas. Sobre esse tema, realizaram-se muitos estudos¹⁴ cujos resultados também revelam a redução do emprego agrícola e o crescimento do emprego não-agrícola, dada a emergência de novos custos de oportunidade.

¹⁴ Ver Couto Filho (2003); Del Grossi (1999); Silva (2001); Silva (1997); Silva e Del Grossi (1998); Kageyama (1998); Mattei (1998); Nascimento (2005); Anjos (2003); Schneider (2003).

Para Silva (1998), Silva (1997, p. 43), houve um processo de urbanização do mundo rural, nas décadas de 1980 e 1990, oriundo do duplo processo de transformação: a) da industrialização agrícola; e b) “do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”. O que resulta desses dois processos é a integração da agricultura aos demais setores da economia, tornando-a dependente das indústrias a montante e a jusante. A decisão de “o que produzir e como produzir” não cabe mais ao agricultor, ao contrário, é condicionada por variáveis externas ao setor e pelo conjunto dos agentes econômicos envolvidos no processo produtivo.

De acordo com Silva (1997), o meio rural brasileiro não pode ser considerado exclusivamente agrário, e, do ponto de vista espacial, o rural é o *continuum* do urbano, e, no que diz respeito à organização da atividade econômica, as cidades não podem ser identificadas com a atividade industrial e tampouco o campo com a agricultura e a pecuária. Silva (1997) não considera, na sua análise, fatores como cultura, estilo de vida, entre outros. Para o referido autor o meio rural brasileiro ganhou novas funções:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente às famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesques-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana, etc.;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos). (SILVA, 1997, p. 78).

Segundo Couto Filho (2007), Couto Filho (2003), é contestável relacionar as atividades exclusivamente agrícolas ao meio rural atrasado. Em determinadas regiões, a exemplo do semi-árido nordestino, são as condições adversas e o próprio atraso socioeconômico que têm induzido as famílias rurais à prática de atividades diversificadas, inclusive as não-agrícolas. Ou seja, as famílias rurais recorrem às migrações temporárias e diversificam suas ocupações como “estratégia de sobrevivência”, o que não significa ser esse um fenômeno característico de uma sociedade pós-industrial.

No cenário internacional, segundo dados do relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), citados por Schneider e Navarro (1998), para os

países desenvolvidos, no período 1980-1990, até mesmo nas regiões “essencialmente rurais”, são os setores não-agrícolas que oferecem as maiores possibilidades de emprego no meio rural, destacando-se que, entre os países: Canadá, Estados Unidos, Austrália, Japão, Nova Zelândia, Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Irlanda, Holanda, República Tcheca, Espanha, Suécia, Suíça, todos apresentaram taxas de crescimento negativas do emprego rural, apenas o Canadá apresentou taxas de crescimento positivas do emprego rural. (Ver Tabela 1 no Anexo 2).

No cenário nacional, Silva (1997, p. 55), ao analisar os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) para 1981 e 1990, mostra que a População Econômica Ativa (PEA) rural cresceu mais que a PEA agrícola, respectivamente em 1,9% e 0,6%. O trabalho assalariado na agricultura vem caindo, e o emprego no meio rural tem sido oriundo de setores não-agrícolas, “todas as taxas de crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas são positivas e bastante superiores às taxas de crescimento da ocupação em atividades agropecuárias de suas respectivas regiões”. Além disso, Silva (1997) mostra que, para o ano de 1990, em média, as rendas rurais não-agrícolas são superiores às rendas agrícolas dentro de uma mesma região do país. Conclui que o rural não pode ser caracterizado como essencialmente agrário, e chama a atenção para o conjunto de atividades não-agrícolas, como as ligadas às indústrias e agroindústrias, turismo, moradia, lazer, prestação de serviços, comércio e chácaras.

O crescimento da PEA rural não-agrícola vem conservando no meio rural brasileiro o contingente de pessoas. Enquanto a quantidade dos ocupados na agricultura cresceu até os anos 1985/1986 e depois passou a decrescer continuamente, a PEA rural não-agrícola cresceu em quase um milhão de pessoas entre 1981/1995, sobretudo nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. A queda da população ocupada na agricultura nessas regiões vem confirmar a continuidade da redução nos postos de trabalho nas áreas de agricultura mais moderna (DEL GROSSI, 1999).

O Ramo da Prestação de Serviços é o que mais se sobressai dentre as atividades rurais não agrícolas, ocupando mais de um milhão e cem mil pessoas em todo o País em 1995. Seguem-se, em ordem de importância, as atividades na Indústria de Transformação, que ocupava quase 800 mil pessoas no mesmo ano, as do Comércio de Mercadorias e os Serviços Sociais com cerca de 500 mil pessoas cada, e em menor escala a Construção Civil com cerca de 400 mil pessoas. Note-se que agregando-se os ocupados nos diversos Ramos de Serviços obtém-se mais da

metade das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais no País em 1995. (SILVA; DEL GROSSI, 1999, p. 97).

Silva (2001), analisando a questão para a Região Nordeste no período 1992 a 1997, 25% da PEA rural estava ocupada em atividades não-agrícolas. Ao desagregar os dados por estados, tem-se, de um lado, o Rio Grande do Norte com 50% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas e, de outro, a Bahia com 20%.

Na análise realizada por Couto Filho (2003), para o estado da Bahia, foi verificado que a ocupação em atividades não-agrícolas, no período de 1992 a 1999, cresceu a 2,6% e 5% nas áreas urbanas e rurais respectivamente, enquanto que, nas atividades agropecuárias, houve uma estagnação em termos absolutos do crescimento da ocupação da mão-de-obra tanto na zona urbana quanto na rural. Nessa última, a agropecuária é o principal empregador, responsável por 80% da ocupação, mas, no que se refere à renda média, apresenta valor inferior ao das atividades não-agrícolas, por volta de 50% para o ano de 1999.

Couto Filho (2003) também aponta que as culturas permanentes são mais empregadoras de mão-de-obra que as culturas temporárias. Na década de 1990, cresce a participação das lavouras permanentes na ocupação da mão-de-obra e reduz-se a contribuição na área plantada; entre elas, a lavoura cacaueira é a que apresenta a maior ocupação, 59% do total, o sisal está em segundo lugar com 20% do total. Isso implica aumento do plantio de lavouras temporárias, que são tidas como lavouras mais poupadoras de mão-de-obra comparadas com as permanentes.

Os dados apresentados mostram a importância das atividades não-agrícolas para a não redução generalizada das ocupações nos espaços rurais. Todavia é preciso considerar que a sua relevância não se dá de forma geral em toda a região Nordeste, pois está restrita a apenas alguns espaços. Além disso, parte do seu dinamismo está atrelado ao comportamento das atividades agrícolas, bem como muitas atividades consideradas como não-agrícolas são de base agrícola. No item 2.3 trata-se da definição do conceito de pluriatividade e da importância desse fenômeno nas áreas rurais.

2.3 CONCEITO E TRAJETÓRIA DA PLURIATIVIDADE: UM BREVE RESGATE

O conceito de pluriatividade consta do debate sobre a multifuncionalidade do meio rural.¹⁵ Muitos estudiosos debruçaram-se sobre a realidade do mundo rural nos países desenvolvidos no fim do século XX e mostraram a emergência de formas sociais, econômicas de organização diferentes daquelas desenvolvidas no modelo produtivista. Daí resulta em demanda por novas políticas estatais “que incluem as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem-estar social, de desenvolvimento rural, etc.”. (SILVA, 1997, p. 46).

Em 1992, com a reforma da Política Agrária Comum (PAC) na Europa, há um avanço na forma de tratar seus agricultores: introduziram-se os pagamentos compensatórios, a eleição de preservação ambiental, reflorestamento, deixando de apoiar os agricultores apenas pela proteção via preço.

De acordo com Anjos e Caldas (2003, p. 7), se, no Brasil, o conceito da pluriatividade é um tema novo, na Europa, esse tema foi bastante difundido “em meio a um debate que está longe de finalizar”. Nesse sentido, a pluriatividade está vinculada “aos novos esquemas e ordenamentos fundados na defesa da multifuncionalidade do meio rural”.

2.3.1 Conceito de pluriatividade

No âmbito das transformações da sociedade contemporânea que repercutem no meio rural, o fenômeno conhecido como pluriatividade é bastante discutido; o seu conceito serve de base para pesquisas, políticas públicas, mas sua definição nem sempre é precisa ou uniforme.

Para um melhor entendimento do contexto no qual a pluriatividade emerge, associa-se a idéia de unidade produtiva a três noções fundamentais: unidade de produção, unidade de consumo, unidade de residência. 1) A unidade de produção e de exercício profissional absorve a totalidade ou a maior parte da mão-de-obra disponível na atividade agropecuária de forma direta ou indiretamente; 2) existe uma unidade de consumo, na qual parte considerável do

¹⁵ Sobre o conceito da pluriatividade e sua trajetória, ver: Fuller (1983); Fuller (1984); Fuller (1990); Kageyama (1998), Anjos (2003); Anjos e Caldas (2003).

autoconsumo familiar é produzida nos limites da propriedade; 3) a residência serve de morada para a família. (ANJOS; CALDAS, 2003).

Vistas as características da unidade produtiva tipicamente agrícola e familiar na contemporaneidade, postula-se, nesse ambiente, a emergência da pluriatividade, que deve ser entendida enquanto indicador das mudanças ocorridas “no sentido de uma clara ruptura face às representações usuais sobre a unidade de produção”. (ANJOS; CALDAS, 2003, p. 6).

Entende-se como pluriativa a família que combina atividades agrícolas com outras atividades dentro ou fora da sua unidade produtiva, pelas quais é remunerada. Assim são pluriativas tanto as famílias que não conseguem ocupar a mão-de-obra familiar total na sua própria unidade produtiva, quanto as famílias que necessitam complementar o orçamento familiar com rendimentos não-agrícolas, sejam estes provenientes da venda da mão-de-obra (assalariamento) e/ou através de atividades desenvolvidas no interior das unidades produtivas não vinculadas às atividades agrícolas (artesanato, comércio, entre outras). Em outras palavras, se a família que pratica a agricultura possui, pelo menos, um integrante que desenvolva algum tipo de atividade que não esteja relacionada à agricultura, é considerada pluriativa.

Pluriatividade descreve, assim, uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências). (FULLER, 1990, p. 367, *apud*. KAGEYAMA, 1998, p. 5).

O parâmetro de análise deste trabalho é a família (pluriatividade familiar) na sua unidade de produção, analisa-se também sua relação com o ambiente social e econômico. Situa-se a pluriatividade enquanto estratégia específica de sobrevivência da família e consideram-se as características do ambiente no qual está inserida, devido às relações comerciais e sociais aí existentes. A medida que essas relações forem mais complexas e diversificadas, mais intensa é a pluriatividade.

Estudos nacionais e internacionais¹⁶ mostram que a pluriatividade está generalizada por todos os países, mas com especificidades regionais. Portanto também são diversos os fatores explicativos da sua existência apontados pelas pesquisas realizadas.

A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modelo de produção capitalista. Mas, por outra parte, sua consolidação nos distintos países adquire especificidades geográficas, econômicas, políticas e sociais (...) Em definitivo, parece igualmente lógico que não é possível interpretá-la sem levar em conta o contexto amplo que lhe engendrou. (ANJOS, 2003, p. 91).

A pluriatividade é caracterizada tanto por elementos inerentes a família, e elementos internos à unidade produtiva, bem como por elementos externos. De acordo com Anjos (2003), Kageyama (1998), a pluriatividade deve ser vista num conceito integrado, é necessário observar os elementos microssociais e os macrossociais, pois apenas os elementos internos à unidade produtiva familiar não são por si só suficientes para definir a pluriatividade. Para tanto é necessário observar também os elementos externos à unidade produtiva.

2.3.2 A trajetória do conceito

A pluriatividade está intrinsecamente vinculada ao progresso técnico? A pluriatividade deve ser entendida enquanto fenômeno recente ou antigo? Esse assunto foi bastante discutido nos países desenvolvidos. Alguns autores consideram a pluriatividade como um fenômeno novo; outros traçam a sua trajetória partindo do “camponês” tradicional, passam pelo *part time farming* e o vinculam ao agricultor pluriativo.

Os estudos históricos mostram que a atividade agrícola esteve relacionada a atividades não-agrícolas em outros períodos. De uma forma geral, desde a Antiguidade, os agricultores em muitos momentos recorreram a outras atividades para complementação dos seus rendimentos. Portanto, a combinação de diferentes atividades não é uma prática tão nova; muitas vezes é essencial para a reprodução dos agricultores familiares – produção própria de instrumentos de

¹⁶ Como por exemplo, no âmbito do Arkleton Trust Project. Trata-se de uma pesquisa realizada por uma equipe interdisciplinar, nos países componentes da Comunidade Econômica Européia (CEE), no período 1987/1991, tendo como objetivo abordar questões que ultrapassassem os limites estreitos da unidade produtiva, considerando as diferentes fontes de renda da família. THE ARKLETON TRUST (RESEARCH) LTD. *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991*. [S.l.]: Commission Européenne, 1992. (Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivité de ménages agricoles).

trabalho, utensílios domésticos e de habitação. A novidade é que os atuais agricultores familiares praticam diferentes atividades no ambiente relacionado ao produtivismo. Quando as inovações contribuem para a redução do tempo de produção, elevando a produtividade do trabalho, os agricultores preenchem o tempo ocioso com atividades não-agrícolas. Assim, pode-se admitir que a pluriatividade é um fenômeno originado tanto do progresso técnico, o *par -time farming*, quanto da necessidade de complementação da renda familiar. Desse ponto de vista, a pluriatividade pode ser entendida respectivamente como um fenômeno recente e antigo.

A constituição de um campesinato livre, a partir da derrocada do modo de produção feudal, aparece associada à existência de um universo de atividades que, se em certos momentos e situações, representam os eixos centrais de uma relativa prosperidade, em outros apontavam no sentido de uma reiterada capacidade de enfrentar grandes adversidades. (ANJOS, 2003, p. 48).

Conforme aponta Guimarães (1982, p. 27), a agricultura e a indústria, na antiguidade, constituíam uma unidade territorial integrada e, com a queda da rentabilidade agrícola, a produção artesanal surgia como atividade complementar. “No período final da Antiguidade, as atividades agrícolas e extra-agrícolas achavam-se interligadas. (...) Instalaram-se nas propriedades rurais, a partir do terceiro século, forjas, olarias, teares e outras oficinas artesanais”. Posteriormente, por volta dos anos 1.000 e 1.100, o camponês trabalha dentro da propriedade senhorial, a domicílio, para o fabricante. E, mais uma vez, a atividade agrícola está vinculada às atividades não-agrícolas.

No âmbito dos estudos contemporâneos, o conceito de pluriatividade não pode ser reduzido ao termo atividades não-agrícolas, pois, enquanto este não exige a presença da atividade agrícola na sua formulação, aquele é fundamentado na atividade agrícola, e permite unir atividades agrícolas e não-agrícolas.

O conceito da pluriatividade, a partir de 1985, tem sido bastante discutido no meio acadêmico. “Até então as alusões ao fenômeno centravam na expressão agricultura a tempo parcial”, que está vinculada à industrialização e aos “processos que avançam sobre as áreas rurais, incorporando a mão-de-obra das famílias ali residentes”. (ANJOS; CALDAS, 2003, p.7).

Na revisão de literatura realizada por Anjos (2003, p. 45), não foram encontradas referências à agricultura a tempo parcial¹⁷ no período equivalente ao período da agricultura tradicional, compreendido entre segunda metade do século XIX até os anos da crise da agricultura tradicional. Nesse período, havia uma baixa “incidência dos chamados *inputs* de origem industrial, assim como das modernas técnicas de transformação genética geradoras dos chamados cultivos de rendimentos”. O conceito de agricultura a tempo parcial surge na literatura econômica e sociológica sob o impulso de circunstâncias históricas objetivas, ou seja, num ambiente específico.

O declínio da lucratividade agrícola, como consequência da modernização agrícola, revela-se pelo alastramento, na maioria dos países desenvolvidos, da agricultura a tempo parcial. A demanda por ocupação fora do estabelecimento agrícola vem da necessidade de complementar rendas insuficientes.

Como agricultura a tempo parcial se entende a praticada por todo agricultor que, para complemento de sua renda ou pela necessidade de ampliá-la, dedica parte de sua força de trabalho a atividade fora do seu estabelecimento durante certo período de tempo, que se convencionou fixar de 100 dias em cada ano. (GUIMARÃES, 1982, p. 177).

A agricultura a tempo parcial, nos Estados Unidos, atinge relevante número de agricultores, bem como, a parcela de rendimentos obtida fora do estabelecimento também atinge um alto percentual. Em 1964, a percentagem de agricultores que praticavam a agricultura a tempo parcial era de 46,3%, e passa para 54,3% em 1969. Para o ano de 1974, as receitas oriundas do trabalho fora do estabelecimento agrícola alcançam 48,5% do total da renda agrícola dos Estados Unidos. Na República Federal da Alemanha, onde a agricultura parcial é uma prática antiga o número de agricultores com rendas não-agrícolas passa de 33,4% em 1965 para 39,5% em 1975. E nos países: França, Bélgica, Grã-Bretanha, Itália e Noruega, a agricultura a tempo parcial representa uma parcela significativa. No Japão, a agricultura a tempo parcial atinge os índices mais altos, saindo de 50% do total em 1950 para 87,5% em 1974. Nesse país a ocupação da mão-de-obra dá-se da seguinte forma, 40% do tempo são dedicados às atividades agrícolas, e a renda oriunda das atividades não-agrícolas corresponde a cerca de 70%. (GUIMARÃES, 1982).

¹⁷ Segundo Fuller (1984, p. 191), o termo *part time farming* foi cunhado por Rozman em 1930. “It is generally accepted that Rozman (1930) coined the term “*part time farming*” in order to distinguish it from the multiple activities undertaken by New England farmers in the nineteenth century”.

Em relação ao conceito de agricultura a tempo parcial, existem inúmeras controvérsias, como mostra Kageyama (1998). Para ETXEZARRETA (1995, p. 78), citado por Anjos e Caldas (2003, p. 7), na agricultura a tempo parcial o agricultor combina o trabalho em sua unidade produtiva com empregos estáveis e regulares na indústria e serviços, enquanto que, nas formas atuais, na pluriatividade, “o caráter das atividades não-agrícolas é muito menos permanente e estável”.

Anjos e Caldas (2003, p. 7), citando (KOLANKIEWICZ, 1979, p. 67), asseguram que até o final dos anos 1970 e princípios dos anos 1980, a maior parte dos estudos sobre o *part time farming* consideravam-o, como um fenômeno de transição, “que proclamava o definitivo esvaecimento das explorações camponesas na agricultura contemporânea”. Fuller (1984) mostra as diversas conotações e conceituações que a expressão *part time farming* adquiriu a partir dos anos 1930 até meados dos anos 1980 em função da importância econômica e política atribuída ao fenômeno nos diferentes países da América, Europa e Japão.

Para Fuller (1990), o conceito de pluriatividade foi construído a partir da evolução do conceito de *part time farming* na década de 1980. Este autor mostra a passagem do termo “agricultura de tempo parcial” para empregos múltiplos (*multiple job-holding*)¹⁸ e, finalmente, para “pluriatividade”.

Para Fuller (1990), o que determina se uma família vai desenvolver atividades não-agrícolas são as variáveis internas e externas à unidade produtiva, destacando-se principalmente as características do mercado de trabalho, pois é a oportunidade de trabalho fora da unidade produtiva que determina, de forma crescente, as estratégias da família. Além disso, numa pesquisa realizada no âmbito do Arkleton Trust Project foi identificada, nos resultados, a existência de uma relação inversa entre o tamanho da exploração e o trabalho realizado fora da mesma. Ao se estudar a pluriatividade, devem-se considerar, além da unidade produtiva, as infra-estruturas das economias locais, os recursos naturais, culturais e humanos.

Em relação às variáveis internas, têm-se as características da família e da unidade produtiva. A idade é um dos fatores que influencia tanto na busca pela pluriatividade quanto na opção

¹⁸ *Multiple job-holding*, termo usado inicialmente por Fuguitt nos anos 1950-1960. *Pluriactivity*, expressão típica do fim dos anos 1980 na Europa, no contexto das reformas da PAC.

pela nova atividade; os jovens, mais capacitados e formados e com necessidade de alcançar uma renda maior, buscam a pluriatividade como estratégia. (FULLER, 1990).

Anjos e Caldas (2003, p. 7), afirmam que houve uma mudança de atitude no mundo acadêmico e político na década 1980. Para os referidos autores, houve uma quebra de paradigma no tratamento dos problemas da agricultura e do mundo rural, nos países desenvolvidos, e, sobretudo, na União Européia (UE). Privilegia-se o paradigma da multifuncionalidade em detrimento do produtivismo. A multifuncionalidade sugere novos critérios para valorar o espaço rural, definindo novas funções da agricultura e novas políticas públicas para o meio rural.

Mas não se trata apenas de uma mera mudança semântica. O uso do termo pluriatividade marca uma profunda transição tanto do ponto de vista do marco político e institucional e do modo como até então tal noção vinha sendo valorada, como também no plano da percepção levada a cabo pelos cientistas sociais em seus estudos sobre a evolução das estruturas agrárias contemporâneas. (ANJOS; CALDAS, 2003, P. 7).

Nesse ambiente de radicais mudanças, produziu-se uma significativa revisão do tratamento até então dispensado à agricultura a tempo parcial, no qual o novo termo, pluriatividade, é, no dizer de Anjos e Caldas (2003, p. 8), o reflexo “de todo este giro intelectual e político”. A partir do seu reconhecimento na UE, a pluriatividade passa a ser considerada um fato próprio da agricultura contemporânea e vista como um fator positivo para o desenvolvimento das zonas rurais.

Sabe-se, através da história, que os camponeses executavam diversas atividades, e que rendimentos externos à unidade produtiva estiveram presentes nas sociedades rurais. Com o desenvolvimento do sistema capitalista e da industrialização, eliminaram-se diversas atividades executadas pelo camponês polivalente na sua unidade produtiva. Essas atividades foram paulatinamente transferidas e substituídas pelas manufaturas. Com a modernização e conseqüente especialização da agricultura, tem-se, por um lado, uma redução das atividades agrícolas praticadas pelos camponeses, e, por outro lado, crescem as atividades não-agrícolas no meio rural. Atualmente, observando-se algumas políticas agrárias, ambientais e de ordenamento territorial, o que se pretende é a retomada da diversificação da agricultura, bem como das múltiplas atividades praticadas pelas famílias rurais.

Entende-se que o agricultor tradicionalmente exerceu múltiplas atividades, mas a partir da revolução verde, as transformações indicam uma crescente e incessante especialização, tanto em termos das unidades de produção quanto das próprias regiões agrícolas. (HERVIEU, 1996, *apud*. ANJOS, 2003).

No cenário internacional, de acordo com relatos da OCDE (1998), percebem-se distintas funções na pluriatividade, que refletem uma variedade de estratégias familiares: inserção no mercado de trabalho decorrente das necessidades financeiras; redução dos riscos das atividades agrícolas, atendimento a demanda dos mercados de trabalho e produto. Por um lado, em regiões da Comunidade Econômica Européia (CEE), com modernos setores produtivos de alimentos e ligadas aos maiores centros urbanos e industriais, a pluriatividade é exercida como um meio de manter a atividade agrícola, ou seja, a renda não-agrícola é empregada para apoiar a atividade agrícola. Enquanto que, em regiões menos desenvolvidas, que apresentam dificuldades na produção agrícola, a pluriatividade é entendida como um meio de diversificar as atividades.

2.3.3 A pluriatividade no Brasil

No Brasil, os primeiros estudos sobre a pluriatividade foram desenvolvidos por Anjos (1994, 1995a, 1995b, 1995c) e Schneider (1994, 1995), realizados na região Sul do País. Na segunda metade da década de 1990, Silva (1997, 1998) coordenou o Projeto Rurbano, que deu importante contribuição ao debate e visibilidade às transformações que o meio rural experimentava ao identificar e mostrar as novas dinâmicas associadas à residência, e à ocupação da mão-de-obra.

Anjos (1995a), citado por Mattei (1998) em seu estudo sobre a dinâmica do trabalho rural no Litoral Norte de Santa Catarina, identificou a emergência da figura do “colono-operário”, o qual reside na zona rural e trabalha nas fábricas de motores na cidade. As mulheres, por sua vez, ocupam-se em atividades de costura das indústrias têxteis na própria residência. O referido autor concluiu que boa parte da mão-de-obra familiar desvincula-se do processo produtivo agrícola e passa a se ocupar com outras atividades, em sua maioria, não-agrícolas. Esse fenômeno, em parte, é decorrente do processo de industrialização, o qual possibilita que as pessoas que residem no campo passem a trabalhar como assalariados nas fábricas têxteis ou nas indústrias de máquinas e equipamentos.

Na literatura encontram-se os termos pluriatividade e *part time farming* usados como sinônimos. Para Kageyama (1998, p. 3), esses conceitos não podem ser confundidos, “(...) o tempo parcial numa atividade (...) é condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem é sinônimo de pluriatividade”. Além disso, é necessário deixar claro se o tempo parcial se refere a uma atividade (agricultura de tempo parcial) ou ao número total de horas trabalhadas pela pessoa. “O primeiro aspecto é o que parece estar mais diretamente relacionado com a pluriatividade, enquanto o segundo (jornada de trabalho) seria mais pertinente a análises do subemprego ou subocupação.”

Na concepção de Anjos (2003, p.11), “tanto a agricultura a tempo parcial como sua versão atual (pluriatividade) emergem como estratégia específica de resistência e adaptação da agricultura familiar diante do impacto de transformações operadas tanto em seu interior como no entorno externo em que esta se acha inserida”.

No âmbito do Projeto Rurbano, na concepção dos autores Silva (1998), Schneider e Navarro (1998), Del Grossi (1999), o que se convencionou chamar de "Novo Rural Brasileiro" é compreendido como a expressiva emergência ou ampliação de atividades não-agrícolas no campo nacional e da pluriatividade praticada pelos residentes no meio rural.

Para Anjos e Caldas (2003), o conceito de pluriatividade deve ser especificado para a agricultura familiar e não deve ser aplicado aos agricultores patronais e capitalistas.

Entrementes, o exercício de uma reflexão crítica sobre os estudos até então realizados no país evidencia o acúmulo do que, no nosso entendimento, com base em estudos anteriores e da experiência vivenciada em outros países e realidades, como sendo o que se pode chamar de teses equivocadas ou falsas premissas a respeito da pluriatividade e de seu real significado. (...) Se examinamos alguns dos recentes estudos que enfocam o fenômeno no país, vemos que até mesmo agricultores patronais vêm sendo considerados "pluriativos" por dividirem seu tempo de trabalho entre atividades agrícolas e não agrícolas, por terem chácaras de fim de semana no espaço rural ou mesmo por auferirem rendas provenientes da agropecuária e de outros tipos de atividades. A pluriatividade é vista assim como sintoma da *desdiferenciação* reinante na sociedade contemporânea tanto do ponto de vista da residência, quanto das rendas e do trabalho. Decididamente não estamos de acordo com este tipo de generalização. Dito fenômeno acha-se inextricavelmente vinculado, desde sua origem até os dias atuais, com uma outra noção, qual seja, a de agricultura familiar. (ANJOS; CALDAS, 2003, p.10).

Segundo Nascimento (2005), que fez uma análise da evolução da pluriatividade a partir dos dados da PNAD, não existe uma única explicação para a pluriatividade no Brasil, devido à pluralidade das regiões.

Estudos contemporâneos que tratam do Brasil, e, mais especificamente, da região Sul, oferecem distintas explicações para o fenômeno da pluriatividade. Por um lado, atribui-se sua existência às transformações ocorridas no ambiente onde vivem as famílias rurais, de modo que o novo ambiente que se revela (novos negócios, novos serviços, etc.) oferece alternativas de ocupação e renda às famílias rurais, estranhas ao universo estritamente identificado com a agricultura.

De acordo com Mattei (1999), com base em um estudo de caso realizado sobre a pluriatividade no município de Blumenau/SC, na década de 1990, a pluriatividade está mais articulada ao ambiente socioeconômico no qual as famílias estão inseridas, do que com as suas características interna, ou seja, o entorno é que propicia as condições para a expansão da pluriatividade.

Convergindo com Mattei (1999), o resultado que Souza (2000, p. 301) apresenta, após ter realizado um estudo de caso sobre a pluriatividade no município de Ponta Grossa/PR, “mostra que a explicação [da pluriatividade] não pode ser derivada da família em si, mas no processo de reprodução social por elas empreendido, bem como pelos aspectos externos à unidade familiar”.

Por outro lado, Schneider (2003) afirma que a pluriatividade no Sul do Brasil decorre sobretudo de fatores internos. Esse autor dá mais ênfase a esses fatores, atribuindo menor importância às transformações no ambiente externo à unidade produtiva familiar. A dinâmica dos sistemas familiares de produção e sua relação com a estrutura agrária é que tem a supremacia em modificar a estratégia da pluriatividade, e não o ambiente exterior. Para o autor, admite-se que a geração e expansão da pluriatividade na região Sul pode ter sido estimulada pela industrialização difusa e pela flexibilização das relações de trabalho, mas não se admite que a pluriatividade seja decorrente de forma direta dos processos sociais e econômicos externos às unidades produtivas familiares.

Segundo Nascimento (2005), a pluriatividade no Nordeste ocorreu de forma mais intensa que no Sul, isso decorre mais das características estruturais daquela região do que da modernização da agricultura. Na região Nordeste, nos anos 1980 e 1990, complexos produtivos agropecuários – cacau, algodão, cana-de-açúcar – entraram em crise. Neste sentido, cada vez mais decrescem os indicadores espaciais de modernização da produção agropecuária, tendo como resultado desse processo a migração entre espaços e setores de atividades na tentativa de garantir algum tipo de ocupação e renda numa conjuntura permeada por fortes ondas de exclusão. De acordo com Lamarche (1993), em referência à agricultura familiar no semi-árido nordestino, tem-se que:

(....) o trabalho externo de cada membro da família é menos uma iniciativa individual do que uma estratégia familiar, visando à reprodução de todo o grupo doméstico. O rendimento obtido graças a essa atividade reverte-se parcial ou até mesmo integralmente, à própria família. Não é raro ver pais ajudarem financeiramente os filhos emigrados e, vice-versa, filhos que partiram para longe enviar dinheiro à família. (Lamarche, 1993, p.212).

Couto e Couto Filho (1999) analisaram os dados do IBGE, referentes a ocupação da mão-de-obra, para a Bahia por regiões (as regiões baianas foram identificadas como: interiorana tradicional, litorânea tradicional, e moderna), e concluíram que, no Estado, existem dois novos mundos rurais, “novo rural atrasado”, que corresponde à região interiorana tradicional e “novo rural desenvolvido”, que corresponde às regiões moderna e litorânea tradicional. Enquanto, no primeiro, as atividades não-agrícolas são menos rentáveis e o trabalho é pouco qualificado e precário; no segundo, as atividades não-agrícolas assemelham-se às das áreas rurais mais dinâmicas do país. Com base nessa classificação os autores identificaram que:

(....) a dinâmica da ocupação da mão-de-obra emerge nas áreas excusivamente rurais, ao contrário do que se imaginava; ainda predominam as famílias agrícolas e pluriativas; aumenta o número de famílias não-agrícolas, inclusive empregadoras, sinalizando que tanto o “novo rural” desenvolvido quanto o atrasado crescem na Bahia; as famílias exclusivamente agrícolas não conseguem manter os seus integrantes no meio rural. (COUTO; COUTO FILHO, 1999, p. 1).

Em 1996, Couto (1996), com base em pesquisa de campo realizada na Região Sisaleira da Bahia, identifica atividades não-agrícolas praticadas por famílias rurais, mas não necessariamente vinculadas ao produtivismo; tampouco com características semelhantes ao *part time farming*. Trata-se sobretudo de estratégias de sobrevivência, em ambiente de pobreza e eventuais secas, em que se incluem migrações temporárias. Cortadores e

transportadores de lenha para serem usadas em fornos de padarias, zeladores de prédios residenciais, arrumadores de cargas de caminhão (“rasga-lona”), além de outras ocupações temporárias não-agrícolas.

Conclui-se que, para cada espaço, há uma combinação de fatores explicativos para o surgimento da pluriatividade, variando segundo a realidade local. Portanto, ao se estudarem as atividades não-agrícolas e/ou pluriatividade no meio rural, deve-se considerar a heterogeneidade regional, pois cada realidade local tem dinâmica própria, seus próprios parâmetros; e o que vale para a Europa, para o Sul do Brasil certamente não é válido para o Nordeste do Brasil, onde em grande parte ainda predominam as formas arcaicas de reprodução social, tais como meação, vendas de dias para a atividade agrícola, trabalho temporário, entre outras. No próximo capítulo trata-se da composição de rendas na agricultura familiar.

3 AGRICULTURA FAMILIAR

Neste item aborda-se a agricultura familiar no que se refere à produção agrícola, bem como a composição da renda. Conforme a definição do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁹, são considerados agricultores familiares aqueles que detenham parcela de sua renda bruta familiar anual proveniente da atividade agropecuária (variando conforme o grupo em que o beneficiário se classifica: 30% no grupo B, 70% no grupo D e 80% no grupo E) e não-agropecuária exercido no estabelecimento; não deter área superior a quatro módulos fiscais (ou seis no caso de pecuária); utilizar mão-de-obra familiar, mas podendo contratar até dois empregados permanentes; residir na propriedade ou em povoado próximo; explorar a terra na condição de proprietário, arrendatário, posseiro, assentado, meeiro ou parceiro, e possuir renda bruta familiar inferior a R\$60.000,00 por ano. (BRASIL, 2008).

3.1 O CRÉDITO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas²⁰ de apoio à agricultura familiar têm sido defendidas também por acadêmicos e intelectuais que vêem nessa agricultura possibilidades de contribuir para solução dos grandes desafios no País, tais como, fome, segurança alimentar, violência, desigualdade social, falta de empregos e renda, desmatamento, poluição e manejo dos recursos naturais. (SABOURIN; TONNEAU, 2007).

Embora a agricultura familiar enquanto realidade seja antiga, as políticas públicas de fomento para essa atividade são bastante recentes. Na década de 1970, a partir das experiências e iniciativas locais, surgiram os projetos pioneiros de apoio à agricultura familiar. Desde então esses projetos foram sendo apropriados e/ou apoiados pelos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, e em parte foram reconhecidos pelas políticas públicas, sobretudo pelos programas de desenvolvimento rural, e, mais tarde, pelo PRONAF. “A agricultura familiar adquire, então, uma função social específica: deve ser reconhecida e protegida”. (SABOURIN; TONNEAU, 2007, p. 8).

¹⁹ Neste trabalho não se pretende fazer uma discussão do conceito de camponês, agricultor familiar. Sobre a evolução do conceito de campesinato ver GUZMÁN e MOLINA (2005)

²⁰ “De maneira geral, entende-se por políticas públicas o conjunto de intervenções, programas, projetos, que são formulados, coordenados ou executados pela iniciativa pública, o Estado. (JONAS, 1970, *apud.* SABOURIN e TONNEAU, 2007, p. 8). (...) Cada vez mais as políticas públicas aparecem como construções sociais, resultantes de processo de ação coletiva, que associam diferentes categorias de atores públicos e privados (CALLON E COLABORADORES, 2001, *apud.* SABOURIN; TONNEAU, 2007, p. 8)”.

Na década de 1990, houve um movimento por parte dos governos de atender as demandas sociais, decorrente das exacerbações dos problemas sociais, pois até então as políticas eram aplicadas de cima para baixo através do aparelho político e técnico-administrativo. Nesse contexto opta-se por uma política dual, o governo brasileiro cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA²¹) para cuidar da reforma agrária e da ascensão da agricultura familiar, e o antigo Ministério da Agricultura encarrega-se apenas do setor patronal e empresarial – que passa a ser chamado de agronegócio.

No âmbito do MDA, parte das políticas públicas destinadas à agricultura familiar são vinculadas ao PRONAF, que é considerado um divisor de águas no que se refere ao crédito, marcando um período singular no rumo do processo de intervenção do Estado na agricultura familiar e no meio rural do Brasil. Esse programa “vem sendo considerado como um poderoso instrumento de superação das desigualdades no campo e de democratização no acesso às fontes de financiamento da agricultura”. (ANJOS, 2004, p. 531).

O PRONAF foi criado em 1995, com o objetivo de fortalecer a agricultura, em resposta às demandas, pressões dos movimentos sociais, e democratização das políticas públicas. Em 2005, o PRONAF enfrentou algumas modificações, foi aperfeiçoado e ampliado o universo de cobertura, mas apesar disso, mantém uma ambigüidade no que se refere ao público-alvo e aos objetivos pretendidos. Encontram-se tanto orientações produtivistas quanto compromissos com geração de empregos, renda, inclusão social e desenvolvimento territorial. Atualmente o PRONAF contempla cinco estratos de agricultores familiares: A, B, C, D, E.

O PRONAF alcançou uma dimensão nacional, como revela a divisão de créditos. O volume dos recursos foi ampliado, bem como houve um aumento no número de contratos de beneficiamento para investimento nas atividades agrícolas em relação ao custeio. Embora o crédito continue sendo o principal objetivo, o programa voltou-se também, para a comercialização (estoques, compra de colheita e alimentos, garantia de preços mínimos), de assistência técnica e extensão rural e de seguro agrícola. De fato o governo federal optou por financiar não somente os produtos que seriam destinados ao mercado, mas também aqueles destinados ao

²¹ A partir de 1996 adota-se uma política específica de fortalecimento à agricultura familiar, cria-se a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), ligada ao Ministério da Agricultura. Em 1998 a SDR transformou-se no MDA, onde se encontra a Secretaria da Agricultura familiar (SAF). Mais tarde, a nova Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e a Secretaria da Reorganização Agrária (SRA) assumem, juntamente com a SAF, as políticas específicas de desenvolvimento rural e de agricultura familiar. Além disso, diversas modalidades de políticas públicas interagem com o desenvolvimento rural e a agricultura, tais como: políticas sociais redistributivas, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); regulamentações, políticas de manejo do meio ambiente e de recursos naturais, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outras.

consumo familiar. Cabe mencionar outros importantes avanços do programa: i) articulação do crédito a outras políticas públicas (garantias de compra, aquisição de produtos da agricultura familiar, programa Fome Zero etc.); ii) estruturação de uma política de assistência técnica e extensão rural; iii) criação de linhas específicas de financiamento (jovens, mulheres, agroecologia, semi-árido etc), apesar das dificuldades de operacionalização; iv) identificação das cadeias produtivas em nível nacional, no sentido de desenvolver ações específicas visando a inserção no mercado. (SABOURIN; TONNEAU, 2007, p. 303).

No que se refere aos avanços obtidos pelo PRONAF há uma divergência de opiniões entre alguns estudiosos. Para Abramovay e Veiga (1999, p. 45/46) citado por (ANJOS, 2004, p. 531) o PRONAF “está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais”. Enquanto Carneiro (2000, p. 214), citado por (ANJOS, 2004, p. 531) centra a sua crítica no caráter contraditório do programa, que por um lado aposta no desenvolvimento local, potencializando atividades diversificadas como turismo, lazer, etc., e por outro lado, enfatiza a profissionalização do agricultor.

Em uma pesquisa realizada referente ao ano 2002, com 729 pessoas, para avaliar os impactos do PRONAF no Rio Grande do Sul, identificou-se que as pessoas que tomaram o crédito, em seu conjunto, têm uma escolaridade em média superior à escolaridade das pessoas que não tomaram o crédito – 5,9 e 5,0 anos, respectivamente. No que se refere à participação de analfabetos sobre o total, tem-se 2,5% de analfabetos entre os mutuários do crédito PRONAF e 11,0% para os não-mutuários. (ANJOS, 2004).

A partir dessas informações, é necessário salientar a importância da educação no meio rural. “A condição de alfabetização indica a presença de um importante filtro no acesso ao PRONAF ou a quaisquer outros programas e mecanismos de ascensão social”. Daí se questiona: o PRONAF é um instrumento que favorece a emancipação e redução das desigualdades, ou atua como elemento que reforça as diferenças sócio-culturais? Nesse sentido, cabe ao Estado a elaboração e execução de políticas educacionais. (ANJOS, 2004).

Esse mesmo autor, referindo-se à composição relativa da renda domiciliar total, observa que os mutuários pronafianos apresentam participação equivalente a 68,3% da renda familiar proveniente do trabalho agrícola, e os não-pronafianos apresentam 47,4% da renda familiar oriunda do trabalho agrícola. Em relação à participação do trabalho não-agrícola na renda familiar, tem-se a participação de 4,9% para os pronafianos e 10,2% para os não-pronafianos

na renda familiar. Ou seja, os dados apontam que os estabelecimentos dos não-pronafianos são “mais frágeis do ponto de vista das condições materiais em que operam os produtores”. Com a adesão ao PRONAF o agricultor poderia trabalhar na sua própria terra sem precisar recorrer a rendas não-agrícolas para manter a reprodução.

Pode-se constatar a importância das políticas públicas no fortalecimento da agricultura familiar. Dentre estas políticas, o crédito agrícola desde que cuidadosamente implementado, torna-se um poderoso instrumento de desenvolvimento e justiça social, capaz de melhorar a vida no campo.

3.2 A COMPOSIÇÃO DA RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR

A importância de atividades não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural vem sendo objeto de várias pesquisas, como já foi apontado nos itens anteriores. Uma participação elevada da Renda Não-Agrícola (RNA) na renda familiar não garante que a família seja pluriativa ou que pratique atividades não-agrícolas. Pois a RNA é composta também por transferências governamentais. Neste item trata-se da origem da renda das famílias rurais, considerando também as rendas provenientes das Transferências Governamentais (TG), dada a sua relevância, sobretudo para a região Nordeste, e das Transferências Familiares (TF). Essa relevância é confirmada pelos dados e relatórios de pesquisas de campo realizadas pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar (GPAF/UFBA). Dentre os principais resultados, observa-se a importância das aposentadorias e dos recursos do programa bolsa-família na composição da renda familiar.

No município de Lapão, localizado na microrregião de Irecê, inserida no semi-árido baiano, foi realizada uma pesquisa de campo, em 2004, no âmbito do GPAF. Observou-se a ocorrência da pluriatividade e das TG em três comunidades, das quatro pesquisadas. Observou-se também que a RNA é superior à RA. Tomando como exemplo uma família representativa, tem-se: 41% da renda familiar são provenientes da agricultura, enquanto 59% originam-se da RNA. Essa RNA é formada pela renda proveniente da pluriatividade (10% da renda familiar total). Todavia, a maior parcela provém das TG, que representa 49% da renda familiar total. Esses dados revelam que a formação da RNA não se explica exclusivamente pela ocorrência da pluriatividade. (COUTO; SILVA; GARRIDO; TEIXEIRA,2006).

Em outro estudo de caso, realizado em 2005, no município de Santo Amaro, localizado na microrregião do Recôncavo Baiano, observa-se que, entre 27 famílias residentes no meio rural, apenas seis auferem renda apenas da agricultura; as demais recebem renda originada das TG e/ou da pluriatividade; 15 famílias são beneficiárias das TG, sendo que quatro recebem aposentadoria e 11 recebem bolsa-família. Com relação às atividades praticadas, observa-se que, entre as 27 famílias, 59% trabalham apenas na atividade agrícola e 41% são pluriativas (diaristas, comerciantes, prestadores de serviço). (SILVA, 2005).

Nesse mesmo estudo, observa-se, no Anexo 3, Tabela 2, a participação da RNA na renda familiar total. Na amostra de quatro famílias representativas, dentre as 27, duas têm RNA inferior à RA; uma tem RNA bastante superior à RA, influenciada pelas TG; a quarta e última família da amostra não tem RNA. (SILVA, 2005).

Outro fator importante considerado no cálculo da renda é o autoconsumo. Nas áreas de assentamento de reforma agrária e em comunidades tradicionais formadas por pequenos agricultores, a produção agrícola direcionada ao consumo das famílias, quando calculado em termos monetários, eleva a renda familiar. Dentre as quatro famílias referidas, três destinam parte da sua produção agrícola ao autoconsumo, na proporção de um 41%. 33% e 18%, respectivamente. A quarta e última família, por produzir pouco, consome toda a sua produção. (SILVA, 2005).

De acordo com alguns autores as rendas oriundas das atividades não-agrícolas e da pluriatividade podem ter como funções: viabilizar a sobrevivência dos agricultores familiares, contribuir para a fixação da população no campo, e para reduzir a pobreza rural. (SCHNEIDER, 2003; KAGEYAMA; HOFFMAN, 2000).

Kageyama (2001) resume diversos estudos de casos realizados no período 1970/1990 que mostram a importância da RNA para as famílias rurais tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos países desenvolvidos.

Na África a proporção das RNA na renda total variou entre 36% e 45%; na Ásia entre 29% e 35; e na América Latina ficou próximo a 40%. (REARDON, [19....]). Na Índia o peso das RNA na renda teve pequena variação, em torno de 31% a 39%. (LANJOW, 1999). Alemanha, Finlândia e Suíça alcançaram mais de 50% de RNA. Na Itália, Bélgica, Espanha, Portugal,

França, Grécia, Dinamarca, as RNA variaram entre 33% e 50%; na Holanda e Áustria atingiram menos de 33%. (HILL, 1999).

Muitos estudos sobre o meio rural brasileiro baseiam-se nos dados da PNAD, que embora possuam grande relevância como fonte não censitária para pesquisas populacionais, é bastante limitada em relação à variável renda rural. A PNAD, para o meio rural, subestima as rendas e superestima a pobreza. De acordo com Ferreira, Lanjow e Neri (2000), os principais problemas apontados são: ausência das questões sobre rendas variáveis; autoconsumo; transferências, e rendas de propriedade; utilização do mesmo tipo de questão sobre a renda do trabalho para os empregos formais, informais, autônomos e proprietários que trabalham na própria terra; ausência de valores para rendas ou benefícios em espécie dos produtores agrícolas e trabalhadores por conta própria (há apenas quantificação dos valores pagos em espécie como remuneração de empregados ou parceiros); ausência de questões sobre gastos com insumos, o que, afeta diretamente a renda líquida dos produtores rurais.

De acordo com Laurenti e Del Grossi (2000), citados por Kageyama (2001), para o ano de 1997, no Brasil, os principais setores de atividades não-agrícolas da PEA rural eram o emprego doméstico (17%), construção civil (10,9%), estabelecimento de ensino público (8,5%) e comércio de alimentos (5%) da PEA rural não-agrícola.

A participação das RNA no rendimento total das famílias brasileiras chega a 38,5%, mas ao se observar o tipo de família essa participação tem uma variação significativa; nas famílias com mais de dois empregados as RNA atingem 60,5% da renda total, nas famílias com até 2 empregados 25,9%; para as famílias de conta própria 31%; e para as famílias que têm outro tipo de ocupação, as RNA representam 5% da renda total. (DEL GROSSI; SILVA, 2000).

De acordo com Kageyama (2001), que fez um estudo sobre as múltiplas fontes de renda, a partir os dados da PNAD 1999, 61,5% domicílios agrícolas possuem rendas não-agrícolas, e os domicílios pluriativos representam 17,3% do total, portanto há uma certa independência entre pluriatividade e múltiplas fontes de renda. A autora observou que as rendas não-agrícolas são em média superiores à renda agrícola, e as rendas não-agrícolas correspondentes à aposentadoria são superiores à renda oriunda da pluriatividade.

Em 40% dos domicílios agrícolas as rendas não-agrícolas representam mais da metade da renda total; há 30% de domicílios em que elas constituem mais de dois terços da renda total. A renda média dos domicílios agrícolas com múltiplas fontes de renda era R\$163,00, enquanto nos domicílios com renda exclusivamente agrícola situava-se em R\$96,00, indicando que as rendas múltiplas são um determinante de elevação das rendas no meio rural. (KAGEYAMA, 2001, p.63/64).

Observou-se para o Brasil a seguinte composição das RNA nos domicílios rurais: em primeiro lugar, cerca de 56% das RNA correspondem ao trabalho não-agrícola (pluriatividade), em segundo lugar as aposentadorias correspondem a 31% das RNA, e em terceiro, com 5,6% das RNA estão as pensões e previdências, em seguida vem aluguel, juros e doações com 3,8%; 2,2%; e 1,1% das RNA, respectivamente.

Especificamente, para a região Nordeste, cerca de 49,9% das RNA correspondem ao trabalho não-agrícola, as aposentadorias correspondem a 38,5%, e com 5,4% estão as pensões e previdências, em seguida vem juros, doações e aluguel, com 2,1%; 2,1%; e 1,9% respectivamente.

A região Nordeste possui o nível mais baixo de modernização agrícola, e as aposentadorias, pensões e doações apresentaram maior peso na composição da renda. As rendas do trabalho agrícola e não-agrícola apresentaram maior peso na região mais rica (São Paulo, Mato Grosso e Distrito Federal). Ou seja, os rendimentos da pluriatividade variam no sentido contrário ao das aposentadorias e pensões, a depender da região; para as regiões mais ricas e mais equipadas, a pluriatividade é mais significativa. (KAGEYAMA, 2001).

As fontes de renda das famílias agrícolas são dadas da seguinte forma: trabalho agrícola, 55% da renda domiciliar em relação à renda total; trabalho não-agrícola, 25%; TG 16,6%, e 3,4% outras fontes de renda.

Kageyama (2001, p. 68) chegou à conclusão que as RNA e a localização dos domicílios são os fatores positivos que mais contribuíram para a diferença do rendimento médio familiar. Na região Nordeste a renda equivale a um terço da renda de São Paulo, Mato Grosso e Distrito Federal. “Os rendimentos dependem de fatores internos à família (escolaridade, idade dos filhos, posição na ocupação) e condições de economia local (infra-estrutura, equipamentos básicos de água, saneamento, eletricidade, mercado de trabalho)”.

De acordo com Machado (2000), que analisou os dados da PNAD para o período de 1981 a 1982, e 1992 a 1997, a população de aposentados e pensionistas apresentou uma das maiores taxas de crescimento no Nordeste Rural. Para o autor a aposentadoria, na maior parte dos casos, em vez de suprir as necessidades dos idosos passa a ter que suprir as necessidades de todos os membros da família, onde às vezes é a única fonte de renda.

Ferreira e Lanjow (2000) mostram ao estudar o Nordeste que a renda proveniente da agricultura representa 58,3% da renda total dos domicílios agrícolas, o trabalho agrícola representa 8,3% e as RNA representam 33,4%. A RNA é composta por 13,1% de salários não-agrícolas, 5,3% de atividades autônomas e 15% de remessas, transferências e pensões.

A participação das RNA na renda total das famílias tem grande variação entre os países, bem como entre as regiões, e até mesmo entre os estados. Além disso, os tipos de atividades geradoras das RNA, e o seu peso relativo nessas rendas, também varia grandemente conforme a sua localização.

Ao se estudarem as RNA e as atividades não-agrícolas no meio rural devem-se considerar a heterogeneidade, pois cada realidade local tem seus próprios parâmetros. Os formuladores de políticas públicas devem considerar as RNA como uma parcela importante da renda total familiar, e torná-las um componente significativo das políticas desenvolvidas para o meio rural, dado que a RNA contribui para a segurança alimentar e desacelera o êxodo rural, pode financiar a agricultura e melhorar o seu desempenho.

De uma forma geral pode-se dizer que as transferências governamentais desempenham a mesma função que a pluriatividade na agricultura familiar, entendida como forma de viabilizar a reprodução social e garantir a permanência no meio rural. Na pesquisa de campo, apresentada no capítulo quatro, a seguir, observa-se a importância da renda não-agrícola, inclusive as TG, na composição da renda familiar para as famílias assentadas no PASJ.

4 ESTUDO DE CASO

Neste estudo de caso analisam-se principalmente os dados primários coletados durante a pesquisa de campo realizada no PASJ, município de Uruçuca-BA. A referência temporal para o levantamento dos dados é o ano-calendário de 2007. Para a contextualização espacial, a base são os dados secundários, segundo a regionalização do IBGE. Faz-se uma breve descrição das principais características da mesorregião Sul Baiano, e da microrregião Litoral Sul, onde está inserido o município Uruçuca²².

São os seguintes os critérios estabelecidos com base nas definições encontradas na revisão teórica, visando à caracterização das famílias na pesquisa de campo: a) são consideradas famílias agrícolas quando todos os seus membros exerceram apenas atividades agrícolas, ou seja, sistemas de cultivo, de criação e de transformação agrícola; b) quando pelo menos um dos seus integrantes exerce alguma ocupação não-agrícola, a família é pluriativa; c) são consideradas famílias com diaristas agrícolas quando pelo menos um dos seus membros vende dias de trabalho na própria comunidade ou no seu entorno – desde que em alguma atividade agrícola; d) consideram-se famílias não-agrícolas aquelas em que os seus membros só exercem atividades não-agrícolas.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE-DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS AGRÁRIOS/ATIVIDADES²³

Na pesquisa de campo, utiliza-se o método “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários”, para análise e coleta de informações oriundas da leitura de paisagem, entrevistas históricas junto a informantes-chave, e junto às famílias assentadas. Esse método é amplamente utilizado pela FAO e Universidades latino-americanas inspiradas nas reflexões e resultados de pesquisas levadas a efeito no Departamento de Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola do Instituto Nacional Paris-Grignon (INA-PG), atual AgroParisTech. Conforme definição do Professor Marcel Mazoyer.

²² Nesta dissertação preferiu-se utilizar a regionalização do IBGE, a mesma utilizada no trabalho realizado por Couto Filho (2003).

²³ Originariamente, trata-se da metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (*Agrarian Systems*), posteriormente decomposta em Sistemas de Produção, e, mais recentemente, o Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar/CNPq/UFBA adotou uma denominação mais adequada: Análise-Diagnóstico de Sistemas de Atividades, para atender à nova realidade dos novos mundos rurais brasileiros, face ao significativo crescimento das atividades não-agrícolas e das transferências governamentais.

Um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um sistema (técnico) de forças produtivas, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço dado, compatível com as situações e necessidades sociais do momento. Um modo de exploração do meio é o resultado específico do trabalho agrícola que utiliza uma combinação apropriada de fatores de produção, inertes e vivos, para explorar e reproduzir um ambiente cultivado saído das sucessivas transformações historicamente experimentadas pelo meio original. (DUFUMIER, 2007, p. 62).

O método baseia-se na teoria sistêmica, através de passos progressivos que partem do geral (mundo, país, região) para o particular (municípios, comunidades, unidades de produção familiar)²⁴. Estuda-se a unidade (micro), sem se afastar da visão do todo (macro). Na pesquisa de campo estudam-se as unidades de produção familiar (sistemas de produção/atividades), sem perder de vista a sua integração no entorno.

Nos limites de uma unidade produtiva, o sistema de produção agrícola pode ser definido como a combinação (no espaço e no tempo) dos recursos disponíveis e das próprias produções: vegetais e animais. Ele pode ser assim concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos. (DUFUMIER, 2007, p. 85).

Na análise do Sistema de Produção (SP) devem-se examinar as interações e as interferências entre os sistemas (cultivo, criação, transformação) que o compõem. Além da análise dos sistemas de produção dos agricultores, deve-se levar em consideração o entorno econômico, o ambiente no qual a comunidade está inserida, a infra-estrutura local, o mercado, as potencialidades e limites dos ecossistemas. Também, devem-se considerar as atividades não-agrícolas exercidas pelos integrantes das famílias, e como essas atividades estão relacionadas com o sistema de produção no que se refere à ocupação da mão-de-obra e a renda familiar. Ou seja, na análise do Sistema de Atividades (SA) consideram-se as atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas. Assim, entende-se que o Sistema de Atividades (SA), é mais amplo, contém o Sistema de Produção (SP).

De acordo com Dufumier (2007, p. 85), é importante observar nos sistemas de produção:

²⁴ Para Mazoyer citado por Garcia Filho (1997?, p.12), segundo a Teoria Sistêmica “analisar e explicitar um objeto complexo em termos de sistema é, em primeiro lugar delimitá-lo, (...), traçar uma fronteira entre esse objeto e o resto do mundo, (...) é, portanto em última instância, classificar. (...). Analisar e explicitar um objeto em termos de sistema é também estudar a sua dinâmica de evolução através do tempo e as relações que esse sistema mantém com o resto do mundo nos seus diferentes estágios de evolução. Enfim, considerar o funcionamento de um objeto como um todo é pensá-lo como uma combinação de funções complementares que asseguram a circulação interna de todos os fluxos (de matéria, e energia, de valor, etc) e, no caso de um sistema aberto, é imaginá-lo como um conjunto de intercâmbios com o exterior”.

1. A família e a mão-de-obra disponível;
2. A unidade de produção;
3. Os sistemas de cultivo;
4. Os sistemas de criação;
5. Os sistemas de processamento dos produtos;
6. As atividades complementares;
7. As combinações dos sistemas de cultivo com os de criação.

Conforme salientado na metodologia, o roteiro não é necessariamente fixo, servindo apenas como orientação para o pesquisador, podendo ser adaptado à realidade local. Trata-se de uma metodologia adaptativa, na qual não se aplicam questionários elaborados anteriormente, a fim de se traduzir com fidelidade o contexto real dos agricultores. Dessa forma, as famílias assentadas participam diretamente da elaboração do diagnóstico visto que são os sujeitos na história.

De acordo com Dufumier (2007), essa metodologia é utilizada para se conhecer a realidade agrária, e a partir desta orientar as ações a serem implementadas, isto é, o diagnóstico tem como objetivo contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural, definir políticas públicas, programas e projetos.

Esse diagnóstico é uma ferramenta utilizada para que se possa entender o meio rural e o processo de transformação pelo qual se dá o desenvolvimento rural. Conforme Dufumier, citado por Garcia Filho (1997?, p. 8), “O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendências futuras”. O diagnóstico possibilita:

- a) fazer um levantamento das situações ecológica e sócio-econômica dos agricultores;
- b) identificar e caracterizar os principais tipos de produtores (familiares, patronais, etc.) e os principais agentes envolvidos no desenvolvimento rural (comércio, empresas de integração, bancos, agroindústrias, poder público, etc.);
- c) identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados por esses diferentes produtores, as suas práticas técnicas, sociais e econômicas e os seus principais problemas;
- d) caracterizar o desenvolvimento rural em curso, isto é, as tendências de evolução da agricultura na região;
- e) identificar, explicar e hierarquizar os principais elementos - ecológicos, sócio-econômicos, técnicos, políticos, etc. - que determinam essa evolução;
- f) realizar previsões sobre a evolução da realidade agrária;
- g) sugerir políticas, programas e projetos de desenvolvimento e ordenar as ações prioritárias;

h) sugerir indicadores de avaliação dos projetos e dos programas. (GARCIA FILHO, 1997?, p. 8)

Neste trabalho tem-se como propósito calcular as rendas familiares agrícola e não-agrícola, inclusive autoconsumo, comparando-se os diferentes níveis de eficiência microeconômica dos sistemas de produção praticados pelas famílias. Para tanto, o estudo foi feito com base nos itens *a*, *b*, e *c* citados no parágrafo anterior, direcionado de modo que possibilite responder a essas questões. Etapas do levantamento de campo e análise de dados:

- a) o primeiro passo consiste na consulta e superposição de mapas, além da análise de estudos já produzidos sobre o local;
- b) leitura de paisagem, para identificação das diferentes formas de exploração, manejo dos recursos naturais, e das práticas agrícolas; nesta etapa verifica-se também como se combinam os sistemas de cultivo, de criação, e de transformação, bem como as condições ecológicas. Esta leitura é complementada com questionamentos aos assentados;
- c) entrevistas históricas, com informantes-chave, para resgate da história do assentamento, e conhecimento das mudanças ecológicas, sociais e técnicas agrícolas;
- d) tipologia dos produtores (famílias assentadas), que consiste em agrupar os tipos, por semelhança, com base nas entrevistas com os produtores e suas lideranças;
- e) tipologia dos sistemas de produção/atividades, que permite classificar a unidade produtiva e suas parcelas, identificando-se as diferentes combinações de atividades (consórcios, culturas alternadas, outras associações), bem como as diferentes formas de manuseio do solo;
- f) amostragem dirigida, quando se escolhem os produtores mais representativos de cada grupo homogêneo (tipologia);
- g) coleta de dados e análise econômica, com base no levantamento patrimonial, Depreciação (D), Unidade de Trabalho Familiar (UTf), custos por subsistema, e Produto Bruto (PB), calculando-se a renda dos produtores, e identificando-se os sistemas mais eficientes.

Uma UTf representa o trabalho de um adulto, em tempo integral, independentemente de gênero. No caso específico do cálculo da UTf, existem dificuldades que se agravam quando os agricultores informantes não são alfabetizados ou não dominam aritmética básica. Nesses casos, recomenda-se o uso de desenhos (por exemplo, desenhos de animais em lugar do texto “sistema de criação”) e de recursos que substituam numerais e outros símbolos matemáticos. Para a distribuição do tempo de ocupação entre as atividades familiares, utilizam-se sementes.

Essa técnica foi adotada, pela primeira vez, pelo Prof. Vitor de Athayde Couto, durante a realização de um curso sobre “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários”, na comunidade Candeal Pequeno, município de Santa Bárbara, Bahia, em 2004. O procedimento consiste em se deixar à disposição de cada integrante da família, 50 grãos (de milho, feijão, o que for mais facilmente encontrado). Cada entrevistado distribui determinada quantidade desses grãos conforme as atividades que pratica. Por exemplo, se o entrevistado coloca sete, de um total de 50 grãos, no subsistema *cacau x banana*, significa que ele ocupa 14% do seu tempo de trabalho naquele subsistema. Quando o entrevistado tem menos de 14 anos, estuda, trabalha um turno, ou sofre de alguma deficiência, ele representa apenas parte de uma UTf. Por exemplo, se o entrevistado representa apenas meia UTf, utilizará apenas 25 grãos.

A renda agrícola dos produtores é calculada com base na equação

$$VA = PB - CI - D \quad (1)$$

em que,

VA: Valor Agregado;

PB: Produto Bruto anual (soma total de toda a produção gerada, multiplicada pelo preço de venda);

CI: Consumo Intermediário (bens que são inteiramente transformados ou consumidos durante o processo produtivo, por exemplo: adubos, sementes, agrotóxicos, etc.);

D: Depreciação (Valor atual do ativo / número de anos ou vida útil restante).

O agricultor deve considerar a depreciação dos bens de que dispõe. Apesar desses bens não serem totalmente consumidos no processo, eles são parcialmente transformados, uma vez que sofrem desgaste e perdem valor anualmente.

O VA do sistema de produção é igual ao valor do que foi produzido (PB) menos o valor do que foi consumido no processo produtivo. “Quando o produtor acrescenta trabalho aos insumos e ao capital fixo de que dispõe, ele gera novas riquezas, agregando valor a essas mercadorias” (GARCIA FILHO, 1997?, p. 38). De acordo com a metodologia, um valor agregado maior significa um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

$$Produtividade\ da\ área = VA/ha \quad (2)$$

$$\text{Produtividade do Trabalho} = VA/UTf \quad (3)$$

Após o cálculo do Valor Agregado, calcula-se a Renda Agrícola.

$$RA = VA + Sub - S - I - J - RT, \quad (4)$$

onde,

RA: renda agrícola;

Sub: subsídios.

S: salários;

I: impostos;

J: juros;

RT: renda da terra (arrendamentos);

Substituindo (1) em (4), tem-se:

$$RA = PB - CI - D - S - I - J - RT + SUB \quad (5)$$

No assentamento estudado não se observaram custos com juros, impostos e renda da terra, bem como não foram concedidos subsídios aos agricultores. Alguns produtores pagaram diárias, as quais estão representadas na fórmula pela variável salário. A parcela do valor agregado que fica com o produtor após essas deduções constitui a renda agrícola (renda líquida).

Dividindo-se o VA pela UTf, tem-se a produtividade do trabalho. Esse parâmetro pode ser comparado à remuneração da potencial oportunidade de trabalho do produtor, isto é, o custo de oportunidade da força de trabalho. Nesta dissertação, foi adotada a renda líquida por área e UTf para análise dos sistemas de produção, pois os custos com salários foram pouco significativos.

Para verificar a eficiência dos sistemas de produção faz-se necessário calcular o valor da renda por unidade de área disponível (onde ha é a área agrícola utilizada), e por unidade de trabalho familiar.

$$\text{Produtividade da área cultivada} = RA/ha/UTf \quad (6)$$

A curva que se utiliza para representar o sistema de produção é composta pela adição da curva de cada subsistema, ordenado de forma decrescente no que se refere à sua produtividade. Para comparar os resultados econômicos dos diferentes subsistemas de produção foi necessário padronizar 1 (um) hectare como unidade comum, possibilitando analisar a eficiência dos subsistemas.

A avaliação econômica dos sistemas de produção visa à formulação de uma relação de dependência entre a renda da unidade de produção (RA) e a área (ha), de modo a demonstrar a variação da renda em decorrência de uma variação na área explorada. As curvas dos sistemas de produção foram constituídas a partir da função linear ($y = ax - b$) e adaptada para a equação (8), pois é necessário avaliar o *quantum* da força de trabalho familiar que opera no sistema de produção. Utilizam-se, portanto, a renda por unidade de trabalho familiar (RA/UTf) e a área total por unidade de trabalho familiar (ha/UTf). A função linear é conseguida através do seguinte cálculo:

$$y = ax - b \quad (7)$$

$$RA/UTf = (PB/ha - CIp/ha - Dp/ha - Sp/ha) ha/UTf - \Sigma Dnp/UTf \quad (8)$$

onde,

x: área do subsistema;

a: coeficiente angular – diferença entre (PB/ha - Cp/ha);

b: coeficiente linear – custos não proporcionais, é o ponto de partida da curva;

p: significa que as despesas são proporcionais ao subsistema, como sementes, produtos químicos ou serviços de mecanização inerentes a cada atividade específica (- CIp/ha - Dp/ha - Sp/ha);

np: simboliza a depreciação não proporcional ao subsistema, mas que faz parte de todo o sistema de produção, como é o caso do cercamento perimétrico da propriedade, carroça para transporte, depósitos, etc. (- Dnp/UTf);

(PB - Cp)/ha, que representa a inclinação da reta, mostra a relação entre a renda do subsistema e a área; uma cultura intensiva utiliza menor área, portanto, espera-se uma reta menos

horizontalizada; em outras palavras, quanto mais próxima do eixo das ordenadas situa-se a reta (portanto, mais verticalizada), mais intensivo é o uso do recurso terra vis-à-vis a renda gerada. Quanto maior o produto bruto e quanto menores os custos, a reta aparece mais verticalizada.

A Renda Agrícola (RA) é composta pela Renda Monetária (RM) adicionada ao autoconsumo (AC)²⁵. Para se obter a renda monetária da unidade produtiva, deduz-se o autoconsumo da renda agrícola.

$$RA = RM + AC \quad (9)$$

Como resultado, vê-se que é possível, com base na coleta de dados, fazer uma análise econômica dos sistemas de produção/atividades. Assim, identifica-se a renda agrícola total dos produtores selecionados (RA) ou (AC + RM). Pode-se calcular tanto a renda agrícola total, quanto por subsistema. A Renda Não-Agrícola (RNA), por sua vez, é autodeclarada. Assim, podem-se verificar a(s) hipótese(s) anteriormente elaboradas, comparando-se os resultados dos diferentes sistemas de produção/atividades e dos diferentes tipos de produtores.

Nesse trabalho considera-se Renda Familiar Total (RFT) a soma da RA e das Rendas Não-Agrícolas (RNA), inclusive aquelas provenientes de Transferências Governamentais (TG) e Transferências Familiares (TF). O termo RNA abrange as rendas oriundas das atividades não-agrícolas, ou seja, que não estão vinculadas aos subsistemas lavoura, criatório e de transformação interna, como artesanato, comércio, transformação/beneficiamento externos, e serviços; abrange também a prestação de serviços fora da unidade de produção familiar (diaristas agrícolas); as TG, como aposentadoria, pensão, bolsa-família; e as TF.

O método aqui utilizado também permite identificar os problemas locais, suas prováveis soluções específicas, embora não as cogitem para os demais assentamentos, nem aqueles inseridos no mesmo sistema agrário definido para o estudo de caso. Consideram-se a diversidade e a complexidade do meio rural, portanto, não devem ser tratadas como iguais

²⁵ O autoconsumo é a parte da produção que o agricultor destina à sua alimentação e dos seus familiares. O valor em reais totalizado pelo autoconsumo pode ser interpretado como uma renda auferida pelo produtor, caso ele vendesse, a preços formados localmente, a produção que foi consumida.

todas as famílias assentadas, muito menos os diferentes os assentamentos. Na próxima seção caracteriza-se o espaço onde se encontra o assentamento aqui estudado.

4.2 ECOSSISTEMA E SISTEMA AGRÁRIO

A Mata Atlântica é internacionalmente considerada como um dos biomas mais importantes e prioritários do Planeta, tanto em relação à sua biodiversidade quanto ao grau de ameaça a que está sujeito. No Brasil, esse bioma experimenta um processo de destruição de forma intensa. Da formação florestal, que abrangia a maior parte do litoral brasileiro, restam menos de 8%. Na mesorregião Sul Baiano, sobretudo na área compreendida entre o rio Jequitinhonha e o rio de Contas, conserva-se a sua parcela mais expressiva do Nordeste do Brasil. Nesse remanescente ainda se observa uma grande riqueza de espécies da fauna e flora. (Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, 1998).

As florestas úmidas desta região são caracterizadas por árvores altas, com folhas sempre-verdes e abundância de epífitas. Dentre as espécies de árvores mais características e raras, podem ser citadas: o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e o jequitibá (*Cariniana sp.*). (...) A Mata Atlântica do Sul da Bahia conserva ainda uma grande diversidade de espécies da fauna, recentemente um novo gênero de aves (*Acrobartonis fonsecae*) foi descoberto em suas florestas. O mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternus*) são espécies símbolos desta região. (Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, 1998, p. 9).

Com a realização, em 1993, do Workshop sobre prioridades para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste²⁶ ficou evidente a altíssima relevância do Sul baiano, especificamente a zona cacauieira, do ponto de vista da sua diversidade biológica. Nesse ambiente, entre as externalidades negativas, tem-se, por um lado, a expansão da atividade madeireira e da pecuária; e, por outro, o declínio da cacauicultura no Estado, tendo como consequência a redução das populações de várias espécies naturais.

No que se refere à pedologia, o espaço é heterogêneo e apresenta diferenças de fertilidades, bem como, a prática de diferentes culturas. Mas a cacauicultura faz parte do sistema agrário desde o século XVIII.

²⁶ Workshop sobre Prioridades para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste, coordenado pela Conservation International do Brasil (CIB), pela Fundação Biodiversitas e pela Sociedade Nordestina de Ecologia.

Seguindo a periodização (com datas limites estabelecidas apenas para fins didáticos) realizada por Teixeira (2008), para a mesorregião Sul Baiano, tem-se: 1500-1534, o extrativismo orientado para o mercado externo; 1534-1761, caracterizado pela monocultura da cana-de-açúcar, e marcado por concentração litorânea do povoamento. Em 1746, houve a implantação do cacau; 1761-1890, período poliprodutor com a função de abastecimento para a capital de produtos agrícolas e pesqueiros, ocorreu afirmação regional do cacau; 1890-1980, a hegemonia da cacauicultura, início da diferenciação econômica através da pecuária e de novos cultivos; e a partir dos anos 1980 o cacau entra em crise finalizando o seu predomínio, tem-se o fortalecimento do turismo e implantação da silvicultura para a produção de celulose.

As três primeiras décadas do século atual [XX] foram consideradas a fase da *formação da região* porque naquele período se organizou a base econômica, a monocultura cacaueira, possibilitadora da formação de uma sociedade que definiu sua estrutura e seus interesses, numa estrutura política para a manutenção daquela organização econômica e uma estrutura ideológica para a reprodução da sociedade regional. (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 37).

O cacaueiro é uma planta ombrófila, ou seja, tem capacidade de se desenvolver muito bem sob a sombra. Por conta disso, adotou-se desde o início o sistema de cultivo conhecido como cabruca, no qual o cacaueiro é mantido sob o sombreamento das árvores nativas da Mata Atlântica. Estima-se que dos 700.000 ha de cacau cultivados na Bahia, 70% estejam sob esse sistema. Contrapondo-se a essa forma de cultivo existe o sistema de derruba total, que retira a mata seguindo-se o plantio de árvores exóticas para fazer-lhe sombra, e o sistema a pleno sol, onde é mínimo o sombreamento. (Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, 1998).

No sistema cabruca, a manutenção de parte da estrutura da floresta representa um benefício para a conservação dos recursos naturais, pois protege o solo dos processos erosivos, favorece o ciclo hidrológico, permite a manutenção de algumas espécies da flora e fauna, além de contribuir para a manutenção da beleza da paisagem. Ocupadas as terras pelo cacau, os sistemas agrários e de produção mantiveram-se estáveis por muito tempo.

O sistema agrário da monocultura do cacau, durante muitos anos, predominou no Sul da Bahia. No início dos anos 1970, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) iniciou o trabalho de difusão de sementes híbridas e o cacaueiro passou a ocupar, além dos fundos de vales, também as terras situadas nas meias-encostas. Atualmente a

agricultura praticada na mesorregião apresenta-se diversificada para os padrões da região, com significativa presença do cacauieiro (*Theobroma cacao*), da seringueira (*Hevea brasiliensis*)²⁷, e da pecuária extensiva, além das culturas de café, pupunha e extrativismo madeireiro. (Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, 1998).

Como resultado da crise de preços, combinada com a incidência da doença “vassoura-de-bruxa” (causada pelo fungo *Crinipellis pernicioso*), identificada na região cacauieira da Bahia em 1989, a situação da maioria dos cacauais é de abandono. Dessa forma a monocultura do cacau perde espaço e passa por uma transformação econômica e social. De acordo com o Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia (1998), embora os cacauais estejam abandonados, são raros os casos de substituição do cacau por outro tipo de cultura, até porque grande parte deles encontram-se associados com o cultivo da seringueira.

As pastagens têm se expandido, apresentam em média 33% da sua superfície ocupada com remanescentes florestais. Desta forma os agricultores têm cultivado as pastagens sobre as áreas desses remanescentes e não em substituição a algum outro cultivo. Aproximadamente, 40% dos proprietários admitiram ter derrubado a mata para implantar pastos nos últimos quatro anos. Nos anos 1970 a pecuária não representava atividade relevante nessa região. Hoje já é a terceira atividade agrícola mais importante ocupando 21% das terras cultivadas, com uma forte tendência à expansão. (Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, 1998).

Os remanescentes florestais do Sul da Bahia estão ameaçados, devido à grave crise da cultura do cacau, com atividades de impactos negativos para a conservação do bioma. Diante desse contexto, faz-se necessário o redirecionamento das políticas públicas no desenvolvimento regional incluindo a conservação do que restou da Mata Atlântica. Ao mesmo tempo apoiar o fortalecimento institucional dos órgãos de meio ambiente, ainda muito limitados para fazer frente às tendências atuais de desmatamento.

No âmbito social, a crise da economia cacauieira gerou desemprego e aumento da demanda por novos assentamentos; os conflitos por terra se concentram nessas áreas, mais facilmente

²⁷ Os seringais foram introduzidos na região na década de 1950 e expandiram-se até meados dos anos 1960, quando houve ataque da doença “mal das folhas”, causada por fungo do gênero *Mycrociclos*, que obstruiu a expansão dos seringais.

justificadas para a desapropriação. Pois a cacauicultura está estruturada no perfil social dos agentes, convivem na região os detentores de capital e os detentores exclusivamente da mão-de-obra, esses, originários das antigas plantações de cana-de-açúcar, além de migrantes da seca do sertão. A solução para este impasse sócio-ambiental pode advir de uma política ampla de aquisição de imóveis decadentes de cacau para fins de reforma agrária, dispondo-as para que ex-trabalhadores rurais desempregados se tornem pequenos agricultores familiares e assumam a renovação dos cacauais.

Segundo Couto (2004, p. 870), que realizou uma pesquisa utilizando a metodologia análise-diagnóstico de sistemas agrários no Sul da Bahia, a monocultura cacaueira permanece frente às diversas crises, devido à fertilidade dos solos e aos elevados rendimentos obtidos na sua produção. Mesmo os médios e pequenos agricultores tendem a abandonar outras culturas quando os cacauais começam a produzir. E “essa situação de quase-monocultura tornou a região cacaueira fortemente dependente das cotações internacionais do cacau”, ao passar por períodos de *booms* e crises, a região enfrenta graves consequências sociais.

Dentre essas consequências sociais, salienta-se o conflito de terras que é decorrente da alta dos preços do cacau, bem como do crescimento do consumo mundial de chocolate. A região já passou por diversas crises cíclicas de preço, mas desde os anos 1980 a crise tornou-se mais grave que as demais, por se tratar de uma crise de rendimento, e acabou resultando num processo de diversificação das atividades e implantação da reforma agrária.

No que se refere à organização técnica e social da produção estruturam-se dois principais tipos: 1) as grandes fazendas ocupam as áreas mais férteis, geralmente representadas pelo capataz (gerente), e pertencem aos capitalistas que recrutam os trabalhadores rurais. Essa estruturação não permite aos trabalhadores qualquer possibilidade de progresso econômico e social. 2) as médias e pequenas lavouras ocupam as áreas menos férteis e de difícil acesso, e são estruturadas na base da mão-de-obra familiar.

Para Couto (2004, p. 871), as crises do cacau implicaram diversificação “das oportunidades de aplicação” dos ativos financeiros para os capitalistas e do sistema de produção para os agricultores familiares. De maneira geral os produtores capitalistas enfrentavam as crises afastando-se provisoriamente da lavoura cacaueira devido ao baixo rendimento ocasionado pela queda dos preços do cacau, e retomavam após a crise, quando os preços se recuperavam

ocasionando altos rendimentos. Essa dinâmica tinha como resultado liberação de mão-de-obra, pois enquanto esperavam a crise passar, os agricultores transferiam parte de seus recursos para “aplicações mais rentáveis”.

No período de 1976 a 1985, com os preços internacionais em alta, tem-se a idade de ouro do cacau, o Governo adota o modelo produtivista, fundamentado no aumento de área plantada e no uso intensivo dos insumos modernos. O objetivo, que era fazer do Brasil o primeiro produtor mundial, seria alcançado executando-se o Programa de Expansão da Lavoura Cacaueira (PROCACAU). O crédito rural subsidiado foi orientado nessa direção. Os agricultores familiares, sem capital para investir em outras atividades, retomam a plantação de lavouras de subsistência e/ou seringueiras intercaladas com a lavoura cacaueira para resistir às crises. (COUTO, 2004).

No fim dos anos 1985, a cacaucultura entra em crise devido à combinação de diversos fatores, tais como, envelhecimento dos cacaueiros, queda dos preços internacionais, muitos anos de seca, e o surgimento da vassoura-de-bruxa, que se propagou por toda a região e reduziu a produção da lavoura em mais de 80%. Esses eventos, mais uma vez, levaram os fazendeiros a abonar suas lavouras, deslocando seus capitais (COUTO, 2004).

Para Couto (2004), associado a esses fatores que acarretaram a redução da renda dos cacaucultores tem-se a nova legislação fiscal (as fazendas são submetidas à legislação empresarial), modificação das leis trabalhistas (salário mínimo, indenizações), falta de crédito (reposição do crédito e não mais crédito de custeio subsidiado). Essa combinação de fatores agravou a situação dos fazendeiros, tem-se nesse caso uma crise de rendimentos.

O “abandono” da lavoura contribui para a criação de fluxos migratórios na região, as pessoas que trabalhavam para os cacaucultores deixaram as zonas produtoras e foram viver nas cidades turísticas litorâneas. Parte desse contingente não foi absorvido nem pela indústria nem pelo setor serviços, pois não existiam empregos suficientes para uma mão-de-obra não qualificada. Assim a crise dos anos 1980, por um lado resultou em graves problemas sociais e por outro num processo de diversificação das atividades e implantação da reforma agrária.

Alguns proprietários estabeleceram contratos de parceria sob a forma de meação, outros recorreram a contratos de experiência de 90 dias para não manter trabalhadores permanentes,

o que resulta em ausência de encargos sociais, em redução dos custos. As condições objetivas criadas pela crise – desemprego em massa e abandono de várias propriedades – possibilitaram a ação dos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que intensificou sua ação com objetivo de acelerar o processo de reforma agrária. A partir da política de reforma agrária cresceu o número de pequenos agricultores numa região onde predominavam famílias de trabalhadores rurais do cacau.

A crise gerou impactos ambientais consideráveis, pois para sanar o problema da liquidez muitos proprietários venderam madeira nativa da Mata Atlântica. Além disso, o aparecimento da vassoura-de-bruxa impulsionou a diversificação dos sistemas de produção na região, tais como: incremento da pecuária bovina, introdução do cultivo do café robusta, coco, e banana. O resultado imediato foi o desmatamento das florestas e dos antigos cacauais.

O Estado, atendendo a pressão dos fazendeiros, liberou recursos sob a forma de crédito, com juros baixos, para combater a vassoura-de-bruxa através de tratamentos culturais – inspeção e poda, com retirada dos galhos e frutos infestados, aplicação de insumos, rebaixamento de copa. Todavia, essa ação resultou em queda do rendimento físico e da produtividade, pois os fertilizantes contribuíram para o alastramento da doença, e aumento da dívida. A ação da CEPLAC, desde 1997, concentra-se na clonagem de plantas mais tolerantes e de maior produtividade para a substituição de cacauzeiros doentes, através do programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Embora a clonagem seja admitida como solução e esteja sendo adotada por alguns produtores, tanto capitalistas quanto familiares, os custos são altos (R\$2.200,00/ha) e ainda sem viabilidade comprovada. (CEPLAC, *apud*. COUTO, 2004).

Segundo Couto (2004), a região cacaueira apresenta diversos sistemas de produção, combinados com diferentes tipos de contratos de posse e uso dos meios de produção, e muitas relações de trabalho. Tomando como base a mão-de-obra, identificaram-se três tipos de produtores: capitalistas, patronais, e familiares. Essas categorias executam diferentes sistemas de produção. Analisando cada tipo internamente agrupou-se em relação à posse e uso da terra e outros meios de produção. Os tipos de produtores em relação à área e à renda agrícolas apresentam resultados bastante diferenciados.

Com base na tipologia identificada por Couto (2004), no que se refere à mão de obra, os produtores capitalistas contratam gerentes e empregados permanentes, e utilizam contratos de

parceria-meação. Esses produtores dividem-se em três tipos: a) os que só produzem cacau, empregando exclusivamente gerentes e empregados permanentes; b) os que diversificam sua produção, empregando exclusivamente gerentes e empregados permanentes; e c) os que só produzem cacau, mas utilizam o sistema de parceria meação.

a) Produtores capitalistas que só produzem cacau, empregando exclusivamente, gerentes (capatazes) e empregados permanentes, pagam um salário mínimo para cada trabalhador que se ocupa de 8 ha de lavoura.

Esses estabelecimentos possuem área entre 20 ha e 350 ha, mas o sistema técnico empregado na lavoura é o mesmo. Como 50% dos cacaueiros são clonados, chama-se atenção para duas consequências:

1) “sensível elevação do valor da depreciação proporcional: R\$2.200,00/ha”, a depreciação é de R\$110,00/ha/ano, para ser amortizada em 20 anos, que é a vida útil prevista para cacaueiro clonado.

2) “aumento considerável do endividamento dos fazendeiros”. O resultado esperado na produção através da nova técnica ainda não é visível. Trata-se de um sistema com rentabilidade de longo prazo, e com alta dependência de preços e rendimentos (COUTO, 2004, p. 875).

b) Produtores capitalistas que diversificam sua produção, empregando exclusivamente gerentes e empregados permanentes. “De um ponto de vista social, esse sistema tem, a priori, consequências menos nefastas que os sistemas capitalistas da monocultura de cacau. Com efeito, os empregados são em geral polivalentes, ocupando-se de outras culturas quando não estão trabalhando no cacau. Entretanto, são poucas as alternativas em grande escala, além do cacau” (COUTO, 2004, p. 877).

As alternativas de diversificação mais viáveis são a cultura do café e a criação de bovinos. Todavia o café concorre em demanda por mão-de-obra com o cacau, além disso, tem apresentado baixo rendimento nos últimos anos. Já a criação de bovinos é limitada pela disponibilidade de áreas de pastagens.

c) Produtores capitalistas que só produzem cacau, mas utilizam o sistema de parceria-meação. Esse sistema teve sua origem na crise dos anos 1980, atualmente é praticado nas áreas de cacau em recuperação, não-clonados e com baixos rendimentos, com predominância de contratos do tipo 50/50 (proprietário/meeiro) e nas áreas clonadas que demandam muita mão-de-obra predominam os contratos 60/40 (proprietário/meeiro).

Nesse sistema de produção, os capitalistas auferem renda do cacau superior às rendas dos que só produzem cacau e empregam mão-de-obra permanente. Mas a partir de certo nível de rendimento, por exemplo, para 100 ha de cacau a um preço médio de R\$60,00/@, é mais vantajoso substituir parceiros por trabalhadores assalariados.

Os produtores patronais fazem uso da mão-de-obra familiar e contratam empregados permanentes e temporários. Nesse sistema de produção, o proprietário e sua família participam diretamente do processo produtivo e comandam trabalhadores diretos. Diversificam seus sistemas de produção (cacau, café, bovino, culturas de subsistência) para diminuir os riscos, e auferem rendimentos positivos. O tamanho das propriedades varia entre 25 ha a 70 ha.

Os produtores familiares utilizam mão-de-obra familiar e, eventualmente, temporária contratada. Eles foram agrupados em: parceiros-meeiros, independentes, e assentados. Os produtores familiares parceiros-meeiros são encarregados de áreas de cacau que variam entre 6,5 ha e 60 ha. As variações dessa categoria são decorrentes das relações de trabalho que se combinam de diversas formas, mão-de-obra da própria família; mão-de-obra complementada por trabalhadores fixos (paga pelo proprietário); mão-de-obra complementada por trabalhadores temporários (paga pelo parceiro) acima de 5 ha/UTf; e mão-de-obra complementada por trabalhadores fixos acima de 15 ha/UTf. Os parceiros não podem complementar sua renda com culturas de subsistência e tampouco com criações.

Os produtores familiares independentes utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar, são pouco numerosos na região, onde se identificaram duas categorias: explorações isoladas no alto da montanha com relevo acentuado, o que induz à monocultura do cacau que apresenta baixos rendimentos. E explorações no vale, onde se identificaram, além do cacau, seringueiras, gado leiteiro e culturas de subsistência. Aqui se observaram rendas agrícolas superiores ao salário mínimo.

Os produtores familiares assentados receberam do INCRA, em média, cinco ha de terra já ocupada com cacauzeiros, onde, atualmente, os sistemas de produção baseiam-se na cultura de cacau, café, banana, para garantir a renda monetária, e nas culturas de subsistência, para o autoconsumo (mandioca, aipim, feijão, milho, aves, hortaliças).

Ao se comparar a criação de riqueza por hectare pelos assentados e pelos capitalistas da monocultura do cacau identificou-se que os capitalistas auferem um valor agregado de R\$518,00/ha, bastante inferior ao dos assentados, que obtêm R\$1.370,00/ha. “Assim é que, do ponto de vista da coletividade, tanto social quanto econômico, interessa que 50 famílias explorem uma fazenda de 500 ha com produções diversificadas, em vez de um só proprietário explorando esses mesmos 500 ha com monocultura de cacau” (COUTO, 2004, p. 883).

Os dados mostram que a monocultura capitalista cacauzeira não garante um desenvolvimento durável, com inclusão social, pois embora empregue trabalhadores rurais não lhes possibilita progresso social e econômico. E nos momentos de crise, agrava-se a situação dos trabalhadores que, sem meios para subsistir, migram para as cidades. Nos períodos de crise, os pequenos e médios produtores possuem uma maior capacidade de diversificação e adaptação do que os capitalistas.

Uma vez apresentada a tipologia de produtores e de sistemas de produção, construídas com base na primeira etapa da pesquisa de campo, este trabalho focaliza, a partir de agora, o agricultor familiar assentado.

4.2.1 Caracterização da área

A mesorregião Sul Baiano é formada por três microrregiões: Baixo Sul, Litoral Sul, e Extremo Sul. A microrregião Litoral Sul, também conhecida como microrregião de Ilhéus-Itabuna, possui área total de 21.308,944 km², é formada pela união de 41 municípios²⁸. É a

²⁸ Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicarai, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiáú, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca, Wenceslau Guimarães.

microrregião que possui o maior número de cidades em todo o Estado da Bahia. Para o ano de 2005, sua população foi estimada em 1.075.311 habitantes. (IBGE, 2008).

De acordo com a Secretaria da Cultura e Turismo, a microrregião tem grande potencial para o ecoturismo, exibindo extraordinária beleza que ainda conserva paisagens naturais pouco alteradas. Os municípios de Ilhéus, Uruçuca, Itacaré, Una, Canavieiras e Santa Luzia são os que mais se destacam nas atividades turísticas, onde se podem encontrar matas, rios, cachoeiras, corredeiras, trilhas, praias, manguezais, serras, grutas, mirantes, fazendas de cacau, reservas ecológicas, parques temáticos e áreas de proteção ambiental.

Ao lado desse diversificado cenário, deve-se acrescentar um importante legado cultural: os sítios históricos, com seus casarões antigos, suas capelas e igrejas; os antigos engenhos; as festas populares, as tradições religiosas, o rico artesanato, e os costumes da gente da terra, incluindo uma culinária típica a base de peixes e mariscos. Nessa microrregião está localizada a Área de Proteção Ambiental Itacaré/Serra Grande, e o Parque Estadual da Serra do Conduru, que abriga a terceira maior biodiversidade do mundo. (Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, 1998).

O município de Uruçuca, localizado na microrregião Litoral Sul, possui área de 440 km², e situa-se a 405 km de Salvador. Coordenadas Geográficas: 14°36'lat. S. e 39°17'long. O. A temperatura anual máxima é de 30,2°C e a mínima de 20,8°C, sendo que a temperatura média é de 24,4°C. Período chuvoso de maio a junho, com pluviosidade média de 1.800 mm/ano. O clima característico é tropical úmido a subúmido e tropical seco a subúmido.

A ocupação de Uruçuca ocorreu no início do século XX, a partir de uma localidade denominada Água Preta do Mocambo, simplificada posteriormente para Água Preta. Em 1922, eleva-se à categoria de distrito, sob jurisdição municipal de Ilhéus. Em 1943, ainda distrito, recebe o nome de Uruçuca, município emancipado em 1952.

Atualmente (dados de 2007), o município apresenta uma população de 22.070 habitantes. Desse contingente, 17.636 encontram-se na zona urbana, e 4.434 na zona rural. (IBGE, 2008). De acordo com os dados do PNUD/2000, o IDH é de 0,652.

Na agricultura, o município se destaca como 2º produtor baiano de cacau, além do cultivo de outras culturas como: pimenta do reino, banana, cana-de-açúcar, laranja, limão, tangerina, mandioca, café, feijão, milho, coco, maracujá, guaraná, abacaxi, melancia, mamão, além de palmáceas e especiarias. Na pecuária destaca-se o rebanho de muares, mas observa-se o crescimento da área ocupada por pastagens, com expansão da criação extensiva de bovinos. (IBGE, 2008).

O setor agropecuário, em 2005, apresenta Valor Adicionado (milhões) de R\$5,32 sendo que a Indústria, e o setor de Serviços apresentam R\$7,30 e R\$31,88 respectivamente. O PIB do município, a preços correntes, foi de R\$47,46 milhões. (IBGE, 2005).

Conforme registros na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), o município possui 43 estabelecimentos industriais, ocupando o 98º lugar na posição geral do Estado da Bahia, e 504 estabelecimentos comerciais, 100ª posição dentre os municípios baianos. No setor de bens minerais é produtor de água mineral, e no setor de serviços, seu parque hoteleiro registra 45 leitos.

4.3 PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JORGE E SÃO JOSÉ

Uma das primeiras etapas do trabalho de campo é a leitura de paisagem. Esse recurso metodológico ajuda a identificar o ecossistema no qual o Projeto de Assentamento São Jorge e São José (PASJ) encontra-se inserido. Realiza-se a leitura de paisagem através de caminhadas transversais no campo, para verificar as heterogeneidades do ecossistema, no caso, a Mata Atlântica, tal como ocorre no Sul da Bahia.

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada em duas etapas, no PASJ. Na primeira visita, foram entrevistadas 37 (trinta e sete) famílias residentes nas comunidades, bem como foi realizada a caminhada transversal na propriedade. Com base nessas entrevistas e na caminhada transversal, definiu-se a tipologia dos Produtores (Pi) e dos Sistemas de Produção/Atividades (SPi). Na segunda etapa da pesquisa, todas as 37 famílias entrevistadas foram revisitadas. Desse universo, nove famílias foram selecionadas para a realização de entrevistas mais minuciosas. Nessa fase, o objetivo é verificar os níveis de maior ou menor diversificação de todos os SP, sua integração ao mercado, bem como levantar informações visando ao cálculo das rendas agrícola e familiar; essas nove famílias

representam, nas comunidades, cinco tipos característicos de Pi e SPi. Entrevistou-se também o presidente da associação que gere o PASJ, visando ao detalhamento das informações referentes ao sistema coletivo de produção.

Na área do assentamento ainda se encontram espécies nativas, representativas da Mata Atlântica, a exemplo de pau-alho, cedro, jequitibá, cajueiro, rosa branca, pau d'arco, caraíba, sapucaia, taipoca, jenipapo, jindiba, pau paraíba e gameleira, dentre outras espécies. A fauna do assentamento é composta de animais de criação, como bovinos, cavalos, burros e aves (galinhas), animais domésticos (cães e gatos) e animais silvestres (ouriço-caixeiro, tamanduá, preguiça e raposa).

O Sistema Agrário resulta do modo como o meio é explorado pelo trabalho agrícola e também das transformações observadas historicamente. Considera-se que o PASJ está inserido no Sistema Agrário conhecido como monocultura do cacau, embora não seja rara a ocorrência de policultivos, sistemas de cultivo mais ou menos diversificados, além de combinações de tipo agroflorestal; em menor proporção, praticam-se sistemas de criação de bovinos. Especificamente no PASJ, a produção agrícola destina-se ao consumo familiar, sendo o excedente levado para comercialização na feira-livre de Uruçuca, onde também é vendido o principal produto, o cacau. Entre as culturas exploradas destacam-se cacau, café, banana, mandioca, e milho. Como sistema de transformação, as famílias dispõem de barcaças, secadores, e casa de farinha comunitária.

4.3.1 Perfil socioeconômico

Neste item consideram-se os resultados oriundos da pesquisa de campo obtidos na primeira parte da pesquisa, quando foram entrevistadas todas as 37 famílias assentadas.

4.3.1.1 Informações gerais

O PASJ foi implantado em setembro de 1998, na área de duas antigas fazendas de cacau, São Jorge e São José, desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e distribuída entre 42 famílias. A população do assentamento, originária da microrregião Litoral Sul, é composta por antigos meeiros das referidas fazendas, diaristas agrícolas, ex-trabalhadores rurais (assalariados) e por acampados que foram transferidos da

Fazenda Oregon (posteriormente transformada no Parque Estadual da Serra do Conduru). Trata-se de pessoas com diferentes trajetórias de vidas, porém, com interesses comuns, como, por exemplo, ter a sua própria terra para trabalhar. Para cada família assentada foi destinado um lote (ou quadra de cacau), medindo entre 4,0 a 6,0 ha, cada lote com cerca de 2.879 pés de cacau.

O assentamento, constituído pelas duas fazendas acima referidas, abrange uma área total de 526 ha, dos quais 16 ha ainda estão cobertos com remanescentes de Mata Atlântica. O restante da área é destinado ao cultivo individual de cacau, pasto individual, pasto coletivo, além de benfeitorias – instalações e habitação. O rebanho coletivo é mestiço, com objetivo misto (leite e carne), e totaliza 11 cabeças de gado. Uma parte da área coletiva é ocupada com equipamentos de infra-estrutura econômica e social: depósito, casa de farinha, curral coletivo, dez barcaças, dois secadores, duas cisternas, seis tanques. O PASJ possui duas escolas primárias e um casarão. A maioria das casas possui energia elétrica e instalações sanitárias, porém, poucas dispõem de fossa séptica.

Percebe-se, entre as famílias, alguma insegurança com relação à posse e uso das terras que ainda não são tituladas. Receosos do que possa acontecer, dado que não possuem a garantia da propriedade, os produtores estão cautelosos quanto a investimentos e crédito agrícola – o que explica também a menor participação de novos empreendimentos em culturas permanentes. O baixo nível de educação formal e a falta de informações são fatores que também contribuem para a insegurança no assentamento.

A organização institucional na comunidade é representada pela Associação Agrícola do Projeto São Jorge (AAPSJ). Financiado com crédito do PRONAF, o projeto de financiamento para recuperação da lavoura cacauzeira e plantio de cafeeiros resultou em saldo devedor em torno de R\$7.000,00 (sete mil reais) por família assentada. Esse endividamento foi agravado pelo fato de o café não ter apresentado resultado econômico positivo. A falta de assistência técnica foi apontada como um dos principais problemas do assentamento.

Não foram identificadas práticas produtivistas modernas, a maior parte dos serviços é feita com ferramentas rudimentares, tais como enxada, foice, e machado. Não se utilizam equipamentos modernos, tampouco agroquímicos industriais como inseticidas e herbicidas.

Atualmente, em 2008, encontram-se 40 famílias no assentamento, totalizando aproximadamente 160 pessoas (inclusive crianças)²⁹. Nesta pesquisa considerou-se a população entrevistada, composta por 37 famílias, que totalizam 154 pessoas, pois três famílias não estavam presentes nos dias da entrevista.

A faixa etária da população, representada no Gráfico 1, é bastante heterogênea. Os jovens com até 20 anos de idade totalizam 72 pessoas, representando 47% da população jovem, assim distribuída: crianças de 0 a 10 anos correspondem a 21%, e jovens de 11 a 20 anos representam 26%. Já os adultos, considerados entre 21 e 60 anos, totalizam 68 pessoas e correspondem a 43%. Apenas 10% das pessoas têm acima de 61 anos. Essa distribuição mostra que no médio e longo prazos a área do assentamento será insuficiente para assegurar a reprodução familiar. Na medida em que os jovens vão constituindo suas próprias famílias, e, permanecendo a vontade de continuarem agricultores, faz-se necessária a continuidade da luta pela reforma agrária, ou uma outra ação de política pública que possa gerar ocupação e renda.

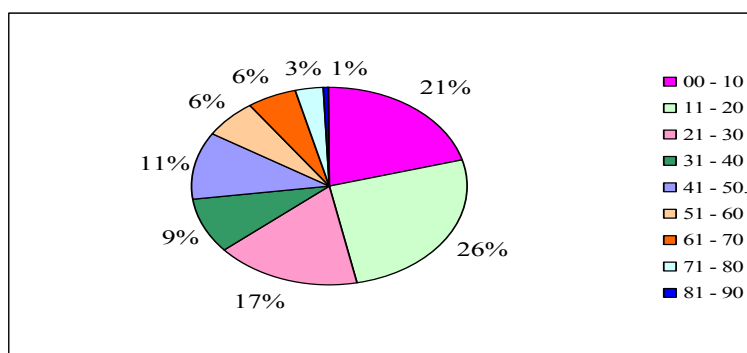


Gráfico 1 – Número de pessoas por faixa etária
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

As Tabelas 1 e 2, do Apêndice A, apresentam, por faixa etária, o número total de moradores do PASJ e o número de assentados (chefes de família). Considerando-se apenas o número de assentados, observa-se que a participação do grupo com idade superior a 50 anos representa 41%. O grupo com idade inferior a 50 anos representa 59%, assim distribuído: os jovens com até 20 anos representam 5% dos assentados; 16% dos assentados têm entre 21 e 30 anos; 19%, entre 31 e 40 anos; e 19%, entre 41 e 50 anos. O Gráfico 2 mostra a distribuição percentual dos assentados por faixa etária.

²⁹ No Apêndice A encontram-se tabulados os dados gerais do assentamento.

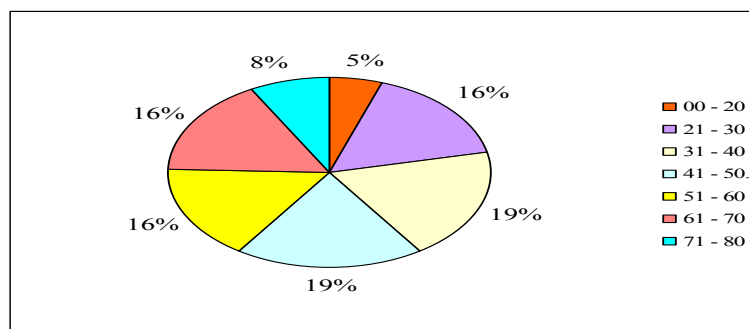


Gráfico 2 – Número de assentados por faixa etária
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A Tabela 5, Apêndice A, mostra a distribuição dos diferentes níveis de escolaridade dos assentados. Considerando-se apenas os 37 assentados (chefes de família), 22% são analfabetos, 14% são apenas alfabetizados, 38% freqüentaram escola até a 4ª série, 19% estudaram até a 8ª série, 8% estudaram até o ensino médio, sendo que nenhum dos assentados concluiu o ensino médio. Observa-se que o nível de escolaridade entre os assentados é baixo. Fazendo-se esses mesmos cálculos, para todos os moradores, observa-se que os jovens freqüentam mais a escola que seus pais.

Conforme Gráfico 3, das 154 pessoas que vivem no assentamento, 85 freqüentam a escola (estudam), o que representa 55% do total. Este percentual é composto na maior parte por crianças e jovens.

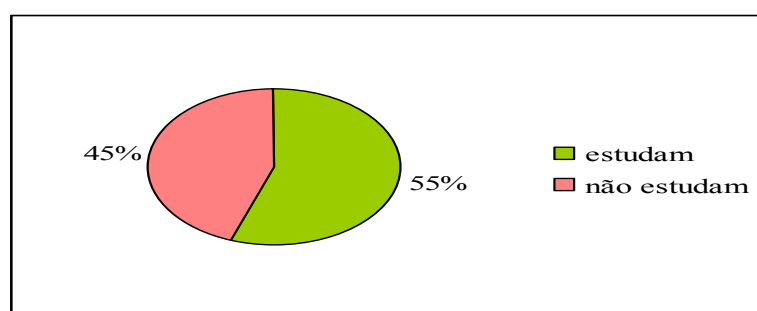


Gráfico 3 – Número de estudantes
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Entre o total de moradores, 9% são analfabetos; 8% são alfabetizados, embora não tenham concluído nenhum ano de educação formal; 38%, que corresponde a 58 pessoas, estudaram entre a 1ª e 4ª séries, representando o maior percentual. Isso decorre do grande número de crianças que vivem no assentamento, bem como do baixo nível de escolaridade dos adultos;

22% estudaram entre a 5ª e 8ª séries; 9% estudaram entre o 1º e 3º ano do ensino médio; e apenas 2% possuem o ensino médio completo.

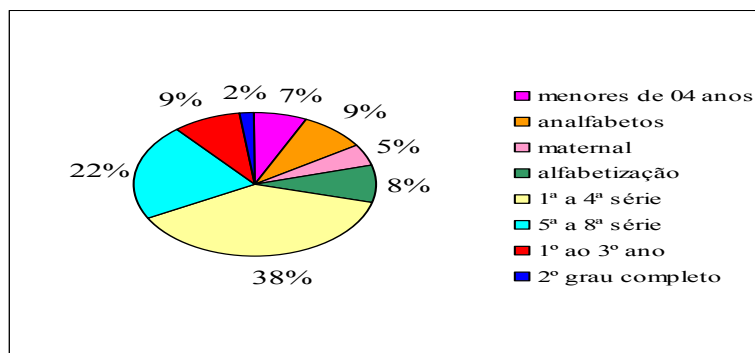


Gráfico 4 – Escolaridade das famílias
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

As 37 famílias entrevistadas praticam agricultura, sendo que a maior parte da Renda Agrícola (RA) é proveniente das vendas de cacau. Todavia além da monocultura cacaueira, as famílias praticam diferentes combinações de sistemas de cultivos: noz-de-cola, banana, cana-de-açúcar, café, hortaliças, mandioca, cajá, jenipapo, acerola, além do sistema de criação de bovinos.

Conforme a metodologia aqui aplicada, a diversificação dos Sistemas de Produção (SP) é considerada um fator importante para a sobrevivência das famílias por permitir diversas fontes de renda, pois o cacau, sendo uma *commodity*, é altamente dependente do mercado internacional, cujas cotações, negociadas em mercados futuros, excluem a possibilidade de os agricultores terem qualquer poder de barganha. Do ponto de vista do valor de uso da produção, a sua diversificação com vistas ao autoconsumo familiar, assegura a reprodução da família, independentemente do que aconteça no mercado.

Ao se comparar, com esta pesquisa, o estudo realizado em 2003, no PASJ, por Couto, Silva (2007), não se observam mudanças significativas da produtividade ou quantidade colhida de produtos agrícolas. No sistema de produção individual, percebe-se a introdução, em pequena quantidade, de algumas culturas permanentes como coco, laranja, abacate, e urucum.

Em 2003, o PASJ possuía área de cacau coletiva e 111 cabeças de gado, atualmente distribuídos entre os assentados. Identificou-se uma retração, tanto no sistema coletivo de

criação de animais, quanto no sistema coletivo da lavoura cacaueteira e, conseqüentemente, um aumento no sistema individual, embora ainda permaneça a pastagem coletiva em menor área. Aponta-se um movimento favorável à gestão individual, gerido pelas famílias, em detrimento do sistema coletivo, gerido pela associação.

Foram identificadas pequenas mudanças concernentes à Renda Não-Agrícola (RNA). Essas mudanças estão relacionadas principalmente com as Transferências Governamentais (TG). Nesses últimos quatro anos, elevou-se o número de pessoas aposentadas e/ou beneficiárias do programa bolsa-família. Todos os entrevistados confirmam a importância da RNA para a complementação da Renda Familiar Total (RFT), principalmente durante a entressafra de cacau. Nesse período, muitas famílias sobrevivem quase exclusivamente das RNA.

4.3.1.2 Composição das atividades e da renda familiar

A pluriatividade nos SP depende de fatores internos à família – tais como: número de filhos, idade dos filhos, escolaridade – e condições de economia local: infra-estrutura, equipamentos básicos de água, saneamento, eletricidade, localização geográfica, mercado de trabalho. Especificamente na comunidade PASJ, os fatores internos são variáveis, pois as famílias não são homogêneas. Quanto aos fatores externos, podem ser considerados homogêneos, pois todas as famílias convivem em um mesmo espaço (técnico, cultural, etc.) e são submetidas às mesmas condições da economia local. Dessa forma, apenas os fatores internos explicam a diversidade da gestão familiar, enquanto os fatores externos como a distância entre o PASJ e a cidade, a pouca atratividade do mercado de trabalho urbano explicam de uma forma geral o baixo número de famílias pluriativas.

No PASJ identificaram-se atividades agrícolas e não-agrícolas, todavia, por se tratar de um assentamento de reforma agrária, não foram encontradas famílias exclusivamente não-agrícolas. Conforme a Figura 1, entre as 37 famílias, 28 (ou 76%) praticam atividades exclusivamente agrícolas. Quatro famílias (11%), além de praticar agricultura, são diaristas agrícolas; e cinco famílias (13%) são pluriativas. Embora tanto os agricultores pluriativos quanto os diaristas agrícolas sejam pouco representativos, utilizam essas atividades como uma estratégia de complementação da renda familiar.

Com respeito às atividades não-agrícolas, destacam-se: camareira, professora, serviços domésticos (faxineira, lavadeira), cabeleireira, atendente, e produção de licor e doce. Antes de residirem no PASJ, os assentados ocupavam-se em atividades de ajudante de pedreiro, carpinteiro, trabalhador rural (assalariado), diarista agrícola, meeiro, barcaceiro, vaqueiro, pescador, além do trabalho doméstico.

No Quadro 1, pode-se observar que as famílias pluriativas e as diaristas agrícolas apresentam algumas semelhanças. A pluriatividade é decorrente de uma combinação de fatores: a) escolaridade, observou-se que as pessoas com algum grau de instrução formal exercem atividades não-agrícolas na cidade; b) trabalho feminino, nesse gênero identificou-se maior grau de escolaridade; c) idade, a maioria dos pluriativos na família são jovens, pois possuem algum nível de escolaridade – em geral, as pessoas mais velhas nunca estudaram, permanecendo incapacitadas para realizar determinados tipos de serviços urbanos; d) famílias numerosas – famílias que possuem muitos filhos geram excesso de mão-de-obra na unidade produtiva e/ou necessidade de complementação da renda familiar.

<i>Pi</i>	<i>(1)</i>	<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Atividade</i>	<i>TG</i>
P4	4	19	M	5ª série	diarista agrícola	BF
P5a	5	33	F	2º ano	secretária	BF
P5b	4	29	F	2º grau	professora	BF
P5c	11 / 7*	31	F	3º ano	serviços	AP e BF
P12	5	23	F	4ª série	serviços domésticos	AP e BF
P13	2	42	F	8ª série	camareira	AP
P15	5	24	M	2º grau	diarista agrícola	AP
P20	4	24	M	1ª série	diarista agrícola	–
P29	5	42	M	1ª série	diarista agrícola	BF

Quadro 1 – Características das famílias pluriativas e diaristas agrícolas

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

(1) N° total de membros da família / N° de membros que praticam atividade não-agrícola

(2) Na Tabela 3, Apêndice J, pode se verificar com detalhe a composição da pluriativa para o P5c

A pluriatividade é também característica da insuficiência da renda familiar e/ou de terra agricultável – algumas famílias numerosas experimentam custos de oportunidade, adotando a estratégia do trabalho externo, devido às restrições dos fatores terra e renda familiar. Outras famílias, mesmo com pequeno número de pessoas, não conseguem retirar da terra a sua

reprodução social, e pelo menos um dos membros acaba buscando rendimentos alternativos à agricultura. Nesses casos o fator limitante é a falta de investimentos e de assistência técnica. Nessa situação, as pessoas que praticam atividades não-agrícolas realizam trabalhos pouco qualificados, o mesmo ocorrendo com as famílias diaristas agrícolas.

Os agricultores familiares caracterizados como diaristas agrícolas trabalham parte do tempo no seu próprio lote, e parte do tempo em unidades produtivas agrícolas de terceiros, quer seja no próprio assentamento, quer seja em propriedades localizadas no entorno da comunidade. Trata-se de jovens com terra e/ou renda agrícola insuficiente, daí a necessidade da venda de dias de trabalho para complementar a renda familiar. Essa atividade ocupa principalmente o trabalho masculino, estando também relacionada com a baixa escolaridade. Em apenas uma entre as quatro famílias de agricultores diaristas encontra-se alguém que possui ensino médio.

Do ponto de vista técnico, não há diferença entre o trabalho exercido pelo diarista em unidades produtivas agrícolas de terceiros e o exercido no seu próprio lote, pois a técnica empregada é a mesma, o conhecimento utilizado é o mesmo, mas do ponto de vista social há um contrato de trabalho entre as partes, há subordinação do trabalhador diarista frente ao proprietário da terra.

Essa relação social aproxima-se, de certo modo, da relação social do trabalhador pluriativo quando exerce atividades que não estão vinculadas à agricultura. Mas a ocupação como diarista agrícola não é um fato novo, não é decorrente da modernização da agricultura; ao contrário, já estava presente no mundo rural. Dessa forma, nesta pesquisa não se considera como pluriativo o diarista agrícola.

Conforme a Figura 1, a RFT é composta por RA e RNA. Embora 28 das 37 famílias trabalhem exclusivamente na agricultura, apenas cinco (14%) famílias assentadas auferem renda exclusivamente agrícola. As demais (86%) possuem rendas não-agrícolas. Essa elevada participação na composição da RFT não é suficiente para caracterizar um predomínio da pluriatividade no assentamento. As RNA podem ser provenientes tanto das atividades não-agrícolas e das diárias agrícolas, quanto das políticas sociais como: aposentadoria, pensão, bolsa-família.

Todas as 37 famílias praticam atividade agrícola e recebem RA; dessas, 86% (32) auferem RA e RNA; 67% (25) recebem TG do tipo bolsa-família; 29% (11) recebem TG do tipo aposentadoria; 10% (04) são diaristas agrícolas; e 13% (05) das famílias são pluriativas.

Das 25 famílias que recebem TG do tipo bolsa-família, 40% (15) auferem RNA oriunda exclusivamente da bolsa-família; quatro recebem RNA proveniente da bolsa-família e aposentadoria; uma família auferem RNA da bolsa-família, aposentadoria, e pluriatividade; três famílias recebem RNA da bolsa-família e da pluriatividade; e duas famílias recebem bolsa-família e são diaristas agrícolas. Das 11 famílias aposentadas, quatro auferem RNA exclusivamente da aposentadoria, e os demais recebem RNA proveniente da aposentadoria e bolsa-família, e/ou atividades não-agrícolas, diaristas.

A pluriatividade no assentamento é pouco representativa, apenas cinco famílias são pluriativas. Entre as famílias pluriativas, três auferem renda das atividades não-agrícolas e da bolsa-família, e duas são pluriativas aposentadas. As famílias que são pluriativas têm na sua composição da renda não-agrícola vínculos com as TG porque são contempladas com aposentadoria e/ou bolsa-família.

No PASJ foram identificadas apenas quatro famílias diaristas agrícolas, entre elas uma auferem RNA provenientes exclusivamente das diárias, os demais recebem TG; duas famílias diaristas agrícolas recebem bolsa-família, e uma recebe aposentadoria.

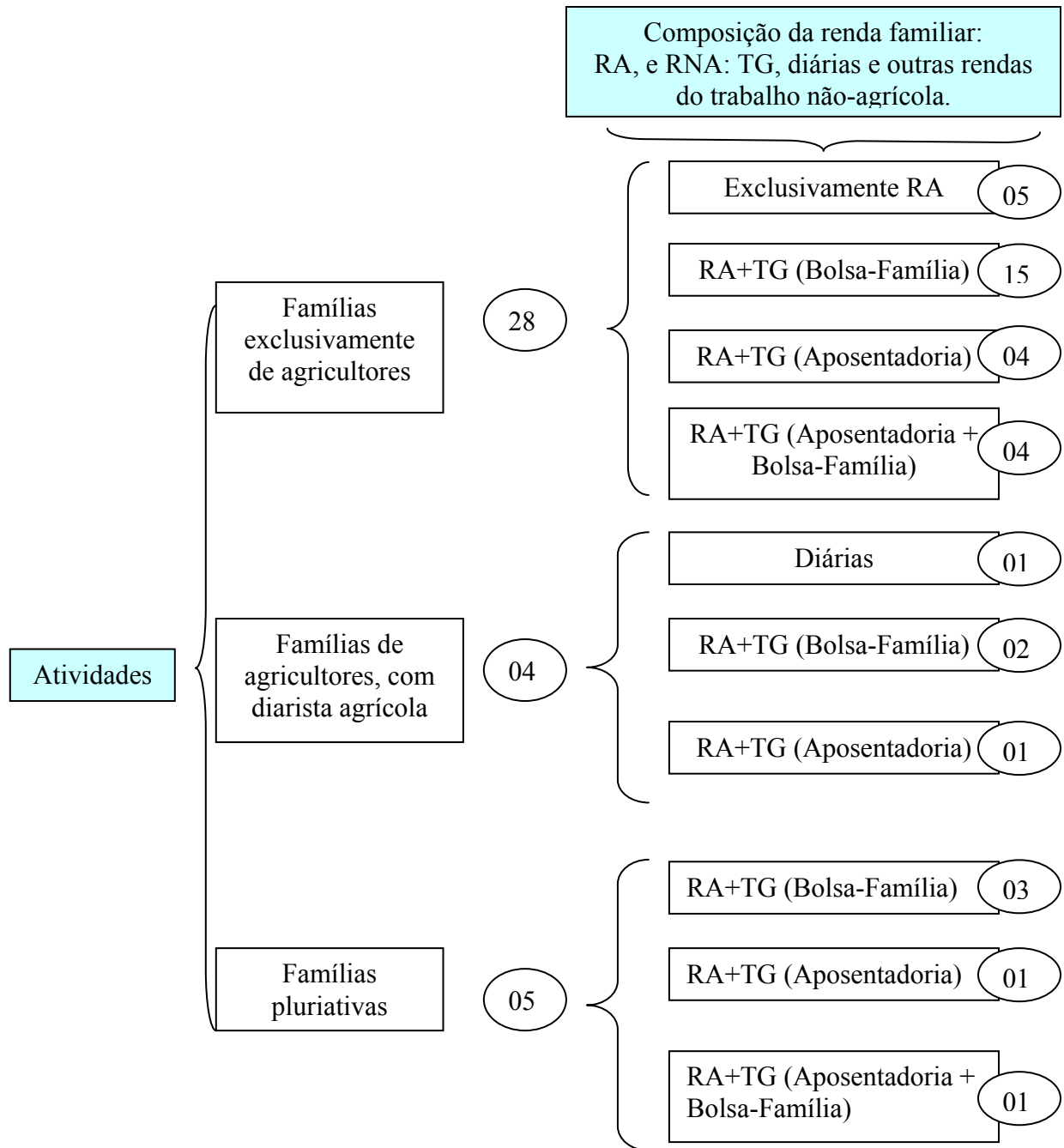


Figura 1 – Composição das atividades e da renda familiar

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008/elaboração da autora

4.3.1.3 Participação da renda não-agrícola na renda familiar

Como foi mostrado no item anterior, observam-se múltiplas fontes de renda, no PASJ. De acordo com o Gráfico 5, todos os agricultores familiares praticam sistemas de produção (cultivos, criações e transformação) e auferem RA, mas apenas os agricultores P1, P7, P16,

P24, e P30 (14% das famílias) têm na agricultura sua única fonte de renda. Além disso, considerando no total a participação da RNA – observada em 86% das famílias – na RFT, é significativa. Das 37 famílias, 11 apresentam mais de 50% de RNA na RFT.

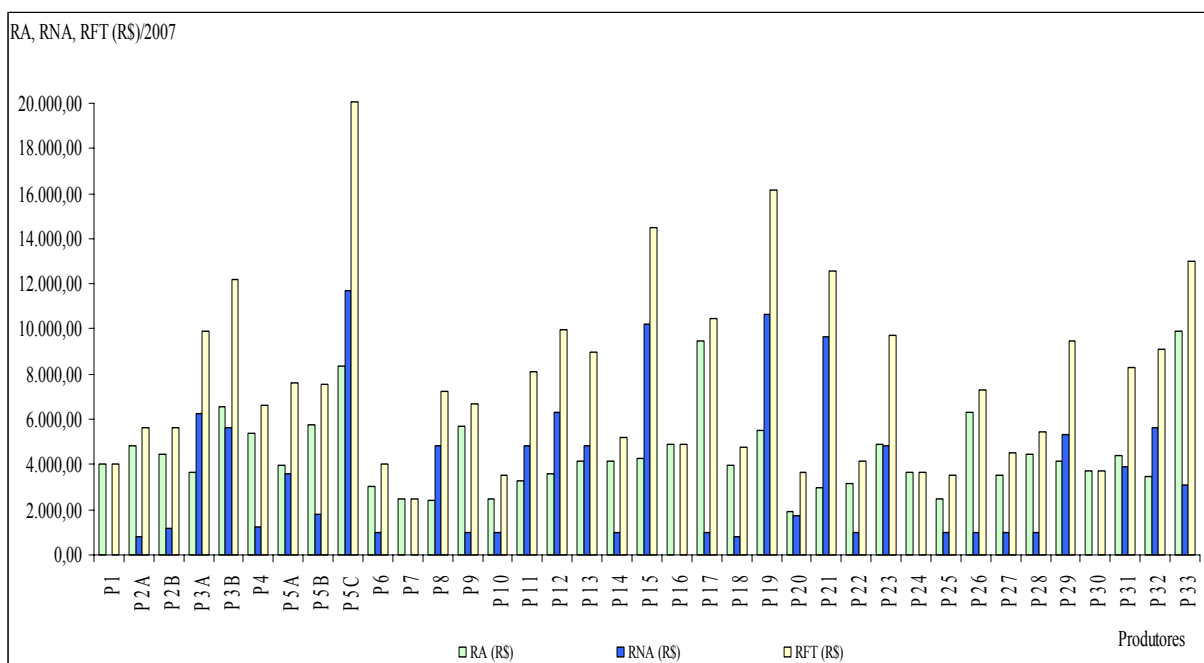


Gráfico 5 – Composição da renda familiar autodeclarada no PASJ

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Inicialmente faz-se uma estimativa da renda das 37 famílias assentadas, com base na autodeclaração. Num segundo momento, calcula-se, com detalhes, a renda das nove famílias entrevistadas que representam os cinco tipos de produtores.

Pode-se verificar no Apêndice A, Tabela 6, o percentual da RNA em relação a RFT para as 37 famílias. A renda agrícola média anual declarada por todos os produtores assentados (chefes de família) é de R\$4.473,46; somando-se a renda agrícola com a renda das atividades não-agrícolas e a as TG (R\$3.213,57), a renda familiar total média experimenta um acréscimo de 42%, atingindo R\$7.687,02/ano. As atividades agrícolas praticadas dentro da unidade produtiva são responsáveis, em média, por 58% da renda familiar total. A renda agrícola média mensal das famílias é de R\$372,79, comparada ao salário mínimo, que, no ano de 2007, teve um valor médio de R\$365,00 (variou de R\$350,00 para R\$380,00), pode-se perceber que a remuneração monetária do trabalho nas atividades agrícolas da unidade produtiva é equivalente à remuneração paga pelo trabalho de carteira assinada. A renda média mensal eleva-se para R\$640,59 ao se considerar a RNA. A renda agrícola *per capita* anual é

de R\$1.074,79, e a mensal é de R\$89,57. Ao se considerar a RNA, a renda familiar eleva-se para R\$1.846,88 e R\$153,91, respectivamente.

Tabela – 1 Renda familiar média autodeclarada no PASJ

<i>Composição da renda familiar</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RNA (R\$)</i>	<i>RFT (R\$)</i>
Renda familiar total – 37 famílias	165.517,84	118.902,00	284.419,84
Renda média/ano	4.473,46	3.213,57	7.687,02
Renda média/mês	372,79	267,80	640,59
Renda <i>per capita</i> /ano	1.074,79	772,09	1.846,88
Renda <i>per capita</i> /mês	89,57	64,34	153,91

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Classificando-se a renda por faixa salarial, conforme Tabela 2 e Gráfico 6, observa-se: apenas uma família (3%) recebe renda monetária de até meio salário mínimo, em 2007. Entre as famílias, 24 auferem renda maior do que meio até um salário mínimo, totalizando 65%; e 27% das famílias recebem renda maior do que um até dois salários mínimos, totalizando 10 famílias; apenas 5% das famílias auferem renda maior do que dois até três salários mínimos, representados por duas famílias.

Tabela 2 – Número de famílias por faixa salarial considerando a RA

<i>Faixas</i>	<i>Renda Agrícola mensal</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>Percentual</i>
Faixa 1	≤ meio Salário Mínimo	1	3
Faixa 2	> meio Salário Mínimo ≤ 1 Salário Mínimo	24	65
Faixa 3	> 1 Salário Mínimo ≤ 2 Salários Mínimos	10	27
Faixa 4	> 2 Salários Mínimos ≤ 3 Salários Mínimo	2	5
<i>Total</i>		37	100

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

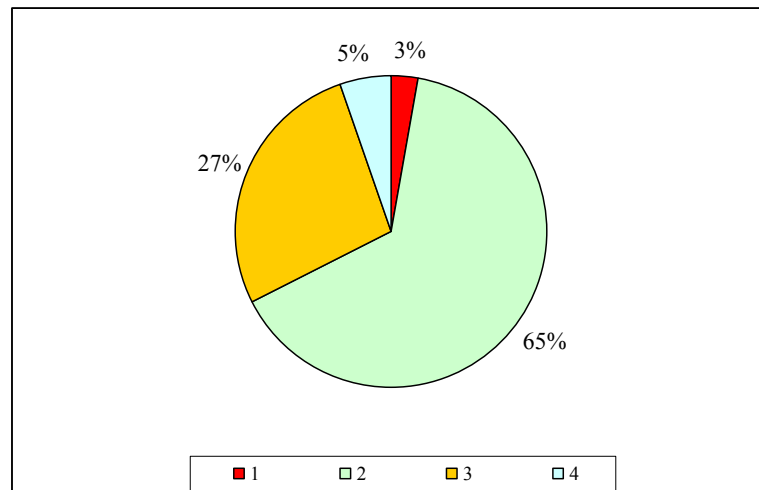


Gráfico 6 – Percentual das famílias por faixa salarial considerando a RA
 Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Quando se considera a RNA na composição da RFT, observa-se significativa elevação das rendas: 10 famílias recebem renda maior do que meio até um salário mínimo, representando 27% das famílias; 14 famílias auferem renda maior do que um até dois salários mínimos, totalizando 38%; e 27 % das famílias recebem renda maior do que dois até três salários, totalizando 10 famílias; 5% das famílias recebem renda maior do que três até quatro salários mínimos, representados por duas famílias. E apenas uma família auferem renda maior do que quatro até cinco salários, representando 5% das famílias. Tabela 3.

Tabela 3 – Número de famílias por faixa salarial considerando a RFT

<i>Faixa</i>	<i>Renda Familiar Total mensal</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>Percentual</i>
Faixa 1	≤ meio Salário Mínimo	0	0
Faixa 2	> meio Salário Mínimo ≤ 1 Salário Mínimo	10	27
Faixa 3	> 1 Salário Mínimo ≤ 2 Salários Mínimos	14	38
Faixa 4	> 2 Salários Mínimos ≤ 3 Salários Mínimo	10	27
Faixa 5	> 3 Salários Mínimos ≤ 4 Salários Mínimo	2	5
Faixa 6	> 4 Salários Mínimos ≤ 5 Salários Mínimo	1	3
<i>Total</i>		<i>37</i>	<i>100</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Vale ressaltar que as RNA são compostas por parcelas de rendas provenientes da ocupação não-agrícola e das diárias, e/ou das TG. Ao considerar apenas a RNA gerada pela ocupação da atividade não-agrícola que possibilita a formação da pluriatividade, observa-se que a participação da RNA na RFT já não é tão significativa: apenas uma família recebeu renda de até meio salário mínimo, representando 3% das famílias; 17 famílias auferiram renda maior

do que meio até um salário mínimo, totalizando 46%; e 43 % das famílias auferiram renda maior do que um até dois salários mínimos, totalizando 16 famílias; 8% das famílias auferiam renda maior do que dois até três salários mínimos, representados por três famílias. Observa-se que se mantiveram as mesmas faixas salariais das RA (Tabela 2), e se modificaram os percentuais nas faixas 2, 3 e 4, isso decorre do pequeno número de famílias pluriativas. No PASJ, a grande contribuição das RNA no orçamento familiar é proveniente das TG.

Tabela 4 – Número de famílias por faixa salarial: RA + RNA oriunda das atividades não-agrícolas

<i>Faixas</i>	<i>Renda Agrícola mensal</i>	<i>Número de famílias</i>	<i>Percentual</i>
Faixa 1	≤ meio Salário Mínimo	1	3
Faixa 2	> meio Salário Mínimo ≤ 1 Salário Mínimo	17	46
Faixa 3	> 1 Salário Mínimo ≤ 2 Salários Mínimos	16	43
Faixa 4	> 2 Salários Mínimos ≤ 3 Salários Mínimo	3	8
<i>Total</i>		37	100

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Para caracterizar, com detalhes, os produtores, seus respectivos SP, cálculo da renda agrícola, além de outras informações, elabora-se uma tipologia, com base em amostra induzida dos tipos representativos.

4.4 TIPOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para elaboração deste item foram entrevistadas, de forma mais minuciosa, nove famílias representativas de cinco tipos característicos na comunidade. De acordo com a metodologia, para a análise dos SP, é necessário elaborar uma tipologia para agrupar os produtores por semelhança (estratos). Em seguida escolhe-se um produtor representativo de cada grupo para a análise dos respectivos SP e seus subsistemas.

4.4.1 Tipologia dos Produtores e dos sistemas de produção/atividades

No PASJ foram identificados cinco tipos característicos de produtores (P1, P2, P3, P4 e P5), aqui representados por nove famílias, de forma a seguir.

Tipo P1	representado pelo produtor P1
Tipo P2	representado pelos produtores, P2a, P2b
Tipo P3	representado pelos produtores, P3a, P3b
Tipo P4	representado pelo produtor, P4
Tipo P5	representado pelos produtores, P5a, P5b, P5

Quadro 2 – Nomenclatura dos produtores
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Os cinco tipos de produtores diferenciam-se principalmente pelas atividades desenvolvidas, agrícolas e não-agrícolas. Dos cinco produtores típicos construídos para a amostra estratificada, três (P1, P2, P3) praticam atividades exclusivamente agrícolas; os demais praticam atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que P4 é diarista agrícola, e P5 é pluriativo. Os produtores diferenciam-se ainda em função das TG, ou seja, da presença, na família, de pelo menos uma pessoa aposentada e/ou que receba bolsa-família. São as seguintes as principais características dos cinco produtores.

P1	agricultor familiar tradicional (sem atividade e renda não-agrícolas)
P2	agricultor familiar tradicional, recebe TG (bolsa-família)
P3	agricultor familiar tradicional, recebe TG (aposentadoria);
P4	agricultor familiar tradicional, diarista agrícola
P5	agricultor familiar, pluriativo

Quadro 3 – Tipologia dos produtores
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Os Sistemas de Produção/Atividades estão representados nos fluxogramas. Os SP, para cada família, variam conforme as diferentes combinações das atividades produtivas; dimensão da área plantada; nível de integração entre os subsistemas; integração ao mercado, fatores que resultam em diferentes níveis de renda familiar. Cada SP_i constitui uma unidade produtiva, embora possa ser mais ou menos diversificado internamente.

Embora não faça parte dos SP individuais, o sistema coletivo, composto por barcaça, secador, curral, e pelo sistema de transformação casa de farinha, foi adotado, para a análise agrônômica, como fazendo parte de cada SP individual. Esses bens de uso coletivo integram os Fluxogramas (1....9) onde são apresentados os diferentes níveis de integração interna de

cada SP, ou seja, as diferentes trocas de fertilidade entre os subsistemas; representadas por setas orientadas internas no quadro. Nos fluxogramas também estão representadas as relações com o mercado através das compras (setas para dentro do quadro) e das vendas (setas para fora do quadro). Esta última integração mostra a dependência do SP em relação ao mercado, que também pode ser analisada nas tabelas das rendas agrícolas através das variáveis custos e salários. A seguir, apresentam-se os SPi e os subsistemas identificados no assentamento.

SP1	cacau x banana x fruteiras / café / quintal / coletivo / tarefas domésticas
SP2	cacau x banana / mandioca x milho x aipim / quintal / coletivo / tarefas domésticas
SP3	cacau x banana x aipim / café / quintal / coletivo / tarefas domésticas
SP4	cacau x banana / café x banana x cana / quintal / coletivo / tarefas domésticas / diárias
SP5	cacau x banana / aipim x milho x feijão / quintal / coletivo / tarefas domésticas / ATN

Quadro 4 – Tipologia dos sistemas de produção

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A análise dos subsistemas de produção (ou sistemas de cultivo, criação no quintal, e transformação) para cada um dos produtores estudados, demonstra que o valor da renda no assentamento é significativamente heterogênea, e varia positivamente quando se considera no cálculo o valor do autoconsumo. Outro fator significativo para a formação da renda é a integração entre os subsistemas, pois os SP mais integrados geralmente têm melhor aproveitamento dos recursos naturais, o que possibilita maior renda, e menor dependência do mercado de insumos.

No PASJ identificou-se pouca integração interna dos subsistemas, apenas o P2a foi classificado como integrado e os demais como pouco integrados internamente. Ao relacionar renda agrícola e integração não foi confirmada a hipótese que maior nível de integração implica maiores rendas, pois quatro produtores classificados como pouco integrados receberam renda agrícola superior à do P2a.

Um fator importante que deve ser considerado pelo produtor é a depreciação dos ativos que compõem o seu SP. Apesar desses bens não serem totalmente consumidos no processo, eles são parcialmente transformados, uma vez que sofrem desgaste e perdem valor anualmente. A depreciação da lavoura cacauzeira não foi calculada devido à idade do cacau que é superior a 30 anos, portanto, foi considerada como valor residual. A Tabela 1 nos Apêndices B a J

especifica os bens do produtor, suas respectivas depreciações, e as dívidas de financiamentos. Chama-se atenção para o fato da depreciação já estar deduzida no cálculo da renda agrícola, ou seja, por renda agrícola entende-se renda agrícola líquida, visto que já foram descontados todos os custos de produção, depreciação, despesas com diárias de trabalhadores, entre outros.

Além da estratificação básica anteriormente descrita, critérios complementares foram utilizados com o objetivo de tornar mais ampla a caracterização do universo familiar. Esses critérios possibilitam uma análise complementar e quantitativa à análise dos fluxogramas. Desse modo, os tipos representativos dos agricultores familiares foram também analisados segundo o Grau de Especialização (GE), o Grau de Integração ao Mercado (GIM) e as Formas de Relações de Trabalho (FRT) verificados nos seus respectivos estabelecimentos.

O GE foi calculado como a relação percentual entre o valor da produção do principal produto³⁰ e o Produto Bruto (PB)³¹ do SP. O GIM foi obtido pela relação percentual entre o valor da produção vendida, ou seja, a renda agrícola monetária, e o PB do SP. As Formas de Relações de Trabalho (FRT) foram definidas de acordo com a utilização ou não de mão-de-obra complementar à de origem familiar da unidade produtiva.

Apresenta-se a seguir um resumo da estratificação para cada um desses indicadores.

Grau de Especialização do sistema de produção: seja percentual da produção = % valor da produção do produto principal / PB.

Super especializado (monocultura)	percentual da produção = 100%
Muito especializado	$90\% \leq \text{percentual da produção} < 100\%$
Especializado	$60\% \leq \text{percentual da produção} < 90\%$
Diversificado	$30\% \leq \text{percentual da produção} < 60\%$
Muito diversificado	percentual da produção < 30%

Quadro 5 – Grau de Especialização do sistema de produção

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

³⁰ O produto que tem o maior valor de produção da unidade produtiva é o cacau.

³¹ PB = PB monetário + PB autoconsumo.

Entre os nove produtores, observam-se três diversificados, cinco especializados e apenas um muito especializado. Entre os diversificados, dois integram o grupo das famílias pluriativas (P5b e P5c), e um integra o grupo das famílias de agricultores tradicionais que recebem RNA proveniente de TG sob a forma de aposentadoria. (Tabela 5).

Observa-se, para os produtores diversificados, a ocorrência da RNA na composição da RFT. É necessário ver nos fluxogramas as combinações de cultivos, pois essa análise quantitativa não mostra a complexidade dos SPi. Ao se relacionarem PB e diversificação, confirma-se a hipótese de que sistemas de produção diversificados implicam maiores rendas, pois três produtores classificados como diversificados receberam as rendas mais elevadas: P3b, P5b e P5c.

Tabela 5 – Grau de especialização dos sistemas de produção

<i>Produtor</i>	<i>PB(R\$)</i>	<i>Produto principal (R\$)</i>	<i>% da produção</i>	<i>GE</i>
<i>P1</i>	4.067,50	3.300,00	81,13	especializado
<i>P2a</i>	4.989,00	3.575,00	71,66	especializado
<i>P2b</i>	4.470,00	3.300,00	73,83	especializado
<i>P3a</i>	4.109,00	3.080,00	74,96	especializado
<i>P3b</i>	6.892,00	3.300,00	47,88	diversificado
<i>P4</i>	5.433,70	4.180,00	76,93	especializado
<i>P5a</i>	4.231,00	3.850,00	91,00	muito especializado
<i>P5b</i>	6.225,00	3.575,00	57,43	diversificado
<i>P5c</i>	8.477,00	4.400,00	51,91	diversificado

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A simples presença das atividades não-agrícolas não sugere a diversificação dos SP, pois P5a, que representa produtores pluriativos, pratica um SP cujo indicador é igual a 91%, definindo-o como agricultor especializado. Os produtores P1, P2a, P2b, P3a e P4, especializados, apresentaram GE entre 60% e 90%.

Grau de Integração ao Mercado dos sistemas de produção

Aqui se analisa a oferta de produtos agrícolas, seja percentual da venda = % valor da produção vendida (RM) / PB.

Muito integrado ao mercado	percentual da venda $\geq 90\%$
Integrado ao mercado	$50\% \leq$ percentual da venda $< 90\%$
Pouco integrado ao mercado	percentual da venda $< 50\%$

Quadro 6 – Grau de integração ao mercado dos sistemas de produção: oferta de produtos agrícolas
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Considerando a integração ao mercado, no que se refere à venda dos produtos agrícolas, têm-se: apenas dois tipos, P1 e P4, foram considerados muito integrados ao mercado, pois apresentaram GIM superior a 90%. Como pode ser verificado na Tabela 6, os demais produtores foram classificados como integrados ao mercado.

Tabela 6 – Grau de integração ao mercado pelo lado da oferta dos produtos agrícolas

<i>Produtor</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>RM</i>	<i>% da venda</i>	<i>GIM</i>
<i>P1</i>	4.067,50	3.710,00	91,21	muito integrado
<i>P2a</i>	4.989,00	3.833,00	76,83	integrado
<i>P2b</i>	4.470,00	3.263,00	73,00	integrado
<i>P3a</i>	4.109,00	2.919,00	71,04	integrado
<i>P3b</i>	6.892,00	6.105,00	88,58	integrado
<i>P4</i>	5.433,70	4.996,20	91,95	muito integrado
<i>P5a</i>	4.231,00	3.745,00	88,51	integrado
<i>P5b</i>	6.225,00	4.824,00	77,49	integrado
<i>P5c</i>	8.477,00	5.829,00	68,76	integrado

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Também foi verificado nível de integração dos produtores ao mercado de insumos, ou seja, a demanda dos agricultores no mercado. Para isso, tomou-se o conjunto dos gastos dos subsistemas em relação às variáveis consumo intermediário, depreciação, e mão-de-obra temporária (por apresentarem custos baixos, agruparam-se essas três variáveis), conforme Tabela 7. O cálculo foi realizado dividindo-se o custo dos fatores de produção: salários (diárias), consumo intermediário, e depreciação, pela renda agrícola monetária. Assim, verifica-se a dependência dos produtores em relação ao mercado de insumos comprados, relacionando-os com a sua renda monetária.

Analisa-se a demanda de fatores de produção, seja percentual da compra = % custos dos fatores / RM.

Muito integrado ao mercado	percentual da compra $\geq 90\%$
Integrado ao mercado	$50\% \leq$ percentual da compra $< 90\%$
Pouco integrado ao mercado	percentual da compra $< 50\%$

Quadro 7 – Grau de integração ao mercado dos sistemas de produção: demanda de fatores de produção
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A análise dos gastos com consumo intermediário, depreciação e mão-de-obra temporária, por SPi, sugere que todos os produtores são pouco integrados ao mercado. Entre os nove produtores, os dois que apresentam GIM significativos em relação à demanda são: P3a, com GIM de 14,83%; e P5b, com 9,85%. Os baixos custos com os fatores de produção favorecem a permanência dos trabalhadores no assentamento.

Tabela 7 – Grau de integração ao mercado pelo lado da demanda dos agricultores por fatores de produção

Produtor	RM (R\$)	CI (R\$)	DEP (R\$)	S (R\$)	TC (R\$)	GIM	CI x 100/RM	DEP x 100/RM	S x 100/RM
P1	3.710,00	70,00	0,00	0,00	70,00	1,89	1,89	0,00	0,00
P2a	3.833,00	65,00	0,00	72,00	137,00	3,57	1,70	0,00	1,88
P2b	3.263,00	12,00	25,00	0,00	37,00	1,13	0,37	0,77	0,00
P3a	2.919,00	0,00	133,00	300,00	433,00	14,83	0,00	4,56	10,28
P3b	6.105,00	223,00	0,00	96,00	319,00	5,23	3,65	0,00	1,57
P4	4.996,20	20,00	0,00	0,00	20,00	0,40	0,40	0,00	0,00
P5a	3.745,00	65,00	0,00	180,00	245,00	6,54	1,74	0,00	4,81
P5b	4.824,00	350,00	125,00	0,00	475,00	9,85	7,26	2,59	0,00
P5c	5.829,00	118,00	0,00	0,00	118,00	2,02	2,02	0,00	0,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008
Total dos Custos (TC)

No que se refere às FRT, foram definidas de acordo com a utilização ou não de mão-de-obra complementar à de origem familiar da unidade produtiva. Como é característica da agricultura familiar, a maior parte da mão-de-obra utilizada no SP é proveniente da família, que só eventualmente paga diaristas temporários para o período do plantio e colheita. Pode-se observar na Tabela 7, através da variável salário (S), que, dos nove produtores, quatro contrataram mão-de-obra temporária. E entres estes, apenas P3a aplicou 10,28% da sua RM na contratação de diaristas, os demais, P3a, P5a, P2a, aplicaram 4,81%; 1,88%; e 1,57%; respectivamente.

O Quadro 8 mostra, de forma resumida, os níveis de integração e especialização dos nove SPi estudados.

SPi	Integração interna ao SPi	N. setas	GIM oferta (% da RM)	GIM demanda (% da compra)	GE (% da produção)
SP1	PI	1	MI (91,21)	PI (1,89)	E (81,13)
P2a	I	5	I (76,83)	PI (3,57)	E (71,66)
SP2b	PI	4	I (73,83)	PI (1,13)	E (73,83)
SP3a	PI	2	I (71,04)	PI (14,83)	E (74,96)
SP3b	PI	2	I (88,58)	PI (5,53)	D (47,88)
SP4	PI	2	MI (91,05)	PI (0,4)	E (76,93)
SP5a	PI	1	I (88,51)	PI (6,54)	ME (91,00)
SP5b	PI	3	I (77,49)	PI (9,85)	D (57,43)
SP5c	PI	1	I (68,76)	PI (2,02)	D (51,91)

Quadro 8 – Resumo da análise dos sistemas de produção quanto ao grau de especialização e integração³²

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Do ponto de vista do método “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários” e dos princípios da Agroecologia, é desejável que os produtores sejam diversificados e pratiquem maior integração interna, com menor dependência do mercado de insumos. Isso implica menor nível de especialização. Todavia, as características do Sistema Agrário da Região Cacaueira, fortemente influenciado pela monocultura, explicam os elevados níveis de especialização em torno do produto cacau.

A seguir apresentam-se as análises dos nove agricultores familiares (P1, P2a, P2b, P3a, P3b, P4, P5a, P5b, P5c), representantes típicos dos sistemas de produção SP1, SP2a, SP2b, SP3a, P3b, SP4, SP5a, SP5b, SP5c.

4.4.2 Análise dos principais tipos de produtores, seus respectivos sistemas de produção/atividades: ocupação e renda familiar, por atividades

Para identificação do tempo de ocupação gasto entre as atividades familiares, utilizam-se grãos, conforme procedimento metodológico apresentado no item 4.1.

Produtor P1: agricultor familiar tradicional (sem atividade não-agrícola, auferir renda exclusivamente agrícola)

³² PI (pouco integrado); I (integrado); MI (muito integrado); E (especializado); D (diversificado); ME (muito especializado).

Como pode ser verificado na Tabela 6 do Apêndice A, as famílias entrevistadas (P1, P7, P16, P24 e P30), aqui representadas por P1, consideradas agricultores familiares tradicionais, praticam atividades vinculadas apenas à agricultura e recebem renda exclusivamente agrícola.

Essas famílias de agricultores são formadas por 2,5 pessoas, em média, variando de 1 pessoa a 5 pessoas por família, incluindo crianças. Este aspecto pode ser apontado como um fator explicativo da não diversificação das atividades; como algumas famílias são compostas por apenas duas pessoas, a atividade agrícola demanda toda a mão-de-obra familiar. No que se refere à diversificação na agricultura, observa-se que apenas P7 tem sua renda monetária exclusivamente do cacau e, além disso, tem poucas culturas que são destinadas ao autoconsumo (ver Fluxograma 11 – SP7 no Apêndice K). Os demais agricultores praticaram combinações de culturas na sua produção e, conseqüentemente, conseguiram uma renda superior à de P7.

Com exceção do P30, que estudou até o 3º ano, os demais agricultores são apenas alfabetizados. Outro fator que merece destaque é a faixa etária, pois todos têm idade superior a 38 anos. Essa combinação de fatores implica maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho urbano, ou a alguma ocupação não-agrícola que requisite educação formal. A RA anual para esses agricultores varia entre R\$2.500,00 e R\$4.900,00.³³ Consideram-se agricultores com baixo rendimento, pois para esses casos a RA é igual à RFT.

A família do P1 é composta por três pessoas, sendo dois adultos e uma criança, que residem na comunidade, totalizando duas Unidades de Trabalho Familiar (UTf). Como se pode observar na Tabela 3 do Apêndice B, na composição da mão-de-obra familiar, entre os adultos observa-se que o assentado destina 85% do seu tempo de trabalho aos subsistemas agrícolas, 10% ao subsistema coletivo, e apenas 5% às tarefas domésticas. A esposa, além de se dedicar à agricultura, cuida das tarefas domésticas, com o que ocupa 55% do seu tempo.

Embora a questão de gênero não seja objeto de estudo dessa pesquisa, vale salientar que esses percentuais confirmam a importância do trabalho feminino nas unidades produtivas, tanto de forma direta (trabalhando nos subsistemas agrícolas) quanto indireta, pois embora não gere

³³ Valores autodeclarados

renda monetária, permite ao agricultor dedicar maior parte do seu tempo ao SP, sem precisar pagar pelo trabalho doméstico.

A ocupação da mão-de-obra familiar, por subsistema, ocorre da seguinte forma: 60% do tempo são gastos com o cultivo no subsistema cacau x banana x fruteiras, bastante intensivo em mão-de-obra; em seguida tem-se o subsistema café, com 40%; o subsistema quintal, com 30%; os subsistemas tarefas domésticas e coletivo ocupam 60% e 10% do tempo, respectivamente.

O subsistema coletivo, embora não gere renda monetária, para a família, de forma direta, tem grande importância na composição do SP, pois permite a cada agricultor, ao utilizá-lo, transformar os seus produtos agrícolas, sem acréscimo de custos, o que acaba implicando indiretamente um aumento da renda agrícola. O Gráfico 7 representa a distribuição percentual da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola e por UTf, visto que esse produtor não pratica outra atividade além da agricultura.

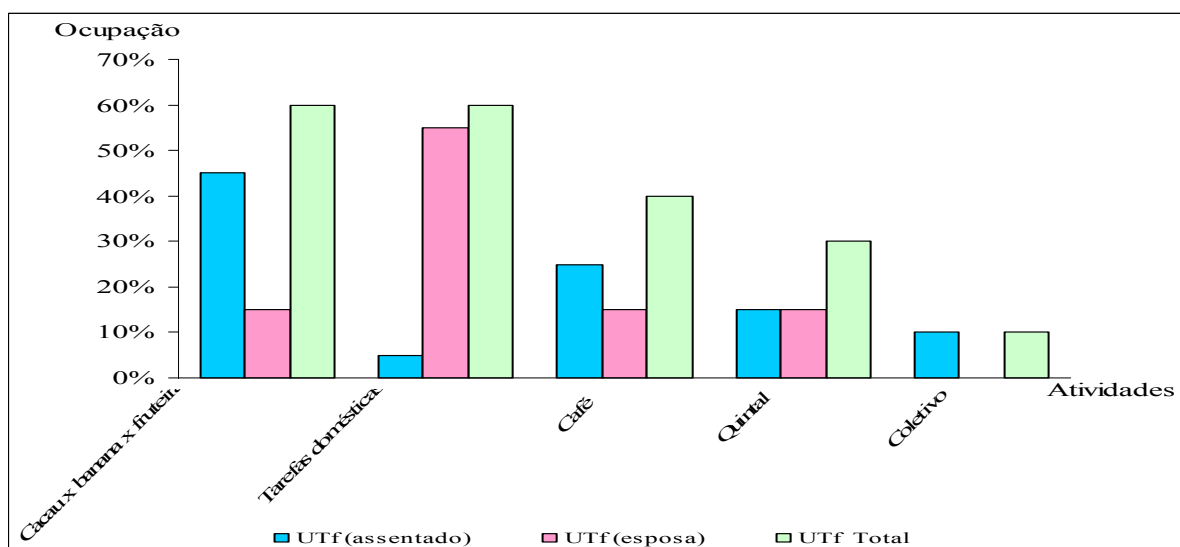


Gráfico 7 – Ocupação familiar por atividade do P1

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O produtor P1 pratica o SP1, composto pelos subsistemas cacau x banana x fruteiras, café, quintal, coletivo, e tarefas domésticas, que ocupam aproximadamente 4 ha. Nessa unidade produtiva, a mão-de-obra é predominantemente familiar, ocupa 0,5 UTf/ha. Tal resultado demonstra que nesse SP, dois ha ocupam uma unidade de UTf. O tamanho das parcelas dos subsistemas varia de 0,3 ha a 2,3 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,3

ha), e o subsistema cacau $\times$ banana $\times$ fruteiras ocupa a maior área (2,3 ha), como se pode verificar no Apêndice B, Tabela 4. O subsistema quintal é um policultivo onde se combinam coco, urucum, laranja, banana, aipim, e cana. Salienta-se que muitos cultivos são novos, portanto não se encontram em fase de produção.

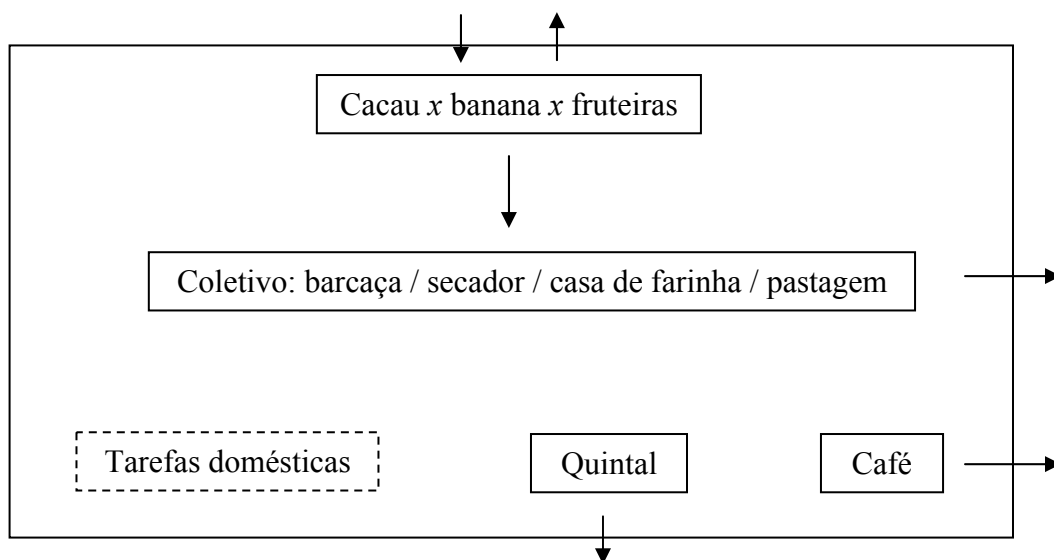
Importa saber se o SP é mais ou menos integrado internamente, relacionando-o com o montante da renda agrícola. Um SP é mais integrado quando se observam muitas transferências de fertilidade entre os seus subsistemas. Nos fluxogramas, essa integração interna é representada pelas setas que ligam os subsistemas. Abaixo de cinco setas, considera-se o SP pouco integrado. Entre cinco e dez setas, o SP é integrado. Acima de dez, muito integrado.

No Fluxograma 1 observa-se que o SP1 é composto por cinco subsistemas, considerado pouco integrado internamente devido à ocorrência de apenas uma seta. Essa ligação interna verifica-se apenas entre o subsistema cacau $\times$ banana $\times$ fruteiras e o subsistema coletivo; do subsistema cacau $\times$ banana $\times$ fruteiras, as amêndoas do cacau são destinadas ao subsistema coletivo que contém a barça e o secador, e após o processo de secagem as amêndoas são vendidas no mercado. Esse tipo de integração está presente em todos os demais SPi.

A relação desse produtor com o mercado se dá através das aquisições de insumos para o subsistema cacau $\times$ banana $\times$ fruteiras, bem como das vendas de cacau, banana, café, farinha. A Tabela 5, mostra o GE. Considera-se especializado o SP1, pois 81,13% do valor da sua produção é proveniente do cacau.

Considerando-se o GIM pelo lado da oferta dos produtos agrícolas, o SP1 é considerado muito integrado, pois as vendas representam a quase totalidade (91,21%) da renda agrícola monetária, ficando apenas 8,79% do valor da sua produção física para o autoconsumo. (Tabela 6).

Como pode ser verificado na Tabela 7, o SP1 não depende do mercado de trabalho, pois o produtor P1 não contrata mão-de-obra. A integração com o mercado de insumos é fraca, pois a proporção entre o valor de CI e a renda agrícola monetária é apenas 1,89%.



Fluxograma 1 – SP1 – Sistema de produção pouco integrado
 Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na composição da renda familiar do P1, nota-se que 100% do valor da sua renda originam-se de atividades agrícolas. Em outras palavras, nenhum integrante dessa família pratica atividade não-agrícola, tampouco recebe TG, como pode ser observado no Gráfico 8.

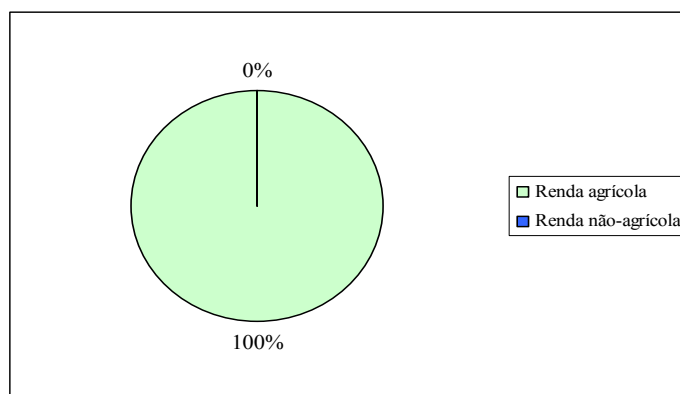


Gráfico 8 – Percentual da renda familiar do P1
 Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 9 mostra a composição da renda por subsistema de atividade agrícola. Entre esses subsistemas, o que mais contribui para a formação da renda é o cultivo de cacau x banana x fruteiras, com 84,85%. Em seguida tem-se o subsistema quintal representando 7,79% da renda, e o subsistema café, com 7,35%.

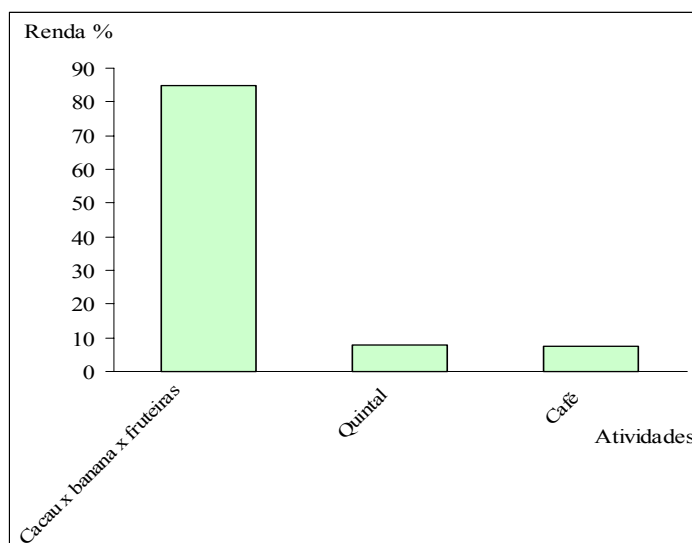


Gráfico 9 – Percentual da composição da renda familiar do P1
 Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na Tabela 8, verificam-se as receitas e despesas dos produtores estudados. A renda agrícola anual do P1 é de R\$3.997,50; e a renda agrícola mensal é de R\$333,12. Por ser uma família composta por três pessoas, a renda agrícola *per capita* é de R\$1.332,50/ano, e R\$111,04/mês. Como o P1 não possui RNA, esta família sobrevive exclusivamente da RA.

Além da análise da integração existente entre os diversos subsistemas de produção estudados, da ocupação e da composição da renda familiar, importa calcular o valor da RA total (inclusive o valor do autoconsumo) em relação à Unidade de Trabalho familiar (UTf) e à área utilizada na produção (ha). Quanto maior for RA/UTf e menor a área utilizada (ha), o subsistema de produção é mais intensivo na utilização dos meios de produção (terra, trabalho, equipamentos).

Conforme Apêndice B, Tabela 4, entre os subsistemas de cultivo, os que apresentam renda agrícola são cacau x banana x fruteira, café, e o subsistema quintal. Ao se considerar o autoconsumo, os subsistemas tornam-se mais eficientes; altera-se, inclusive, a ordem no *ranking* em termos de RA dos subsistemas, a exemplo do quintal, que passa do 3º lugar para o 2º lugar; o valor da sua produção sofre um acréscimo de aproximadamente 63% quando se considera o autoconsumo, variando de R\$114,00 para R\$311,50.

Como pode ser verificado na Tabela 5 do Apêndice B, não há uma distribuição eqüitativa de renda entre os subsistemas. O indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho

para o SP1, foi estimado em R\$1.998,75/ano e R\$166,56/mês. Esses valores funcionam como parâmetros do custo de oportunidade do produtor P1, para decidir permanecer no assentamento. Considerando que se trata de pessoas sem educação formal, e com mais de 45 anos de idade, é muito difícil conseguir algum emprego urbano, portanto, mesmo que produtividade do trabalho seja baixa, se comparada ao trabalho remunerado com base no salário-mínimo, admite-se que a família considere viável permanecer no assentamento, uma vez que tem acesso a infra-estrutura local, casa e escola para os filhos.

Os subsistemas cacau x banana x fruteiras, e quintal, são os que apresentam maior produtividade do trabalho, estimada em R\$5.653,33 e R\$1.038,33, respectivamente. Quanto à relação renda agrícola e área (ha), que mostra a produtividade por área cultivada para todo o SP, o valor calculado é de R\$999,38/ano. Mais uma vez, são os subsistemas cacau x banana x fruteiras, e quintal, que também apresentam maior produtividade em relação à área cultivada, ou seja, são mais intensivos por unidade de área.

Como mostra a Tabela 10, a renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) do produtor P1 é de R\$499,69/ano. Com uma pequena área cultivada o subsistema quintal apresenta a maior produtividade (RA/ha/UTf = R\$3.461,11), assumindo o 1º lugar no *ranking* de eficiência dos subsistemas, enquanto o subsistema cacau x banana x fruteiras, com a maior área, maior UTf e maior RA, ocupa o 2º lugar. No Apêndice B Tabela 5, encontram-se os subsistemas por ordem de eficiência produtiva, considerando-se o valor do autoconsumo.

O Gráfico 10 mostra a eficiência de cada subsistema, sendo que o segmento de reta mais verticalizado representa o subsistema mais eficiente (quintal). Aqui cabe uma observação: infelizmente, no planejamento dos serviços de ATER, ainda se dá pouca importância ao quintal e ao trabalho feminino.

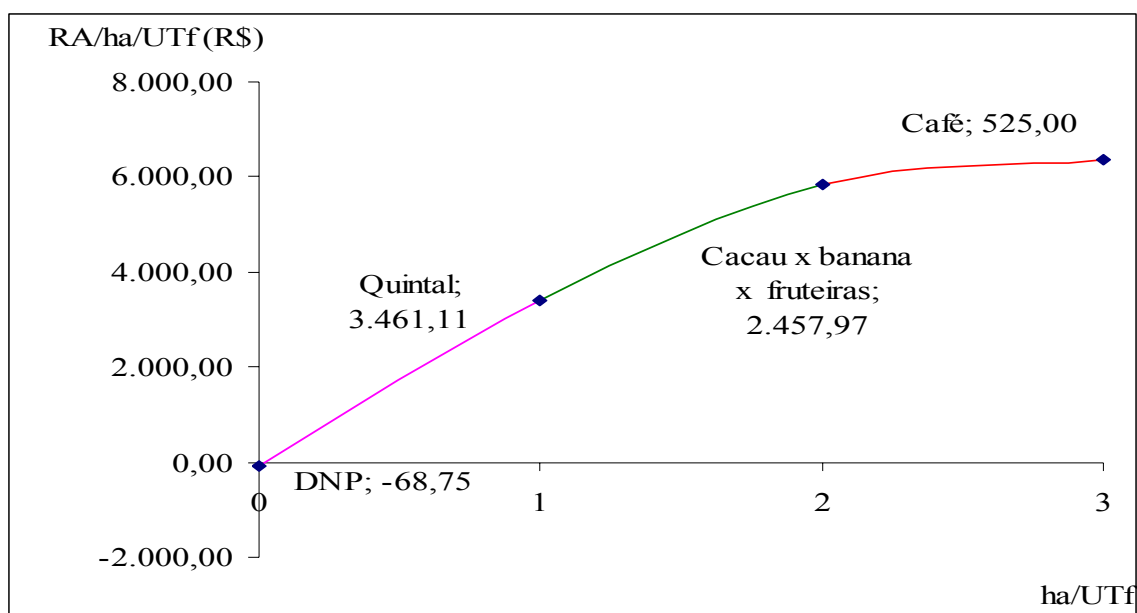


Gráfico 10 – Sistema de produção do produtor P1: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Produtor P2: agricultor familiar tradicional, recebe TG (bolsa-família)

As famílias entrevistadas (P2a, P2b, P6, P9, P10, P14, P17, P18, P22, P25, P26, P27 e P28), consideradas agricultores familiares tradicionais, praticam atividades vinculadas apenas à agricultura e recebem RNA proveniente da bolsa-família.

O P2 é um tipo de produtor que representa 13 famílias de agricultores que totalizam 63 pessoas. As famílias são formadas, em média, por 4,8 pessoas, num intervalo variando entre 3 e 10 pessoas por família. O número de crianças por família é no mínimo duas (P10), e os jovens trabalham apenas parte do tempo na agricultura porque, no outro período, estão na escola (P14). No que se refere à diversificação na agricultura, foi observada a presença de cultivos que compõe a cesta básica alimentar, destinados ao autoconsumo, cujo excedente é vendido na feira, embora a maior parte da renda monetária seja proveniente do cacau.

Com exceção do P28, que estudou até o 1º ano do segundo grau, os demais agricultores são analfabetos, alfabetizados, ou possuem baixa escolaridade. Em relação à faixa etária, tem-se uma grande variação, a mais jovem agricultora tem 20 anos, e o mais velho, 55 anos. A RA/anual para esses agricultores varia entre R\$2.500,00 e R\$9.471,00. Ao se considerar a renda proveniente da bolsa-família a RF eleva-se de R\$3.502,00 a R\$10.475,00.

A família típica denominada P2, aqui representada por P2a e P2b, tem como principal característica a presença da TG do tipo bolsa-família, na composição da renda familiar; o que os diferencia é sobretudo o número de pessoas na família, enquanto a família do P2a é composta por quatro pessoas, a família do P2b é composta por 10 pessoas.

Produtor P2a: agricultor familiar tradicional, recebe TG (bolsa-família)

O P2a também pratica apenas atividades vinculadas à agricultura, mas a sua renda é composta por renda agrícola, e renda não-agrícola proveniente da TG. A família é composta por quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças, e totalizam duas UTF. O assentado dedica 60% do tempo de trabalho à atividade agrícola, 30% à atividade coletiva, e 10% às atividades domésticas. A esposa dedica 40% do tempo à agricultura e 60% às atividades domésticas.

Considerando a UTF total, a ocupação da mão-de-obra familiar por subsistema foi identificada da seguinte forma: 70% do tempo foi destinado às tarefas domésticas (a existência de duas crianças pequenas explica essa alta concentração de mão-de-obra), 45% do tempo foi gasto com o cultivo do subsistema cacau x banana, bastante intensivo em mão-de-obra; em seguida vem o subsistema mandioca x milho x aipim, com 35%; e os subsistemas coletivo e quintal, que ocupam 30% e 20%, respectivamente. O Gráfico 11 representa essa distribuição da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola, visto que esse produtor não pratica outra atividade além da agricultura.

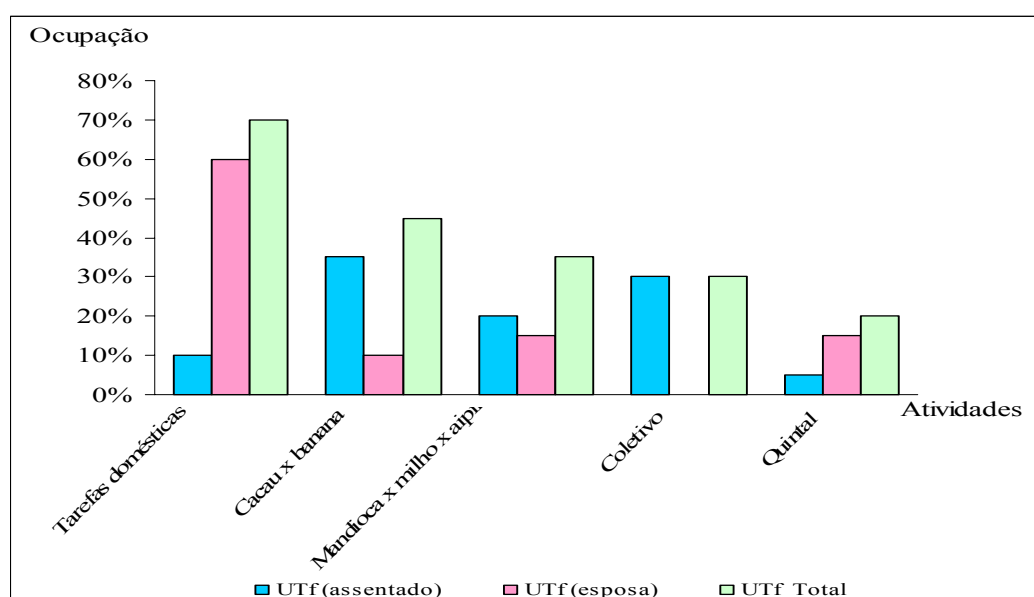


Gráfico 11 – Ocupação familiar por atividade do P2a

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O produtor P2a pratica o SP2a composto pelos subsistemas cacau *x* banana, mandioca *x* milho *x* aipim, quintal, coletivo, e tarefas domésticas, ocupando área de aproximadamente 4ha. A mão-de-obra nesta unidade produtiva é predominantemente familiar, com 0,5 UTf/ha, ou seja, para cada unidade de ha ocupa-se meia UTf; constata-se a presença de diaristas contratados pela família na época da colheita especificamente no subsistema cacau *x* banana. O tamanho das parcelas ocupadas pelos subsistemas varia de 0,5 ha a 2,5 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,5 ha), e o subsistema cacau *x* banana ocupa a maior área (2,5 ha), como se pode verificar no Apêndice C, Tabela 4.

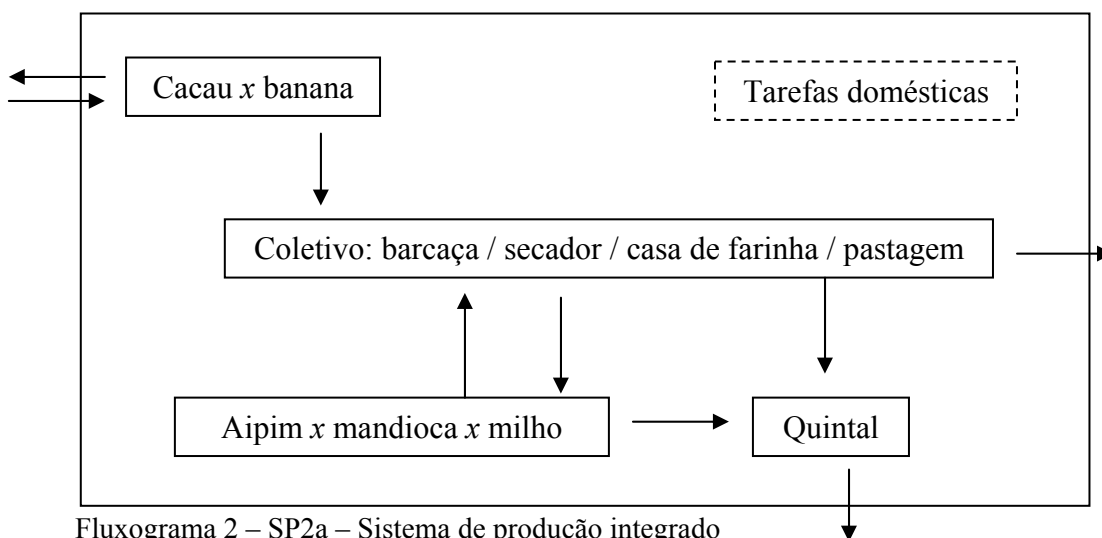
O Fluxograma 2 mostra que o SP2a é composto por cinco subsistemas, e integrado internamente. A integração se dá entre os subsistemas coletivo, cacau *x* banana, aipim *x* mandioca *x* milho, e quintal. O subsistema aipim *x* mandioca *x* milho (1 ha) está diretamente relacionado com a alimentação dos animais no subsistema coletivo e quintal. Esse subsistema também fornece as raízes de mandioca ao sistema de transformação casa de farinha, que por sua vez fornece casca de mandioca e crueiras para complementar a alimentação dos animais, além de farinha de mandioca para o consumo humano, no subsistema quintal.

O subsistema quintal (0,5 ha) é o mais integrado na unidade produtiva, porquanto dois subsistemas estão ligados a ele (maior nível de integração); essa capacidade receptora do quintal é explicada pelo criatório de aves (galinhas), é também o subsistema mais eficiente, com maior produtividade, e o segundo em renda agrícola. Como se pode observar no Apêndice C, Tabela 2, o subsistema quintal é diversificado, composto pelas lavouras de banana, banana da terra, ervas medicinais, horta, aves, fruteiras, além de flores.

A relação desse produtor com o mercado realiza-se através do pagamento de diárias e de outros custos do subsistema cacau *x* banana, bem como das receitas provenientes das vendas de cacau e banana. O SP2a apresenta pouca integração ao mercado em relação aos custos dos fatores de produção: utiliza poucos insumos industriais, o que se confirma pelo baixo valor do consumo intermediário, de apenas 1,70% do valor da RM, e pouca mão-de-obra contratada, pois o valor do pagamento das diárias corresponde a 1,88% do valor da RM.

SP2a é considerado integrado ao mercado, apresentou GIM de 76,83%, ou seja, alta dependência do mercado de vendas. 23,17% do valor da produção são destinados ao autoconsumo.

A Tabela 5 mostra o GE. O SP2a é considerado especializado, pois 71,66% do valor da sua produção é proveniente do cacau.



Fluxograma 2 – SP2a – Sistema de produção integrado
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Quanto à composição percentual da renda familiar, foi identificado para o P2a que: 85,65% da sua renda originam-se de atividades agrícolas; o restante (14,35%) corresponde à bolsa-família – RNA. Com base nessa composição da renda familiar pode-se verificar que as atividades agrícolas geram renda bastante superior às transferências governamentais e se constituem como a principal fonte. O Gráfico 12 apresenta a participação percentual das rendas agrícola e não-agrícola.

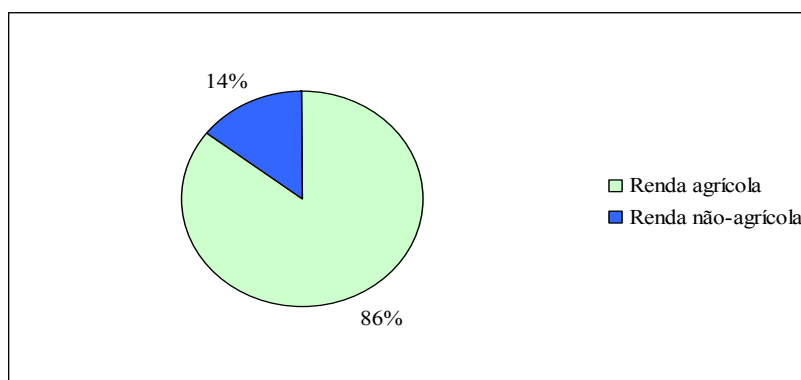


Gráfico 12 – Percentual da renda familiar do P2a
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 13 mostra a composição da renda por subsistema das atividades agrícolas e a TG. Entre os subsistemas agrícolas cultivados, o que mais contribui para a formação da renda é a cultura de cacau *x* banana, com 65,45%. Em seguida vem o subsistema quintal, representando 13,13% da renda, e o subsistema mandioca *x* milho *x* aipim com 7,06% da renda. A renda não-agrícola é oriunda da bolsa-família, recebida por um dos membros da família, representa 14,35% da renda familiar.

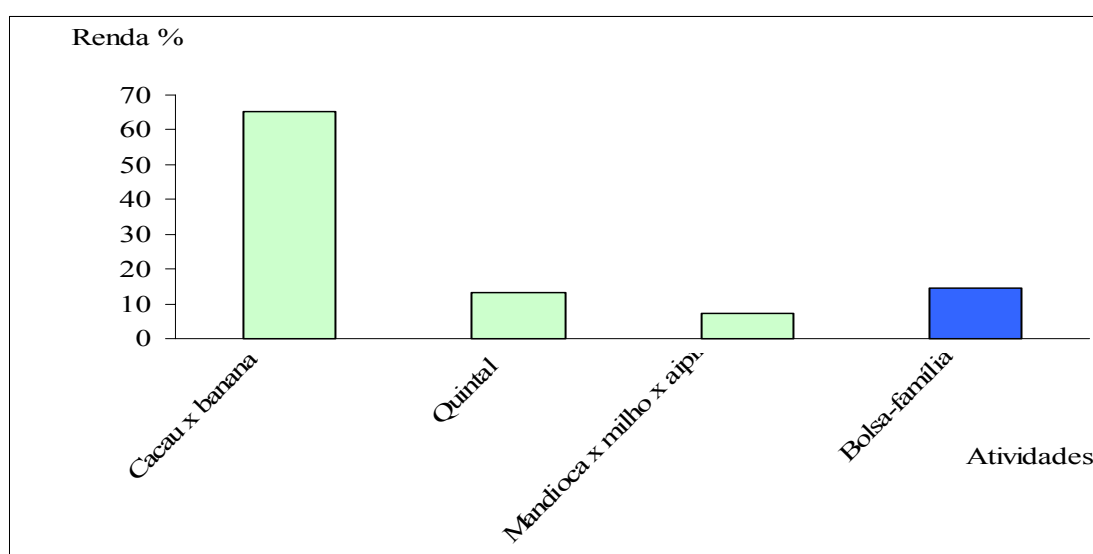


Gráfico 13 – Percentual da composição da renda familiar do P2a
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na Tabela 8, podem-se verificar as receitas e despesas do produtor P2a. A renda monetária anual do P2 é de R\$3.833,00. Considerando o valor do autoconsumo, eleva-se a renda agrícola para R\$4.852,00/ano (variação de 21%), ou R\$404,33/mês. Por se tratar de uma família de quatro pessoas, a renda agrícola *per capita* alcança R\$1.213,00/ano, ou R\$101,08/mês. Embora este produtor não exerça qualquer tipo de atividade não-agrícola, complementa sua renda agrícola com TG (bolsa-família); a renda familiar eleva-se para R\$5.685,00/ano e a *per capita* para R\$1.421,25/ano e R\$118,43/mês, respectivamente.

Como se pode observar na Tabela 10, o indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho para o SP2a, foi calculado em R\$2.426,00/ano; por subsistema, tem-se: quintal, com R\$3.720,00; e cacau *x* banana, com R\$8.240,00; são os que apresentam maior produtividade do trabalho. Quanto à relação RA e área (ha), o valor calculado é de R\$1.213,00/ano; segundo

este indicador, também são os subsistemas quintal e cacau x banana que apresentam maior produtividade em relação à área, com R\$1.488,00 e R\$1.483,00, respectivamente.

Como mostra a Tabela 10, a renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) no SP2a é de R\$605,50/ano, considerando o autoconsumo no cálculo da renda. Conforme Apêndice C, Tabela 5, os sistemas de cultivos quintal, e cacau x banana, são os que apresentam maior renda agrícola por área e UTf. O primeiro apresenta maior produtividade por ser mais intensivo em pequena área e UTf utilizadas na produção, com o indicador RA/ha/UTf = R\$7.440,00/ano. O Gráfico 14 mostra os subsistemas ordenados de forma decrescente por níveis de eficiência.

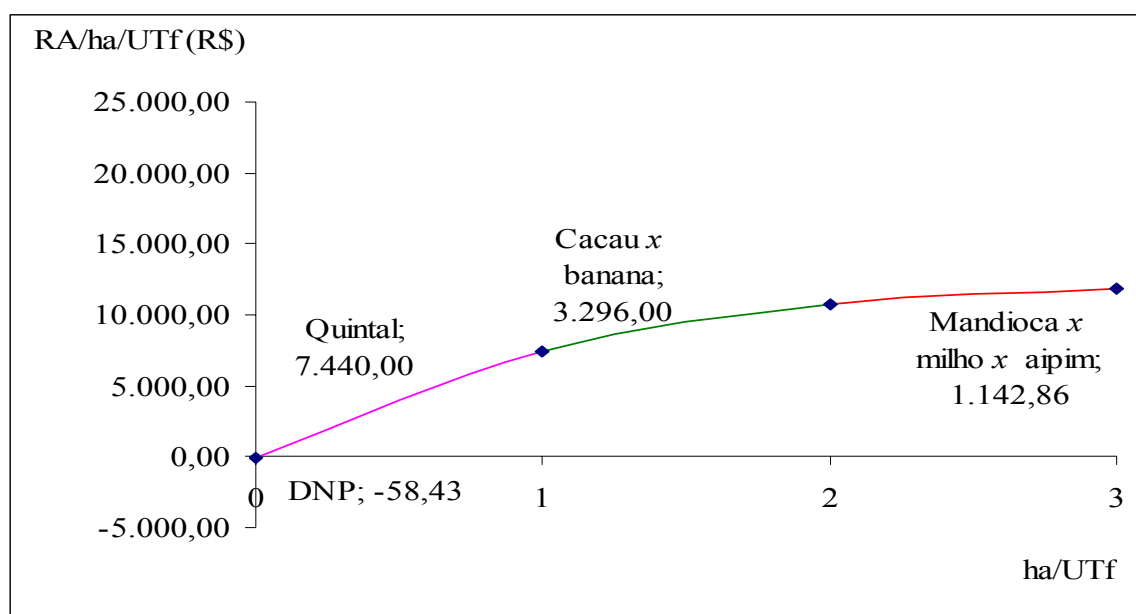


Gráfico 14 – Sistema de produção do produtor P2a: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Produtor P2b: agricultor familiar tradicional, recebe TG (bolsa-família)

O P2b também pratica apenas atividades vinculadas à agricultura; além de renda agrícola, a sua renda familiar total também inclui renda não-agrícola, oriunda de TG. A família é formada por dez pessoas, sendo dois adultos, três jovens, e cinco crianças menores de 14 anos, que somam 5,25 UTf, quantidade de mão-de-obra familiar bastante superior à UTf dos demais produtores.

O assentado dedica 75% do tempo de trabalho nos subsistemas agrícolas, 25% na atividade coletiva, e 0% nas atividades domésticas. A esposa do assentado dedica 90% do tempo à agricultura e 10% nas atividades domésticas.

Considerando a UTf total, a ocupação da mão-de-obra, por subsistema, apresenta-se da seguinte forma: 185% do tempo gasto com o cultivo do subsistema cacau x banana x café, e 165%, com o subsistema aipim x milho x feijão, ambos bastante intensivos em mão-de-obra. Os subsistemas tarefas domésticas, quintal, e coletivo ocuparam 60%, 60% e 55% do tempo, respectivamente. O Gráfico 15 representa essa distribuição da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola, visto que esse produtor não pratica outra atividade além da agricultura.

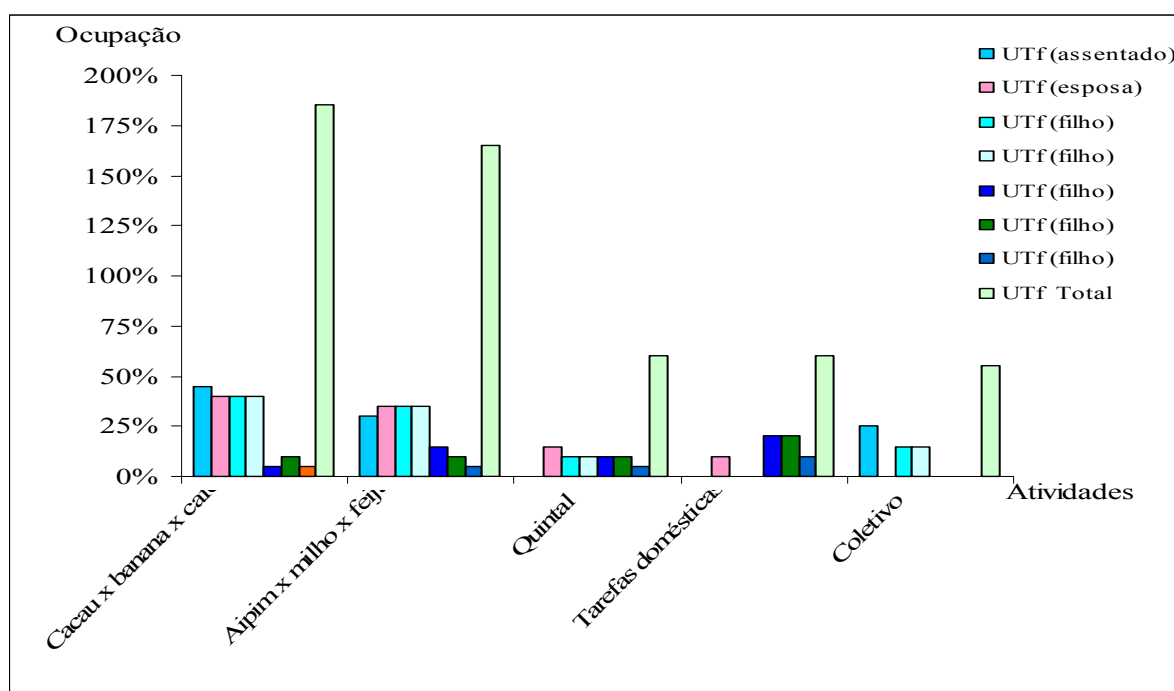


Gráfico 15 – Ocupação familiar por atividade do P2b

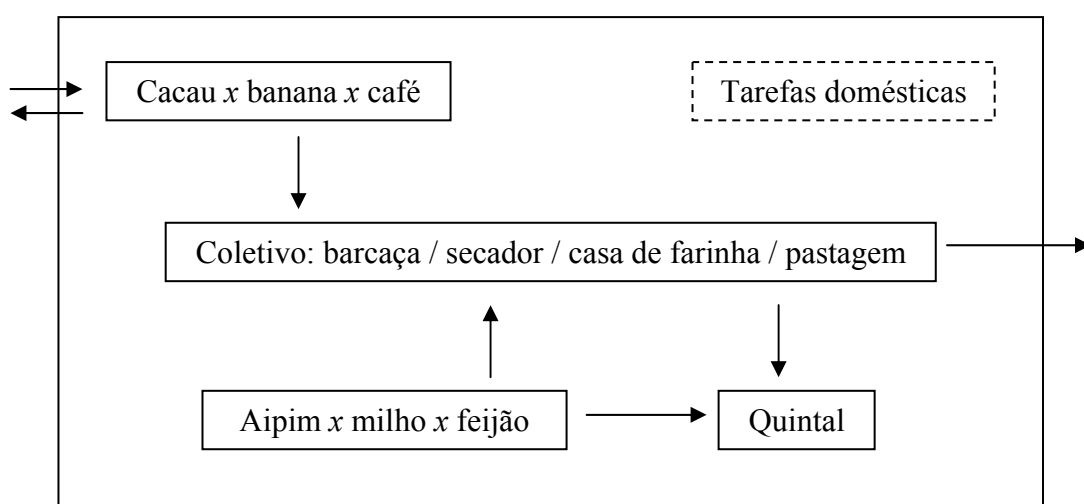
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O produtor P2b pratica o SP2b composto pelos subsistemas cacau x banana x café, aipim x milho x feijão, quintal, e tarefas domésticas, ocupando, aproximadamente, 5 ha. A mão-de-obra nesta unidade produtiva é exclusivamente familiar, na proporção de 1,05 UTf/ha, devido ao grande número de pessoas na família não foi constatado o pagamento de diárias a terceiros. As parcelas ocupadas pelos subsistemas variam de 0,8 ha a 3,2 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,8 ha), e o subsistema cacau x banana x café ocupa a maior área (3,2 ha), como se pode verificar no Apêndice D, Tabela 4.

O Fluxograma 3 mostra que o SP2b é composto por cinco subsistemas, internamente pouco integrado. No SP2b, a integração ocorreu entre os subsistemas cacau x banana e coletivo, aipim x milho x feijão, quintal e coletivo; e entre os subsistemas coletivo e quintal. O subsistema aipim x milho x feijão (2 ha) está diretamente relacionado à alimentação dos animais no subsistema coletivo e quintal. Esse subsistema também fornece as raízes de mandioca ao sistema de transformação casa de farinha que fornece casca de mandioca e crueiras para complementar a alimentação dos animais e farinha de mandioca para o consumo humano no subsistema quintal.

O SP2b integra-se ao mercado através dos custos para o subsistema cacau x banana, e das vendas de cacau e banana. Quanto ao GE, esse SP foi considerado especializado, apresentando 73,83% de dependência em relação ao cacau. O SP2b está integrado ao mercado apresentando GIM de 73% e destina para o autoconsumo 27% do PB da sua produção.

Feita a análise da demanda por fatores de produção, observa-se que o SP2b tem pouca dependência do mercado de insumos, o valor do consumo intermediário é 0,37% do valor da RM e totalmente independente do mercado de trabalho. Nesse ambiente é considerado pouco integrado.



Fluxograma 3 – SP2b – Sistema de produção pouco integrado
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Quanto à composição percentual da renda familiar, o P2b tem 78,82% da sua renda originadas de atividades agrícolas, e 21,18% da bolsa-família. Com base nessa composição, pode-se verificar que as atividades agrícolas geram renda monetária superior à TG e se constituem

como principal fonte de renda. O Gráfico 16 representa o percentual de renda agrícola e não-agrícola.

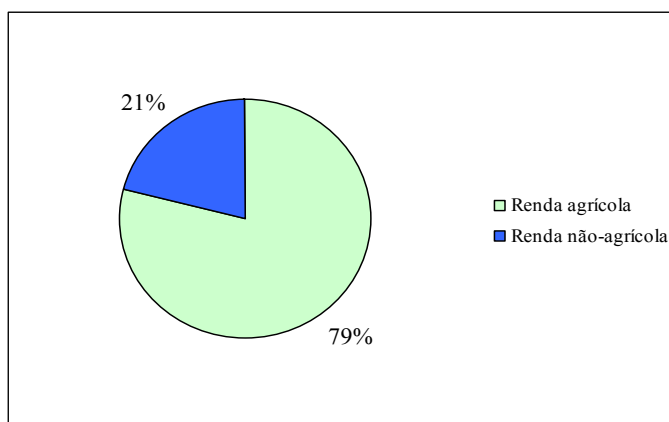


Gráfico 16 – Percentual da renda familiar do P2b
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 17 mostra a composição da renda por subsistema das atividades agrícolas e a TG. Entre os subsistemas, o que mais contribui para a formação da renda é o subsistema de cultivo cacau x banana x café, com 62,73%. Em seguida vem o subsistema aipim x milho x feijão, e quintal representando, 11,20% e 4,89% respectivamente. A RNA é proveniente da bolsa-família, recebida por um dos membros da família, e representa 21,18% da renda familiar.

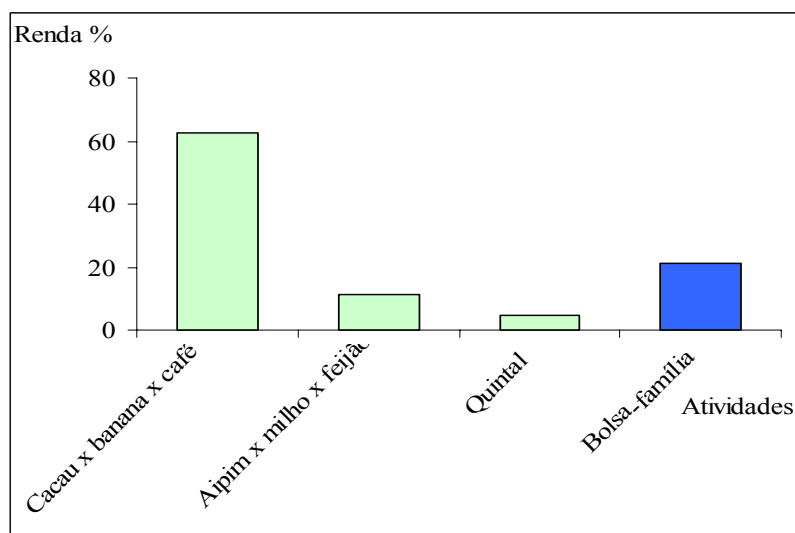


Gráfico 17 – Percentual da composição da renda familiar do P2b
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na Tabela 8 podem-se verificar as receitas e despesas do produtor P2b. A renda monetária anual do P2b é de R\$3.263,00. Considerando o valor do autoconsumo, eleva-se a renda

agrícola para R\$4.433,00/ano, apresentando uma variação de 26,39%. A renda agrícola mensal é de R\$369,41. Por se tratar de um grupo familiar com dez pessoas, a renda agrícola *per capita* é de R\$443,30/ano, e R\$36,94/mês. Embora este produtor não exerça qualquer tipo de atividade não-agrícola, complementa sua renda agrícola com TG (bolsa-família); a renda total eleva-se para R\$5.624,00/ano e a renda total *per capita* para R\$562,40/ano e R\$46,86/mês, respectivamente.

Como se pode observar no Apêndice D, Tabela 5, o indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho para o SP2b, foi calculado em R\$844,38/ano; os subsistemas cacau x banana x café, e quintal, são os que apresentam maior produtividade do trabalho, com R\$1.907,03 e R\$458,33, respectivamente.

Quanto à relação RA e área (ha), o valor calculado é de R\$886,00/ano; nesse indicador são os subsistemas cacau x banana x café, com R\$1.102,50, e aipim x milho x feijão, com R\$630,00, que apresentam maior produtividade em relação à área.

Como mostra a Tabela 10, a renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) no SP2b é de R\$168,88/ano, considerando o autoconsumo no cálculo da renda. Conforme Apêndice D, Tabela 5, os sistemas de cultivos cacau x banana x café, e quintal, são os que apresentam maior renda agrícola por área e UTf. O Gráfico 18 mostra as curvas que representam os subsistemas, a começar pelo mais eficiente (curva mais verticalizada).

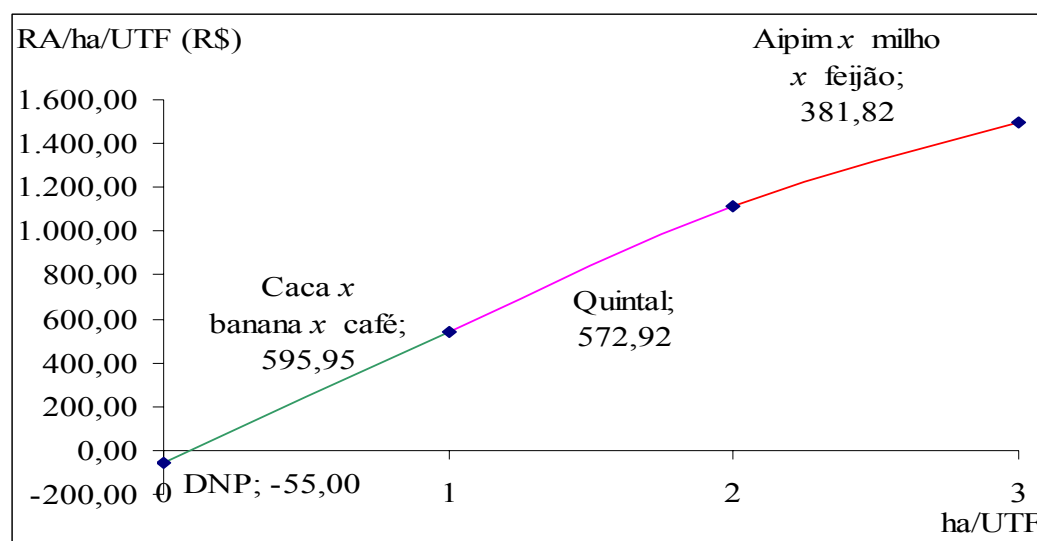


Gráfico 18 – Sistema de produção do produtor P2b: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Produtor P3: agricultor familiar, recebe TG (aposentadoria)

Como pode ser verificado na Tabela 6 do Apêndice A, as famílias entrevistadas (P3a, P3b, P11, P19, P21, P23, P32 e P33), consideradas agricultores familiares tradicionais, praticam atividades vinculadas apenas à agricultura e recebem RNA sob a forma de aposentadoria, e transferência de familiares.

Essas famílias de agricultores são formadas, em média, por 3,5 pessoas (variando de 1 pessoa a 7 pessoas por família, incluindo crianças). No que se refere à diversificação na agricultura, observa-se a combinação de culturas que na maior parte são destinadas ao autoconsumo.

Com exceção do P3b, que estudou até o 2º ano do segundo grau, os demais agricultores são analfabetos ou possuem baixa escolaridade. Em relação à faixa etária, apenas na família representada pelo P19, o próprio assentado não é aposentado, nesse caso, o assentado tem 30 anos e a mãe, aposentada, reside na sua casa. Essa família também é a única que recebe TG por invalidez, no caso, uma criança com 4 anos de idade. A RA anual para esses agricultores varia entre R\$2.420,00 e R\$9.928,00; ao se considerar a RNA, no cálculo, a renda familiar anual varia entre R\$7.240,00 e R\$16.776,00.

A família típica P3, aqui representada por P3a e P3b, tem como principal característica a maior frequência da TG do tipo aposentadoria, na composição da renda familiar. O que diferencia esses representantes típicos P3a e P3b é a presença da RNA sob forma de transferências de familiares na composição da renda do P3a.

P3a: agricultor familiar tradicional, recebe Transferência Governamental (aposentadoria e bolsa-família) e Transferência Familiar (TF)

O P3a, agricultor familiar tradicional, pratica atividades vinculadas apenas à agricultura. A família é composta por três pessoas, sendo dois adultos e uma criança, que residem na comunidade, totalizando 2,0 UTF. Entre os adultos encontra-se um aposentado, que destina tempo integral à agricultura, sendo 85% destinado aos subsistemas de cultivo, e 15% ao subsistema coletivo, não participando das atividades domésticas. O outro adulto cuida das

tarefas domésticas, com o que ocupa 35% do tempo, além de se dedicar aos cultivos, com o que ocupa 65% do tempo.

A ocupação da mão-de-obra, por subsistema, distribui-se da seguinte forma: 65% do tempo é empregado no cultivo do subsistema cacau *x* banana *x* aipim, bastante intensivo em mão-de-obra; em seguida vêm o subsistema quintal, com 45% do tempo, e o subsistema café, com 40%; os subsistemas tarefas domésticas, e coletivo, ocupam 35% e 15%, respectivamente. O Gráfico 19 representa essa distribuição da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola, visto que esse produtor não pratica outra atividade além da agricultura.

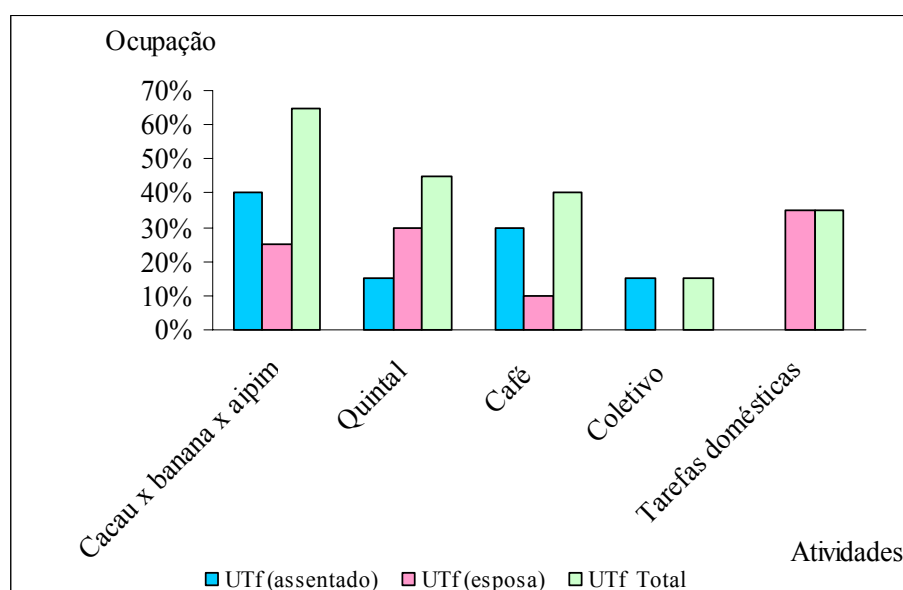
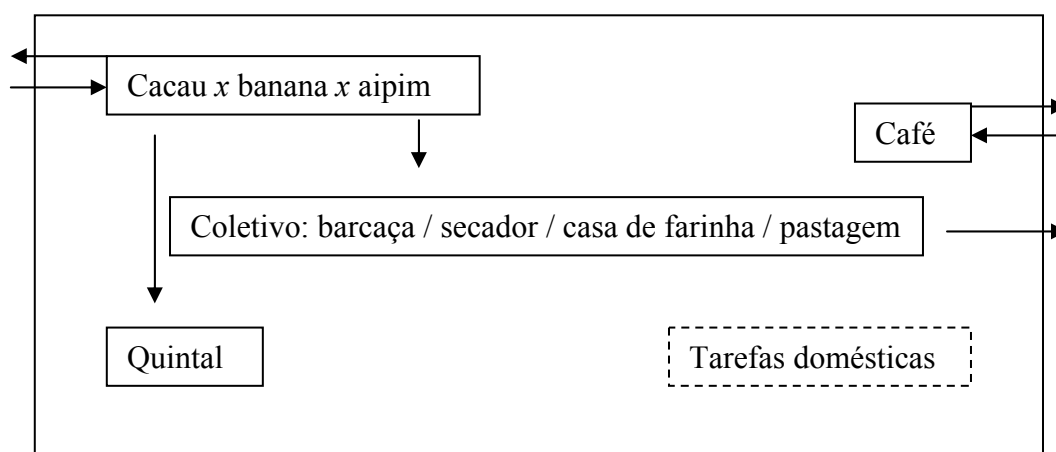


Gráfico 19 – Ocupação familiar por atividade do P3a
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O produtor P3a pratica o SP3a, composto pelos subsistemas cacau *x* banana *x* aipim, café, quintal, coletivo, e tarefas domésticas, ocupando aproximadamente 6 ha. A mão-de-obra é predominantemente familiar, com 0,33 UTf/ha. O tamanho dos subsistemas varia de 0,5 ha a 4,5 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,5 ha), e o subsistema cacau *x* banana *x* aipim ocupa a maior área (4,5 ha), como se pode verificar no Apêndice D, Tabela 4.

Como pode ser observado no Fluxograma 4, esse SP compõe-se de cinco subsistemas, sendo pouco integrado. Observa-se alguma integração entre o subsistema cacau *x* banana *x* aipim e quintal, e cacau *x* banana *x* aipim e o subsistema coletivo. A Tabela 5, mostra o GE. O SP3a é considerado especializado, pois 74,96% da sua produção são provenientes do cacau.

A relação desse produtor com o mercado realiza-se através do pagamento de diárias de trabalhadores nos subsistemas cacau x banana x aipim, e café, bem como através das vendas de cacau, banana, e café. O SP3a é pouco integrado ao mercado em relação aos custos dos fatores de produção: pouca dependência do mercado de insumos, pois o valor da depreciação totaliza 4,56% do valor da RM e do mercado de trabalho com 10,28%. Mas, por outro lado, é considerado integrado, pois apresentou alto GIM, ou seja, 71,04% da sua produção são destinados as vendas e a outra parte da produção agrícola, 28,96% destinada ao autoconsumo.



Fluxograma 4 – SP3a – Sistema de produção pouco integrado

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Quanto à composição percentual da renda familiar, 37,10% da renda originam-se de atividades agrícolas, RA; enquanto 62,90% provêm de rendas não-agrícolas, RNA. Com base nessa composição da renda familiar pode-se verificar que as atividades agrícolas geram renda bastante inferior às transferências governamentais, que se constituem como a principal fonte de renda. O Gráfico 20 representa o percentual de renda agrícola e não-agrícola.

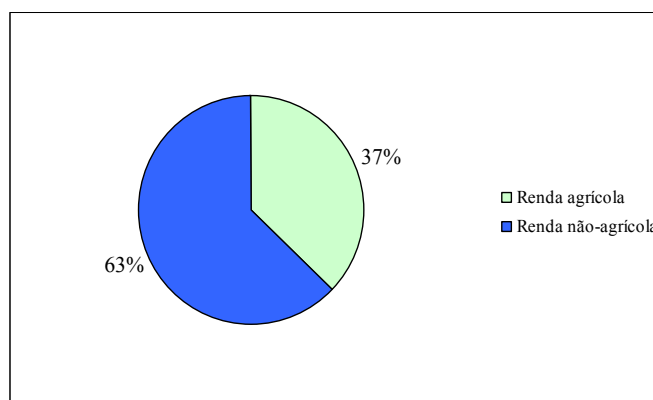


Gráfico 20 – Percentual da renda familiar do P3a

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 21 mostra a composição da renda por subsistemas das atividades agrícolas e não-agrícolas que geram renda. Entre os subsistemas de cultivo, o que mais contribui para a formação da RA é o cacau, com 31,15% de participação. Em seguida vem o subsistema quintal, representando 3,27% da renda, e o subsistema café, com 2,67%.

A RNA provém da aposentadoria, recebida por um dos membros da família, representando 48,64% da renda familiar; da bolsa-família, que representa 8,20%, e de transferências de familiares, que representam 6,06%. Embora não se observe o fenômeno da pluriatividade, nessa família, a participação da renda não-agrícola oriunda das transferências é bastante considerável e financia a família na época da entressafra de cacau.

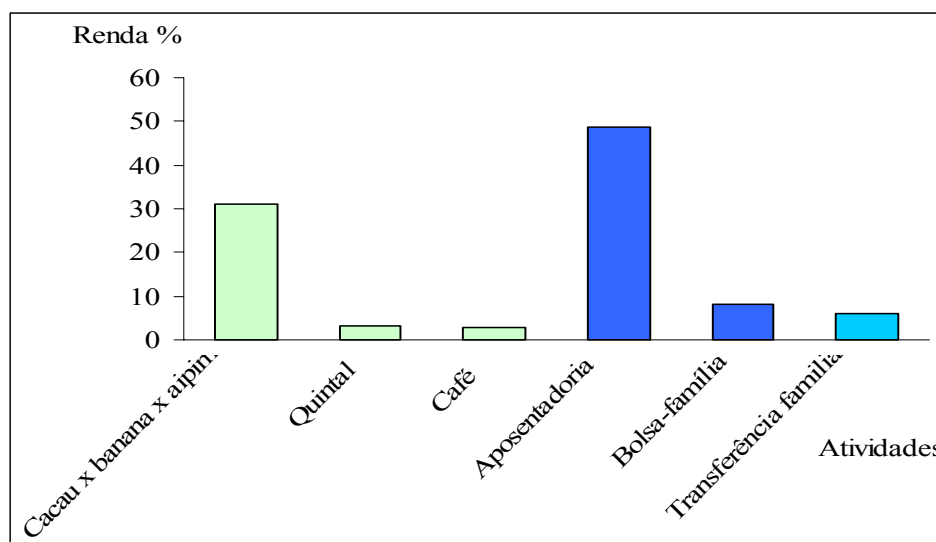


Gráfico 21 – Percentual da composição da renda familiar do P3a
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na Tabela 8, podem-se verificar as receitas e despesas dos produtores estudados. A renda agrícola anual do P3a é de R\$3.676,00. Por ser uma família de três pessoas, a renda agrícola *per capita* é de R\$1.225,33/ano, e R\$102,11/mês. Considerando a RNA, o valor da renda familiar eleva-se para R\$9.909,00, a renda familiar *per capita* eleva-se a R\$3.303,00/ano e R\$275,25/mês.

O indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho para o SP3a, foi calculado em R\$1.838,00/ano e R\$153,16/mês. Considerando que se trata de pessoas sem educação formal, e com idade superior a 60 anos, é muito difícil conseguir algum emprego urbano. Os

subsistemas cacau x banana x aipim, e quintal, são os que apresentam maior produtividade do trabalho, com R\$4.749,23 e R\$720,00, respectivamente. Quanto à relação Renda Agrícola e área (ha), que mostra a produtividade por área cultivada, o valor calculado é de R\$612,67/ano. Os subsistemas cacau x banana x aipim, e quintal, são os que apresentam maior produtividade em relação à área, com R\$686,00, e R\$648,00, respectivamente. Em outras palavras, são os subsistemas mais intensivos por unidade de área.

Como mostra a Tabela 10, a renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) do produtor P3a é de R\$306,33/ano. Conforme Apêndice E, Tabela 4, entre os subsistemas cultivados, os mais eficientes são quintal, e cacau x banana x aipim, que proporcionam R\$1.440,00/ano e R\$1.055,38/ano, respectivamente. Com uma pequena área cultivada, o subsistema quintal apresenta a maior produtividade, assumindo o 1º lugar no *ranking* de eficiência dos subsistemas, enquanto o subsistema cacau x banana x aipim, que ocupa a maior área, maior UTf e maior RA, assume o 2º lugar.

No Apêndice E Tabela 5, encontram-se os subsistemas por ordem de eficiência produtiva, considerando-se o valor do autoconsumo. O Gráfico 22 mostra a eficiência de cada subsistema, sendo que a reta mais inclinada positivamente representa o subsistema mais eficiente (quintal).

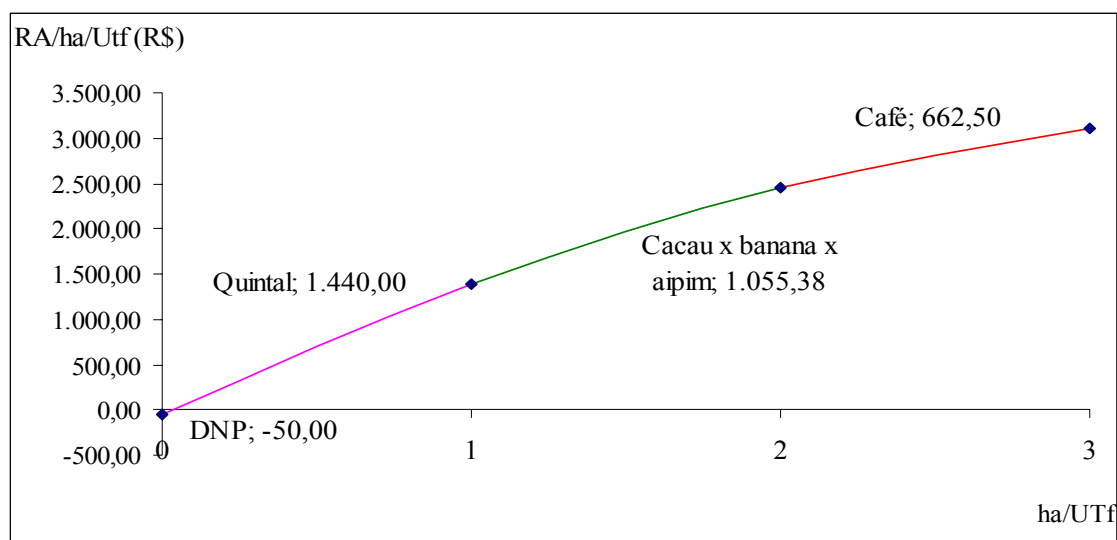


Gráfico 22 – Sistema de produção do produtor P3a: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

P3b: agricultor familiar tradicional, recebe Transferência Governamental (aposentadoria, bolsa-família)

O P3b, agricultor familiar tradicional, pratica atividades vinculadas apenas à agricultura. A família é composta por três pessoas, sendo dois adultos e uma jovem, e totaliza 3,0 UTf. Entre os adultos encontra-se um aposentado que ocupa tempo integral na agricultura, sendo 80% empregados no sistema individual e 20% no sistema coletivo. A esposa cuida das tarefas domésticas, com o que ocupa 35% do tempo, além de dedicar 65% do seu tempo de trabalho à agricultura. A jovem ocupa 70% do tempo nas atividades agrícolas e 30% nas atividades domésticas.

A ocupação da mão-de-obra, por subsistema, distribui-se da seguinte forma: 120% do tempo destinam-se ao quintal, 95% ao cultivo do subsistema cacau x banana x café x cana, bastante intensivo em mão-de-obra; as tarefas domésticas e o coletivo ocupam 65% e 20% do tempo, respectivamente. O Gráfico 23 representa a distribuição da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola, visto que esse produtor não pratica outra atividade além da agricultura.

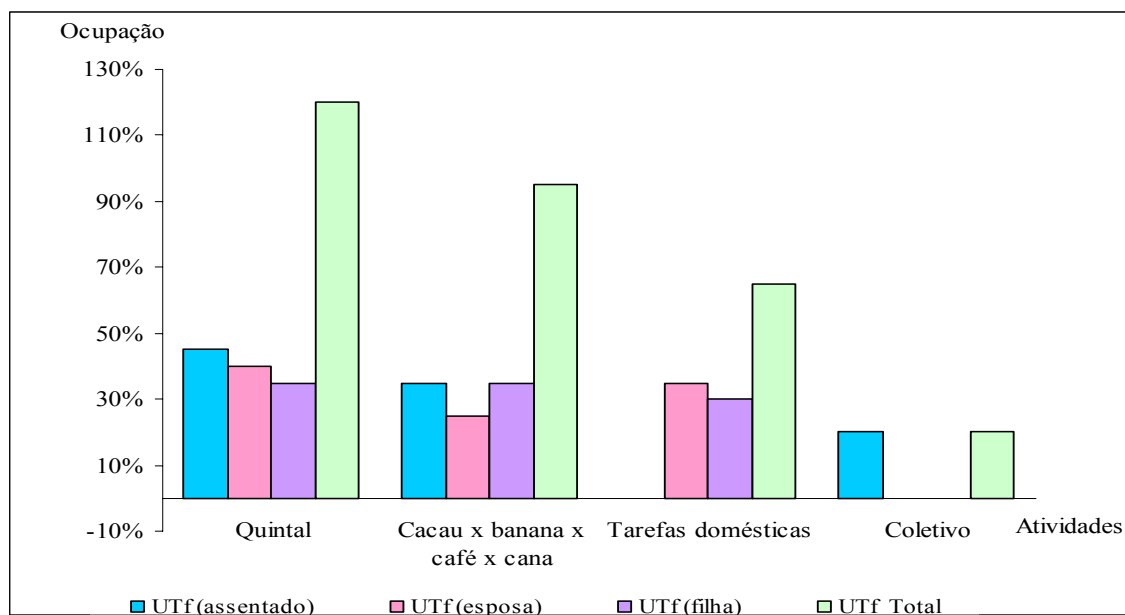


Gráfico 23 – Ocupação familiar por atividade do P3b

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

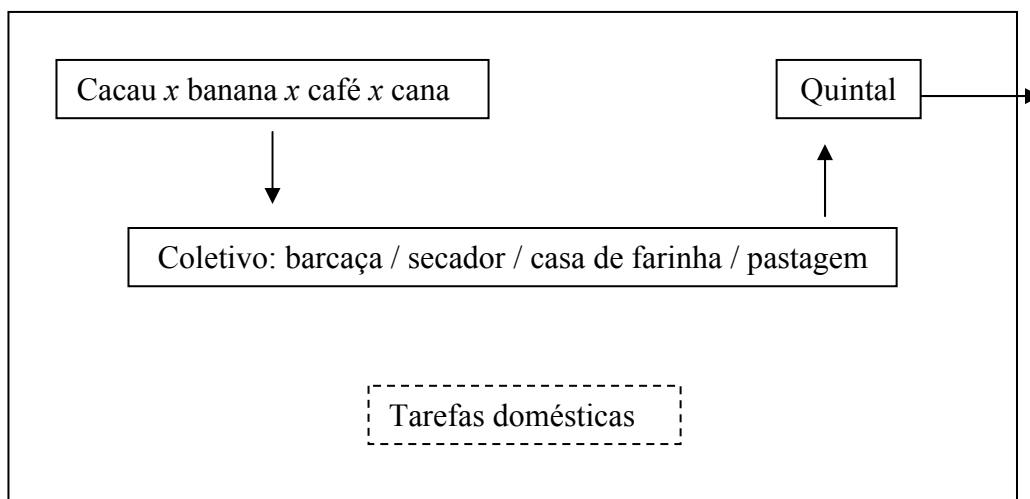
O produtor P3b pratica o SP3b composto pelos subsistemas cacau x banana x café x cana, quintal, coletivo, e tarefas domésticas, ocupando aproximadamente 5 ha. A mão-de-obra é predominantemente familiar, com 0,6 UTf/ha. O tamanho dos subsistemas varia de 0,5 ha a

4,5 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,5 ha), e o subsistema cacau x banana x café x cana ocupa a maior área (4,5 ha), como consta no Apêndice D, Tabela 4.

Como se pode observar no Fluxograma 5, esse SP compõe-se de quatro subsistemas, e é pouco integrado. A integração ocorre entre o subsistema cacau x banana x café x cana e o subsistema coletivo, e entre este e o subsistema quintal.

O SP3b vincula-se ao mercado através dos custos com a mão-de-obra, para os subsistemas cacau x banana x café x cana, e através das vendas de cacau, banana, leite e café. Quanto ao GE, esse SP é considerado diversificado, com 47,88% de dependência em relação ao cacau, ou seja, mais de 50% da sua produção é distribuída com outras culturas. O SP3b está integrado ao mercado, com GIM de 88,58%, e destina para o autoconsumo 11,42% do PB da sua produção.

Feita a análise da demanda por fatores de produção, observa-se que SP3b é pouco dependente dos mercados de insumos e de trabalho; o consumo intermediário representa 3,65% do valor da RM e o pagamento de diárias, 1,57%. Nesse ambiente, o SP é pouco integrado.



Fluxograma 5 – SP3b – Sistema de produção pouco integrado
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Quanto à composição percentual da renda familiar, 53,85% da renda do P3b origina-se de atividades agrícolas, e 46,15%, de RNA. Essa composição da renda familiar mostra que as

atividades agrícolas geram renda monetária superior às TG. O Gráfico 24 representa a distribuição das rendas agrícola e não-agrícola.

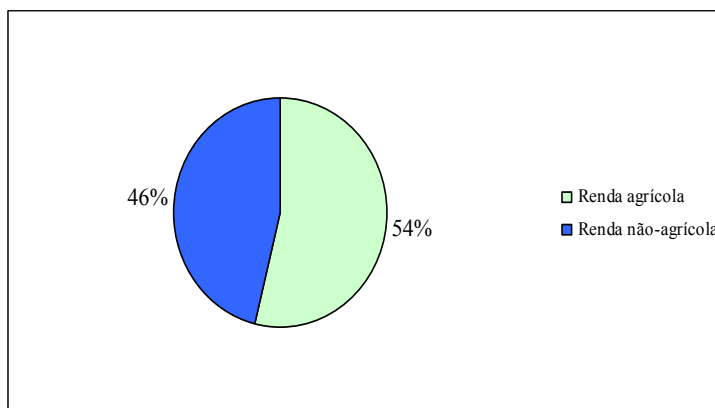


Gráfico 24 – Percentual da renda familiar do P3b

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 25 mostra a composição da renda por subsistema das atividades agrícolas e não-agrícolas que geram renda. Entre os sistemas de cultivo, o que mais contribui para a formação da renda é o de cacau x banana x café x cana, com 38,36%. Em seguida vem o subsistema quintal, que representa 15,49% da renda. A renda não-agrícola é oriunda da aposentadoria e bolsa-família, representando 39,49% e 6,66%, respectivamente. A participação da RNA oriunda das transferências é bastante considerável e financia a família na entressafra do cacau.

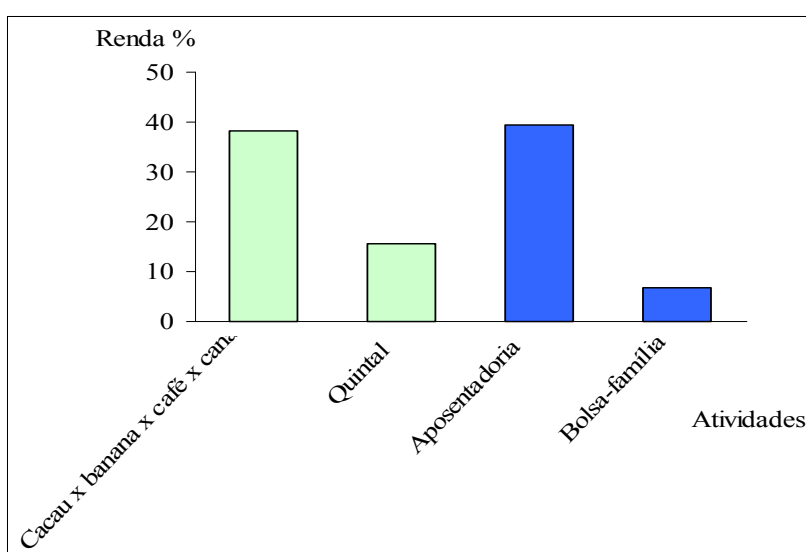


Gráfico 25 – Percentual da composição da renda familiar do P3b

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na Tabela 8, podem-se verificar as receitas e despesas dos produtores estudados. A renda agrícola anual do P3b é de R\$6.573,00 e R\$547,75 ao mês. Por ser uma família de três pessoas, a renda agrícola *per capita* é de R\$2.191,00/ano, e R\$182,58/mês. Considerando a RNA, o valor da renda familiar eleva-se para R\$12.206,00/ano, a renda familiar *per capita* eleva-se para R\$4.068,66/ano e R\$339,55/mês.

O indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho do SP3b foi calculado em R\$2.191,00/ano e R\$182,58/mês. Os subsistemas cacau x banana x café x cana, e quintal, apresentam produtividade do trabalho com R\$4.928,42 e R\$1.575,83, respectivamente. Quanto à relação Renda Agrícola e área (ha), que mostra a produtividade por área cultivada, o valor calculado é de R\$1.314,60/ano. Os subsistemas quintal, e cacau x banana x café x cana, apresentam produtividade de R\$3.782,00 e R\$1.040,44, respectivamente.

Como mostra a Tabela 10, a renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) do produtor P3b é de R\$438,20/ano. Conforme Apêndice F, Tabela 5, entre os subsistemas cultivados, os mais eficientes são o quintal, que apresenta R\$3.151,67, enquanto o subsistema cacau x banana x café x cana apresenta R\$1.095,20. Com uma pequena área cultivada, o subsistema quintal apresenta a maior produtividade, assumindo o 1º lugar no *ranking* de eficiência dos subsistemas, enquanto o subsistema cacau x banana x café x cana, que, com a maior área, e maior RA, assume o 2º lugar. No Apêndice F, Tabela 5, encontram-se os subsistemas por ordem de eficiência produtiva, considerando o valor do autoconsumo. O Gráfico 26 mostra a eficiência de cada subsistema, sendo que a reta mais verticalizada representa o subsistema mais eficiente.

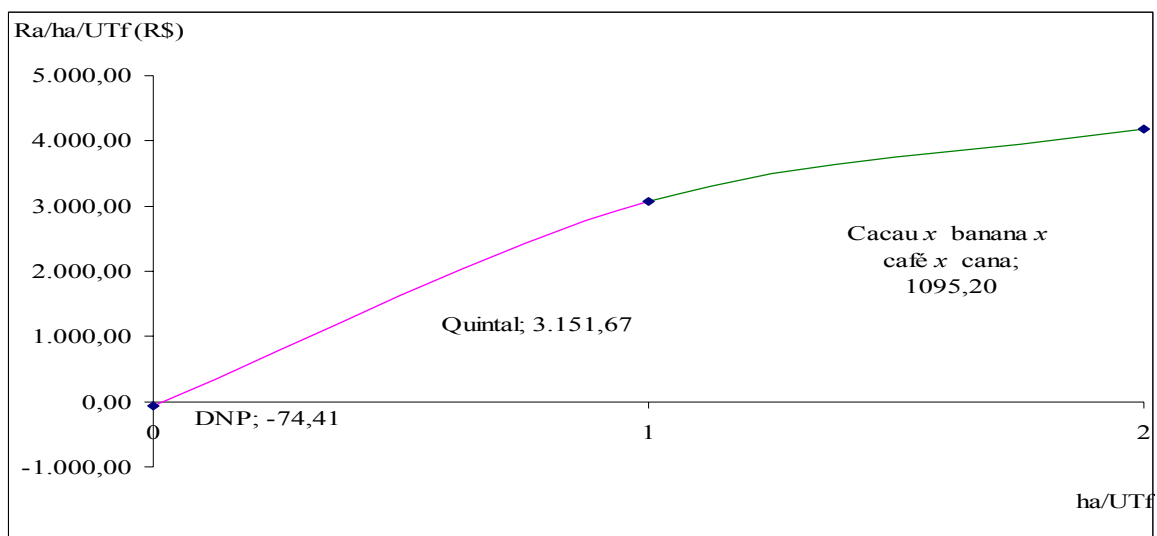


Gráfico 26 – Sistema de produção do produtor P3b: renda familiar/atividade por UTF e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Produtor P4: agricultor familiar diarista agrícola

As famílias entrevistadas (P4, P15, P20, P29), agricultores familiares tradicionais, praticam atividades vinculadas apenas à agricultura, na própria unidade produtiva, e vendem o dia para outros assentados ou em outras propriedades vizinhas ao assentamento. Recebem RA, além de RNA proveniente da bolsa-família e ou/ da aposentadoria, bem como da venda de dias fora do seu sistema de produção.

O P4 representa 4 famílias de agricultores que totalizam 14 pessoas. As famílias são formadas, em média, por 4,5 pessoas (variando de 4 a 5 pessoas por família). No que se refere à diversificação agrícola observa-se a presença de cultivos que compõem a cesta básica alimentar, destinados ao autoconsumo, e também vendidos na feira, mas a maior parte da renda monetária é proveniente do cacau.

Os agricultores são analfabetos, alfabetizados, ou possuem baixa escolaridade. Em relação à faixa etária, tem-se uma grande variação, o mais jovem tem 24 anos e o mais velho 59 anos. A RA/anual para esses agricultores varia entre R\$1.900,00 e R\$7.510,00. Ao se considerar a renda proveniente da venda de dias, bolsa-família, e aposentadoria, a RF varia de R\$3.628,00 a R\$14.510,00.

Produtor P4: agricultor familiar diarista agrícola, recebe Transferência Governamental (bolsa família)

O que diferencia o P4 dos demais produtores é a atividade agrícola exercida fora do seu sistema de produção. Como a unidade produtiva não absorve totalmente a mão-de-obra familiar, um dos componentes da família exerce atividade fora da unidade produtiva familiar. O tempo ocioso é vendido na comunidade para a atividade agrícola. Embora a venda de dias seja um trabalho de base agrícola, nessa tarefa reside a diferença entre esse agricultor e os demais já mencionados, pois a técnica de trabalho aplicada é a mesma, mas a gerência é diferente, dado que está subordinado à gestão do proprietário da terra onde trabalha para complementar a renda auferida no seu sistema de produção. A família é composta por quatro pessoas, sendo dois adultos e dois jovens, que totalizam 4,0 UTF.

O agricultor dedica 90% do tempo de trabalho na atividade agrícola, 10% na atividade coletiva, e 0% nas atividades domésticas. A esposa dedica 65% do tempo na agricultura e 35% nas atividades domésticas. Um jovem dedica 75% do tempo à agricultura e 25% à venda de dias; o outro jovem dedica 80% às atividades agrícolas, 10% ao coletivo, e 10% às atividades domésticas.

Considerando a UTF total, a ocupação da mão-de-obra, por subsistema, distribui-se da seguinte forma: 150% do tempo da família é gasto com o cultivo do subsistema cacau x banana, bastante intensivo em mão-de-obra; em seguida vem o subsistema café x banana x cana, ocupando 130% do tempo; 45% do tempo foi destinado às tarefas domésticas, os subsistemas quintal, e coletivo, ocupam 30% e 20%, respectivamente; e 25% destina-se à atividade de diarista agrícola. O Gráfico 27 representa essa distribuição da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola, visto que esse produtor não pratica outra atividade além da agricultura.

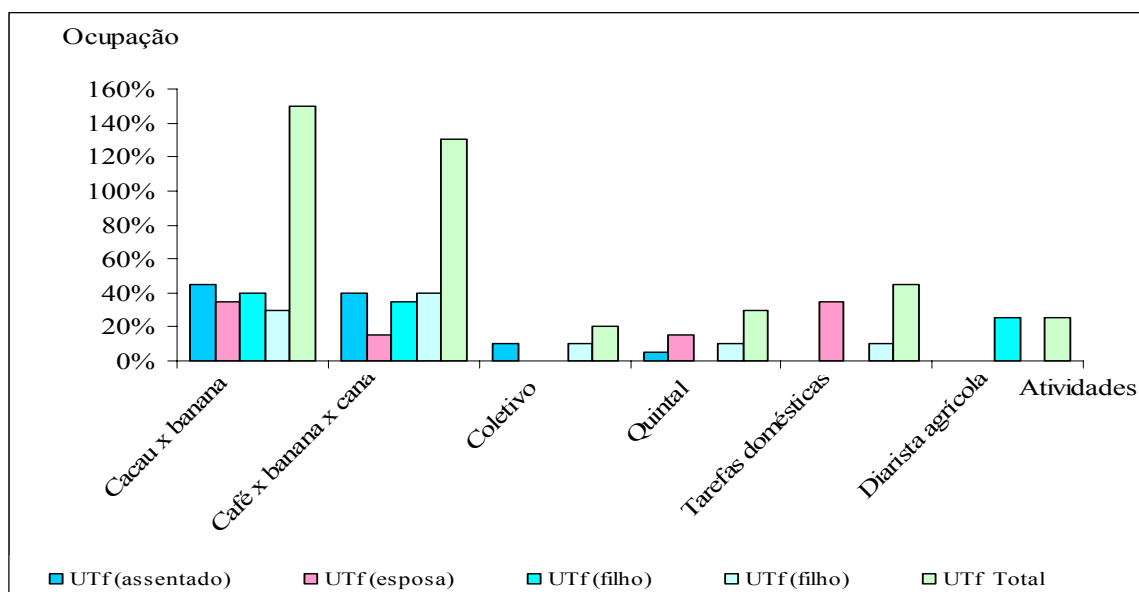


Gráfico 27 – Ocupação familiar por atividade do P2

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

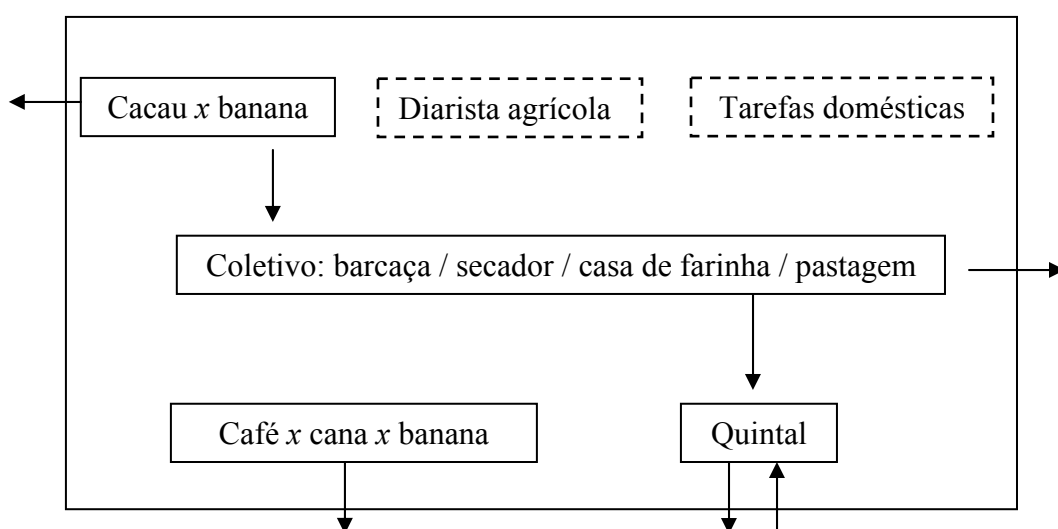
O produtor P4 pratica o SP4, composto pelos subsistemas cacau x banana, café x banana x cana, quintal, coletivo, e tarefas domésticas, que ocupam aproximadamente 5 ha. A mão-de-obra nesta unidade produtiva é predominantemente familiar, com 0,8 UTf/ha. O tamanho das parcelas dos subsistemas varia de 0,3 ha a 3,0 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,3ha), o subsistema cacau x banana ocupa 1,7 ha, e o subsistema café x banana x cana ocupa a maior área (3,0 ha), como se pode verificar no Apêndice G, Tabela 4.

No SP4 a integração ocorreu entre os subsistemas coletivo, cacau x banana, coletivo, e quintal. O subsistema coletivo, que engloba o sistema de transformação casa de farinha, está diretamente relacionado à alimentação dos animais no subsistema quintal. Esse sistema de transformação casa de farinha fornece casca de mandioca e crueiras, para complementar a alimentação dos animais, e farinha de mandioca para o consumo humano no subsistema quintal.

O Fluxograma 6 mostra que o SP é composto por seis subsistemas, pouco integrados internamente. A relação desse produtor com o mercado se dá através dos custos realizados com o subsistema quintal, e das vendas de cacau, banana, café, e cana. O SP é pouco integrado ao mercado em relação aos custos dos fatores de produção, pouco dependente dos insumos, com valor do consumo intermediário de 0,40% do valor da RM; e totalmente independente do mercado de trabalho, pois não contrata mão de obra temporária.

Considerou-se o SP4 muito integrado, com GIM de 91,95%, ou seja, alta dependência do mercado de vendas e apenas 8,95% da produção são destinados ao autoconsumo.

A Tabela 5, mostra o GE. O SP4 é considerado especializado, pois 76,93% da sua produção é proveniente do cacau.



Fluxograma 6 – SP4 – Sistema de produção pouco integrado
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Quanto à composição percentual da renda familiar, foi identificado para o P4 que: 81,34% da sua renda originam-se de atividades agrícolas, portanto, RA, e 18,66% originam-se da RNA. Com base nessa composição da renda familiar, pode-se verificar que as atividades agrícolas geram renda superior à atividade diarista agrícola e às transferências governamentais, ou seja, a RA se constitui como a principal fonte de renda. O Gráfico 28 representa o percentual de renda agrícola e não-agrícola.

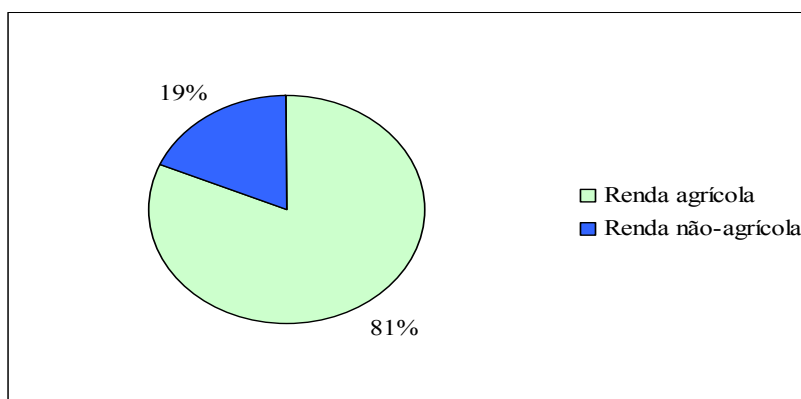


Gráfico 28 – Percentual da renda familiar do P4

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 29 mostra a composição da renda por subsistema das atividades agrícolas e de diarista, bem como a TG. Entre os subsistemas agrícolas, o que mais contribuiu para a formação da renda foi a combinação cacau x banana com 63,89%. Em seguida vem o subsistema quintal, com 9,2%, e o subsistema café x banana x cana, representando 8,25% da renda. A RNA proveniente da bolsa-família, recebida por dois membros da família, representa 15,05 % da renda familiar, e a RNA recebida pela atividade de diarista agrícola representa 3,61% da renda.

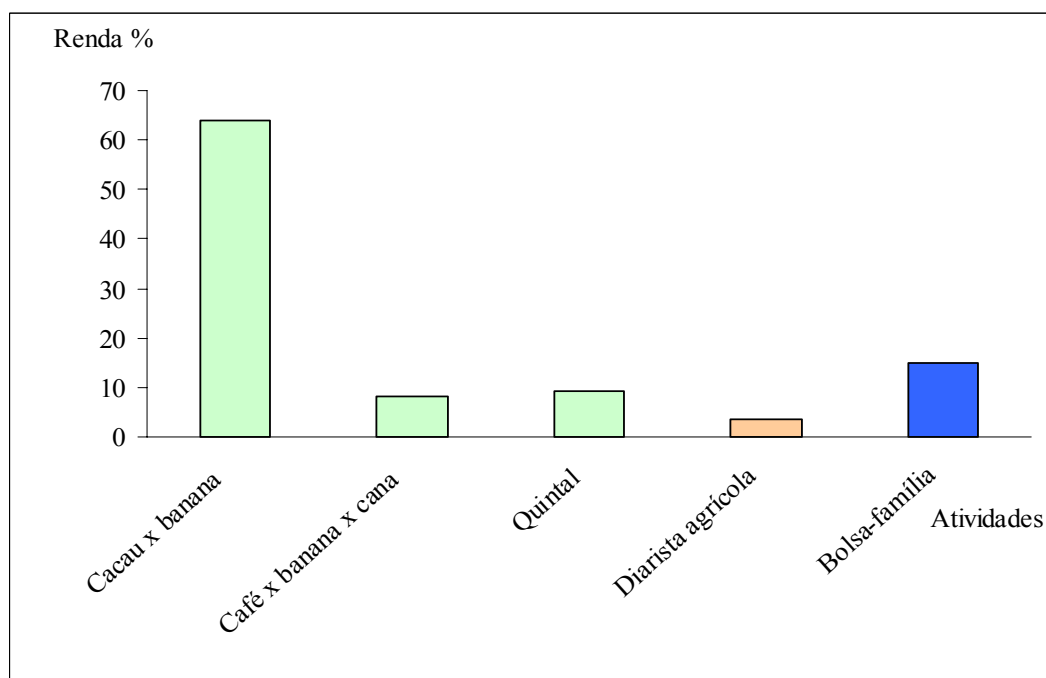


Gráfico 29 – Percentual da composição da renda familiar do P4

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na Tabela 8, podem-se verificar as receitas e despesas do produtor P4. A renda monetária anual do P4 é de R\$4.996,20. Considerando o valor do autoconsumo, eleva-se a renda agrícola para R\$5.5413,70/ano, apresentando uma variação de 7,71%. Por se tratar de uma família de quatro pessoas, a renda agrícola *per capita* alcança R\$1.353,42/ano, e R\$112,78/mês. Por ser um produtor diarista agrícola, complementa sua RA com as diárias e TG (bolsa-família); a RF eleva-se para R\$6.655,70/ano e a RF *per capita* para R\$1.663,92/ano e R\$138,66/mês, respectivamente.

O indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho para o SP4, foi calculado em R\$1.353,43/ano; os subsistemas cacau x banana, e quintal, são os que apresentam maior produtividade do trabalho, com R\$2.834,67 e R\$2.041,67, respectivamente. Quanto à relação RA e área (ha), o valor calculado é de R\$1.082,74/ano; os subsistemas cacau x banana, e quintal, são os que apresentam maior produtividade em relação à área, com R\$2.501,18 e R\$2.041,67, respectivamente.

A RA por área e por UTf (RA/ha/UTf) no SP4 é de R\$270,69/ano. Conforme Apêndice C, Tabela 5, os subsistemas quintal, e cacau x banana, são os que apresentam maior renda agrícola por área e UTf. O primeiro apresenta maior produtividade devido à pequena área e UTf utilizada na produção, com o indicador RA/ha/UTf = R\$6.805,56/ano. O Gráfico 30 mostra os subsistemas ordenados de forma decrescente, por eficiência.

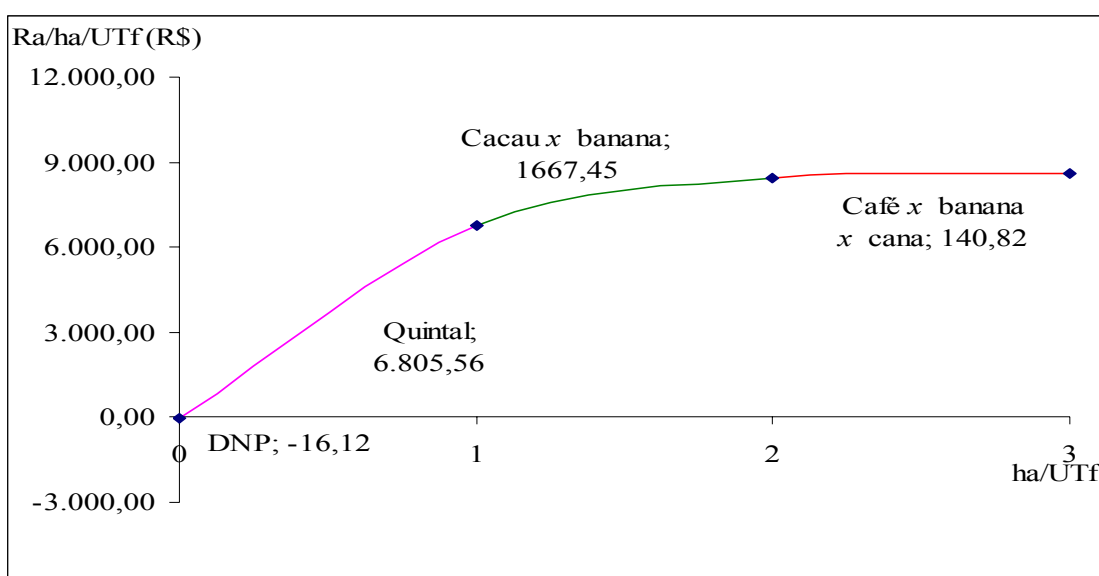


Gráfico 30 – Sistema de produção do produtor P4: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

P5: agricultor familiar, pluriativo

O que diferencia o P5 dos demais produtores é a atividade não-agrícola exercida fora do seu SP. O sistema não absorve totalmente a mão-de-obra familiar, obrigando alguns membros da família a praticarem atividades fora da unidade produtiva. O tempo ocioso é ocupado nas cidades vizinhas.

As famílias entrevistadas (P5a, P5b, P5c, P12, P31), consideradas agricultores familiares pluriativos, praticam atividades agrícolas e atividades não-agrícolas. Recebem RNA proveniente da bolsa-família e/ou da aposentadoria, bem como da atividade não-agrícola.

O P5 representa 5 famílias de agricultores que totalizam 32 pessoas. As famílias são formadas por em média 5,3 pessoas (variando de 2 a 11 pessoas por família). No que se refere a diversificação na agricultura foi observado a presença de cultivos que compõe a cesta básica alimentar, destinados ao autoconsumo e com o excedente vendido na feira, mas a maior parte da renda monetária é proveniente do cacau.

Os agricultores são analfabetos ou possuem baixa escolaridade, mas os componentes da família possuem algum nível de escolaridade. Em relação a faixa etária, tem-se uma grande variação, o mais jovem tem 20 anos e o mais velho 55 anos. A RA anual para esses agricultores varia entre R\$3.600,00 e R\$8.359,00. Ao se considerar a renda anual proveniente da atividade não-agrícola, bolsa-família, aposentadoria a RF varia de R\$7.552,00 a R\$20.028,00.

O P5a, P5b, e P5c são os representantes típicos dos agricultores pluriativos. O que diferencia esses representantes típicos é o número de pessoas na família, o tipo de atividade não-agrícola que exerce, e o tipo de TG que recebe.

Produtor P5a: agricultor familiar, pluriativo recebe Transferência Governamental (bolsa-família)

O P5a é um agricultor pluriativo, ou seja, existe na família pelo menos uma pessoa que além de praticar atividades vinculadas à agricultura, também exerce alguma atividade não-agrícola. A renda é composta por renda agrícola e renda não-agrícola oriunda das atividades não-

agrícolas e de TG (bolsa-família). A família do P5a é composta por cinco pessoas, sendo dois adultos, um jovem e duas crianças, totalizando 3,0 UTf.

O assentado dedica 70% do seu tempo de trabalho aos subsistemas agrícolas, 20% ao subsistema coletivo, e 10% às tarefas domésticas. A esposa, além de dedicar 5% do seu tempo à agricultura, cuida das tarefas domésticas, como que ocupa 35% do seu tempo, os 60% restantes são dedicados à atividade realizada na cidade de Uruçuca, onde trabalha como secretária. Os três filhos são estudantes e ajudam os pais no trabalho agrícola e doméstico.

A ocupação da mão-de-obra familiar, por subsistema, ocorre da seguinte forma: 90% do tempo são gastos com as tarefas domésticas; em seguida tem-se o subsistema cacau x banana, com 75%, bastante intensivo em mão-de-obra; e os subsistemas aipim x milho x feijão; coletivo e quintal, cada um, ocupando 25% do tempo familiar. O Gráfico 31 representa a distribuição percentual da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola e não-agrícola, visto que nessa família pratica-se outra atividade além da agricultura.

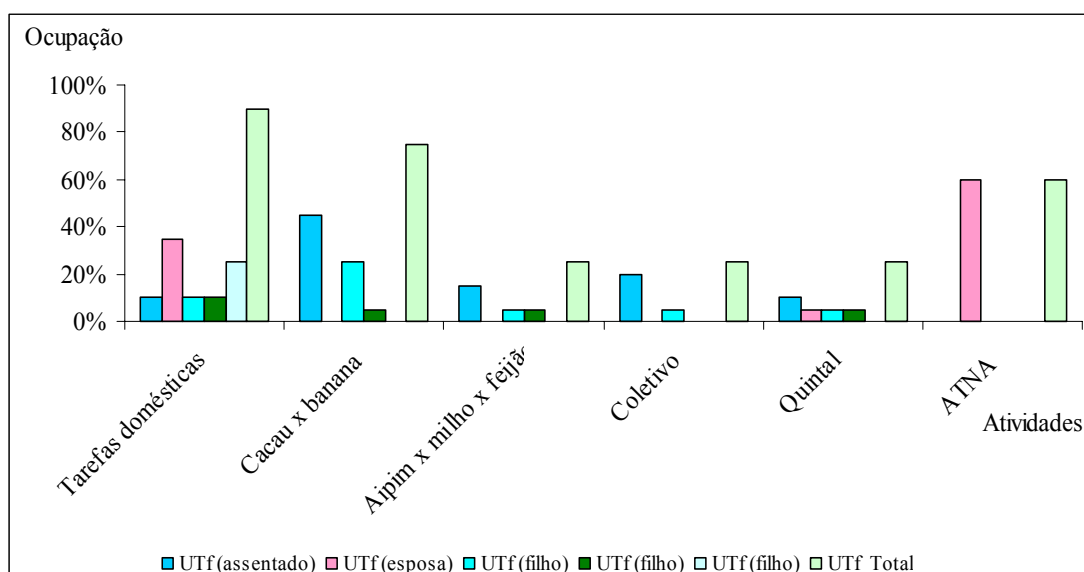


Gráfico 31 – Ocupação familiar por atividade do P5a

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

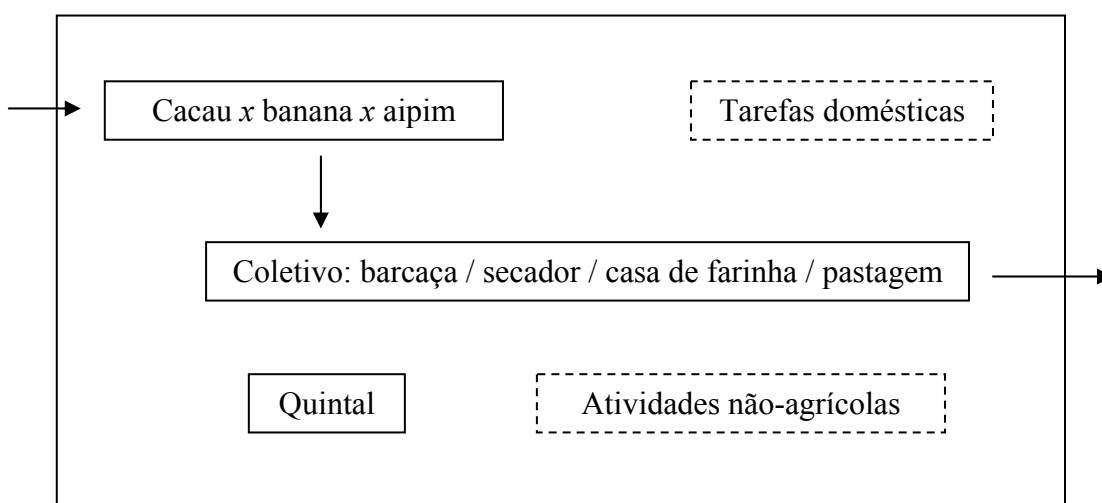
O produtor P5a pratica o SP5a, composto pelos subsistemas cacau x banana, aipim x milho x feijão, quintal, coletivo, e tarefas domésticas, que ocupam aproximadamente 5 ha. Nessa unidade produtiva, a mão-de-obra é predominantemente familiar, ocupa 0,6 UTf/ha, constatando-se a presença de diaristas contratados pela família na época da colheita, especificamente, no subsistema cacau x banana. O tamanho das parcelas dos subsistemas

varia de 0,5 ha a 2,7 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,5 ha), e o subsistema cacau x banana ocupa a maior área (2,7 ha), como se pode verificar no Apêndice H, Tabela 4.

No Fluxograma 7, observa-se que o sistema SP5a é composto por cinco subsistemas, e é considerado pouco integrado internamente. A ligação interna verifica-se apenas entre o subsistema cacau x banana e o subsistema coletivo. A relação desse produtor com o mercado se dá através do pagamento de diárias e através das aquisições de insumos para o subsistema cacau x banana, bem como das vendas de cacau e banana.

Considerando-se o GIM pelo lado da oferta dos produtos agrícola, o SP5a é considerado integrado, pois as vendas representam 88,51% da renda agrícola monetária, ficando apenas 11,49% do valor da sua produção física para o autoconsumo. Quanto ao GE, considera-se o SP5a muito especializado, pois 91,00% do valor da sua produção é proveniente do cacau.

O SP5a tem fraca dependência do mercado de insumos, pois a proporção entre o valor do CI e a RM é 1,74%; e pouca dependência do mercado de trabalho, pois a proporção entre o valor do pagamento das diárias e a RM é 4,81%.



Fluxograma 7 – SP5a – Sistema de produção pouco integrado
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A composição da renda familiar do P5a mostra que 52,53% do valor da sua renda originam-se de atividades agrícolas e 47,47% da RNA. No gráfico 32 pode-se verificar que as atividades agrícolas geram renda pouco superior a RNA.

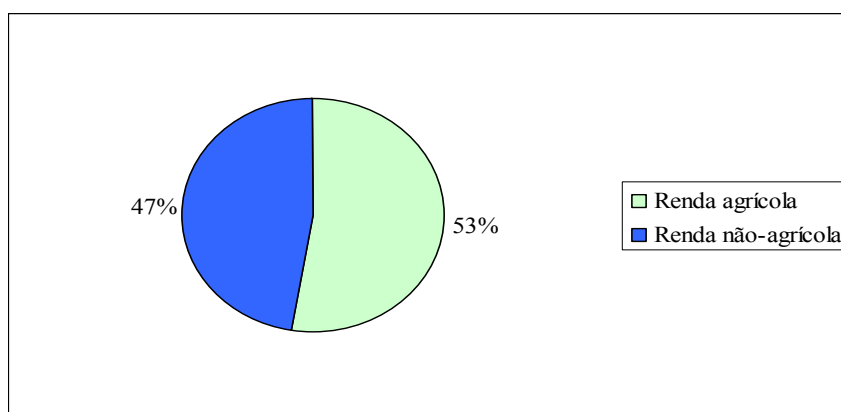


Gráfico 32 – Percentual da renda familiar do P5a

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 33 mostra a composição da renda por subsistema das atividades agrícolas, das atividades não-agrícolas e da BF. Entre os subsistemas agrícolas cultivados, o que mais contribui para a formação da renda é o cultivo do cacau *x* banana, com 47,98%. Em seguida tem-se subsistema quintal representando 2,37% da renda, e o subsistema aipim *x* milho *x* feijão, com 2,17%. A renda proveniente da atividade não-agrícola que confirma a pluriatividade contribui com 34,26%; e a RNA oriunda da bolsa-família representa 13,21% da renda familiar.

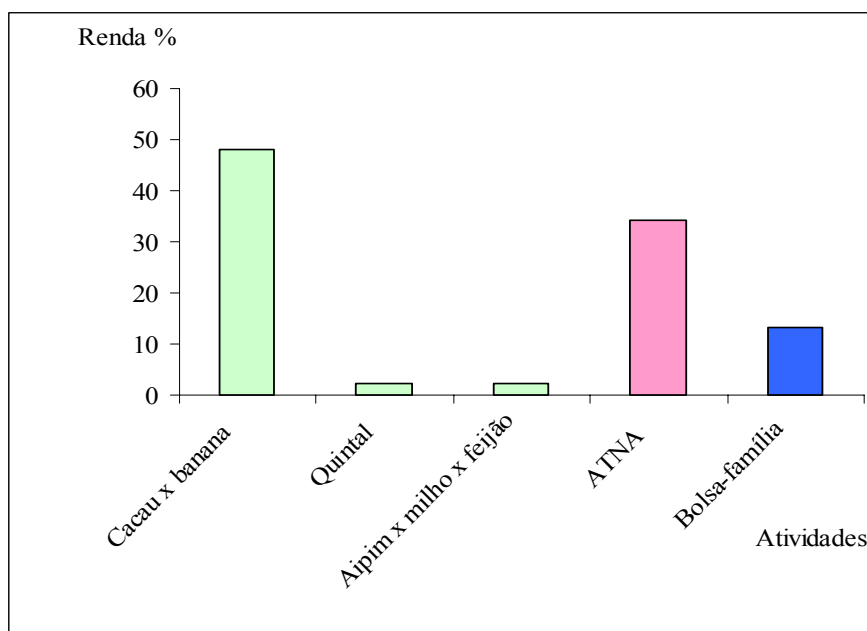


Gráfico 33 – Percentual da composição da renda familiar do P5a

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A renda monetária anual é de R\$3.745,00, considerando o valor do autoconsumo, eleva-se a renda agrícola para R\$3.986,00/ano, apresentando um acréscimo de apenas de 6,04%. Por ser uma família composta por cinco pessoas, a renda agrícola *per capita* é de R\$996,5/ano, e R\$83,04/mês. Por ser uma família pluriativa, complementa sua renda agrícola com RNA oriunda da atividade não-agrícola, e por receber BF, a renda total eleva-se para R\$7.588,00/ano e a renda total *per capita* para R\$1.517,76/ano e R\$126,46/mês, respectivamente.

Como se pode observar na Tabela 10, o indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho para o SP5a, foi estimado em R\$1.328,67/ano; entre os subsistemas de cultivo, os que apresentam maior produtividade do trabalho são os subsistemas cacau x banana e quintal. Quanto à relação RA e área (ha), o valor calculado é de R\$797,20/ano; e mais uma vez, são os subsistema cacau x banana e quintal os que apresentam maior produtividade em relação à área cultivada.

A renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) do produtor P5a é de R\$265,73/ano. Conforme Gráfico 34, também para esse indicador os sistemas de cultivos cacau x banana e quintal são os que apresentam maior renda agrícola por área e UTf.

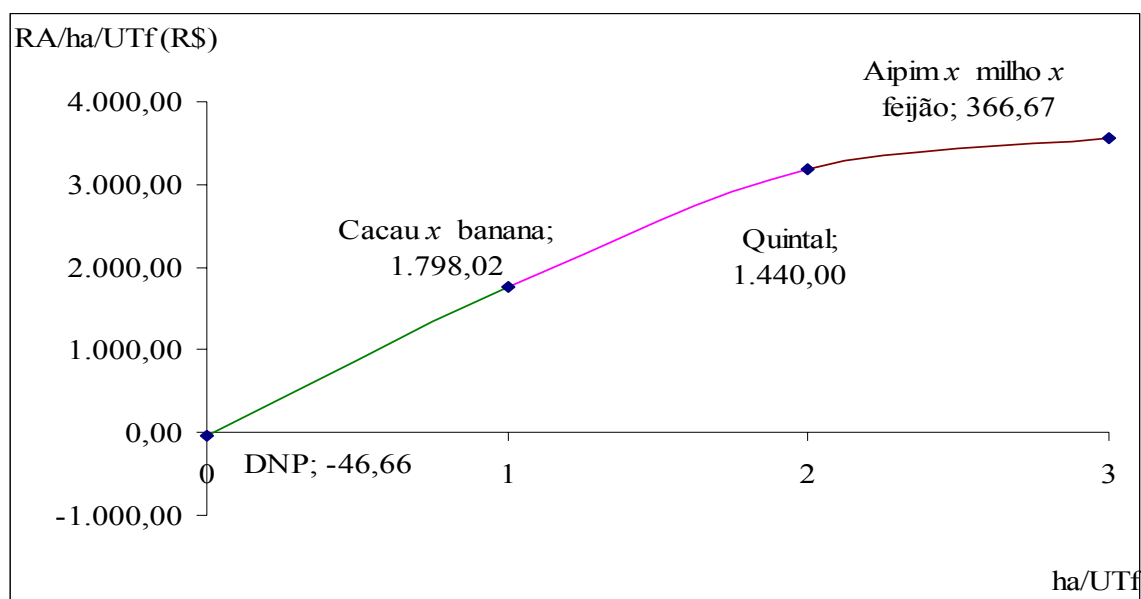


Gráfico 34 – Sistema de produção do produtor P5a: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Produtor P5b: agricultor familiar, pluriativo recebe Transferência Governamental (bolsa-família)

O P5b também pratica atividade agrícola e não-agrícola. A RF é composta por RA e RNA oriunda da atividade não-agrícola e da TG. A família é composta por quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças, totalizando 2,5 UTF.

O assentado dedica 70% do seu tempo de trabalho na atividade agrícola, 30% na atividade coletiva, e 0% nas atividades domésticas. A esposa dedica 55% do tempo à agricultura, 30% do seu tempo nas atividades domésticas, e 15% do tempo são ocupados na atividade não-agrícola, professora na escola do assentamento. Os filhos são estudantes e ajudam os pais no trabalho agrícola e doméstico.

A ocupação da mão-de-obra familiar, por subsistema, ocorre da seguinte forma: 65% do tempo são gastos com o cacau x banana; 45% são gastos com o subsistema café x banana x milho x aipim; 45% com o subsistema quintal; 40% do tempo são destinados as tarefas domésticas, em seguida têm-se os subsistemas coletivo, pasto, e pluriatividade representando, 30% 10% e 15%, respectivamente. O Gráfico 35 representa a distribuição percentual da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola e não-agrícola, visto que essa família é pluriativa.

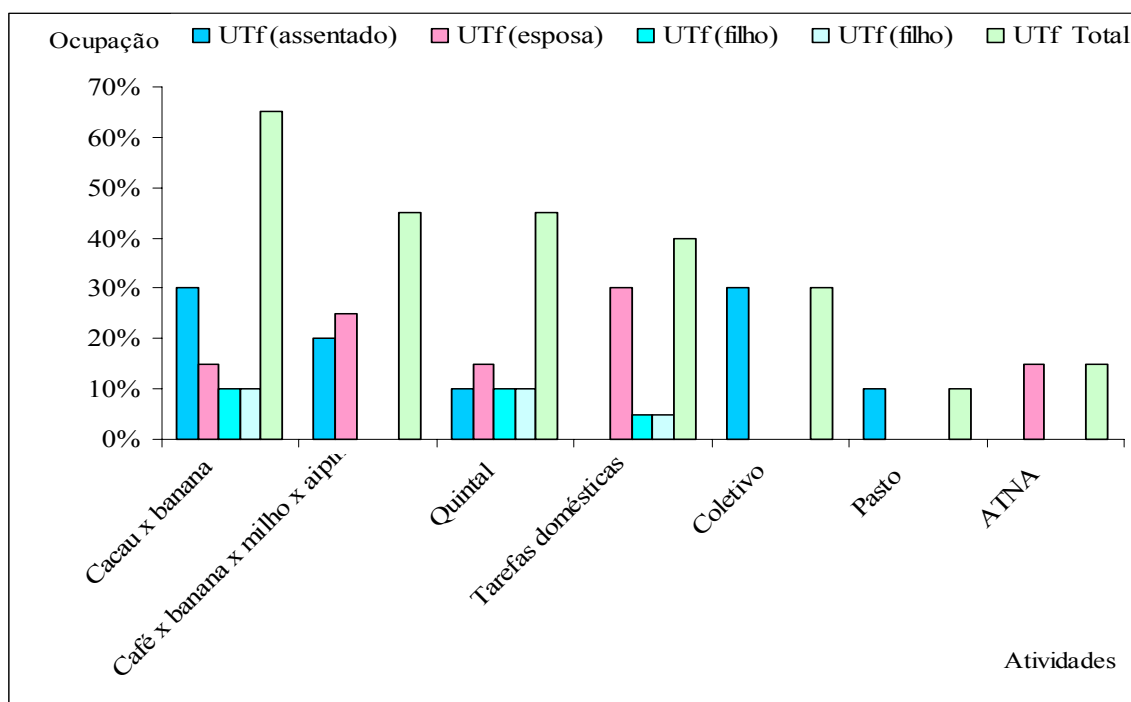


Gráfico 35 – Ocupação familiar por atividade do P5b

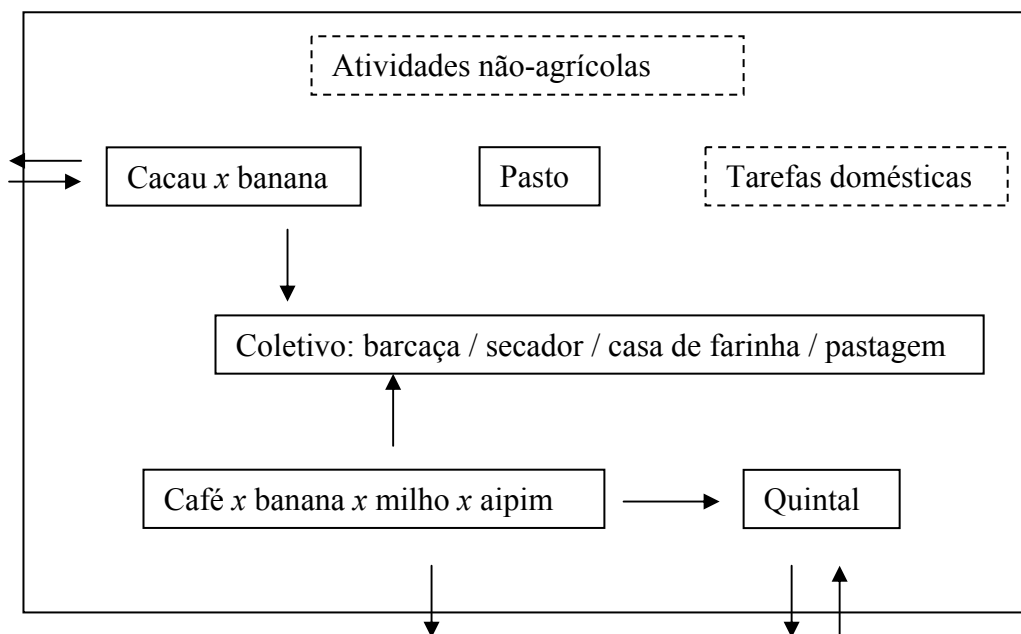
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O produtor P5b pratica o SP5b, composto pelos subsistemas cacau *x* banana, café *x* banana *x* milho *x* aipim, pasto, quintal, coletivo, tarefas domésticas que ocupam aproximadamente 5 ha. A mão-de-obra nesta unidade produtiva é predominantemente familiar, com 0,5 UTF/ha. O tamanho das parcelas dos subsistemas varia de 0,5 ha a 2,5 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (0,5 ha), e o subsistema cacau *x* banana ocupa a maior área (2,5 ha), como se pode verificar no Apêndice I, Tabela 4.

No Fluxograma 8, observa-se que o SP5b é composto por sete subsistemas, pouco integrado internamente. Nesse SP a integração ocorreu entre o subsistemas cacau *x* banana e coletivo, e entre o subsistema café *x* banana milho *x* aipim que está integrado aos subsistemas quintal e coletivo.

A relação do SP5b com o mercado se dá através das aquisições de insumos de produção e das vendas dos produtos agrícolas, conforme as setas orientadas no Fluxograma 8. O SP5b apresenta pouca dependência do mercado de insumos, pois a proporção entre o valor do CI e a renda agrícola monetária é 7,26%, e entre o valor da depreciação e a RM é 2,59%.

Considerando-se o GIM pelo lado da oferta dos produtos agrícola, o SP5a é considerado integrado, pois as vendas representam 77,49% da renda agrícola monetária, ficando 22,51% do valor da sua produção física para o autoconsumo. Quanto ao GE, considera-se o SP5a diversificado, pois 57,43% do valor da sua produção provêm do cacau.



Fluxograma 8 – SP5b – Sistema de produção pouco integrado
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na composição percentual da renda familiar, identifica-se para o P5b que 76,14% da sua renda originam-se de atividades agrícolas, e 23,86% de RNA. Verifica-se que apesar da ocorrência das atividades não-agrícolas, as atividades agrícolas geram renda agrícola superior às rendas não-agrícolas. O Gráfico 36 representa o percentual de renda agrícola e não-agrícola.

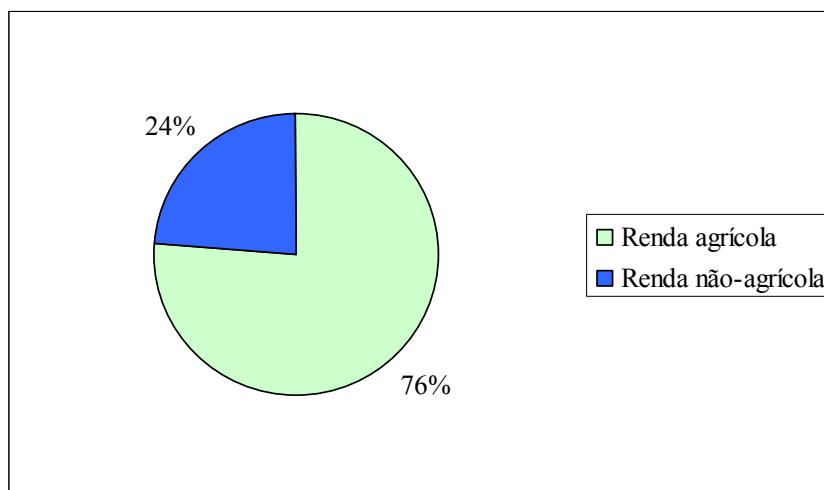


Gráfico 36 – Percentual da renda familiar do P5b
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O Gráfico 37 mostra a composição da renda por subsistema de atividade agrícola, não-agrícola e TG. Identifica-se que entre os subsistemas agrícolas, o que mais contribui para a formação da renda é o cultivo de cacau x banana, com 46,25%, em seguida tem-se o subsistema quintal representando 21,20% da renda, e o subsistema café x banana x milho x aipim, com 8,59%. A renda não-agrícola proveniente da atividade não-agrícola contribui com 10,59% e a RNA oriunda da bolsa-família representa 13,2/% da renda familiar.

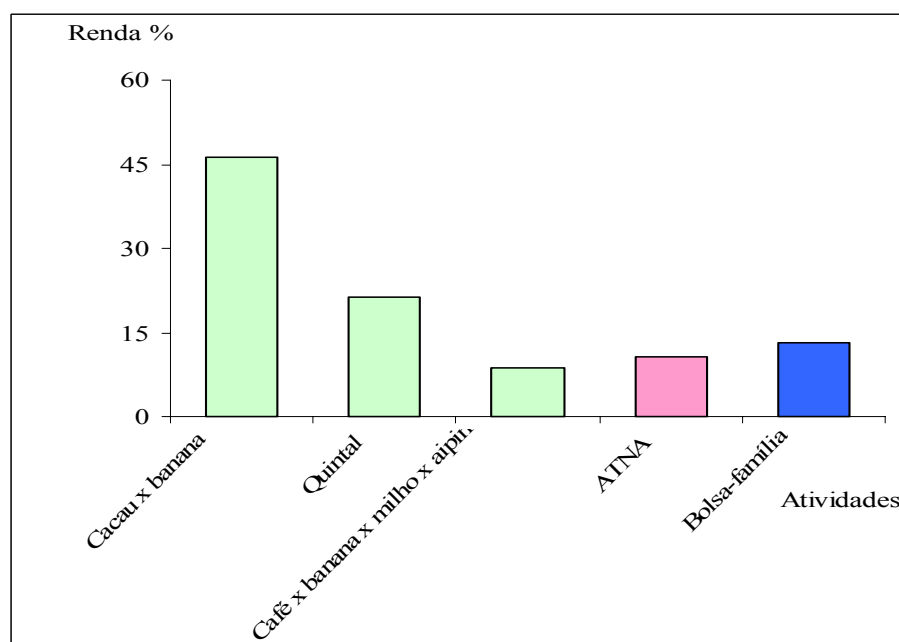


Gráfico 37 – Percentual da composição da renda familiar do P5b
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A renda monetária anual foi de R\$4.824,00; considerando o valor do autoconsumo eleva-se a renda agrícola para R\$5.750,00/ano, apresentando um acréscimo de 16,10%. Por se tratar de uma família composta por quatro pessoas, a renda agrícola *per capita* de R\$1.437,50/ano, e R\$119,79/mês. A família é pluriativa, complementa sua renda agrícola com RNA proveniente de atividade não-agrícola, e recebe TG (bolsa-família); a renda total eleva-se para R\$7.552,00/ano e a renda total *per capita* para R\$1.888,00/ano e R\$157,33/mês, respectivamente.

Como se pode observar na Tabela 10, o indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho para o SP5b, foi estimado em R\$2.300/ano; os subsistemas quintal e cacau x banana apresentam maior produtividade do trabalho. Quanto à relação RA e área (ha), o valor calculado foi de R\$1.150,00/ano; e mais uma vez os subsistemas quintal e cacau x banana apresentam maior produtividade por área.

A renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) no SP5b foi estimada em R\$460,00/ano. Conforme Apêndice I, Tabela 5, também para esse indicador os sistemas de cultivos quintal e cacau x banana são os que apresentam maior renda agrícola por área e UTf.

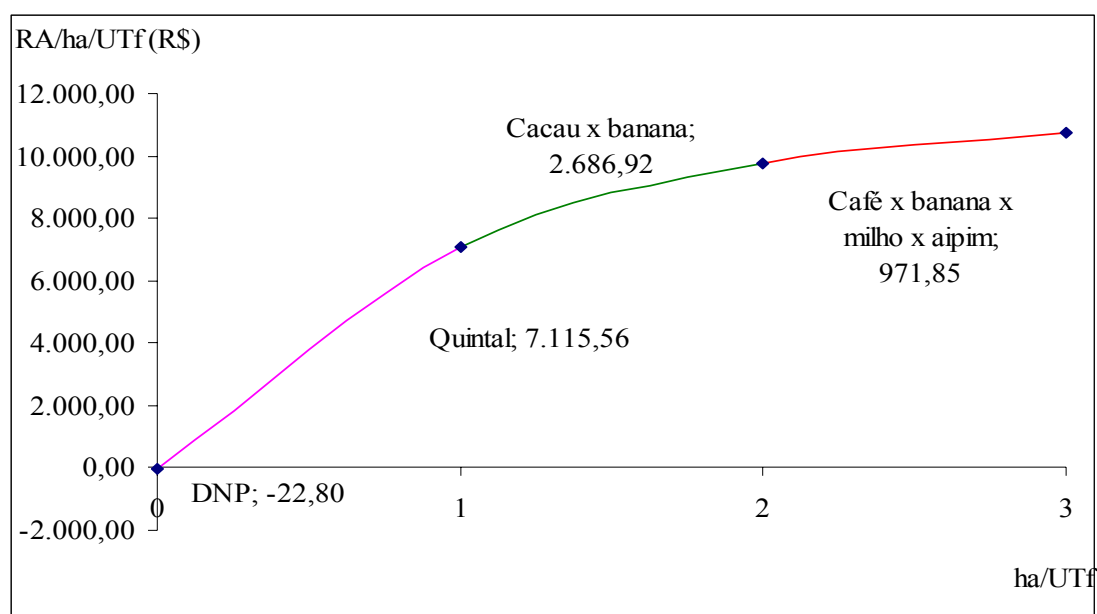


Gráfico 38 – Sistema de produção do produtor P5b: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Produtor P5c: agricultor familiar, pluriativo recebe Transferência Governamental (aposentadoria e bolsa-família)

O P5c também pratica atividades agrícolas e não-agrícolas. O que diferencia esse produtor dos demais é o número de pessoas que residem na sua unidade produtiva. A família é composta por onze pessoas: idosos, adultos, e crianças, que totalizam 6,75 UTF. A renda é composta por renda agrícola e renda não-agrícola oriunda das atividades não-agrícolas de TG sob a forma de aposentadorias (duas) e bolsa-família (três).

A assentada dedica 50% do seu tempo de trabalho nos subsistemas agrícolas, 25% nas tarefas domésticas, e 25% na produção de licor, considerada atividade não-agrícola. A pessoa idosa dedica 30% do seu tempo de trabalho, precisamente no subsistema quintal, e 70% nas atividades domésticas. Os filhos (as), netos e bisnetos se ocupam das atividades agrícolas, domésticas, e das atividades não-agrícolas (produção de licor, faxina, corte de cabelo, diarista urbana). Nessa família duas pessoas também vendem dias de trabalho no PASJ.

A ocupação da mão-de-obra familiar, por subsistema, ocorre da seguinte forma: 265% do tempo são gastos com as tarefas domésticas, 145% são ocupados com o cultivo do subsistema quintal, bastante intensivo em mão-de-obra; em seguida têm-se os subsistemas cacau x banana, e coletivo, ocupando 115% e 25%, respectivamente; nas atividades não-agrícolas são gastos 125% do tempo, e na atividade diarista agrícola são gastos 10%. O Gráfico 39 representa a distribuição proporcional da ocupação da mão-de-obra por atividade agrícola e não-agrícola.

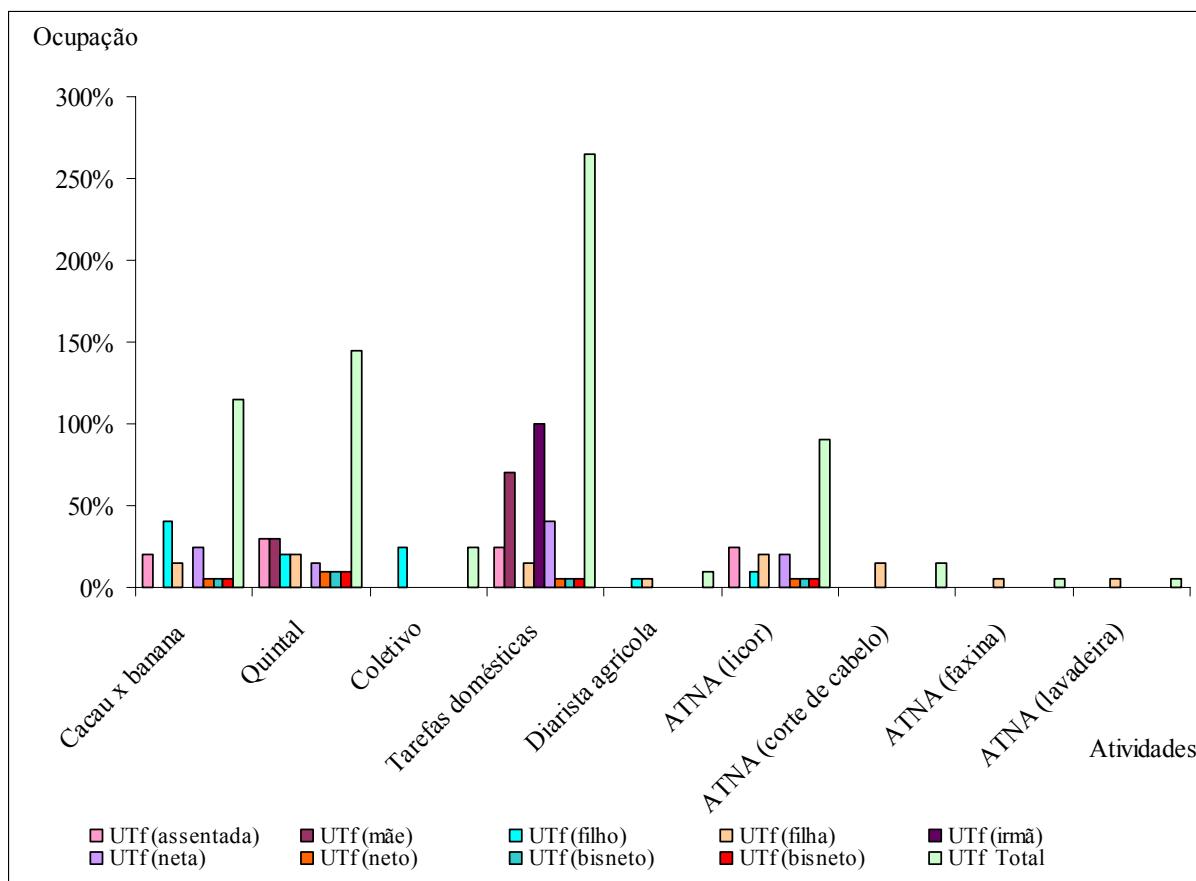


Gráfico 39 – Ocupação familiar por atividade do P5c

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

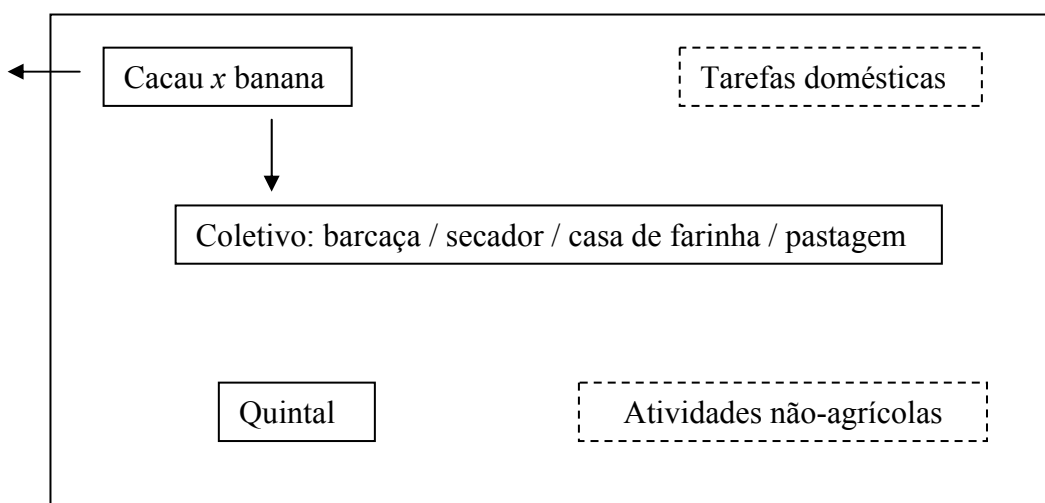
O produtor P5c pratica o SP5c, composto pelos subsistemas cacau x banana, quintal, coletivo, tarefas domésticas, que ocupam aproximadamente 5 ha. A mão-de-obra nesta unidade produtiva é predominantemente familiar, com 1,35 UTf/ha. O tamanho das parcelas dos subsistemas varia de 1,0 ha a 4,0 ha, sendo que o subsistema quintal ocupa a menor área (1,0 ha), e o subsistema cacau x banana ocupa a maior área (4,0 ha), como se pode verificar no Apêndice J, Tabela 4.

O Fluxograma 9 mostra que o SP5c é composto por cinco subsistemas, considerado pouco integrado internamente, ocorrendo apenas ligação entre os subsistemas cacau x banana e coletivo.

A relação desse produtor com o mercado se dá através da aquisição de insumos para os subsistemas cacau x banana e quintal, bem como das vendas de cacau, banana, hortaliças e aves. O SP5c apresenta fraca dependência do mercado de insumos, pois a proporção entre o valor do CI e a RM é apenas 2,02%.

Considerando-se o GIM pelo lado da oferta dos produtos agrícolas, o SP5c é considerado integrado, pois as vendas representam 68,76% da renda agrícola monetária, ficando 31,24% do valor da sua da produção física para o autoconsumo.

A tabela 5 mostra o GE. Considera-se o SP5c diversificado, pois 51,91% da sua produção é proveniente do cacau.



Fluxograma 9 – SP5c – Sistema de produção pouco integrado
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A composição percentual da renda familiar mostra que 41,64% da sua renda originam-se de atividades agrícolas, e 58,36% originam-se da RNA. Pode-se verificar que comparadas às atividades não-agrícolas e às TG as atividades agrícolas geraram renda agrícola inferior às rendas não-agrícolas. O Gráfico 40 representa o percentual de renda agrícola e não-agrícola.

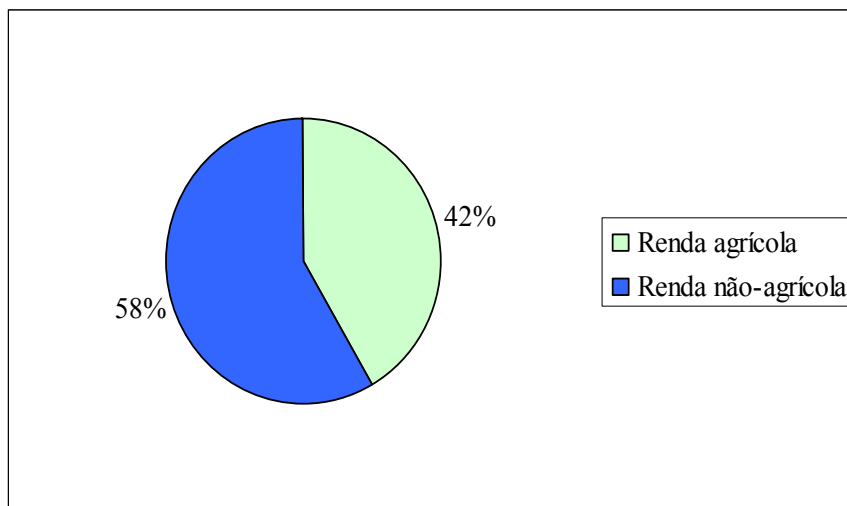


Gráfico 40 – Percentual da renda familiar do P5c

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

O gráfico 41 mostra a composição da renda por subsistema das atividades agrícolas, não-agrícolas e TG. Entre os subsistemas agrícolas o que mais contribui para a formação da renda é o cultivo do cacau x banana, com 23%, em seguida tem-se o subsistema quintal representando 18,65%. A RNA proveniente das atividades não-agrícolas contribui com 4,4%; a RNA oriunda da aposentadoria contribui com 48,02% e a bolsa-família com 5,93%; totaliza 53,95% da renda familiar. A participação da atividade não-agrícola em relação a RA é bem pequena, o alto percentual da RNA é oriundo das TG.

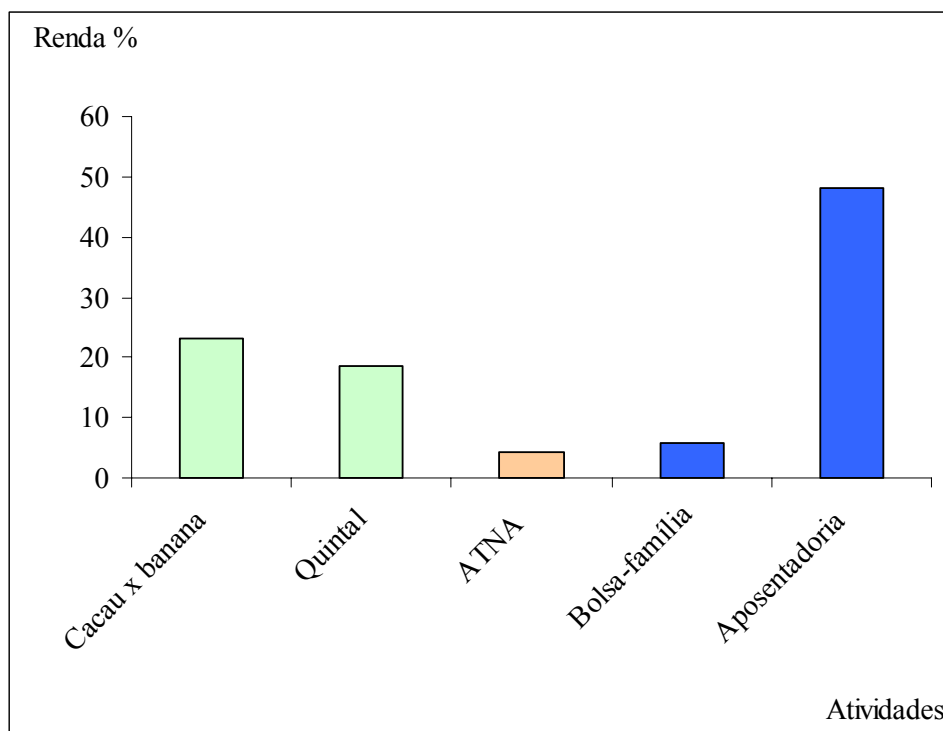


Gráfico 41 – Percentual da composição da renda familiar do P5c
 Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A renda monetária anual é de R\$5.829,00, considerando o valor do autoconsumo eleva-se a renda agrícola para R\$8.359,00/ano, apresentando um acréscimo de 30,26%. Por se tratar de uma família composta por 11 pessoas, a renda agrícola *per capita* é de R\$759,90/ano, e R\$63,32/mês. A família é pluriativa e complementa sua RNA com TG, a renda total eleva-se para R\$20.073,00/ano e a renda total *per capita* para R\$1.824,81/ano e R\$152,07/mês, respectivamente.

Como se pode observar na Tabela 10, o indicador RA/UTf, que representa a produtividade do trabalho para o SP5c, foi calculado em R\$1.238,37/ano; os subsistemas cacau x banana e quintal apresentam produtividade do trabalho de R\$4.013,91/ano e R\$2.581,38/ano. Quanto à relação RA e área (ha), o valor estimado para o SP5c foi de R\$1.671,80/ano; os subsistemas quintal e cacau x banana apresentam produtividade da área em R\$3.743,00/ano e R\$1.154,00/ano.

A renda agrícola por área e por UTf (RA/ha/UTf) no SP5c é de R\$247,67/ano, conforme Apêndice J, Tabela 5. Nesse indicador os sistemas de cultivos quintal e cacau x banana apresentam produtividade de R\$2.581,38/ano e R\$1.003,48/ano respectivamente. Gráfico 42.

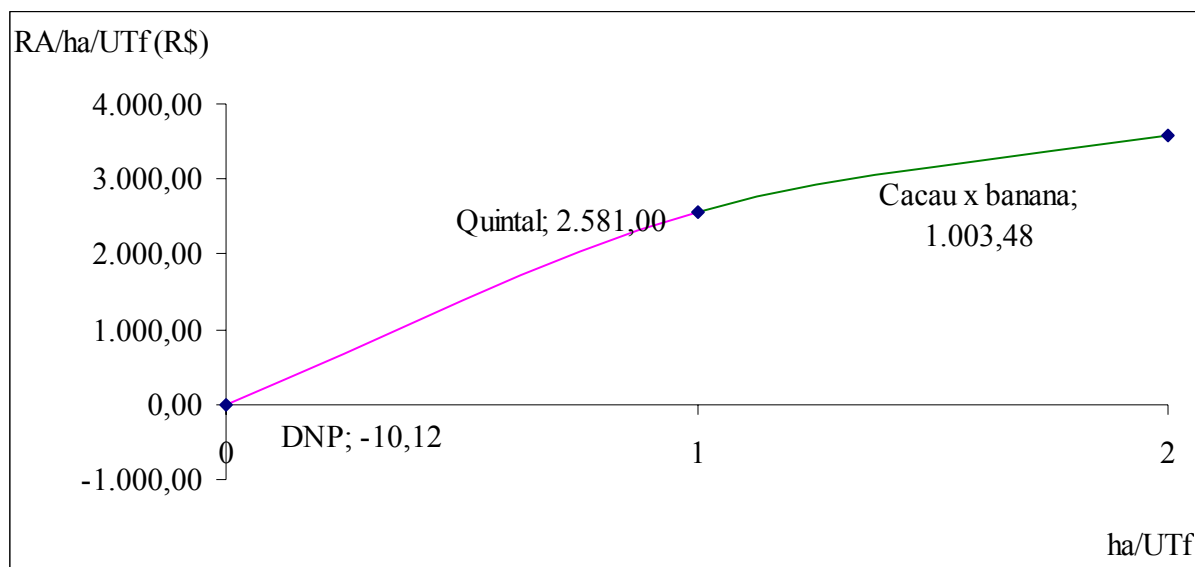


Gráfico 42 – Sistema de produção do produtor P5c: renda familiar/atividade por UTf e ha utilizada
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Em seu conjunto esses dados reforçam a tese de que a agricultura familiar apresenta um universo extremamente diversificado em sua composição. A lógica de reprodução material é essencialmente a mesma, mas o nível em que opera esse processo, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais, revelam diferenças marcadamente evidentes.

4.4.3 Análise comparativa dos resultados econômicos dos sistemas de produção

Neste item apresentam-se os resultados do cálculo da renda, para as nove famílias entrevistadas, representativas dos cinco tipos de produtores e sistemas de produção. Como pode ser observado no Gráfico 43, todos os produtores destinam parte da sua produção para o autoconsumo (PBac), bem como todos os produtores recebem RA. Com exceção do P1, que representa os produtores que auferem exclusivamente RA, os demais auferem RA e RNA.

Como pode ser visto no Gráfico 43, o P1, o P3a, e o P5a auferem as menores RA (inferiores a R\$4.000,00/ano). O P3b e o P5c auferem as maiores RA (superiores a R\$6.000,00/ano).

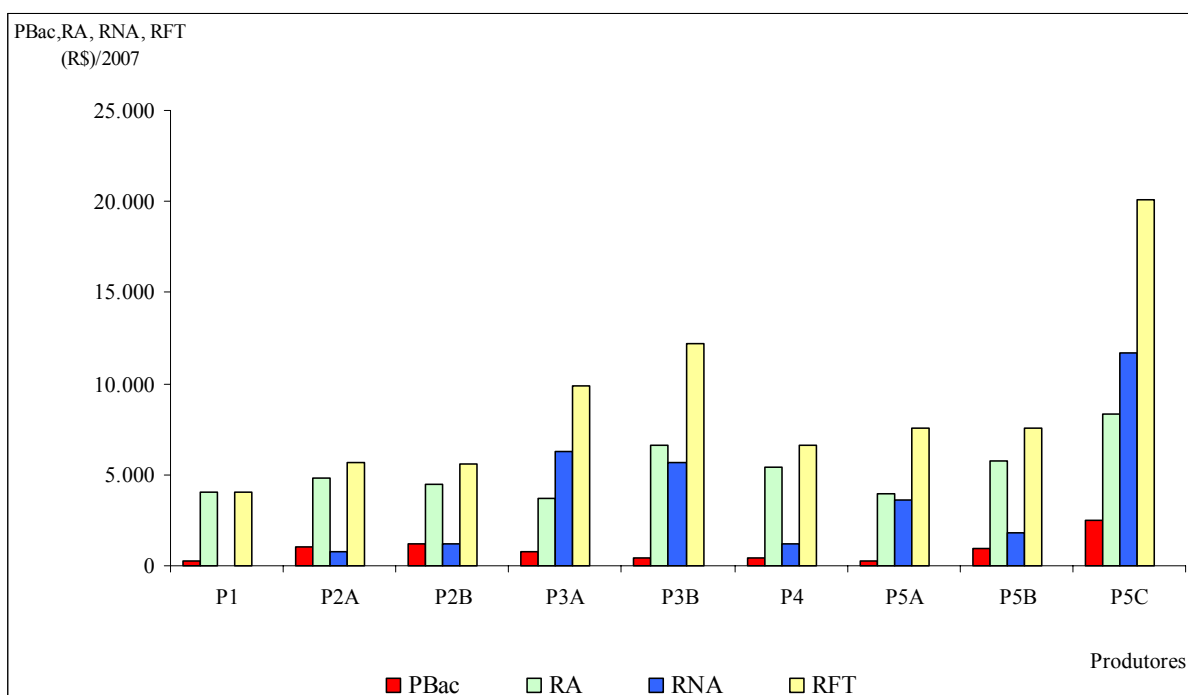


Gráfico 43 – Composição da renda familiar calculada no PASJ

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Na Tabela 8, pode-se observar, em valores monetários, a produção agrícola destinada ao autoconsumo (PBac). Os produtores P2a, P2b, P3a e P5c apresentam os maiores percentuais do PB destinados ao autoconsumo, aproximadamente 21%, 23%, 21% e 30% respectivamente em relação a RA.

Ao comparar, em termos absolutos, a RA dos produtores que trabalham apenas em atividades agrícolas (P1 a P4), com a RA dos três produtores pluriativos (P5), observam-se distintas RA. As famílias que praticam apenas atividades agrícolas auferem renda agrícola média de R\$4.824,20 e as famílias pluriativas auferem renda agrícola média de R\$6.03167.

Comparando-se, especificamente, a RA do P1, que recebe renda exclusivamente da agricultura, com a RA dos três produtores pluriativos, verifica-se que dois, entre os produtores pluriativos (P5b e P5c), auferem RA superior à RA do P1; e o P5a recebe RA similar à RA do P1. A renda média das famílias pluriativas é superior a RA do P1.

Tabela 8 – Renda agrícola e não-agrícola por produtor

<i>Produtor</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTF</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RNA (R\$)</i>	<i>RFT (R\$)</i>
<i>P1</i>	4,00	2,00	3.780,00	70,00	0,00	0,00	3.710,00	287,50	3.997,50	0,00	3.997,50
<i>P2a</i>	4,00	2,00	3.970,00	65,00	0,00	72,00	3.833,00	1.019,00	4.852,00	813,00	5.665,00
<i>P2b</i>	5,00	5,25	3.300,00	12,00	25,00	0,00	3.263,00	1.170,00	4.433,00	1.191,00	5.624,00
<i>P3a</i>	6,00	2,00	3.352,00	0,00	133,00	300,00	2.919,00	757,00	3.676,00	6.233,00	9.909,00
<i>P3b</i>	5,00	3,00	6.424,00	223,00	0,00	96,00	6.105,00	468,00	6.573,00	5.633,00	12.206,00
<i>P4</i>	5,00	4,00	5.016,20	20,00	0,00	0,00	4.996,20	417,50	5.413,70	1.242,00	6.655,70
<i>P5a</i>	5,00	3,00	3.990,00	65,00	0,00	180,00	3.745,00	241,00	3.986,00	3.602,00	7.588,00
<i>P5b</i>	5,00	2,50	5.299,00	350,00	125,00	0,00	4.824,00	926,00	5.750,00	1.802,00	7.552,00
<i>P5c</i>	5,00	6,75	5.947,00	118,00	0,00	0,00	5.829,00	2.530,00	8.359,00	11.714,00	20.073,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

RM = PB - CI - DEP - S

RA = RM + PB

RFT = RA + RNA

Considerando as nove famílias, a RA anual média do assentamento é de R\$5.226,69 e a RA mensal é de R\$435,56. Os produtores P3b, P4, P5b e P5c auferiram renda superior à RA média do assentamento; dois deles são diversificados e pluriativos.

Contabilizando-se agora, a RNA média, em torno de R\$3.581,11/ano, a renda familiar anual média eleva-se para R\$8.807,80, e a renda mensal para R\$978,64. Nessa análise, apenas os produtores P3a, P3b e P5c receberam renda superior à média. Para o P3a e P3b, essa RNA é proveniente das TG sob a forma de aposentadoria e bolsa-família. Para o P5c a RNA foi originada das atividades não-agrícolas e das TG sob a forma de aposentadoria e bolsa-família.

Pode-se verificar, na Tabela 9, o percentual da RNA em relação à RFT; o P3a e o P5c apresentaram percentuais respectivamente de 62,9% e 58,3%.

Tabela 9 – Renda familiar média calculada no PASJ

<i>Produtor</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RNA (R\$)</i>	<i>RFT (R\$)</i>	<i>% RNA/RFT</i>
P1	3.997,50	0,00	3.997,50	0,00
P2A	4.852,00	813,00	5.665,00	14,35
P2B	4.433,00	1.191,00	5.624,00	21,18
P3A	3.676,00	6.233,00	9.909,00	62,90
P3B	6.573,00	5.633,00	12.206,00	46,15
P4	5.413,70	1.242,00	6.655,70	18,66
P5A	3.986,00	3.602,00	7.588,00	47,47
P5B	5.750,00	1.802,00	7.552,00	23,86
P5C	8.359,00	11.714,00	20.073,00	58,36
Total	47.040,20	32.230,00	79.270,20	40,66
Renda média/ano	5.226,69	3.581,11	8.807,80	—
Renda média/mês	435,56	397,90	978,64	—

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Comparando-se a renda autodeclarada pelas famílias entrevistadas com a sua renda calculada com base na metodologia, observa-se que a renda agrícola média anual declarada por todos os produtores assentados (chefes de família) é de R\$4.473,46, portanto, inferior à renda agrícola média calculada, que é de R\$5.226,69. Duas razões principais explicam essa diferença. A primeira baseia-se na falta de contabilização, pelas famílias, do valor da produção de subsistência auto-consumida. A segunda razão baseia-se no maior detalhamento dos cálculos propostos pela metodologia.

A comparação dos diversos SPi permite uma visualização geral da eficiência das unidades produtivas como um todo. Analisando-se os SPi, conforme a Tabela 10, apenas no que se refere às atividades agrícolas observou-se baixo índice de produtividade por área. Isso decorre da idade avançada dos cacauais, bem como da não utilização de nutrientes na lavoura, pois a maioria dos assentados não aplicou adubação. A relação RA/ha mostra que o SP5c é o mais intensivo, apresentando maior produtividade em relação à área; o SP2a é o mais intensivo em produtividade de trabalho.

Tabela 10 – Renda agrícola por área e por UTf

<i>Produtor</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha</i>	<i>RA/UTf</i>	<i>RA/ha/UTf</i>
<i>P1</i>	4,00	2,00	3.997,50	999,38	1.998,75	499,69
<i>P2a</i>	4,00	2,00	4.852,00	1.213,00	2.426,00	606,50
<i>P2b</i>	5,00	5,25	4.433,00	886,60	844,38	168,88
<i>P3a</i>	6,00	2,00	3.676,00	612,67	1.838,00	306,33
<i>P3b</i>	5,00	3,00	6.573,00	1.314,60	2.191,00	438,20
<i>P4</i>	5,00	4,00	5.413,70	1.082,74	1.353,43	270,69
<i>P5a</i>	5,00	3,00	3.986,00	797,20	1.328,67	265,73
<i>P5b</i>	5,00	2,50	5.750,00	1.150,00	2.300,00	460,00
<i>P5c</i>	5,00	6,75	8.359,00	1.671,80	1.238,37	247,67

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Quanto maior a RA/UTf e menor a ha/UTf, mais intensivo é o SP na utilização dos meios de produção (terra, trabalho, equipamentos). Como sugere a metodologia, quanto mais intensivo é o SP, maior é a renda gerada em um hectare de solo. Entretanto, se o sistema utiliza uma área maior para a produção, isto é, $\partial(RA/UTf) < \partial(ha/UTf)$, o SP é mais extensivo. Em cada SP, a relação entre a renda e a área é diferente, pois os sistemas são intrinsecamente diferentes entre si.

A seguir, comparam-se graficamente as RA dos nove produtores, por UTF e por área agrícola utilizada (um hectare). Cada Pi é representado por uma reta. A reta mais verticalizada representa o SP2a, mais eficiente, praticado pelo P2a, com rendimento mais elevado entre os produtores estudados, devido à combinação das culturas, significando sistemas intensivos em terra e mão-de-obra.

Igualmente eficientes, revelam-se os SP5b e SP1, praticados pelos produtores P5b e P1. Esses SP, embora diversificados, apresentam menor eficiência econômica que o SP2a. O SP4 e o SP5a apresentaram indicadores tão similares que suas retas estão sobrepostas (ver Tabela 10). Inclinação como a do SP2b significa SP com baixa produtividade de área e de trabalho.

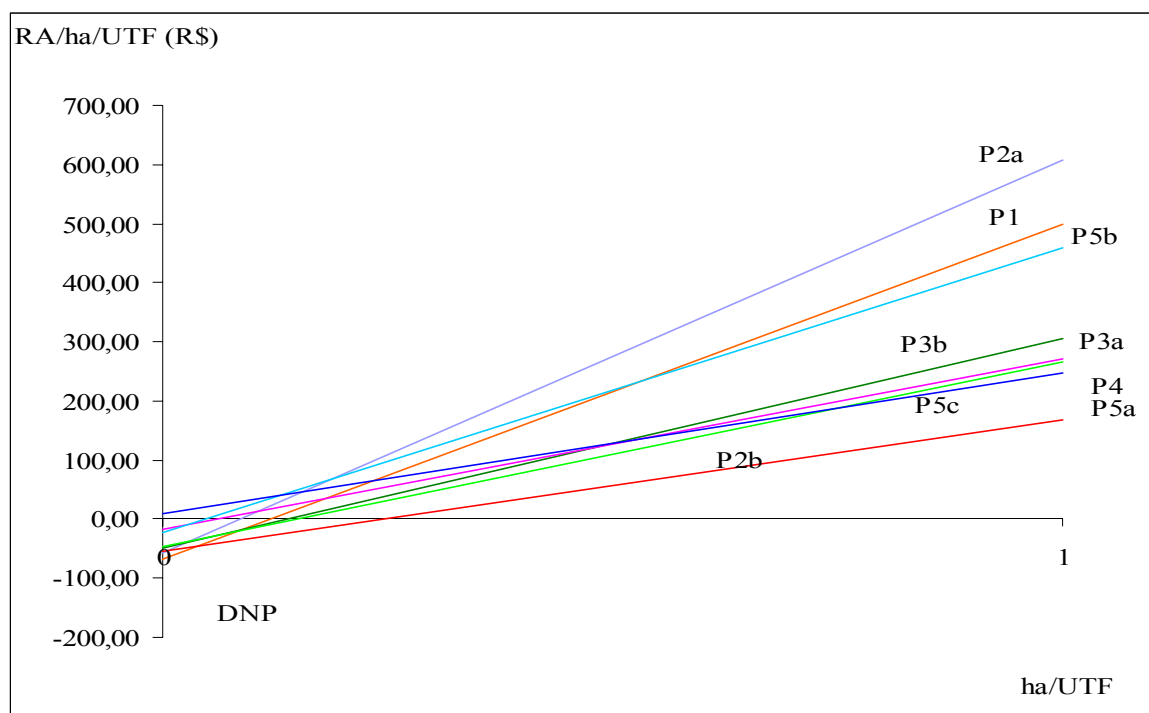


Gráfico 44 – Eficiência econômica dos sistemas de produção
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Neste trabalho avaliou-se a forma de produção de nove agricultores, considerando o nível de integração entre os subsistemas de cultivo, criação e transformação, além de considerar, na composição da renda familiar, a participação das rendas não-agrícolas.

Os resultados obtidos revelam a diversidade dos sistemas de produção identificados. A primeira conclusão é que, mesmo em um assentamento, onde, as condições de produção são

relativamente as mesmas para todos os agricultores, a realidade revela que a lógica na utilização dos recursos ambientais é diferente. Isto requer do formulador de políticas de desenvolvimento agrário um conhecimento significativo da pluralidade dos sistemas de produção envolvidos, bem como da demanda da comunidade rural.

Alguns SP são caracterizados pela fraca capacidade de reprodução da unidade produtiva, abaixo das necessidades da família, o que inviabiliza novos investimentos, que podem vir a ser transformados em dívidas. Essa situação está diretamente associada aos meios de produção disponíveis, em particular ao acesso à terra e ao capital, implicando a necessidade das famílias venderem dias de trabalho fora da unidade familiar.

Os dados revelam duas características relativas aos SP estudados. A primeira refere-se ao grau de intensificação no uso da mão-de-obra, no intervalo que varia de 2,0 UTf a 6,0 UTf. Em termos de UTf, observou-se o uso intensivo de 3,4 UTf, em média, em cada SP estudado. Relacionando esse indicador ao tamanho médio dos SP, que é de aproximadamente 5,0 ha (variando entre 4,0 ha e 6,0 ha), obtém-se um uso de aproximadamente 0,7 UTf/ha. Tal resultado demonstra que, no assentamento, é necessário 1,4 ha, em média, para ocupar uma unidade de mão-de-obra familiar, enquanto que na agricultura patronal são necessários, em média, 67,5 ha para ocupar uma pessoa em tempo integral. Essa pode ser considerada uma primeira característica fundamental atribuída à agricultura familiar brasileira. Neste caso, uma política pública de incentivo à agricultura familiar elevaria significativamente os níveis de ocupação rural.

A segunda característica observada é a relação entre o agricultor familiar e a preservação do ecossistema Mata Atlântica, predominante na região estudada. Em todos os SP estudados, identificou-se um subsistema de cultura que envolvia a produção de cacau. A manutenção da produção desta cultura por parte dos agricultores revela um elo importante na manutenção do ecossistema da Região Cacaueira, através do sistema cabruca.

O cultivo do cacau apresentou-se como a segunda atividade mais intensiva em relação ao uso da mão-de-obra, da área utilizada, e seus retornos como renda agrícola (RA/UTf/ha), para sete dos nove agricultores, enquanto o subsistema quintal ocupa o primeiro lugar. Esse fato pode ser parcialmente explicado pelo elevado uso de mão-de-obra exigida pelos cacauais, que se intensifica mais ainda a partir do surgimento da doença vassoura-de-bruxa; o combate à

doença pode ser feito com base na poda constante das partes infectadas, o que demanda uma grande quantidade de mão-de-obra. A disponibilidade da mão-de-obra, aliada às técnicas de manejo adequadas, representam uma significativa diferença de custo em relação aos demais tipos de sistemas de produção (patronais e capitalistas) frequentes na região.

O retorno financeiro das lavouras de cacau e os baixos custos incentivam a manutenção deste subsistema por partes dos produtores, evitando assim a derrubada das florestas para a abertura de pastos ou implementação de novos cultivos, tais como, eucaliptos e seringueiras. O custo de oportunidade dos agricultores também favorece a lavoura cacaueira, bem como a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica. Assim, conclui-se que uma política de incentivo aos sistemas de produção que comprovadamente mantêm a produção do cacau, pode preservar o meio ambiente. Esses incentivos devem ser aplicados mediante ampliação das políticas de reforma agrária, assegurando o emprego e o desenvolvimento sustentável, com base no fortalecimento da agricultura familiar na Região Cacaueira.

No âmbito dos SP, percebe-se certa autonomia dos agricultores. O nível de dependência, com relação ao uso de insumos industriais externos, é bastante baixo, tendo em vista que a quase totalidade dos meios de produção é gerada nos limites da própria unidade produtiva, ou nos limites do PASJ, a exemplo do adubo e das sementes. Nesse sentido, o ideal seria o agricultor cultivar sistemas de produção integrados internamente, detentores de um significativo grau de independência tecnológica, baseados no conhecimento da policultura, diversidade genética, rotação de culturas, e na forte inter-relação da produção animal e vegetal.

Os resultados revelam também a importância das rendas não-agrícolas na composição da renda familiar. As famílias tendem a derivar sua renda básica de um trabalho primário, e as ocupações secundárias correspondem a atividades que são marginalmente importantes. A fim de fugir da pobreza, usam o trabalho familiar disponível (custo de oportunidade) em algumas estações do ano (entressafra do cacau, por exemplo), devido à baixa demanda da atividade agrícola, para complementar renda.

Muitas das atividades rurais não-agrícolas são empregos precários, de baixa qualidade e produtividade, que servem para as famílias pobres complementarem suas rendas, reduzindo a sazonalidade do trabalho. A maior parte dos casos de pluriatividade está vinculada a um trabalho feminino, fora da unidade produtiva. Outro aspecto observado foi a quase

inexistência de várias ocupações, na mesma família; na amostra estudada, apenas uma família compõe significativamente sua renda com base em duas ou mais ocupações não-agrícolas.

5 CONCLUSÃO

O PASJ, implantado em setembro de 1998, é composto por 37 famílias que totalizam 154 pessoas. A faixa etária da população é bastante heterogênea. Os jovens com até 20 anos totalizam 72 pessoas, representando 47% da população. Esse percentual sinaliza que, no médio e longo prazos, a área do assentamento será insuficiente para o sustento das famílias. Na medida em que os jovens vão constituindo suas novas famílias, é necessária a continuidade da ampliação da reforma agrária, ou outra ação de política pública que possa gerar ocupação e renda.

Embora 55% das pessoas que vivem no assentamento freqüentem a escola, o nível de escolaridade é baixo. Entre o total de moradores, 9% são analfabetos; 8% são alfabetizados; e 38% estudaram entre a 1ª e 4ª série, representando o maior percentual. Esse resultado é influenciado pelo grande número de crianças que vivem no assentamento, bem como pelo baixo nível histórico de escolaridade dos adultos; 22% estudaram entre 5ª e 8ª; 9% estudaram entre o 1º e 3º ano do ensino médio; e apenas 2% possuem o ensino médio completo.

As 37 famílias praticam agricultura, sendo que a maior parte da RA é proveniente da produção de cacau, pois o solo é propício a essa cultura. Todavia, além do cultivo especializado do cacau (quase monocultura), as famílias praticam diferentes combinações de sistemas de cultivos, onde se incluem: noz-de-cola, banana, cana-de-açúcar, café, hortaliças, mandioca, aipim, cajá, jenipapo, acerola, e criação de aves e bovinos.

Os assentados diversificam sua produção para compor a cesta básica, e, por isso, os sistemas de cultivo e de criação estão relacionados aos hábitos alimentares, embora a área destinada ao cultivo de alimentos seja relativamente pequena. Os agricultores P1, P7, P16, P24, e P30 têm na agricultura sua única fonte de renda.

A combinação de culturas nos Sistemas de Produção (SP) é considerada um fator importante para a sobrevivência das famílias, por permitir diversas fontes de renda, pois a monocultura cacaueira, altamente dependente do mercado internacional, via preço, é sempre um risco, que os agricultores não controlam, e sobre o qual não possuem poder de barganha. Além disso, ao se diversificar a produção no sentido do autoconsumo familiar, tem-se a garantia da reprodução da família, independentemente do que acontece no mercado.

Não foram identificadas técnicas produtivistas, a maior parte dos serviços é feita com ferramentas rudimentares, tais como enxada, foice, machado, isto é, não se utilizam intensivamente equipamentos mais modernos, inseticidas, herbicidas. Na tabela 7, podem-se observar os baixos indicadores de dependência do mercado, quando se considera a demanda por insumos realizada pelos agricultores.

No PASJ identificaram-se atividades agrícolas e não-agrícolas. Com respeito às atividades não-agrícolas, destacam-se: camareira, professora, serviços domésticos (faxineira, lavadeira), cabeleireira, atendente, e produção de licor e doce. Essas atividades, combinadas com a atividade agrícola, conformam a pluriatividade.

Os produtores, além de produzir para o autoconsumo e reprodução das unidades produtivas, auferem um excedente para aquisição de bens de consumo para sustento da família. Entre as 37 famílias, 28 (ou 76%) praticam atividades exclusivamente agrícolas; quatro, além de praticar a agricultura são diaristas agrícolas, correspondendo a 11%; e cinco famílias são pluriativas, representando 13% das famílias assentadas. Embora, tanto os agricultores pluriativos quanto os diaristas agrícolas sejam pouco representativos, praticam essas atividades para complementar a renda familiar. Nenhuma família exclusivamente não-agrícola foi localizada.

Os rendimentos das famílias dependem de fatores internos e externos aos SPI. Os fatores internos são variáveis e explicam a diversidade da gestão familiar, enquanto os fatores externos são homogêneos e explicam de uma forma geral o baixo número de famílias pluriativas. Entre eles, cita-se a distância entre o PASJ e a cidade, a pouca atratividade do mercado de trabalho urbano.

Dos cinco casos das famílias pluriativas, todos são decorrentes de trabalho feminino. Todavia, esse fator não exclui os demais; por exemplo, no que se refere à escolaridade, foi entre as pessoas do sexo feminino que se identificou o maior número de pessoas formadas. A maior parte da pluriatividade está relacionada aos jovens, que possuem mais alto nível de escolaridade; normalmente, as pessoas mais velhas nunca estudaram, portanto não têm como exercer determinados tipos de trabalhos urbanos.

As características das famílias pluriativas e das famílias diaristas agrícolas são bastante similares. Essas famílias possuem muitos filhos, o que gera excesso de mão-de-obra na unidade produtiva, bem como a necessidade de complementação da renda familiar. Algumas famílias mais numerosas prestam serviços externos (urbanos ou rurais agrícolas) devido ao fator terra ser limitante. Outras famílias, mesmo com pequeno número de pessoas, não conseguem tirar da terra a sua reprodução social; e um dos membros acaba buscando rendimentos alternativos à unidade produtiva, nesses casos o fator limitante é o capital para fazer investimentos, e a falta de assistência técnica.

Os agricultores familiares caracterizados como diaristas agrícolas trabalham parte do tempo no seu próprio lote, e parte do tempo em unidades produtivas agrícolas de terceiros. Essa atividade está mais relacionada ao trabalho masculino, e à baixa escolaridade. Entre as quatro famílias de agricultores diaristas apenas uma possui alguém com nível (de ensino) médio.

Essa relação social se aproxima de certo modo da relação social do trabalhador pluriativo, quando exerce atividades que não estão vinculadas à agricultura. Mas a ocupação como diarista agrícola não é um fato novo, não é decorrente da modernização da agricultura, ao contrário, é inerente ao processo histórico presente no mundo rural. Por essa razão, nesta pesquisa não se considerou como pluriativo o diarista agrícola.

A RFT é composta por RA e RNA. Todas as famílias (37) praticam atividade agrícola, gerando RA; dessas famílias, 86% auferem RA e RNA. Embora 28 famílias trabalhem exclusivamente na agricultura, apenas 14% (cinco) das famílias assentadas sobrevivem com renda proveniente apenas da agricultura.

Esse elevado percentual da RNA na composição da RFT não garante a ocorrência da pluriatividade no assentamento, pois a RNA pode ser proveniente tanto das atividades não-agrícolas e das diárias na agricultura, quanto das políticas sociais como aposentadoria, pensão, bolsa-família e das transferências familiares.

No que se refere à composição (fonte) da RNA, observaram-se as seguintes classificações: diaristas, pluriativos, TG. Entre as 32 famílias 67% (25) recebem TG do tipo bolsa-família; 29% (11) recebem TG do tipo aposentadoria, 10% (04) das famílias são diaristas agrícolas; e

13% (05) das famílias são pluriativas. As famílias assentadas diversificam as fontes de renda para o sustento da família, bem como para o custeio dos SPi/Atividades.

Das 25 famílias que recebem TG do tipo bolsa-família, 40% (15) auferem RNA oriunda exclusivamente da bolsa-família; quatro recebem RNA proveniente da bolsa-família e também de aposentadoria; uma única família auferem, simultaneamente, RNA da bolsa-família, aposentadoria, e pluriatividade; três famílias recebem RNA da bolsa família e da pluriatividade; e duas famílias recebem bolsa família e são diaristas agrícolas. Das 11 famílias aposentadas, quatro auferem RNA exclusivamente da aposentadoria, e os demais recebem RNA proveniente da aposentadoria e bolsa-família, e/ou pluriativos, diaristas.

A pluriatividade no assentamento é pouco representativa, apenas cinco famílias são pluriativas. Entre as famílias pluriativas três auferem renda da pluriatividade e da bolsa-família, e duas são pluriativas aposentadas. As famílias que são pluriativas têm, na sua composição da renda não-agrícola, vínculos com as TG devido à presença da aposentadoria e/ou bolsa-família.

No PASJ foram identificadas apenas quatro famílias diaristas agrícolas, entre elas uma auferem RNA proveniente exclusivamente do pagamento de diárias, os demais recebem TG; duas famílias diaristas agrícolas recebem bolsa-família, e uma recebe aposentadoria. Observou-se que, nas famílias diaristas, são os jovens que vendem trabalho para complementar a baixa renda agrícola.

Classificando a renda por faixa tem-se: apenas uma família (3%) recebe renda monetária de até meio salário mínimo, em 2007. 24 famílias auferem renda maior do que meio até um salário mínimo, totalizando 65%; e 27 % das famílias recebem renda maior do que um até dois salários mínimos, totalizando 10 famílias; apenas 5% das famílias auferem renda maior do que dois até três salários mínimos, representados por duas famílias.

Quando se considera a RNA na composição da RFT, observa-se significativa elevação das rendas. Dez famílias recebem renda maior do que meio até um salário mínimo, representando 27% das famílias; 14 famílias auferem renda maior do que um até dois salários mínimos, totalizando 38%; e 27 % das famílias recebem renda maior do que dois até três salários, totalizando 10 famílias; 5% das famílias recebem renda maior do que três até quatro salários

mínimos, representados por duas famílias. E apenas uma família auferir renda maior do que quatro até cinco salários, representando 5% das famílias.

Vale ressaltar que as RNA são compostas por parcelas de rendas provenientes da ocupação na agricultura, da ocupação não-agrícola e/ou das TG. Ao considerar apenas a RNA gerada pela ocupação da atividade não-agrícola que possibilita a formação da pluriatividade, observa-se que a participação da RNA na RF já não é tão significativa.

Apenas uma família recebe renda de até meio salário mínimo, representando 3% das famílias. 17 famílias auferem renda maior do que meio até um salário mínimo, totalizando 46%; e 43 % das famílias auferem renda maior do que um até dois salários mínimos, totalizando 16 famílias; 8% das famílias auferem renda maior do que dois até três salários mínimos, representados por três famílias. Observa-se que se mantiveram as mesmas faixas salariais das RA, e se modificaram os percentuais nas faixas 2, 3 e 4, isso decorre do pequeno número de famílias pluriativas. No PASJ, a grande contribuição das RNA no orçamento familiar é proveniente das TG.

Para a análise dos SP/Atividades, elaborou-se uma tipologia para agrupar os produtores por semelhança (estratos). Em seguida escolheu-se um produtor representativo de cada grupo para a análise dos respectivos SPi e seus subsistemas.

Os cinco tipos de produtores diferenciam-se principalmente pelas atividades desenvolvidas, agrícolas e não-agrícolas. Dos cinco produtores típicos construídos para a amostra (estratificada), três (P1, P2, P3) praticam atividades predominantemente agrícolas; os demais praticam atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que o P4 pratica uma atividade não-agrícola de base agrícola (é diarista) e o P5 é pluriativo. Os produtores diferenciam-se ainda em função das Transferências Governamentais (TG), ou seja, da presença, na família, de pelo menos uma pessoa aposentada e/ou que receba bolsa-família.

Entre os nove produtores, representantes dos cinco tipos, observam-se três diversificados, cinco especializados e apenas um muito especializado. Entre os diversificados, dois integram o grupo das famílias pluriativas (P5b e P5c), e um integra o grupo das famílias de agricultores tradicionais, que recebem RNA proveniente de TG sob a forma de aposentadoria (P3b).

Ao se relacionarem PB e diversificação, confirma-se a hipótese de que sistemas de produção diversificados propiciam maiores rendas agrícolas, pois três produtores classificados como diversificados receberam as rendas mais elevadas.

Como mostram os Fluxogramas Pi, os nove tipos representativos dos SPi combinam a cultura do cacau com outras culturas; possuem baixa integração, sendo apenas um integrado internamente e sete tipos pouco integrados.

Apesar da combinação de culturas observadas nos SPi, há um alto índice de dependência do mercado, sobretudo devido às vendas de cacau, todos os produtores vendem acima de 70% do valor da sua produção agrícola. Considerando o GIM (que se refere à venda dos produtos agrícolas), têm-se: apenas dois tipos, P1 e P4, foram considerados muito integrados ao mercado, pois apresentaram GIM superior a 90%. Os demais produtores foram classificados como integrados ao mercado.

Por outro lado, a dependência do mercado de insumos e contratação de mão-de-obra é baixíssima, todos os produtores apresentaram índice abaixo de 4% para a compra de insumos e apenas o P5c apresentou 7,26% de dependência em relação ao mercado de insumos. O SP3a foi o sistema que mais contratou diaristas; por outro lado, cinco produtores apresentam independência nesse indicador. Os baixos custos com os fatores de produção favorecem a permanência dos trabalhadores no assentamento.

Quanto ao Grau de especialização foi identificado que entre os nove produtores, três são diversificados, cinco especializados e apenas um muito especializado. Entre os diversificados, dois integram o grupo das famílias pluriativas (P5b e P5c), e um integra o grupo das famílias de agricultores tradicionais que recebem RNA proveniente de TG sob a forma de aposentadoria. (Tabela 5).

Com base no cálculo da RA, para os nove produtores, pode-se afirmar que o nível de renda média dos assentados, embora baixa, é superior ao salário mínimo nacional previsto para uma família com quatro integrantes. A renda agrícola média é de R\$5.226,69/ano e R\$435,56/mês por família. Apesar de auferirem uma baixa renda agrícola, não se pode deduzir que a desapropriação da fazenda não tenha gerado melhores condições de vida para as pessoas que vivem no assentamento. Como não existem dados para se fazer uma comparação entre o nível

da renda atual no assentamento e a renda que eles auferiam em 1998 (o marco zero), período anterior à mobilização que resultou na constituição do assentamento, não se podem apontar dados quantitativos referentes ao aumento da renda. Todavia, levando-se em consideração as entrevistas e os depoimentos dos assentados, bem como os resultados da técnica de leitura de paisagem (sinais de progresso, por exemplo), pode-se admitir que houve uma melhoria na qualidade de vida das famílias.

Os assentados não tinham terra para cultivar. Com a oportunidade de trabalhar na sua própria terra, eles conquistaram melhores condições de sobrevivência, de plantio e alimentação, e de educação escolar para seus filhos. Do ponto de vista prático, os assentados hoje têm onde trabalhar regularmente e dispõem de condições para desenvolver um projeto de vida.

Por outro lado, percebe-se que há insegurança entre as famílias, uma vez que as suas terras ainda não são tituladas. Receosos do que possa acontecer, dado que não possuem a garantia da propriedade, os assentados estão cautelosos quanto a investimentos e crédito agrícola – o que explica também a menor participação de culturas permanentes. O baixo nível de educação formal e a falta de informações são fatores que contribuem para a insegurança no assentamento.

Conforme a Tabela 8, verifica-se que não há uma distribuição equitativa das rendas familiares. As rendas variam tanto no que se refere às atividades agrícolas quanto às atividades não-agrícolas. Ao comparar, em termos absolutos, a RA dos produtores que trabalham apenas em atividades agrícolas (P1 a P4), com a RA dos três produtores pluriativos (P5), observam-se distintas RA. As famílias que praticam apenas atividades agrícolas auferem renda agrícola média de R\$4.824,20 e as famílias pluriativas auferem renda agrícola média de R\$6.03167.

Comparando-se, especificamente, a RA do P1, que recebe renda exclusivamente da agricultura, com a RA dos três produtores pluriativos, verifica-se que dois, entre os produtores pluriativos (P5b e P5c), auferem RA superior à RA do P1; e o P5a recebe RA similar à RA do P1. A renda média das famílias pluriativas é superior a superior a RA do P1.

A partir da pesquisa realizada para o grupo caracterizado como famílias exclusivamente agrícolas, haja vista que não possuem educação formal, têm idade superior a 38 anos e suas

famílias são compostas por poucos membros e/ou por crianças, opina-se ser necessário uma política pública orientada para intensificar a diversificação da atividade agrícola, mantendo a heterogeneidade do ecossistema.

Embora a questão de gênero não seja objeto de estudo desta pesquisa, vale salientar que os elevados valores de UTF confirmam a importância do trabalho feminino nas unidades produtivas, tanto de forma direta (trabalhando nos subsistemas agrícolas), quanto indireta, pois embora o trabalho doméstico não gere diretamente renda monetária, permite ao agricultor dedicar maior parte do seu tempo ao SP sem pagar pelo trabalho doméstico.

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que, mesmo enfrentando dificuldades na produção agrícola, com a implantação da reforma agrária, a maior parte das famílias assentadas auferem uma renda agrícola que lhes possibilita o custeio das despesas familiares e dos sistemas de produção (SPi). Ao combinar atividades agrícolas com não-agrícolas eleva-se a RFT das famílias. Em seu conjunto, esses dados reforçam a tese de que a agricultura familiar apresenta contornos que definem um universo extremamente diversificado em sua composição. A lógica de reprodução material é essencialmente a mesma, mas o nível em que opera esse processo, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais, revelam diferenças marcadamente evidentes.

Nesta dissertação procurou-se caracterizar um assentamento originado da luta pela reforma agrária. Para essa finalidade, foram estudadas com detalhe nove famílias representativas de um total de 37 que residem no assentamento. Este estudo define um panorama geral do assentamento, identificando grupos de SPi/Atividades, mais ou menos homogêneos, aqui representados pela tipologia de Pi, cujo patrimônio e renda foram calculados e apresentados por unidades de área e de trabalho. Espera-se que a identificação de SPi mais ou menos eficientes possa contribuir para a formulação de políticas públicas, particularmente o planejamento e execução dos serviços de ATER. A maior eficiência dos SPi familiares praticados nas áreas de assentamento é uma condição vital para o êxito de projetos sustentáveis de reforma agrária. No que se refere a pluriatividade espera-se que a identificação de renda familiar mais elevada para as famílias pluriativas possa contribuir para a formulação de políticas que incentivem tanto as atividades agrícolas quanto às atividades não-agrícolas.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Tamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do pronaf no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 42, n.3, p. 529-548, jul/set, 2004.

ANJOS, Flávio Sacco dos. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374p.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, 3, 2003, Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, out. 2003, 25 p.

ANJOS, Flávio Sacco dos. A pluriatividade e a agricultura catarinense: Dissolução ou redefinição da exploração familiar? *Agropecuária Catarinense*, v.8, n.2, Florianópolis, 60 p. 1995a.

ANJOS, Flávio Sacco dos. *A Agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina*. Pelotas: UFPEL, 1995b. 169p.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Imprecisões, ambigüidades e contradições: das sociologias do “Rural” às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, v.2, 1995c, Brasília. *Anais...* Brasília: SOBER, 1995c, p. 1.196-1.207.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Colonos ou operários: quem vai ficar na terra? *Universidade e Sociedade*, v. 5, n. 8, Brasília, p. 38-44, 1995d.

ANJOS, Flávio Sacco dos. A agricultura familiar em transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 32, 1994, Brasília. *Anais...* Brasília: SOBER, 1994, p. 442-449. v.1.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 125-156.

BALANCO, Paulo Antonio de Freitas; COUTO, Vitor de Athayde; SILVA, Edna Maria. Um panorama socioeconômico do Assentamento Bela Vista. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: REDE RURAL 2007a, 14 p.

BALANCO, Paulo Antonio de Freitas; COUTO, Vitor de Athayde; SILVA, Edna Maria. Produção, renda agrícola e autoconsumo de famílias assentada. In: ENCONTRO SOBER Regional Nordeste, 2, 2007, Cruz das Almas. *Anais...* Cruz das Almas: SOBER Regional Nordeste, 2007b, 15 p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 21 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. São Paulo: UNICAMP, 1993, 55 p.

CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 505 p.

COUTO, Vitor de Athayde; SILVA, Edna Maria. Sistemas de produção familiar na região Sul da Bahia: o caso do assentamento São Jorge. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. *Anais...* Londrina: SOBER, 2007, 16 p.

COUTO, Vitor de Athayde; GARRIDO, Cristiane Santos; SILVA, Edna Maria; TEIXEIRA, Fernanda Benício. Sistemas de produção familiar no município de Lapão, Bahia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: SOBER, 2006, 21 p.

COUTO, Vitor de Athayde; DUFUMIER, Marc; NÖEL, Naomi; RENARD, Mathilde. Reestruturação da cacuicultura. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.13, n. 4, p. 869-885, mar. 2004.

COUTO, Vitor de Athayde. *O carro e o chocolate: dois casos de mundialização da indústria no Brasil*. 1999. 169 p. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 1999.

COUTO, Vitor de Athayde; COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Novos mundos rurais e ocupação familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, Foz do Iguaçu, *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999, 10 p.

COUTO, Vitor de Athayde; DUFUMIER, Marc. Neoprodutivismo. *Caderno CRH*. Salvador, n. 28, p. 81-111, jan./jun. 1998.

COUTO, Vitor de Athayde. *A agricultura familiar na região Nordeste: relatório de pesquisa, projeto UTF/BRA/036/BRA*. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

COUTO, Vitor de Athayde; FREITAS, Adriana. *Versão preliminar do relatório sobre agricultura familiar na Região Nordeste*. Brasília: FAO/INCRA, 1995.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA/NEAD, Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 200p, (NEAD especial, v.9).

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *A ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 90*. 2003. 170 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2003.

DEL GROSSI. Movimento recente da agricultura familiar. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/5/745.pdf. Acesso em: mar. 2008. (Artigo apresentado em 2000).

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro*, 1981-1995. 1999. 220p. Tese (Dotourado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1999.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluízo Capdeville (Coords.). A região cacauzeira da Bahia. Recife, 1983, 295 p. (Série: Brasil. SUDENE; Estudos Regionais,10).

DUFUMIER, Marc. Neoprodutivismo. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: EDUFBA, 2007. 328 p.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 16. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ESPÍRITO SANTO, Evelise Nunes do. As políticas de modernização da agricultura brasileira no período 1920-1998. *Cadernos de Economia*, Santa Catarina, v.2, n.3, p. 75-88, nov. 1998.

ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCÍA MORILLA, M.; VILADOMIU, L. *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid: MAPA, 1995, 658 p.

FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P. *Rural non-agricultural activities and poverty in the Brazilian Northeast*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Economia, jul. 2000. (Texto para discussão, n. 428).

FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P; NERI, M. *A new poverty profile for Brazil using PPV, PNAD and Census data*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Economia, 2000. (Texto para discussão, n. 418).

FULLER, Anthony M. From Part-time farming to Pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, v. 6, n.4, p.361-373, 1990.

FULLER, Anthony M. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H (Ed). *Research in rural sociology and development*. Connecticut, Inglaterra: Jai Press, 1984, v. 1, p. 187-219.

FULLER, Anthony M. Part-time farming and the farm family: a note for future research. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 23, n.1. p. 5-10, 1983.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. *Guia metodológico: análise-diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: INCRA. [1997?]. 67 p.

GUANZIROLI, Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Coord.). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, DF: FAO/INCRA. (Projeto UTF/BRA 036).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 362 p. (Coleção O mundo, hoje) v. 29.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. Brasília: Editora Expressão Popular, mar. 2005, 96p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estimativas populacionais. In: *Anais...*2008

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia – IESB. *A Mata Atlântica do Sul da Bahia*: situação atual, ações e perspectivas. São Paulo, 1998, 36p. (Série Estados e Regiões da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Rendas agrícolas e não-agrícolas das famílias rurais: estudos de caso com pesquisa quantitativa de campo. In: SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, 3, 2003. Campinas. *Anais...*Campinas: UNICAMP, out. 2003, 20p.

KAGEYAMA, Ângela. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. *Agricultura em São Paulo*, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, 1998, Poço de Caldas. *Anais...* Poço de Caldas: SOBER, 1998, 38 p.

KOLANKIEWICZ, G. Una nueva clase incómoda: el campesino a tiempo parcial en Polonia. In: *Agricultura y Sociedad*, Madrid, n. 13, Oct./Dic.Mar, 1979. p. 65-111.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. São Paulo: UNICAMP, 1993. 335 p. (Coleção Repertórios; v.1 Uma realidade multifforme).

LANJOUW, P. The rural non-farm sector: a note on policy options. In: *World Bank. Workshop on Non-Farm Rural Sector and Poverty Alleviation*, Jun. 1999.

BRASIL. LEI nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 06 de junho de 2008.

HERVIEU, B. *Los campos del futuro*. Madrid: MAPA, 195 p. 1996. Serie Estudios.

HILL, B. Farm household incomes: perceptions and statistics. *Journal of Rural Studies*, Great Britain, v. 15, n. 3, p. 345-358. 1999.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. *Tendências e contradições na formação social e econômica do extremo sul da Bahia entre 1950 e 2000*. 2000. 213 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA. Salvador, 2000.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; ROUX, Bernardl. Agricultura familiar, conselhos municipais de desenvolvimento rural e políticas públicas no Vale Taquari, Rio Grande do Sul. In: SABOURIN, Eric, TONNEAU; Jean Philippe (orgs.). *Agricultura familiar - interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 322 p.

MATTEI, Lauro. *Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina*. 1999. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1999.

MATTEI, Lauro. *As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, 1998, Poço de Caldas. *Anais...* Poço de Caldas: SOBER, 1998, 20 p.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas*. 2005, 218 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2005.

OCDE – Organisation de Coopération et de Développement Économiques. *Agricultural Policy Reform and the Rural Economy in OCDE Countries*. Paris: OCDE, 1998.

OCDE – Organisation de Coopération et de Développement Économiques. *Indicateurs territoriaux de l'emploi: le point sur le développement rural*. Paris: OCDE, 1996.

OLIVEIRA, Nelson de. *Reforma agrária na transição democrática: a abertura dos caminhos à submissão institucional*. Salvador: CEAS; São Paulo: Loyola, 2001, 320 p. (Coleção Movimentos Sociais, v.1).

PROJETO RURBANO. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>. Acesso em: mar. 2008.

REARDON, T. *Rural non-farm income in developing countries*. Paper prepared for the FAO, [19...].

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O modelo euro-americano de modernização agrícola. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 21, p. 175-197, nov. 1991.

ROUX, Bernard; FOURNEL, Estelle. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de Languedoc e Roussillon. In MALUF, Renato; CARNEIRO, Maria José. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SABOURIN, Eric; TONNEAU, Jean Philippe (Orgs.). *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 322 p.

SABOURIN, Eric; TONNEAU, Jean Philippe. Elementos de síntese e perspectivas. In: – *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL. 2003, 374 p.

SCHNEIDER, Sérgio. *Pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS. 354 p. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; NAVARRO, Zander. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural: um estudo sobre as tendências recentes. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE

BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, v.1, 1998, Poço de Caldas. *Anais...* Poço de Caldas: SOBER, 1998, 27p.

SCHNEIDER, Sérgio. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial. *Revista Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p.105-119, 1995.

SCHNEIDER, Sérgio. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul*. 1994. Dissertação (Mestrado) – IFCH/ Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1994.

SOUZA, M. *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná*. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP/FEAGRI. Campinas. 2000.

SILVA, Edna Maria da. *Cálculo da renda familiar em áreas de reforma agrária: Assentamento Bela Vista, Santo Amaro. Bahia*. 2005. Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA, Salvador, 2005.

SILVA, Aldenôr Gomes da. O nordeste rural e as novas dinâmicas de ocupações: a heterogeneidade regional. In: SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, 2, 2001, Campinas. *Anais ...* Campinas: UNICAMP, out. 2001, 11 p.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Distribuição espacial da população rural brasileira economicamente ativa, 1981/95. *Espaço e Geografia*. Brasília, v. 2, n.1, p. 95-110, 1999.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, 1998, Poço de Caldas. *Anais...* Poço de Caldas: SOBER, 1998, p.635-645,

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, São Paulo: UNICAMP – Instituto de Economia, 1996, 217 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mão-de-obra agrícola na Bahia*. Salvador, 2000. 118p. (Série Estudos e Pesquisas, 46).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*. Salvador, 2002. 151p. (Série Estudos e Pesquisas, 58).

TEIXEIRA, Amom Chrystian de Olivera; ALMEIDA, Tiara Messias; FERREIRA, Emanuel Santana. Proposta para uma periodização da história da mesorregião Sul-Bahiana. Disponível em: www.uesc.br/seminarioic/sistemas. Acesso em: jun. 2008.

THE ARKLETON TRUST (RESEARCH) LTD. *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991*. [S.l.]: Commission Européenne, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A – DADOS GERAIS DO ASSENTAMENTO



Foto 1 – A casa de farinha,
Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 1 – Número de pessoas por faixa etária

<i>Faixa etária</i>	<i>Nº. de pessoas</i>	<i>Percentual</i>
00 - 10	32	21
11 - 20	40	26
21 - 30	26	17
31 - 40	14	9
41 - 50	17	11
51 - 60	10	6
61 - 70	9	6
71 - 80	5	3
81 - 90	1	1
<i>Total</i>	<i>154</i>	<i>100</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 2 – Número de assentados por faixa etária

<i>Faixa etária</i>	<i>Nº. de assentados</i>	<i>Percentual</i>
00 - 20	2	5
21 - 30	6	16
31 - 40	7	19
41 - 50	7	19
51 - 60	6	16
61 - 70	6	16
71 - 80	3	8
<i>Total</i>	<i>37</i>	<i>100</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Número de estudantes

<i>Situação escolar</i>	<i>Nº. de pessoas</i>	<i>Percentual</i>
estudam	85	55
não estudam	69	45
<i>Total</i>	<i>154</i>	<i>100</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Escolaridade das famílias

<i>Escolaridade</i>	<i>Nº. de pessoas</i>	<i>Percentual</i>
menores de 04 anos	11	7
analfabetos	14	9
maternal	7	5
alfabetização	13	8
1ª a 4ª série	58	38
5ª a 8ª série	34	22
1º ao 3º ano	14	9
ensino médio complet	3	2
<i>Total</i>	<i>154</i>	<i>100</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 5 – Escolaridade dos assentados

<i>Escolaridade</i>	<i>Nº. de assentados</i>	<i>Percentual</i>
analfabetos	8	22
alfabetização	5	14
1ª a 4ª série	14	38
5ª a 8ª série	7	19
1º ao 3º ano	3	8
ensino médio complet	0	0
<i>Total</i>	<i>37</i>	<i>100</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Renda familiar anual declarada pelos produtores

Produtor	Composição da Renda Familiar				Composição da Renda Não-Agrícola				
	RA (R\$)	RNA (R\$)	%RNA/RFT	RFT (R\$)	BF (R\$)	AP (R\$)	DA(R\$)	ATNA (R\$)	TF (R\$)
P1	3.997,50	0,00	0,00	3.997,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P2A	4.852,00	813,00	14,35	5.665,00	813,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P2B	4.433,00	1.191,00	21,18	5.624,00	1.191,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P3A	3.676,00	6.233,00	62,90	9.909,00	813,00	4.820,00	0,00	0,00	600,00
P3B	6.573,00	5.633,00	46,15	12.206,00	813,00	4.820,00	0,00	0,00	0,00
P4	5.413,70	1.242,00	18,66	6.655,70	1.002,00	0,00	240,00	0,00	0,00
P5A	3.986,00	3.602,00	47,47	7.588,00	1.002,00	0,00	0,00	2.600,00	0,00
P5B	5.750,00	1.802,00	23,86	7.552,00	1.002,00	0,00	0,00	800,00	0,00
P5C	8.359,00	11.714,00	58,36	20.073,00	1.191,00	9.640,00	0,00	883,00	0,00
P6	3.050,00	1.002,00	24,73	4.052,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P7	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P8	2.420,00	4.820,00	66,57	7.240,00	0,00	4.820,00	0,00	0,00	0,00
P9	5.700,00	1.002,00	14,95	6.702,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P10	2.500,00	1.002,00	28,61	3.502,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P11	3.290,00	4.820,00	59,43	8.110,00	0,00	4.820,00	0,00	0,00	0,00
P12	3.600,00	6.340,00	63,78	9.940,00	0,00	4.820,00	0,00	1.520,00	0,00
P13	4.150,00	4.820,00	53,73	8.970,00	0,00	4.820,00	0,00	0,00	0,00
P14	4.176,14	1.002,00	19,35	5.178,14	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P15	4.270,00	10.240,00	70,57	14.510,00	0,00	9.640,00	600,00	0,00	0,00
P16	4.900,00	0,00	0,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P17	9.471,00	1.002,00	9,57	10.473,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P18	3.970,00	813,00	17,00	4.783,00	813,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P19	5.500,00	10.642,00	65,93	16.142,00	1.002,00	9.640,00	0,00	0,00	0,00
P20	1.900,00	1.728,00	47,63	3.628,00	0,00	0,00	1.728,00	0,00	0,00
P21	2.946,00	9.640,00	76,59	12.586,00	0,00	9.640,00	0,00	0,00	0,00
P22	3.150,00	1.002,00	24,13	4.152,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P23	4.875,00	4.820,00	49,72	9.695,00	0,00	4.820,00	0,00	0,00	0,00
P24	3.672,00	0,00	0,00	3.672,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P25	2.500,00	1.002,00	28,61	3.502,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P26	6.300,00	1.002,00	13,72	7.302,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P27	3.500,00	1.002,00	22,26	4.502,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P28	4.469,50	1.002,00	18,31	5.471,50	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P29	4.150,00	5.325,00	56,20	9.475,00	813,00	0,00	3.152,00	1.360,00	0,00
P30	3.700,00	0,00	0,00	3.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P31	4.400,00	3.918,00	47,10	8.318,00	1.002,00	0,00	0,00	2.916,00	0,00
P32	3.490,00	5.633,00	61,75	9.123,00	813,00	4.820,00	0,00	0,00	0,00
P33	9.928,00	3.093,00	23,75	13.021,00	813,00	2.280,00	0,00	0,00	0,00
Total	165.517,84	118.902,00	-	284.419,84	23.103,00	79.400,00	5.720,00	10.079,00	600,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Renda Agrícola (RA)

Renda Não-Agrícola (RNA)

Renda Familiar Total (RFT)

Bolsa-Família (BF)

Aposentadoria (AP)

Diária Agrícola (DA)

Atividades Não-Agrícolas (ATNA)

Transferência Familiar (TF)

APÊNDICE B – DADOS DO PRODUTOR P1

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P1

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
ferramentas	–	–	150,00	3	–	50,00
burro	cabeças	1	700,00	8	–	87,50
cacaueiros*	pés	2.800	5.400,00	–	–	–
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	4	8.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			22.250,00	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			15.250,00	–	0,00	137,50

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>
subsistemas	preço (R\$)	quantidade	PB (pxq)	custos
<i>Cacau x banana x fruteiras</i>			3.462,00	70,00
cacau	55,00	60	3.300,00	–
banana	1,80	90	162,00	–
<i>Café</i>			204,00	0,00
café	0,60	340	204,00	–
<i>Quintal</i>			114,00	0,00
banana	1,80	30	54,00	–
aipim	60,00	1	60,00	–
<i>Subtotal</i>			3.780,00	70,00
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–
<i>Café</i>			90,00	0,00
café	0,60	150	90,00	–
<i>Quintal</i>			197,50	0,00
hortaliças	2,00	25	50,00	–
banana da terra	15,00	4	60,00	–
acerola	0,50	15	7,50	–
laranja	1,00	20	20,00	–
aipim	60,00	1	60,00	–
<i>Subtotal</i>			287,50	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			4.067,50	70,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P1

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf Total</i>
Cacau x banana x fruteiras	0,45	0,15	0,60
Tarefas domésticas	0,05	0,55	0,60
Café	0,25	0,15	0,40
Quintal	0,15	0,15	0,30
Coletivo	0,10	0,00	0,10
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>2,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P1

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana x fruteiras	2,3	0,60	3.462,00	70,00	0,00	0,00	3.392,00	0,00	3.392,00
Tarefas domésticas	0,0	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Café	1,4	0,40	204,00	0,00	0,00	0,00	204,00	90,00	294,00
Quintal	0,3	0,30	114,00	0,00	0,00	0,00	114,00	197,50	311,50
Coletivo	0,0	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>4,0</i>	<i>2,00</i>	<i>3.780,00</i>	<i>70,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3.710,00</i>	<i>287,50</i>	<i>3.997,50</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

$$RM = PB - CI - D - S$$

$$RA = RM + PB_{ac}$$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP1

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Quintal	0,30	0,30	311,50	1.038,33	1.038,33	3.461,11
Cacau x banana x fruteiras	2,30	0,60	3.392,00	1.474,78	5.653,33	2.457,97
Café	1,40	0,40	294,00	210,00	735,00	525,00
Coletivo	0,00	0,10	0,00	ind.	0,00	ind.
Tarefas domésticas	0,00	0,60	0,00	ind.	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>4,00</i>	<i>2,00</i>	<i>3.997,50</i>	<i>999,38</i>	<i>1.998,75</i>	<i>499,69</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP1 por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-68,75
Quintal	1	3.461,11
Cacau x banana x fruteiras	1	2.457,97
Café	1	525,00

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP1

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-68,75
Quintal	1	3.392,36
Cacau x banana x fruteiras	2	5.850,33
Café	3	6.375,33

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P1

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	3.997,50	100,00
Renda não-agrícola	0,00	0,00
<i>Renda familiar total</i>	<i>3.997,50</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana x fruteiras	3.392,00	84,85
Quintal	311,50	7,79
Café	294,00	7,35
<i>Renda familiar total</i>	<i>3.997,50</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE C – DADOS DO PRODUTOR P2a

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P2a

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
burro	cabeça	1	1.000,00	15	–	66,67
ferramentas	–	–	100,00	2	–	50,00
cacaueiros*	pés	2.800	5.400,00	–	–	–
bovinos	cabeças	2	2.000,00	–	–	–
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	4	8.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>24.500,00</i>	–	–	–
crédito			<i>-7.000,00</i>	–	–	–
<i>Total</i>			<i>17.500,00</i>	–	<i>0,00</i>	<i>116,67</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>	
subsistemas	preço	quantidade	PB (pxq)	custos	salários
<i>Cacau x banana</i>			<i>3.845,00</i>	<i>65,00</i>	<i>72,00</i>
banana	1,80	150	270,00	–	–
cacau	55,00	65	3.575,00	–	–
<i>Quintal</i>			<i>125,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
banana da terra	25,00	5	125,00	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>3.970,00</i>	<i>65,00</i>	<i>72,00</i>
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–	–
<i>Mandioca x milho x aipim</i>			<i>400,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
mandioca	50,00	4	200,00	–	–
aipim	50,00	1	50,00	–	–
milho	50,00	3	150,00	–	–
<i>Quintal</i>			<i>619,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
aves (galinha)	12,00	36	432,00	–	–
hortaliças	1,00	50	50,00	–	–
banana	1,80	40	72,00	–	–
ovos	3,00	5	15,00	–	–
banana da terra	25,00	2	50,00	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>1.019,00</i>	–	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			<i>4.989,00</i>	<i>65,00</i>	<i>72,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P2a

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf Total</i>
Tarefas domésticas	0,10	0,60	0,70
Cacau x banana	0,35	0,10	0,45
Mandioca x milho x aipim	0,20	0,15	0,35
Coletivo	0,30	0,00	0,30
Quintal	0,05	0,15	0,20
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>2,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P2a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana	2,50	0,45	3.845,00	65,00	0,00	72,00	3.708,00	0,00	3.708,00
Mandioca x milho x aipim	1,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00
Tarefas domésticas	0,00	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coletivo	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quintal	0,50	0,20	125,00	0,00	0,00	0,00	125,00	619,00	744,00
<i>Total</i>	<i>4,00</i>	<i>2,00</i>	<i>3.970,00</i>	<i>65,00</i>	<i>0,00</i>	<i>72,00</i>	<i>3.833,00</i>	<i>1.019,00</i>	<i>4.852,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

 $RM = PB - CI - D - S$ $RA = RM + PB\ ac$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP2a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Cacau x banana	2,50	0,45	3.708,00	1.483,20	8.240,00	3.296,00
Mandioca x milho x aipim	1,00	0,35	400,00	400,00	1.142,86	1.142,86
Tarefas domésticas	0,00	0,70	0,00	ind.	0,00	ind.
Coletivo	0,00	0,30	0,00	ind.	0,00	ind.
Quintal	0,50	0,20	744,00	1.488,00	3.720,00	7.440,00
<i>Total</i>	<i>4,00</i>	<i>2,00</i>	<i>4.852,00</i>	<i>1.213,00</i>	<i>2.426,00</i>	<i>606,50</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP2a por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-58,33
Quintal	1	7.440,00
Cacau x banana	1	3.296,00
Mandioca x milho x aipim	1	1.142,86

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP2a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-58,33
Quintal	1	7.381,67
Cacau x banana	2	10.677,67
Mandioca x milho x aipim	3	11.820,53

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P2a

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	4.852,00	85,65
Renda não-agrícola	813,00	14,35
<i>Renda familiar total</i>	<i>5.665,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana	3.708,00	65,45
Quintal	744,00	13,13
Mandioca x milho x aipim	400,00	7,06
Bolsa-família	813,00	14,35
<i>Renda familiar total</i>	<i>5.665,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE D – DADOS DO PRODUTOR P2b

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P2b

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
cercas	–	1	200,00	8	25,00	–
burro	–	1	600,00	10	–	60,00
ferramentas	–	–	100,00	2	–	50,00
cacaueiros*	pés	2800	5.400,00	–	–	–
casa	–	–	6.000,00	–	–	–
lote	ha	5	10.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			22.300,00	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			15.300,00	–	25,00	110,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>
subsistemas	preço	quantidade	PB (pxq)	custos
<i>cacau x banana x café</i>			3.300,00	12,00
cacau	55,00	60	3.300,00	–
<i>Subtotal</i>			3.300,00	12,00
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–
<i>cacau x banana x café</i>			240,00	0,00
banana	2,00	30	60,00	–
banana da terra	20,00	6	120,00	–
café	60,00	1	60,00	–
<i>aipim x milho x feijão</i>			630,00	0,00
aipim	50,00	6	300,00	–
milho	50,00	3	150,00	–
feijão	180,00	1	180,00	–
<i>Quintal</i>			300,00	0,00
aves	12,00	10	120,00	–
hortaliças	1,00	60	60,00	–
ovos	3,00	40	120,00	–
<i>Subtotal</i>			1.170,00	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			4.470,00	12,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P2b

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf Total</i>
Cacau x banana x café	0,45	0,40	0,40	0,40	0,05	0,10	0,05	1,85
Aipim x milho x feijão	0,30	0,35	0,35	0,35	0,15	0,10	0,05	1,65
Quintal	0,00	0,15	0,10	0,10	0,10	0,10	0,05	0,60
Tarefas domésticas	0,00	0,10	0,00	0,00	0,20	0,20	0,10	0,60
Coletivo	0,25	0,00	0,15	0,15	0,00	0,00	0,00	0,55
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>0,50</i>	<i>0,50</i>	<i>0,25</i>	<i>5,25</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P2b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana x café	3,2	1,85	3.300,00	12,00	0,00	0,00	3.288,00	240,00	3.528,00
Aipim x milho x feijão	1,0	1,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630,00	630,00
Quintal	0,8	0,60	0,00	0,00	25,00	0,00	-25,00	300,00	275,00
Tarefas domésticas	0,0	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coletivo	0,0	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>5,25</i>	<i>3.300,00</i>	<i>12,00</i>	<i>25,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3.263,00</i>	<i>1.170,00</i>	<i>4.433,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

 $RM = PB - CI - D - S$ $RA = RM + PB\ ac$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP2b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Cacau x banana x café	3,20	1,85	3.528,00	1.102,50	1.907,03	595,95
Aipim x milho x feijão	1,00	1,65	630,00	630,00	381,82	381,82
Quintal	0,80	0,60	275,00	343,75	458,33	572,92
Tarefas domésticas	0,00	0,60	0,00	ind.	0,00	ind.
Coletivo	0,00	0,55	0,00	ind.	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>5,25</i>	<i>4.433,00</i>	<i>886,60</i>	<i>844,38</i>	<i>168,88</i>

Fonte: pesquisa de campo, out. 2005

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP2b por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-55,00
Cacau x banana x café	1	595,95
Quintal	1	572,92
Aipim x milho x feijão	1	381,82

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP2b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-55,00
Cacau x banana x café	1	540,95
Quintal	2	1.113,87
Aipim x milho x feijão	3	1.495,69

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P2b

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	4.433,00	78,82
Renda não-agrícola	1.191,00	21,18
<i>Renda familiar total</i>	<i>5.624,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana x café	3.528,00	62,73
Aipim x milho x feijão	630,00	11,20
Quintal	275,00	4,89
Bolsa-família	1.191,00	21,18
<i>Renda familiar total</i>	<i>5.624,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE E – DADOS DO PRODUTOR P3a

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P3a

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
cerca	–	1	400,00	3	133,33	–
ferramentas	–	–	200,00	2	–	100,00
cacaueiros*	pés	2.800	5.400,00	–	–	–
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	6	12.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>26.000,00</i>	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			<i>19.000,00</i>	–	<i>133,33</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>
subsistemas	preço (R\$)	quantidade	PB (pxq)	diárias
<i>Cacau x banana x aipim</i>			3.127,00	240,00
cacau	55,00	56	3.080,00	–
banana	1,80	15	27,00	–
banana da terra	20,00	1	20,00	–
<i>Café</i>			225,00	60,00
café	50,00	4,5	225,00	
<i>Subtotal</i>			3.352,00	300,00
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–
<i>Café</i>			100,00	0,00
café	50,00	2	100,00	–
<i>Cacau x banana x aipim</i>			200,00	0,00
aipim	50,00	4	200,00	–
<i>Quintal</i>			457,00	0,00
cana	0,25	100	25,00	–
café	0,80	50	40,00	–
abacate	2,00	10	20,00	–
limão	1,00	20	20,00	–
hortaliças	2,00	50	100,00	–
café	50,00	2,5	125,00	–
banana	1,80	15	27,00	–
banana da terra	20,00	5	100,00	–
<i>Subtotal</i>			757,00	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			4.109,00	300,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P3a

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf Total</i>
Cacau x banana x aipim	0,40	0,25	0,65
Quintal	0,15	0,30	0,45
Café	0,30	0,10	0,40
Coletivo	0,15	0,00	0,15
Tarefas domésticas	0,00	0,35	0,35
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>2,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P3a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana x aipim	4,50	0,65	3.127,00	0,00	0,00	240,00	2.887,00	200,00	3.087,00
Quintal	0,50	0,45	0,00	0,00	133,00	0,00	-133,00	457,00	324,00
Café	1,00	0,40	225,00	0,00	0,00	60,00	165,00	100,00	265,00
Tarefas domésticas	0,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coletivo	0,00	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>6,00</i>	<i>2,00</i>	<i>3.352,00</i>	<i>0,00</i>	<i>133,00</i>	<i>300,00</i>	<i>2.919,00</i>	<i>757,00</i>	<i>3.676,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

$$RM = PB - CI - D - S$$

$$RA = RM + PB \text{ ac}$$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP3a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Cacau x banana x aipim	4,50	0,65	3.087,00	686,00	4.749,23	1.055,38
Café	1,00	0,40	265,00	265,00	662,50	662,50
Quintal	0,50	0,45	324,00	648,00	720,00	1.440,00
Tarefas domésticas	0,00	0,35	0,00	ind.	0,00	ind.
Coletivo	0,00	0,15	0,00	ind.	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>6,00</i>	<i>2,00</i>	<i>3.676,00</i>	<i>612,67</i>	<i>1.838,00</i>	<i>306,33</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP3a por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-50,00
Quintal	1	1.440,00
Cacau x banana x aipim	1	1.055,38
Café	1	662,50

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP3a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-50,00
Quintal	1	1.390,00
Cacau x banana x aipim	2	2.445,38
Café	3	3.107,88

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P3a

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	3.676,00	37,10
Renda não-agrícola	6.233,00	62,90
<i>Renda familiar total</i>	<i>9.909,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda R\$</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana x aipim	3.087,00	31,15
Quintal	324,00	3,27
Café	265,00	2,67
Aposentadoria	4.820,00	48,64
Bolsa-família	813,00	8,20
Transferência familiar	600,00	6,06
<i>Renda familiar total</i>	<i>9.909,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE F – DADOS DO PRODUTOR P3b

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P3b

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
ferramentas	–	–	500,00	5	–	100,00
burro	–	–	600,00	10	–	60,00
cacaueiros*	pés	2.800	5.400,00	–	–	–
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	5	10.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>24.500,00</i>	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			<i>17.500,00</i>	–	<i>0,00</i>	<i>160,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>	
subsistemas	preço (R\$)	quantidade	PB (pxq)	custos	diárias
<i>Cacau x café x banana x cana</i>			4.868,00	150,00	36,00
cacau	55,00	60	3.300,00	–	–
café	60,00	12	720,00	–	–
banana	1,80	360	648,00	–	–
cana	40,00	5	200,00	–	–
<i>Quintal</i>			1.556,00	73,00	60,00
banana da terra	10,00	20	200,00	–	–
aipim	0,50	200	100,00	–	–
laranja	1,00	100	100,00		
leite	0,50	2000	1.000,00	–	–
aves	12,00	13	156,00	–	–
<i>Subtotal</i>			6.424,00	223,00	96,00
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–	–
<i>Quintal</i>			468,00	0,00	0,00
leite	0,50	48	24,00	–	–
hortaliças	2,00	50	100,00	–	–
banana	1,80	10	18,00	–	–
banana da terra	10,00	6	60,00	–	–
aves	10,00	20	200,00	–	–
ovos	3,00	22	66,00	–	–
<i>Subtotal</i>			468,00	–	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			6.892,00	223,00	96,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P3b

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf (filha)</i>	<i>UTf Total</i>
Quintal	0,45	0,40	0,35	1,20
Cacau x banana x café x cana	0,35	0,25	0,35	0,95
Tarefas domésticas	0,00	0,35	0,30	0,65
Coletivo	0,20	0,00	0,00	0,20
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>3,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P3b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana x café x cana	4,50	0,95	4.868,00	150,00	0,00	36,00	4.682,00	0,00	4.682,00
Quintal	0,50	1,20	1.556,00	73,00	0,00	60,00	1.423,00	468,00	1.891,00
Tarefas domésticas	0,00	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coletivo	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>3,00</i>	<i>6.424,00</i>	<i>223,00</i>	<i>0,00</i>	<i>96,00</i>	<i>6.105,00</i>	<i>468,00</i>	<i>6.573,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

 $RM = PB - CI - D - S$ $RA = RM + PB\ ac$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP3b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Cacau x banana x café x cana	4,50	0,95	4.682,00	1.040,44	4.928,42	1.095,20
Quintal	0,50	1,20	1.891,00	3.782,00	1.575,83	3.151,67
Tarefas domésticas	0,00	0,65	0,00	ind.	0,00	ind.
Coletivo	0,00	0,20	0,00	ind.	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>3,00</i>	<i>6.573,00</i>	<i>1.314,60</i>	<i>2.191,00</i>	<i>438,20</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP3b por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-74,41
Quintal	1	3.151,67
Cacau x banana x café x cana	1	1.095,20

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP3b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-74,41
Quintal	1	3.077,26
Cacau x banana x café x cana	2	4.172,46

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P3b

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	6.573,00	53,85
Renda não-agrícola	5.633,00	46,15
<i>Renda familiar total</i>	<i>12.206,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana x café x cana	4.682,00	38,36
Quintal	1.891,00	15,49
Aposentadoria	4.820,00	39,49
Bolsa-família	813,00	6,66
<i>Renda familiar total</i>	<i>12.206,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE G – DADOS DO PRODUTOR P4

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P4

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP (R\$)</i>
ferramentas	–	–	100,00	2	–	50,00
cacaueiros*	pés	2.800	5.400,00	–	–	–
bovinos	cabeças	2	1.600,00	–	–	–
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	5	10.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>25.100,00</i>	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			<i>18.100,00</i>	–	<i>0,00</i>	<i>50,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>
subsistemas	preço (R\$)	quantidade	PB (pxq)	custos
<i>Cacau x banana</i>			4.252,00	0,00
cacau	55,00	76	4.180,00	–
banana	1,80	40	72,00	–
<i>Cacau x café x banana x cana</i>			549,20	0,00
café	0,60	300	180,00	–
banana da terra	15,00	4	60,00	–
banana	1,80	144	259,20	–
cana	0,25	200	50,00	–
<i>Quintal</i>			215,00	20,00
acerola	0,50	30	15,00	–
hortaliças	1,00	50	50,00	–
banana da terra	15,00	4	60,00	–
aipim	60,00	1	60,00	–
carambola	1,00	30	30,00	–
<i>Subtotal</i>			5.016,20	20,00
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–
<i>Quintal</i>			417,50	0,00
hortaliças	1,00	100	100,00	–
banana da terra	15,00	4	60,00	–
acerola	0,50	15	7,50	–
carambola	1,00	5	5,00	–
abacate	1,00	5	5,00	–
aves (galinhas)	12,00	20	240,00	–
<i>Subtotal</i>			417,50	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			5.433,70	20,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P4

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf Total</i>
Cacau x banana	0,45	0,35	0,40	0,30	1,50
Café x banana x cana	0,40	0,15	0,35	0,40	1,30
Coletivo	0,10	0,00	0,00	0,10	0,20
Quintal	0,05	0,15	0,00	0,10	0,30
Tarefas domésticas	0,00	0,35	0,00	0,10	0,45
Diarista agrícola	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25
<i>Total</i>	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P4

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana	1,70	1,50	4.252,00	0,00	0,00	0,00	4.252,00	0,00	4.252,00
Café x banana x cana	3,00	1,30	549,20	0,00	0,00	0,00	549,20	0,00	549,20
Quintal	0,30	0,30	215,00	20,00	0,00	0,00	195,00	417,50	612,50
Tarefas domésticas	0,00	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diarista agrícola	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coletivo	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>4,00</i>	<i>5.016,20</i>	<i>20,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>4.996,20</i>	<i>417,50</i>	<i>5.413,70</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

 $RM = PB - CI - D - S$ $RA = RM + PB\ ac$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP4

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Cacau x banana	1,70	1,50	4.252,00	2.501,18	2.834,67	1.667,45
Café x banana x cana	3,00	1,30	549,20	183,07	422,46	140,82
Quintal	0,30	0,30	612,50	2.041,67	2.041,67	6.805,56
Tarefas domésticas	0,00	0,45	0,00	ind.	0,00	ind.
Diarista agrícola	0,00	0,25	0,00	ind.	0,00	ind.
Coletivo	0,00	0,20	0,00	ind.	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>4,00</i>	<i>5.413,70</i>	<i>1.082,74</i>	<i>1.353,43</i>	<i>270,69</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP4 por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-16,12
Quintal	1	6.805,56
Cacau x banana	1	1.667,45
Café x banana x cana	1	140,82

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SF

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-16,12
Quintal	1	6.789,44
Cacau x banana	2	8.456,89
Café x banana x cana	3	8.597,71

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P4

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	5.413,70	81,34
Renda não-agrícola	1.242,00	18,66
<i>Renda familiar total</i>	<i>6.655,70</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana	4.252,00	63,89
Café x banana x cana	549,20	8,25
Quintal	612,50	9,20
Diarista agrícola	240,00	3,61
Bolsa-família	1.002,00	15,05
<i>Renda familiar total</i>	<i>6.655,70</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE H – DADOS DO PRODUTOR P5a

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P5a

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
burro	–	1	1.000,00	10	–	100,00
ferramentas	–	–	80,00	2	–	40,00
cacaueiros*	pés	2.800	5.400,00	–	–	–
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	5	10.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			24.480,00	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			17.480,00	–	0,00	140,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>	
subsistemas	preço	quantidade	PB (pxq)	custos	salários
<i>Cacau x banana</i>			3.850,00	65,00	180,00
cacau	55,00	70,00	3.850,00	–	–
<i>Aipim x milho x feijão</i>			60,00	0,00	0,00
feijão	60,00	1,00	60,00	–	–
<i>Quintal</i>			80,00	0,00	0,00
acerola	10,00	8,00	80,00	–	–
<i>Subtotal</i>			3.990,00	65,00	180,00
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–	–
<i>Cacau x banana</i>			36,00	0,00	0,00
banana	1,80	20,00	36,00	–	–
<i>Aipim x milho x feijão</i>			105,00	0,00	0,00
aipim	60,00	0,50	30,00	–	–
milho	60,00	0,25	15,00	–	–
feijão	60,00	1,00	60,00	–	–
<i>Quintal</i>			100,00	0,00	0,00
acerola	10,00	8,00	80,00	–	–
tomate	1,00	20,00	20,00	–	–
<i>Subtotal</i>			241,00	–	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			4.231,00	65,00	180,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P5a

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf Total</i>
Tarefas domésticas	0,10	0,35	0,10	0,10	0,25	0,90
Cacau x banana	0,45	0,00	0,25	0,05	0,00	0,75
Aipim x milho x feijão	0,15	0,00	0,05	0,05	0,00	0,25
Coletivo	0,20	0,00	0,05	0,00	0,00	0,25
Quintal	0,10	0,05	0,05	0,05	0,00	0,25
ATNA	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00	0,60
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>0,50</i>	<i>0,25</i>	<i>0,25</i>	<i>3,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P5a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana	2,70	0,75	3.850,00	65,00	0,00	180,00	3.605,00	36,00	3.641,00
Aipim x milho x feijão	1,80	0,25	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00	105,00	165,00
Quintal	0,50	0,25	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00	100,00	180,00
Tarefas domésticas	0,00	0,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades não-agrícolas	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coletivo	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>3,00</i>	<i>3.990,00</i>	<i>65,00</i>	<i>0,00</i>	<i>180,00</i>	<i>3.745,00</i>	<i>241,00</i>	<i>3.986,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

 $RM = PB - CI - D - S$ $RA = RM + PB\ ac$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP5a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Cacau x banana	2,70	0,75	3.641,00	1.348,52	4.854,67	1.798,02
Aipim x milho x feijão	1,80	0,25	165,00	91,67	660,00	366,67
Quintal	0,50	0,25	180,00	360,00	720,00	1.440,00
Tarefas domésticas	0,00	0,90	0,00	ind.	0,00	ind.
Atividades não-agrícolas	0,00	0,60	0,00	ind.	0,00	ind.
Coletivo	0,00	0,25	0,00	ind.	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>3,00</i>	<i>3.986,00</i>	<i>797,20</i>	<i>1.328,67</i>	<i>265,73</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP5a por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-46,66
Cacau x banana	1	1.798,02
Quintal	1	1.440,00
Aipim x milho x feijão	1	366,67

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP5a

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-46,66
Cacau x banana	1	1.751,36
Quintal	2	3.191,36
Aipim x milho x feijão	3	3.558,03

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P5a

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	3.986,00	52,53
Renda não-agrícola	3.602,00	47,47
<i>Renda familiar total</i>	<i>7.588,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana	3.641,00	47,98
Quintal	180,00	2,37
Aipim x milho x feijão	165,00	2,17
ATNA	2.600,00	34,26
Bolsa-família	1.002,00	13,21
<i>Renda familiar total</i>	<i>7.588,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE I – DADOS DO PRODUTOR P5b

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P5b

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
cerca	–	1	500,00	4	125,00	–
ferramentas	–	–	114,00	2	–	57,00
cacaueiros*	pés	2800	5.400,00	–	–	–
bovinos	cabeças	2	1.500,00	–	–	–
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	5	10.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>25.514,00</i>	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			<i>18.514,00</i>	–	<i>125,00</i>	<i>57,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo / despesas

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>
subsistemas	preço (R\$)	quantidade	PB (pxq)	custos
<i>cacau x banana</i>			3.773,00	280,00
cacau	55,00	65	3.575,00	–
banana	1,80	110	198,00	–
<i>café x banana x milho x aipim</i>			656,00	0,00
aipim	50,00	10	500,00	–
milho	6,00	8	48,00	–
banana	1,80	60	108,00	–
<i>Quintal</i>			870,00	70,00
jaca	1,50	200	300,00	–
graviola	3,00	70	210,00	–
aves (galinha)	12,00	30	360,00	–
<i>Subtotal</i>			5.299,00	350,00
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–
<i>Quintal</i>			926,00	0,00
jaca	1,50	72	108,00	–
coco	0,80	50	40,00	–
goiaba	2,00	20	40,00	–
tangerina	2,00	120	240,00	–
pinha	2,00	90	180,00	–
ovos	3,00	10	30,00	–
aves (galinha)	12,00	24	288,00	–
<i>Subtotal</i>			926,00	–
<i>Total (PB monetário + PB autoconsumo)</i>			6.225,00	350,00

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P5b

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentado)</i>	<i>UTf (esposa)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf Total</i>
Cacau x banana	0,30	0,15	0,10	0,10	0,65
Café x banana x milho x aipim	0,20	0,25	0,00	0,00	0,45
Quintal	0,10	0,15	0,10	0,10	0,45
Tarefas domésticas	0,00	0,30	0,05	0,05	0,40
Coletivo	0,30	0,00	0,00	0,00	0,30
Pasto	0,10	0,00	0,00	0,00	0,10
ATNA	0,00	0,15	0,00	0,00	0,15
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>0,25</i>	<i>0,25</i>	<i>2,50</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P5b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana	2,00	0,65	3.773,00	280,00	0,00	0,00	3.493,00	0,00	3.493,00
Café x banana x milho x aipim	1,50	0,45	656,00	0,00	0,00	0,00	656,00	0,00	656,00
Quintal	0,50	0,45	870,00	70,00	125,00	0,00	675,00	926,00	1.601,00
Tarefas domésticas	0,00	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coletivo	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades não-agrícolas	0,00	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pasto	1,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>2,50</i>	<i>5.299,00</i>	<i>350,00</i>	<i>125,00</i>	<i>0,00</i>	<i>4.824,00</i>	<i>926,00</i>	<i>5.750,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

 $RM = PB - CI - D - S$ $RA = RM + PB\ ac$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP5b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/Utf (R\$)</i>
Cacau x banana	2,00	0,65	3.493,00	1.746,50	5.373,85	2.686,92
Café x banana x milho x aipim	1,50	0,45	656,00	437,33	1.457,78	971,85
Quintal	0,50	0,45	1.601,00	3.202,00	3.557,78	7.115,56
Tarefas domésticas	0,00	0,40	0,00	ind.	0,00	ind.
Coletivo	0,00	0,30	0,00	ind.	0,00	ind.
Atividades não-agrícolas	0,00	0,15	0,00	ind.	0,00	ind.
Pasto	1,00	0,10	0,00	0,00	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>2,50</i>	<i>5.750,00</i>	<i>1.150,00</i>	<i>2.300,00</i>	<i>460,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP5b por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-22,80
Quintal	1	7.115,56
Cacau x banana	1	2.686,92
Café x banana x milho x aipim	1	971,85

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP5b

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-22,80
Quintal	1	7.092,76
Cacau x banana	2	9.779,68
Café x banana x milho x aipim	3	10.751,53

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P5b

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	5.750,00	76,14
Renda não-agrícola	1.802,00	23,86
<i>Renda familiar total</i>	<i>7.552,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana	3.493,00	46,25
Quintal	1.601,00	21,20
Café x banana x milho x aipim	656,00	8,69
ATNA	800,00	10,59
Bolsa-família	1.002,00	13,27
<i>Renda familiar total</i>	<i>7.552,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE J – DADOS DO PRODUTOR P5c

Tabela 1 – Levantamento patrimonial do produtor P5c

<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Vida útil (anos)</i>	<i>DP (R\$)</i>	<i>DNP R\$</i>
ferramentas	–	–	115,00	3	–	38,33
cacaueiros*	pés	2.800	5.400,00	–	–	–
burro	–	1	300,00	10	–	30,00
casa	–	1	8.000,00	–	–	–
lote	ha	5	10.000,00	–	–	–
<i>Subtotal</i>			<i>23.815,00</i>	–	–	–
crédito			-7.000,00	–	–	–
<i>Total</i>			<i>16.815,00</i>	–	–	<i>68,33</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

DP = Depreciação Proporcional

DNP = Depreciação Não-Proporcional

*Valor residual, cacaueiros com mais de 30 anos

Tabela 2 – Produto bruto monetário / produto bruto autoconsumo

<i>Produto Bruto (PB) – Monetário</i>				<i>Despesas</i>
subsistemas	preço (R\$)	quantidade	PB (pxq)	custos
<i>Cacau x banana</i>			<i>4.616,00</i>	<i>0,00</i>
cacau	55,00	80	4.400,00	–
banana	1,80	120	216,00	–
<i>Quintal</i>			<i>1.331,00</i>	<i>118,00</i>
aves	12,00	84	1.008,00	–
hortaliças	1,00	50	50,00	–
banana da terra	15,00	8	120,00	–
banana	1,80	85	153,00	–
<i>Subtotal</i>			<i>5.947,00</i>	<i>118,00</i>
<i>Produto Bruto (PB) – Autoconsumo</i>				–
<i>Quintal</i>			<i>2.530,00</i>	<i>0,00</i>
hortaliças	1,00	50	50,00	–
banana da terra	15,00	4	60,00	–
fruteiras	1,00	50	50,00	–
café	60,00	1,5	90,00	–
aves (galinhas)	12,00	40	480,00	–
ovos	3,00	600	1.800,00	–
<i>Subtotal</i>			<i>2.530,00</i>	<i>0,00</i>
Produto bruto total (PB monetário + PB ac)			<i>8.477,00</i>	<i>118,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 3 – Unidade de trabalho familiar do produtor P5a

<i>Subsistemas / atividades</i>	<i>UTf (assentada)</i>	<i>UTf (mãe)</i>	<i>UTf (filho)</i>	<i>UTf (filha)</i>	<i>UTf (irmã)</i>	<i>UTf (neta)</i>	<i>UTf (neto)</i>	<i>UTf (bisneto)</i>	<i>UTf (bisneto)</i>	<i>UTf Total</i>
Cacau x banana	0,20	0,00	0,40	0,15	0,00	0,25	0,05	0,05	0,05	1,15
Quintal	0,30	0,30	0,20	0,20	0,00	0,15	0,10	0,10	0,10	1,45
Coletivo	0,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25
Tarefas domésticas	0,25	0,70	0,00	0,15	1,00	0,40	0,05	0,05	0,05	2,65
Diarista agrícola	0,00	0,00	0,05	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10
ATNA (licor)	0,25	0,00	0,10	0,20	0,00	0,20	0,05	0,05	0,05	0,90
ATNA (corte de cabelo)	0,00	0,00	0,00	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15
ATNA (faxina)	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05
ATNA (lavadeira)	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05
<i>Total</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1,00</i>	<i>0,25</i>	<i>0,25</i>	<i>0,25</i>	<i>6,75</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 4 – Renda agrícola do produtor P5c

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>PB (R\$)</i>	<i>CI (R\$)</i>	<i>DEP (R\$)</i>	<i>S (R\$)</i>	<i>RM (R\$)</i>	<i>PB (R\$) ac</i>	<i>RA (R\$)</i>
Cacau x banana	4,00	1,15	4.616,00	0,00	0,00	0,00	4.616,00	0,00	4.616,00
Quintal	1,00	1,45	1.331,00	118,00	0,00	0,00	1.213,00	2.530,00	3.743,00
Coletivo	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tarefas domésticas	0,00	2,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diarista agrícola	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades não-agrícolas	0,00	1,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>6,75</i>	<i>5.947,00</i>	<i>118,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>5.829,00</i>	<i>2.530,00</i>	<i>8.359,00</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

 $RM = PB - CI - D - S$ $RA = RM + PB\ ac$

Tabela 5 – Produtividade dos subsistemas do SP5c

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>UTf</i>	<i>RA (R\$)</i>	<i>RA/ha(R\$)</i>	<i>RA/UTf (R\$)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
Cacau x banana	4,00	1,15	4.616,00	1.154,00	4.013,91	1.003,48
Quintal	1,00	1,45	3.743,00	3.743,00	2.581,38	2.581,38
Coletivo	0,00	0,25	0,00	ind.	0,00	ind.
Tarefas domésticas	0,00	2,65	0,00	ind.	0,00	ind.
Diarista agrícola	0,00	0,10	0,00	ind.	0,00	ind.
Atividades não-agrícolas	0,00	1,15	0,00	ind.	0,00	ind.
<i>Total</i>	<i>5,00</i>	<i>6,75</i>	<i>8.359,00</i>	<i>1.671,80</i>	<i>1.238,37</i>	<i>247,67</i>

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 6 – Produtividade dos subsistemas do SP5c por ordem de eficiência

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-10,12
Quintal	1	2.581,38
Cacau x banana	1	1.003,48

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Tabela 7 – Frequência acumulada do SP5c

<i>Subsistemas</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>RA/ha/UTf (R\$)</i>
DNP	0	-10,12
Cacau x banana	1	2.571,26
Quintal	2	3.574,74

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

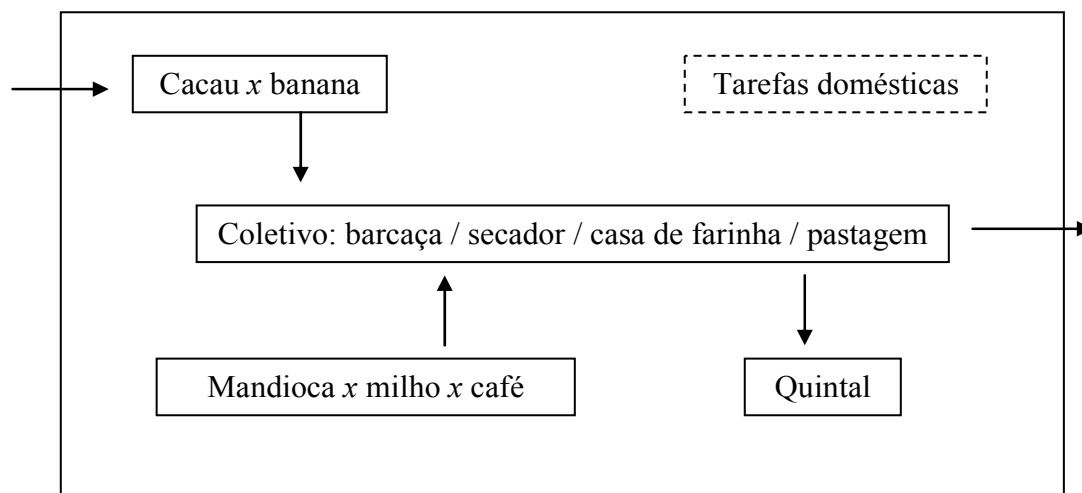
Tabela 8 – Composição da renda familiar do produtor P5c

<i>Renda agrícola e Renda não-agrícola</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Renda agrícola	8.359,00	41,64
Renda não-agrícola	11.714,00	58,36
<i>Renda familiar total</i>	<i>20.073,00</i>	<i>100,00</i>

<i>Composição da renda</i>	<i>Renda (R\$)</i>	<i>Renda (%)</i>
Cacau x banana	4.616,00	23,00
Quintal	3.743,00	18,65
ATNA	883,00	4,40
Bolsa-família	1.191,00	5,93
Aposentadoria	9.640,00	48,02
<i>Renda familiar total</i>	<i>20.073,00</i>	<i>100,00</i>

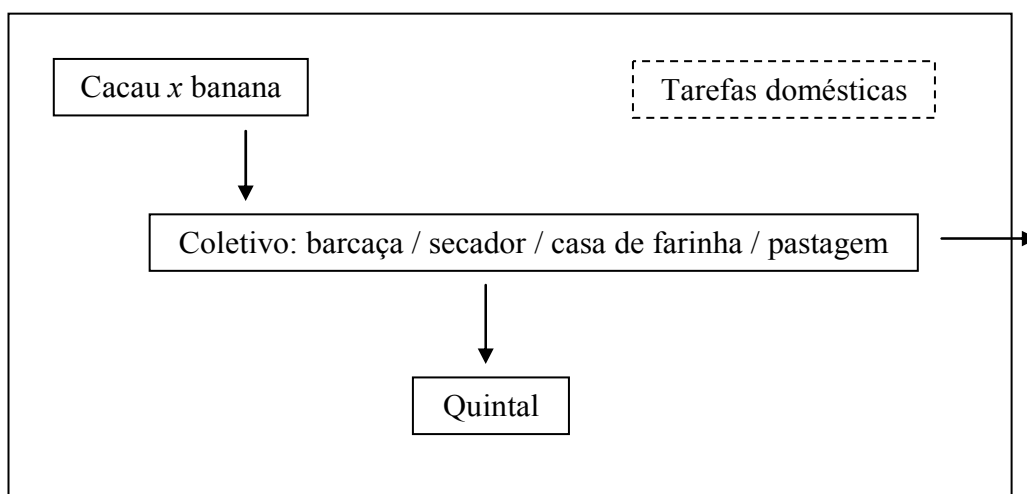
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

APÊNDICE K – FLUXOGRAMAS



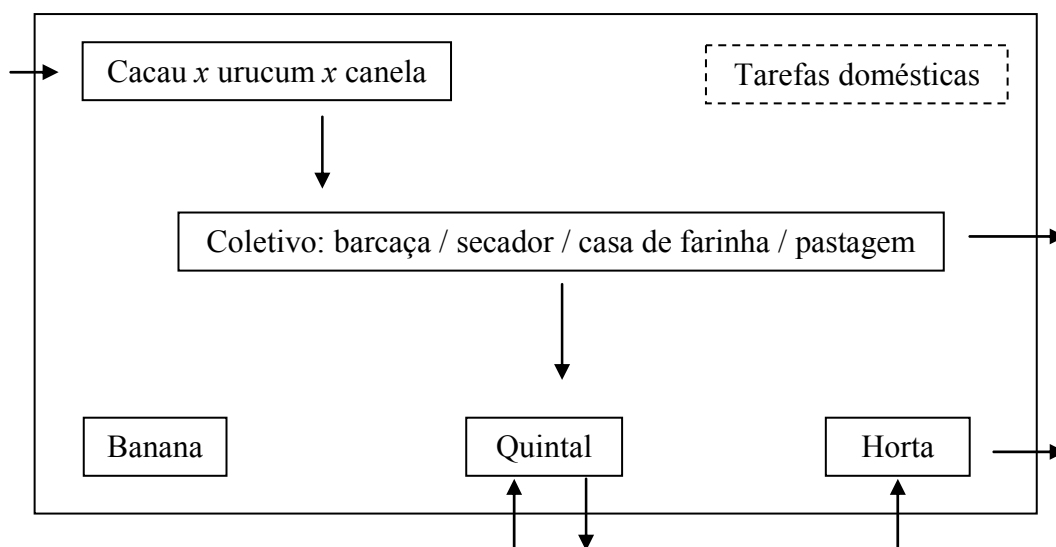
Fluxograma 10 – SP6 – Sistema de produção pouco integrado

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

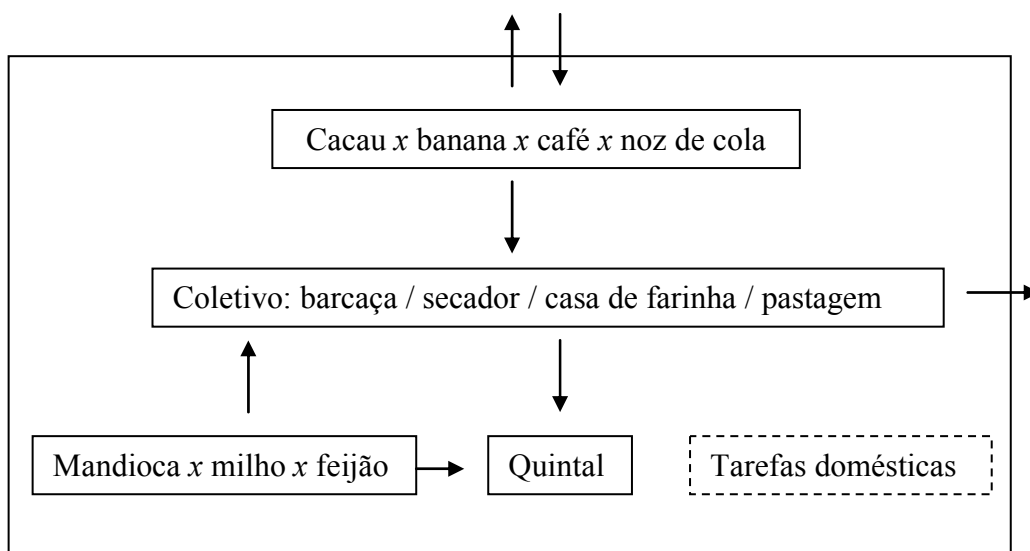


Fluxograma 11 – SP7 – Sistema de produção pouco integrado

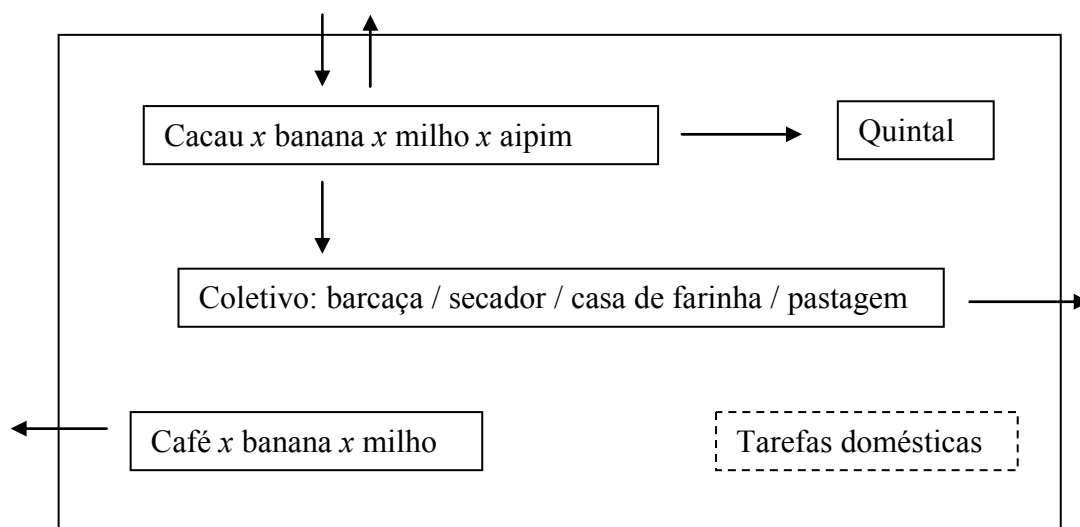
Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008



Fluxograma 12 – SP17 – Sistema de produção pouco integrado
 Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008



Fluxograma 13 – SP18 – Sistema de produção pouco integrado
 Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008



Fluxograma 14 – SP33 – Sistema de produção pouco integrado

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

ANEXOS



Anexo 1: Mapa 1 – Mesorregiões do Estado da Bahia
Fonte: IBGE, 2003.
Escala 1:6.000.000

Anexo 2: Tabela 1 – Países selecionados da OCDE – taxa de crescimento anual do emprego, 1980-1990 (% de variação anual)

Média Nacional			Regiões Essencialmente Rurais		Regiões Relativamente Rurais		Regiões Essencialmente Urbanas	
Agricultura		Não Agrí cola	Agricultura	Não Agrícola	Agricultura	Não Agrícola	Agricultura	Não Agrícola
Canadá	0.4	1.6	0.2	1.5	0.2	2.4	1.9	1.3
Estados Unidos	-0.3	1.8	-1.3	1.5	0.8	2.0	2.8	1.9
Austrália	-1.7	1.4	-2.0	1.7	-0.9	1.8	-1.0	1.1
Japão	-3.3	1.4	-3.1	0.8	-3.4	1.3	-3.2	1.8
Nova Zelândia	-0.4	0.2	-0.6	-0.1	-0.1	-0.1	0.9	1.0
Áustria	-3.1	0.7	-3.4	0.9	-2.5	0.9	-1.6	0.4
Bélgica	-1.6	0.2	-1.3	0.6	-1.6	-0.3	-1.7	0.3
Finlândia	-3.4	0.9	-3.5	0.6	-3.3	0.6	-0.8	1.9
França	-4.0	0.8	-4.2	0.7	-3.8	1.0	-3.5	0.5
Irlanda	-1.7	0.5	-2.1	0.7	-1.3	0.4	-0.3	0.3
Holanda	0.9	2.7	-	-	-1.4	3.3	1.6	2.6
República Tcheca	-0.3	0.2	-0.7	0.2	-0.3	0.1	2.5	0.2
Espanha	-2.1	1.1	-1.1	1.3	-2.8	0.2	-1.7	1.8
Suécia	-3.1	1.3	-3.0	1.3	-3.6	1.3	-2.3	1.4
Suíça	-2.7	1.8	-3.2	2.1	-2.9	2.4	-2.0	1.5

Nota: (-) Não Aplicável

Fonte: OCDE, 1996.

Anexo 3: Tabela 2 – Assentamento Bela vista – Renda Monetária, Autoconsumo, Renda Agrícola, Renda Não-Agrícola e Renda total em 2005

<i>Produtor</i>	<i>RM</i>	<i>AC</i>	<i>RA</i>	<i>RNA</i>	<i>R total</i>
<i>P1</i>	6.693,00	3.330,50	10.023,50	0,00	10.023,50
<i>P2</i>	3.157,40	2.192,60	5.350,00	960,00	6.310,00
<i>P3</i>	3.000,00	660,80	3.660,80	2.400,00	6.060,80
<i>P4</i>	-249,00	936,50	687,50	7.200,00	7.887,50

Fonte: SILVA, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)